

ISSN 0871-2743

NVMMVS

2ª SÉRIE - VOLUME XVI/XX



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
1993-1997

NVMMVS

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

REDACÇÃO: Rui M. S. CENTENO
A. M. de FARIA
J. M. S. Mendes PINTO
J. M. Valladares SOUTO

SUMÁRIO

- *Circulação monetária na Estremadura Portuguesa até aos inícios do séc. III*
– José da Silva Ruivo 7
- *Métodos físicos e químicos de análise em investigação numismática* – João M. Peixoto
Cabral 179

ACHADOS MONETÁRIOS

- *Depósito de moedas da Judeia achado em Mértola* – Rui. M. S. Centeno/J. M. Valladares
Souto 197
- *Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral*
Contributo para um inventário crítico – António Manuel S. P. Silva 205
- *Um lote de moedas do tesouro tardo-romano das Ferrarias (Ramalhal, Torres Vedras)* –
Milagros Siennes Hernando/José da Silva Ruivo 231
- *Notícia de um híbrido do tesouro da Torre (Santa Maria de Émeres, Valpaços)* – Henrique
Nogueira 247
- *Achados de moeda visigoda* – José Rodrigues Marinho 253
- *Achados de moedas do Emirado e Califado Omíadas do Andalus* – José Rodrigues Ma-
rinho 259
- *Também sobre a fracção de dinar com a menção de Ishaq Ibn'Ali* – José Rodrigues
Marinho 265

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

NVMMVS
Sociedade Portuguesa de Numismática
Rua de Costa Cabral, 664
4200 Porto – Portugal

NVMMVS

NVMMVS

2ª SÉRIE — VOLUME XVI / XX



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
1993 - 1997

© Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto

ISSN 0871 - 2743

Dep. Legal N.º 71 824 / 93

Tiragem 1500 ex.

Fotocomposição, Impressão e Acabamento — *Tipografia Nunes, Lda* — Porto

CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NA ESTREMADURA PORTUGUESA ATÉ AOS INÍCIOS DO SÉC. III

José da Silva Ruivo

NOTA INTRODUTÓRIA

Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III é o título da dissertação de Mestrado em Arqueologia por nós apresentada em 1995 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Não obstante as pequenas alterações e correcções entretanto introduzidas, é esse trabalho que agora se edita nas páginas da revista Nummus, sob os auspícios da Sociedade Portuguesa de Numismática, a quem manifestamos a nossa profunda gratidão pela oportunidade concedida.

Como é do conhecimento geral, a publicação, há cerca de vinte anos, das moedas das escavações luso-francesas de Conímbriga constituiu um marco pioneiro no contexto da numismática romana da Península Ibérica, nomeadamente no que aos estudos de circulação monetária diz respeito. Infelizmente, este impulso inicial não encontrou continuidade do lado português, excepção feita ao trabalho publicado em 1987 pelo Prof. Doutor Rui Centeno sobre o Noroeste Peninsular.

Considerando, no entanto, o crescente número de achados de moedas e os progressos realizados nas duas últimas décadas ao nível da ciência numismática, pareceu-nos existirem condições objectivas para apostarmos num projecto desta natureza. Estamos cientes de que *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III* é um trabalho com numerosas limitações, a começar pelo volume relativamente modesto de material recolhido e a terminar por aquelas que sabemos existirem na nossa própria pessoa.

Assim sendo, o trabalho que ora apresentamos não pode deixar de ser o balanço provisório de um projecto que gostaríamos de retomar no futuro - caso a oportunidade se proporcione - embora com metas mais ambiciosas a atingir, concretamente o alargamento do seu âmbito geográfico e cronológico.

Durante cerca de dois anos contactámos com dezenas de pessoas ligadas aos meios da Arqueologia ou do coleccionismo, pelo que impõe-se agradecer a todos aqueles cujo

contributo foi indispensável para a concretização do projecto e cujos nomes mencionamos em seguida, deixando desde já as nossas mais sinceras desculpas se, por lapso, alguém for omitido: Profs. Doutores José de Encarnação e Pedro Gomes Barbosa, Drs. Américo Ferreira, Ana Margarida Serra Ferreira, Flávio Imperial, Guilherme Cardoso, Helena Goulão, Isabel Costeira, Isabel de Luna, Joaquim Padrão, João Carlos Lopes, João Pedro Bernardes, João Saavedra Machado, José Beleza Moreira, José Cardim Ribeiro, José Eduardo Reis Coutinho, José Luís Madeira (autor dos mapas e figuras), José Manuel Varandas, Luciano Coelho Cristino, Luís Fernandes, Manuela Leitão, Maria da Conceição Lopes, Paulo Oliveira, Salete da Ponte e Vítor Pedrosa; Sra. D. Leocádia Garcês Natividade e Sr. Raúl Espírito Santo. Pofundamente gratos estamos também às seguintes instituições: Câmara Municipal de Leiria, Casa-Museu Vieira Natividade, IPPAR, Museu Nacional de Arqueologia, Museu da Cidade de Lisboa, Museu Regional de Sintra, Museu Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Hipólito Cabaço, Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso, Museu Municipal de Torres Novas, Seminário Diocesano de Leiria, Sociedade Portuguesa de Numismática e Região de Turismo de Leiria.

Uma palavra de grande apreço vai igualmente para o Sr. Prof. Doutor Jorge de Alarcão e para o Sr. Dr. António Marques de Faria, pelo interesse manifestado por ambos na discussão de questões de âmbito numismático ou histórico, bem como pelas úteis sugestões e indicações bibliográficas que nos forneceram.

Mas o nosso maior reconhecimento tem que ir forçosamente para o Sr. Prof. Doutor Rui Centeno que aceitou gentilmente a orientar esta dissertação. Ao longo destes dois anos de convivência temos a elogiar-lhe a disponibilidade com que sempre nos recebeu e dispensou os seus avisados conselhos, a cedência da bibliografia de mais difícil acesso, as constantes palavras de estímulo e a cordialidade com que, em todos os momentos, nos distinguiu.

Importância decisiva para o sucesso deste projecto desempenhou também a Bolsa de Mestrado que nos foi atribuída no âmbito do programa Praxis XXI, graças à qual pudemos dedicar um ano inteiro à investigação livres de preocupações de natureza material.

Por fim, desejamos agradecer aos nossos amigos, mas sobretudo à nossa família - à Carmen, ao Manuel Afonso e à Maria Leonor -, todo o apoio e compreensão demonstrados ao longo dos últimos dois anos, ela que foi a mais sacrificada pelas nossas frequentes ausências e indisponibilidades.

A todos, o nosso mais sincero obrigado.

ABREVIATURAS

AAPHist	Anais da Academia Portuguesa de História, Lisboa.
AB	Arquivo de Beja, Beja.
ActNum	Acta Numismática, Barcelona.
AEspA	Archivo Español de Arqueología, Madrid.
AIIN	Annali del Istituto Italiano di Numismatica, Roma.
AJA	American Journal of Archaeology, Nova Iorque.
AJN	American Journal of Numismatics, Nova Iorque.
ALARCÃO, <i>Domínio</i>	ALARCÃO, J., <i>O domínio romano em Portugal</i> , Mem Martins, 1988.
ALARCÃO, <i>Roman Portugal</i>	ALARCÃO, J., <i>Roman Portugal: Gazetteer</i> , vol. II, fasc. 2- <i>Coimbra & Lisboa</i> , Warminster, 1988.
ANRW	Aufstieg und Niedergang der römischen Welt, Berlim.
ANSMN	American Numismatic Society Museum Notes, Nova Iorque.
AP	O Arqueólogo Português, Lisboa.
BAR	British Archaeological Reports, Oxford.
BCCMT	Boletim Cultural [e Informativo] da Câmara Municipal de Tomar, Tomar.
BCEG	Boletim do Centro de Estudos Geográficos, Coimbra.
BCGCV	Boletim Cultural do Ginásio Clube Vilacondense. Vila do Conde.
BCVFXira	Boletim Cultural de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira.
<i>Belo</i>	BOST, J.-P., CHAVES, F., DEPEYROT, G., HIERNARD, J. e RICHARD, J.-C., <i>Belo. IV-Les monnaies</i> , Madrid, 1987.
BRAACAP	Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, Lisboa.
BSAA	Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología, Valhadollid.
BSFN	Bulletin de la Société Française de Numismatique, Paris.
CENTENO, <i>Circulação</i>	CENTENO, R. M. S., <i>Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192</i> , anexos Nummus, nº 1, Porto, 1987.
CGCBM Ptol.	POOLE, R. S., <i>A Catalogue of the Greek Coins in the British Museum. The Ptolemies, Kings of Egypt</i> , Bolonha, 1963 (reimp. anastática da 1ª ed. de 1882).
CIL II	HÜBNER, E., <i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , Berlim 1869, 1892 (suplemento).
<i>Clunia</i>	GURT ESPARRAGUERA, J. M., <i>Clunia III. Hallazgos monetarios. La romanización de la Meseta a través de la circulación monetaria en la ciudad de Clunia</i> , EAE-145, Madrid, 1985.

- CNA Congreso Nacional de Arqueología, Espanha.
- CNH VILLARONGA, L., *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Madrid, 1994.
- CRAWFORD, *Coinage and money* CRAWFORD, M. H., *Coinage and money under the Roman Republic. Italy and the Mediterranean economy*, Londres, 1985.
- DATTARI DATTARI, G., *Moneti Imperiali Greche. Catalogo della collezione G. Dattari compilato dal proprietario*, vol. I-II, Cairo, 1901.
- ECB Estudos de Castelo Branco, Castelo Branco.
- EOr Estudos Orientais, Lisboa.
- ETF (hist) Espacio, Tiempo y Forma, s. II-Historia Antigua, Madrid.
- FHA SCHULTEN, A., BOSCH GIMPERA, P. e PERICOT, L., *Fontes Hispaniae Antiquae*, 5 vols., Barcelona, 1922-1937.
- FN Filatelia-Numismática, Lisboa.
- Fouilles de Conimbriga* HIERNARD, J., BOST, J.-P. e PEREIRA, I., *Fouilles de Conimbriga. III-Les monnaies*, Paris, 1974.
- GARCÍA-BELLIDO GARCÍA-BELLIDO, M. P., *Las monedas de Castulo con escritura indígena. Historia numismática de una ciudad minera*, Barcelona, 1982.
- GMusJ The J. Paul Getty Museum Journal, Malibu.
- GN Gaceta Numismática, Barcelona.
- HIPÓLITO, *Tesouros* HIPÓLITO, M. C., *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*, Conimbriga, II-III, 1960-1961, pp. 1-166.
- InfArq Informação Arqueológica, Lisboa.
- JNG Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte, Munique.
- JRS The Journal of Roman Studies, Londres.
- JS Journal des Savants, Paris.
- LEAL, *Portugal* LEAL, A. S. A. B. P., *Portugal Antigo e Moderno*, vols. 3, 5, 9, Lisboa, 1874, 1875, 1880.
- MCV Mélanges de la Casa de Velázquez, Madrid.
- MEFRA Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité, Roma.
- MHA Memorias de Historia Antigua, Oviedo.
- MILNE MILNE, J.G., *Catalogue of Alexandrian Coins*, Londres, 1971 (reed.).
- MM Madrider Mitteilungen, Madrid.
- NAC Numismatica e Antichità Classiche: Quaderni Ticinese, Lugano.
- NAug Nova Augusta, Torres Novas.
- NC The Numismatic Chronicle, Londres.
- NCirc Numismatic Circular, Londres.
- NH Numario Hispanico, Madrid.
- NNM American Numismatic Society Numismatic Notes and Monographs, Nova Iorque.
- PBSR Papers of the British School at Rome, Roma.

- RADDATZ, *Schatzfunde* RADDATZ, K., *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des dritten bis zur Mitte des ersten Jahrhunderts vor Chr. Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik*, Madrider Forschungen- Band 5, Berlím, 1969.
- RE Paulys Real-Enciclopädie der classischen Altertumswissenschaft, Estugarda.
- RIC *The Roman Imperial Coinage*, Londres
- RIN Rivista Italiana di Numismatica e Scienze Affini, Pavia.
- RN Revue Numismatique, Paris.
- RPC BURNETT, A., AMANDRY, M. e RIPOLLÉS, P. P., *Roman Provincial Coinage. Vol. 1 —From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*, Londres-Paris, 1992.
- RRC CRAWFORD, M. H., *Roman Republican Coinage*, Cambridge, 1974, 2 vols.
- RRCH CRAWFORD, M. H., *Roman Republican Coin Hoards*, Londres, 1969.
- RRCHAD BLÁZQUEZ, C., *Tesorillos de moneda republicana en la Península Ibérica. Addenda a Roman Republican Coin Hoards*, ActNum, 17-18, 1987-1988, pp. 105-142.
- RUIVO, *Estremadura* RUIVO, J. S., *A circulação da moeda hispânica na Estremadura portuguesa. Uma primeira abordagem*, «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua». Madrid, 7-10 Novembro 1994.
- SNB *Symposium Numismático de Barcelona*, Barcelona.
- SNG Cop. *Sylloge Nummorum Graecorum. The royal collection of coins and medals. Danish National Museum. VI- Phrygia to Cilicia*, Nova Jersey, 1982.
- SNG Ita. *Sylloge Nummorum Graecorum. Italia. Milano. Civiche Raccolte Numismatiche. Vol. XIII-Aegyptus. 3-Commodus-Galerius Caesar*, Milão, 1992.
- SNR Schweizerische Numismatische Rundschau/Revue Suisse de Numismatique, Berna.
- TP Trabajos de Prehistoria, Madrid.
- VILLARONGA, *Tresors monetaris* VILLARONGA, L., *Tresors monetaris de la Península Ibèrica anteriors a August: repertori i anàlisi*, Barcelona, 1993.
- VIVES VIVES Y ESCUDERO, A., *La moneda hispánica*, Madrid, 1926.

Outras abreviaturas:

AE	bronze ou cobre/moeda de bronze ou cobre
Anv.	Anverso
AR	prata/moeda de prata
As	asse
AV	ouro/moeda de ouro
c.	cerca
Cat.	Catálogo
D	denário
Dp	dupôndio
ex.	exemplar/es
Hs	sestércio
MNA	Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
n.	nota
n.s.	nova série
n°	número
Qd	quadrante
Qn	quinário
Rev.	Reverso
S	semisse
s.	série
s/p	sem indicação de peso
Var.	variante
V	vitoriato

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento geográfico e cronológico

Quando se pretende levar a cabo um trabalho sobre circulação monetária, duas tarefas se deparam previamente ao investigador: o estabelecimento de limites cronológicos e a definição do espaço geográfico sobre o qual se vai centrar a pesquisa.

Em resposta à última daquelas interrogações, decidimos escolher uma área a que convencionámos chamar Estremadura (cfr. Mapa 1). Reagirão os mais críticos, censurando-nos por não termos adoptado uma divisão administrativa da época romana. No entanto, a nossa escolha é justificada, em primeiro lugar, pela indefinição em que ainda hoje se encontram mergulhados aqueles limites territoriais¹. Em segundo lugar, se o estudo da circulação monetária na área de uma *ciuitas* assume um carácter demasiado restritivo atendendo à exiguidade do material disponível, ao passarmos para uma unidade organizativa maior, como um *conuentus*, a área a estudar torna-se demasiado extensa e o material avoluma-se sem cessar, tornando muito difícil o cumprimento dos prazos que a lei con-signa para os trabalhos de investigação desta natureza.

Assim, optou-se por um espaço geográfico actual, a Estremadura, embora por razões históricas e metodológicas os limites que geralmente são propostos para esta região não tenham sido integralmente respeitados.

Do ponto de vista histórico «Estremadura» é um termo que, na época da Reconquista, se aplicou à região a Sul do Mondego, onde «estremavam» os territórios submetidos a Mouros e a Cristãos e que se foi alargando progressivamente com o avanço destes últimos². A generalidade dos autores identifica esta província com a faixa ocidental do território português que se estende dos campos do Mondego à Arrábida³, correspondendo

¹ Essa dificuldade está bem patente no estudo de ALARCÃO, J., *Identificação das cidades da Lusitânia*, in «Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires» (Talence, 1988), Paris, 1990, pp. 21-34.

² GIRÃO, A. A., *Geografia de Portugal*, Porto, 1951 (2ª ed.), pp. 403-404.

³ Nesse sentido apontam, por exemplo, RIBEIRO, O., *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Lisboa, 1991 (6ª ed.), pp. 152-156 e 188-189, mapa VI e MEDEIROS, C. A., *Introdução geográfica*, in SARAIVA, J. H. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1983, p. 10 (mapa).

a uma zona de interpenetração das influências geográficas meridionais e setentrionais e dos climas e espécies vegetais atlânticos e mediterrânicos. Segundo Orlando Ribeiro, o principal traço de originalidade da Estremadura reside nos seus maciços calcários, nomeadamente o chamado Maciço Calcário Estremenho⁴.

Para proceder à individualização do território que nos propomos estudar, utilizá-mos como critérios preferenciais de demarcação os limites naturais, com destaque para os cursos de água, considerando o facto de estes se assumirem como obstáculos às relações humanas desde tempos remotos⁵. No caso vertente tomaremos a Península de Lisboa como referência na delimitação a Sul⁶; a nascente a linha divisória acompanha a margem direita do Tejo até à confluência com o Zêzere — incluindo assim a parte oeste do Ribatejo⁷ —, para acompanhar depois este curso de água até às proximidades de Pedrógão Grande, junto aos últimos contrafortes da Cordilheira Central. Entronca aí com o limite Norte, definido pela linha que separa os distritos administrativos de Coimbra e de Leiria. Esta balizagem é puramente artificial, pois seria mais coerente utilizar o Mondego como marco, mas impõe-se por razões estritamente metodológicas que passamos a apresentar: encravada entre o Mondego e o nosso limite Norte, encontra-se Conimbriga, a cidade romana melhor conhecida do nosso território. As escavações aí realizadas desde os anos trinta forneceram um total de 8192 moedas⁸, das quais 474 se enquadram no período que nos propomos estudar. Esta cifra é largamente superior aos 404 exemplares recenseados para a Estremadura (*Achados Ocasioneis e Escavações*) pelo que acabaria fatalmente por condicionar a nossa análise. Por outro lado, grande parte deste material foi já estudado e

⁴ Sobre o Maciço Calcário Estremenho: MARTINS, A. F., *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de geografia física*, Coimbra, 1949.

⁵ O papel dos rios como limites territoriais é questionado por RIBEIRO, O., *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, Lisboa, 1987, pp. 71-72, e, embora o autor argumente que este não é um critério válido em termos de geografia regional, reconhece a sua importância enquanto critério de divisão político-administrativa.

⁶ Optámos por esta forma mais linear e pragmática de delimitação do espaço, não obstante as objecções referidas na nota anterior e a real possibilidade de tanto o *ager Olisiponensis* como o *Scallabitanus* se estenderem para a margem Sul do Tejo (ALARCÃO, *Domínio*, p. 25 e 31, fig. 1 e RIBEIRO, J. C., *Felicitas Iulia Olisipo—algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea*, Al-Madan, II s., 3, 1994, pp. 79-82).

⁷ Historicamente, o Ribatejo é uma região incluída na Estremadura. Neste sentido veja-se BARBOSA, P. G., *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (Séc. XII a 1325)*, Lisboa, 1992, pp. 14-18, que dá a esta franja do Ribatejo a designação de Estremadura Tagana. De resto, são várias as analogias entre a zona ocidental do Ribatejo e as zonas baixas da Estremadura, cfr. RAU, V. e ZBYSZEWSKI, G., *Estremadura et Ribatejo (Livret-guide de l'excursion D)*, XVI Congresso Internacional de Geografia, Lisboa, 1949, p. 11.

⁸ *Fouilles de Conimbriga*, pp. 180-188; HIERNARD, J., *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas (1930-1944 y 1959-1962) y franco-portuguesas (1964-1968)*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 139-151. Neste conjunto de 8192 moedas estão incluídos 484 numismas provenientes de 7 tesouros.

muitos dos resultados então obtidos permanecem válidos, pelo que julgamos ser mais importante para o nosso trabalho a sua utilização em análises comparativas. Este motivo justifica, em nosso entender, a exclusão desta franja territorial. A poente o limite é, naturalmente, o Oceano.

Neste território, que com a conquista romana foi primeiramente integrado na *Hispania Ulterior* para, após a reorganização administrativa de Augustus, passar a fazer parte da recém-criada Lusitânia⁹, vinha-se já verificando um significativo desenvolvimento desde o Bronze Final¹⁰, prosseguido durante a Idade do Ferro. Durante este período vários núcleos populacionais conheceram uma acentuada prosperidade, designadamente na área do Vale do Tejo, fruto, por um lado, da renovação populacional decorrente da migração de populações meridionais como os *Turduli* e, por outro, de uma intensificação das influências culturais orientalizantes, consequência de contactos directos ou à distância com o mundo fenício-púnico¹¹. Infelizmente a escassez de trabalhos arqueológicos limita os nossos conhecimentos a alguns achados mais ou menos ocasionais, poucos em informações sobre as fases de ocupação e a cultura material das populações.

A fazer fé nas fontes clássicas, no início da conquista romana os povoados mais importantes do Vale do Tejo seriam Olisipo e Moron. Estrabão, ao relatar as campanhas de D. Iunius Brutus, proconsul da Ulterior a partir de 138 a.C., diz a dado passo que este general fortificou Olisipo e utilizou Moron como base das operações na guerra contra os Lusitanos (*Geografia*, 3, 3, 1). Se a identificação de Olisipo com Lisboa nunca ofereceu quaisquer dúvidas, já o mesmo não se pode dizer em relação a Moron, cuja localização continua a suscitar imensos problemas¹². Não obstante, a hipótese que se nos afigura mais sedutora é a que estabelece Moron em Chões de Alpompe (S. Vicente do Paul, Santarém)¹³.

⁹ A divisão provincial foi alterada por duas vezes durante o governo de Augustus. A primeira alteração teve lugar pouco depois de 27 a.C., para ser redefinida entre os anos 13-7 a.C. A este respeito veja-se ALFÖLDI, G., *Fasti Hispanienses*, pp. 223-225 e ALARCÃO, *Domínio*, pp. 31-33.

¹⁰ COFFYN, A., *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1985, p. 228 e KALB, Ph., *O «Bronze Atlântico» em Portugal*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. I, Guimarães, 1980, pp. 117-118, realçam o protagonismo da região centro-portuguesa nos contactos comerciais entre a entidade atlântico-continental e a entidade mediterrânica durante esta fase.

¹¹ CARDOSO, J. L., *A presença oriental no povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo*, EOR, I, 1990, pp. 119-134; AMARO, C., *Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa*, EOR, IV, 1993, pp. 183-192; ARRUDA, A. M., *A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular*, EOR, IV, 1993, pp. 193-214; FABIÃO, C., *O passado proto-histórico e romano*, in MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal. Vol. I-Antes de Portugal*, Lisboa, 1992, pp. 141-149, 160-162 e 178-180.

¹² Veja-se a revisão deste problema em KALB, Ph. e HÖCK, M., *Moron*, Conimbriga, XXVII, 1988, pp. 189-201.

¹³ BARRÃO OLEIRO, J. M. e GIRÃO, A. A., *Geografia e campos fortificados romanos*, BCEG, 6-7, 1953, pp. 73-80; *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol*, Coimbra, 1958, p. 18; ALARCÃO, *A conquista do território*, p. 348; DIOGO, A. M. D., *Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém)*, EOR, IV, 1993, pp. 215-227.

Ainda em relação a D. Iunius Brutus, importa dizer que a cidade de Brutobriga, cuja fundação lhe é atribuída e que por vezes se tem tentado situar nas proximidades de Santarém¹⁴, viu o seu assentamento fixado em Cerro Botija (Villanueva de la Serena, Badajoz) graças a recentes achados numismáticos¹⁵.

Decerto existiram muitos outros aglomerados importantes disseminados pela actual região estremenha, como Scallabis, Collippo, Eburobritium, Sellium e Ierabriga (cfr. Mapa 2), embora o seu desenvolvimento se tenha processado, com toda a certeza, em momentos diferentes. Em relação a todos eles possuímos hoje evidências directas ou indirectas de ocupação pré-romana. Enquanto nos casos de Scallabis e de Sellium, os horizontes da II Idade do Ferro encontram confirmação nos materiais arqueológicos¹⁶, para Collippo, Ierabriga e Eburobritium os sufixos *-briga* e *-ipo* são indícios de fundação pré-romana, provavelmente de origem céltica e túrdula¹⁷.

Com o avanço da romanização, algumas destas povoações beneficiaram de um assinalável surto de desenvolvimento económico e político-administrativo. Scallabis alcançou o estatuto colonial nos finais da República, vindo a tornar-se posteriormente numa das sedes conventuais da Lusitânia¹⁸; Olisipo foi promovida a *municipium ciuium romanorum* (Plinius, *NH*, IV, 117); Eburobritium, Collippo e Sellium seriam simples *oppida stipendiaria*, elevados posteriormente à categoria de *municipia*¹⁹. Quanto a Ierabriga, não teria passado de um simples *uicus*²⁰.

¹⁴ ALARCÃO, *A conquista do território*, p. 348; TOVAR, A., *Iberische Landeskunde*, Band 1, Baden-Baden, 1974, p. 117; MARÍN DÍAZ, M. A., *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania Republicana*, Granada, 1988, pp. 134-135.

¹⁵ CNH, p. 401 e 509, mapa 5. Esta nova hipótese parece vir ao encontro de um trecho de Estêvão de Bizâncio (*Εθνικα*, 187) que a localiza entre o Bétis e os Turdetanos.

¹⁶ Sobre a ocupação pré-romana de Santarém: ARRUDA, A. M. e CATARINO, H., *Cerâmicas da Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém*, *Clio*, 4, 1982, pp. 35-39; ARRUDA, A. M., *Alcáçova de Santarém. Relatório de trabalhos arqueológicos de 1984*, *Clio/Arqueologia*, 1, 1983-1984, pp. 217-223; Idem, *Alcáçova de Santarém*, *InfArq*, 8, 1986, pp. 75-77. Sobre a ocupação pré-romana de Sellium: PONTE, S., *Estação arqueológica na Rua Carlos Campeão: relatório preliminar de 1982/83*, in *Arqueologia na região de Tomar (da pré-história à actualidade)*, Tomar, 1985, p. 93.

¹⁷ A propósito do sufixo *-briga* vejamos os trabalhos de UNTERMANN, J., *Sprachräume und Sprachbewegungen in vorrömischen Hispanien*, Wiesbaden, 1961, p. 13 e ALBERTOS FIRMAT, M. L., *Los topónimos en -briga en Hispania*, *Velcia*, 7, 1990, pp. 131-146. Relativamente ao sufixo *-ipo*, cfr. UNTERMANN, J., *Lenguas y unidades políticas del Suroeste hispánico en época prerromana*, in «De Tartessos a Cervantes», Colónia, 1985, p. 4; SILVA, A. C. F., *A segunda Idade do Ferro*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, p. 328; ALARCÃO, *Dominio*, p. 66.

¹⁸ MANTAS, V. G., *As fundações coloniais no território português*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga», Coimbra, 1993, pp. 481-489.

¹⁹ ALARCÃO, *Identificação das cidades da Lusitânia*, pp. 25-26.

²⁰ ALARCÃO, *Dominio*, p. 78.

Outro objectivo que é igualmente necessário definir *a priori* é o dos marcos cronológicos. Para o presente trabalho decidimos adoptar o período que medeia entre o início da conquista romana da Península²¹ e 215 da nossa era, data da reforma monetária de Caracalla que cria uma nova moeda, o *antoninianus*²². Apesar de a cunhagem do *antoninianus* se passar a realizar com regularidade só a partir de 238²³ e de o antigo regime monetário se manter na Hispânia até ao reinado de Valerianus²⁴, a nova moeda criada em 215 irá marcar de forma profunda toda a história monetária do século III, pelo que a adopção deste marco cronológico nos parece perfeitamente legítima.

2. Metodologia de trabalho

Com o objectivo de sistematizar o nosso trabalho, estruturámo-lo em duas partes fundamentais: na primeira, apresentamos o inventário dos achados monetários (Catálogo); na segunda, realizamos o estudo da circulação monetária.

Por uma questão de método, seguimos no nosso inventário a já clássica proposta que classifica os achados monetários em três categorias fundamentais: tesouros, moedas de escavações e achados ocasionais²⁵.

Por tesouro entende-se aqui um conjunto de moedas ou outros objectos de valor que, por circunstâncias várias, foi ocultado em bloco. Em função dessas circunstâncias, os tesouros podem ser divididos em quatro classes: tesouros perdidos fortuitamente, tesouros de urgência, tesouros de aforo e tesouros abandonados voluntariamente.

Outro grupo é constituído pelas moedas recolhidas no decurso de trabalhos arqueológicos, em termos numéricos de longe o menos importante, contrastando com o material

²¹ Apesar de as primeiras emissões monetárias da Península datarem dos séculos V-IV a.C., só a partir da 2ª guerra púnica e conseqüente início da conquista do espaço ibérico pelos Romanos é que a cunhagem da moeda se vai progressivamente generalizando. Sobre este assunto, veja-se VILLARONGA, L., *Numismática antigua de Hispania*, Barcelona, 1979, pp. 95-139.

²² CALLU, J. P., *La politique monétaire des empereurs romains de 238 à 311*, Paris, 1969, pp. 197; CRAWFORD, M. H., *Finance, coinage and money from the Severans to Constantine*, ANRW, II (2), 1975, pp. 565-566; PETIT, P., *Histoire générale de l'Empire romain, vol. 2. La crise de l'Empire (des derniers Antonins à Diocletien)*, Paris, 1978, pp. 77-78; CHRISTOL, M. e NONY, D., *Rome et son Empire. Des origines aux invasions barbares*, Paris, 1990, pp. 163 e 213-214.

²³ CALLU, *La politique monétaire des empereurs romains*, p.197.

²⁴ BOST, J.-P., CAMPO, M., COLLS, D., GUERRERO, V. e MAYET, F., *L'épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du IIIe siècle après Jésus-Christ*, Paris, 1992, p. 107, com outras indicações bibliográficas.

²⁵ Veja-se a obra de GRIERSON, Ph., *Monnaies et monnayage. Introduction à la Numismatique*, Paris, 1976, pp. 163-181, onde o autor dedica um capítulo inteiro à classificação dos achados monetários.

oriundo de tesouros e achados ocasionais²⁶. Na categoria dos achados ocasionais foram incluídos todos os numismas achados acidentalmente durante prospecções, trabalhos agrícolas, obras, etc., bem como os que se encontram depositados em colecções particulares e fundos de museus cuja proveniência local ou regional nos parece inquestionável.

A preparação do catálogo revelou-se morosa e complicada. Parte das peças que incluímos no inventário só foram conhecidas através de referências bibliográficas que primaram com frequência pela deficiente descrição dos numismas, o que levantou várias dificuldades à sua classificação.

Outras vezes, apesar de examinarmos pessoalmente as moedas, era o próprio grau de limpeza e conservação das mesmas a ditar a sua lei. Procurámos, sempre que possível, contornar o problema; quando se tornava impossível reportar um exemplar a um catálogo (RIC, RPC, etc.), procurámos atribuí-lo ao imperador, magistrado ou outra qualquer autoridade responsável pela cunhagem e, em última instância, à dinastia ou ao século em que foi emitido.

O catálogo está organizado por distritos e dentro de cada distrito os achados são ordenados por concelhos, de Norte para Sul. Em cada entrada indicamos o local do achado, a freguesia e o concelho²⁷, seguidos de um breve comentário às circunstâncias do achado ou qualquer outra informação julgada pertinente; vem depois uma classificação sucinta de cada numisma e por fim a bibliografia referente ao achado. Regra geral, na descrição de cada moeda foram tidos em consideração os elementos que reputamos essenciais para um estudo de circulação monetária: denominação, autoridade emissora, local de emissão, cronologia, o número que lhe é atribuído na bibliografia específica, peso²⁸, diâmetro e a orientação dos eixos²⁹. Qualquer característica especial ostentada pela moeda (orifício, contramarca, fraccionamento, etc.) vai indicada a seguir à descrição, entre parênteses rectos.

Problema delicado, foi também o das cronologias a adoptar. Com alguma frequência as propostas de datação divergem de autor para autor, sobretudo no caso das emissões hispânicas anteriores a Augustus. Para este período a obra geralmente seguida foi o novíssimo catálogo de L. Villaronga³⁰, apesar de a ordenação e a datação de muitos espé-

²⁶ Este facto explica-se obviamente pela quase-ausência de escavação em sítios romanos na região estremenha.

²⁷ Quando se desconhece o local exacto do achado, este é reportado à localidade mais próxima, freguesia, concelho ou região onde o achado teve, em princípio, lugar.

²⁸ Devido aos condicionalismos a que este trabalho esteve sujeito, nem sempre foi possível obter o peso das moedas examinadas. Outras vezes não foi possível recorrer a balanças de precisão.

²⁹ Seria mais correcto fazer acompanhar cada moeda de uma descrição de anverso e reverso, bem como da reconstituição das legendas, mas isso duplicaria ou triplicaria o número de páginas deste trabalho.

³⁰ VILLARONGA, *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Madrid, 1994.

cimes nos levantarem sérias dúvidas³¹. Para suprir as nossas interrogações, lançámos mão de trabalhos realizados por outros investigadores sobre alguns centros emissores, como foi o caso de Beuipo³², Murtili³³ e Castulo³⁴.

Para as emissões hispânicas posteriores a Augustus a obra de referência foi o excelente livro de A. Burnett, M. Amandry e P. P. Ripollés³⁵, cujas cronologias seguimos sempre, salvo quando face à ausência de propostas de datação absolutas ou relativas, demos preferência às sugestões de outros autores, como acabou por verificar-se para Colonia Patricia³⁶ e Colonia Romula³⁷.

Quanto às emissões oficiais, seguimos para a República a obra de M. H. Crawford³⁸ e para o Império, as datações utilizadas são as sugeridas nos volumes de *The Roman Imperial Coinage*, excepto para os Antoninos, onde as periodizações de RIC foram afinadas pelas de A. S. Robertson³⁹.

Na IIª Parte trataremos do estudo da circulação monetária. Para o efeito estabelecemos uma divisão em dois capítulos, o primeiro dos quais contemplará o estudo dos tesouros, ficando para o segundo a análise do numerário avulso.

A terminar apresentaremos as conclusões, a bibliografia, e o material gráfico. (gráficos, mapas e estampas) que serviu de suporte à elaboração deste trabalho.

³¹ O recurso, a nosso ver exagerado, à metrologia leva a que muitas das datações propostas nos pareçam demasiado altas. Nesse sentido aponta igualmente A. M. Faria num trabalho com críticas muito pertinentes (Recensão a L. Villaronga, *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Vipsasca, 3, 1994, pp. 121-124).

³² FARIA, A. M., *A numária de *Cantnipo*, Conimbriga, XXVIII, 1989, pp. 71-99, estudo ulteriormente reformulado pelo autor em *Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal*, Vipsasca, 1, 1992, pp. 39-48.

³³ FARIA, A. M., *Moedas hispano-romanas cunhadas em território actualmente português*, «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994 (no prelo).

³⁴ GARCIA-BELLIDO, M. P., *Las monedas de Castulo con leyenda indígena. Historia numismática de una ciudad minera*, Barcelona, 1982.

I PARTE

CATÁLOGO DOS ACHADOS

1. TESOUROS

*DISTRITO DE LEIRIA**1. Fonte do Alvorge, Alvorge, Ansião*

Tesouro encontrado há anos, próximo da Fonte do Alvorge, em circunstâncias desconhecidas, talvez associado a uma pátera de prata (?). Dele apenas se conhecem actualmente 17 exemplares, que podem não corresponder à totalidade. Foi oferecido ao Rev. Pe. José Eduardo dos Reis Coutinho por D. Ana de Jesus.

1. L. SAVF, Roma, 152 a.C., RRC 204/1.
 2. NATTA, Roma, 149 a.C., RRC 208/1.
 3. C. RENI, Roma, 138 a.C., RRC 231/1.
 4. M. BAEBI Q. F TAMPIL, Roma, 137 a.C., RRC 236/1.
 5. P. CALP, Roma, 133 a.C., RRC 247/1.
 6. Anónimo (Cabeça de elefante), Roma, 128 a.C., RRC 262/1.
 7. Q. FABII LABEO, Roma, 124 a.C., RRC 273/1.
 8. M. FAN C.F, Roma, 123 a.C., RRC 275/1.
 - 9-10. M. FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C., RRC 281/1.
 11. CN. DOMI, Q. CVRTI, M. SILA, Roma, 116-115 a.C., RRC 285/1-2.
 - 12-13. M. CIPI M.F, Roma, 115-114 a.C., RRC 289/1.
 14. MN. AEMILIO LEP, Roma, 114-113 a.C., RRC 291/1.
 15. C. FVNDAN Q, Roma, 101 a.C., RRC 326/1.
 16. LENT. MAR. F, Roma, 100 a.C., RRC 329/1.
 17. P. SERVILLI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C., RRC 328/1.
- COUTINHO, J. E. R., *Entesouramentos de denários republicanos em Alvorge e Ansião*, Conimbriga, XXV, 1996, (a publicar).

2. Vila Nova, Alvorge, Ansião.

Tesouro recolhido na década de 70, na encosta entre Vila Nova e Monte Figueiró e oferecido pelo Sr. Manuel Simões (que o recebera de um familiar já falecido) ao Rev. Pe. José Eduardo dos Reis Coutinho. Presentemente é composto por 23 denários republicanos e por 2 denários ibéricos de *bolskan*, ignorando--se quantas unidades o integravam primitivamente.

- 1-2. *bolskan*, séc. II a.C., CNH 6.
3. CN. DOMIT, Roma, 128 a.C., RRC 261/1.
4. AP. CL, T. MAL ou MANL, Q. VR, Roma, 111-110 a.C., RRC 299/1.

5. M. LVCILI RVF, Roma, 101 a.C., RRC 324/1.
 6. A. ALBINVS S.F, Roma, 96 a.C. (?), RRC 335/1-3.
 - 7-8. D. SILANVS L. F, Roma, 91 a.C., RRC 337/1-3.
 9. L. PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C., RRC 340/1.
 - 10-11. Q. TITI, Roma, 90 a.C., RRC 341/1-2.
 12. C. VIBIVS C. F PANSIA, Roma, 90 a.C., RRC 342/1-6.
 - 13-14. L. TITVRI LF SABINVS, Roma, 89 a.C., RRC 344/1-3.
 15. L. RVBRI DOSSENI, Roma, 87 a.C., RRC 348/1-3.
 16. C. NORBANVS, Roma, 83 a.C., RRC 357/1.
 17. P. CREPVSIVS, Roma, 82 a.C., RRC 361/1.
 18. Q. ANTO BALB PR, Roma, 83-82 a.C., RRC 364/1.
 - 19-20. C. ANNIVS T.F T.N PRO COS, Norte de Itália e Hispânia, 82-81 a.C., RRC 366/1-4.
 21. L. PROCILI F, Roma, 80 a.C., RRC 379/1-2.
 22. L. PAPI, Roma, 79 a.C., RRC 384/1.
 23. M. VOLTEI M.F, Roma, 78 a.C., RRC 385/1-3.
 24. P. SATHIENVS, Roma, 77 a.C., RRC 388/1.
 25. C. POSTVMI AT ou TA, Roma, 74 a.C., RRC 394/1.
- COUTINHO, *Entesouramentos de denários republicanos em Alvorge e Ansião* (a publicar).

3. *Ansião, Ansião, Ansião*

Tesouro composto por mais de meia centena de AR, encontrado em 1979 junto da Câmara Municipal de Ansião, durante a abertura de valas. A maior parte das moedas pertencia à série C.L. Caesares, cunhada sob Augustus.

1. D. CAESAR, África, 47-46 a.C., RRC 458/1.
 2. D. T. CARISIVS III VIR, Roma, 46 a.C., RRC 464/1-5.
 3. D. M. ANTON ou M. ANTONI, Gália Transalpina e Cisalpina, 43 a.C., RRC 488/1-2 ou 489/1-2.
 4. D. Augustus, Hispânia (uncertain mint 2, Colonia Patricia?), c. Julho 18-17/16 a.C., RIC I² 126.
 5. Qn, P. Carisius (sob Augustus), Emerita, c. 25-23 a.C., RIC I² 1a-b.
 - 6-9. D, Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C (?), RIC I² 207, 208. ou 210-212.
 10. D. Tiberius, Lugdunum, 14-37, RIC I² 28-30.
- Inédito (informação do Rev. Pe. José Eduardo Reis Coutinho).

4. *Pelmá, Pelmá, Alvaiázere*

Segundo informação de Pinho Leal, «em 1751 ao abrirem-se os alicerces de uma casa numa das aldeias da Serra de Alvaiázere, acharam-se oitenta e tantas moedas de ouro, de prata e de cobre romanas, dos Imperadores Vitellio, Vespasiano, Tito, Nerva, e Trajano. Também se encontraram adereços de ouro usados pelas damas romanas».

LEAL, *Portugal*, vol. VI, Lisboa, 1875, p. 550; DIAS, E. R., *Noticias archeologicas do «Portugal Antigo e Moderno» de Pinho Leal com algumas notas e indicações*, BRAACAP, t. IX, 4ª série, n.º 6, 1902, p. 40; HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 72, n.º 100; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 222-223, n.º 9; CENTENO, *Um tesouro de aurei do Norte de Portugal*, *Nummus*, 2ª s., I, 1978, p. 56, n.º 8; BOST, J.-P., CAMPO, M. e GURT, J.M., *Hallazgos de aurei y solidi en la Peninsula Iberica: introducción a la circulación en época imperial*, *Numisma*, 180-185, 1983, p. 139 e 164, n.º 127; CENTENO, *Circulação*, p. 266, n. 11; ALARCÃO, *O território de Sellium*, pp. 17-18; idem, *Roman Portugal*, II, 2, p. 102, 3/ 213.

5. *S. Tibério, Santiago de Litém, Pombal*

Leite de Vasconcellos faz referência a um tesouro de denários descoberto em S. Tibério, do qual lhe foram oferecidos dois exemplares para o Museu Etnológico por Eduardo Mendes Cabral, chefe de secretaria da edilidade pombalense. Presentemente, apenas foi possível identificar o denário de C. Fonteius (MNA, Tab. 57/25).

1. C. FONT, Roma, 114-113 a.C., RRC 290/1, 3,48 g, 19-18 mm, 12.

2. L. SCIP ASIAG, Roma, 106 a.C., 311/1a-e [serrado].

VASCONCELLOS, J. L., *Observações numismáticas*, AP, XXV, 1922, pp. 190-191; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 102, 3/****.

6. *Região de Leiria*

Referindo-se à colecção arqueológica de José Barreiros Calado (Juncal, Porto de Mós), Leite de Vasconcellos diz ter visto dez denários ibéricos achados em Leiria. Por Leiria deverá entender-se a região de Leiria. Mais tarde, Mário Saa (Grandes Vias da Lusitânia, III, p. 47) afirma ter visto na posse de Américo Cortez Pinto, natural de Leiria, moedas ibéricas oriundas do Andam ou Andão, ofertadas por Rafael Calado, filho de José Barreiros. Serão as mesmas que viu Leite de Vasconcellos?

VASCONCELLOS, J. L., *Coisas velhas. Notícias do Juncal (Estremadura)*, AP, XXX, 1938, p. 207; FARIA, A. M., *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia. Alguns comentários ao recente livro do Doutor Rui Centeno*, *Arqueologia*, 20, 1989, p. 93.

7. *S. Sebastião do Freixo, Golpilheira, Batalha*

Em 17 de Novembro de 1898 o jornal *Novidades* menciona o aparecimento «numas ruínas, em uma quinta proximo de S. Sebastião» de «varias moedas romanas, tendo

de um lado um carro puxado por quatro cavallos e diversos dizeres, e do outro um camello, estando ajoelhado a seus pés um vulto de homem e tendo por baixo REX ARETIN». Em 1890, Leite de Vasconcellos comenta criticamente esta notícia. A descrição corresponde a RRC 422/1b: M. SCAVR, P. HVPSAEVS AED. CVR, Roma, 58 a.C. Desconhece-se o número de moedas encontradas.

1. M. SCAVR, P. HVPSAEVS AED. CVR, Roma, 58 a.C., RRC 422/1b.
VASCONCELLOS, J. L., *Noticias várias*, AP, V. 1900, p. 167.

8. Casal Couveiro, Reguengo do Fetal, Batalha

Segundo M. Castro Hipólito, em Fevereiro de 1941. «No sítio do Casal Couveiro, na propriedade de Manuel Duarte, da freg. do Reguengo do Fetal, Emília de Oliveira Tomé encontrou uma panela de barro contendo à volta de 5 000 moedas em prata [...]. Parte destas moedas foram também encontradas por Francisco Vieira da Costa da mesma freguesia. São na sua maioria de Augusto». Este tesouro foi rapidamente disperso, pelo que a notícia de Mateu Llopis relativa ao aparecimento, em Alcobaca, de «varios denarios de Augusto, con las efigies de los Césares. Cayo e Lucio (...) en 1946», deve ser relacionada com o achado do Casal Couveiro. Deste conjunto foi possível observar e classificar 59 exemplares:

1. Augustus, Lugdunum, 15-13 a.C., RIC I² 171a.
2. Augustus, Lugdunum, 8 a.C., RIC I² 199.
- 3-31. Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I² 207.
- 32-34. Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I² 210.
- 35-45. Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I² 211.
46. Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I² 212.
- 47-52. Tiberius, Lugdunum, 15-16, RIC I² 4.
- 53-59. Tiberius, Lugdunum, 14-37, RIC I² 26.

As moedas provêm das seguintes colecções: Seminário de Leiria (Augustus: RIC 207 - 6 ex., RIC 211 - 2 ex.; Tiberius: RIC 4 - 1 ex., RIC 26 - 1 ex.); St. José Travaços dos Santos, Leiria (Augustus: RIC 121a - 1 ex., RIC 207 - 2 ex.; Tiberius: RIC 4 - 1 ex., RIC 26 - 1 ex.); Família de Virgílio de Sousa, Leiria (Augustus: RIC 199 - 1 ex., RIC 207 - 2 ex., RIC 210 - 1 ex., RIC 211 - 4 ex.; Tiberius: RIC 4 - 2 ex., RIC 26 - 1 ex.); Pe. José Oliveira, Reguengo do Fetal, Batalha (Augustus: RIC 207 - 2 ex., RIC 212 - 1 ex.; Tiberius: RIC 4 - 1 ex., RIC 26 - 1 ex., que é referido por Hipólito, 1962, p. 150, n.º 3, mas que já não se encontra na colecção); Dr. Joaquim Padrão, Batalha (Augustus: RIC 207 - 5 ex., RIC 210 - 2 ex., RIC 211 - 1 ex.; Tiberius: RIC 4 - 1 ex., RIC 26 - 3 ex.); Casa Paroquial da Batalha (Augustus: RIC 207 - 12 ex., RIC 211 - 4 ex.).

HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 72, n.º 101 e p. 150 (classifica 4 *denarii*); O Mensageiro, 5/4/1941, p. 2; MATEU Y LLOPIS, F., *Hallazgos monetarios*, Ampurias, IX-X, 1947-1948, pp. 78-79, n.º 274; *Fouilles de Conimbriga*, p. 222, n.º 1; CENTENO, R. M. S., O

tesouro de denarii do Alto do Corgo, Conimbriga, XV, 1977, p. 97, nº 12; CENTENO, *Circulação*, p. 211, n. 16, p. 217, n. 48; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 111, 5/3; RUIVO, J. S., *Sobre um tesouro de moedas romanas do concelho da Batalha*, O Mensageiro, 17/2/1994.

9. *Quinta de S. Paio, Calvaria, Porto de Mós*

Segundo notícia do jornal O Leiriense, de 4 de Agosto de 1855, foi encontrada nesse ano na Quinta de S. Paio «grande soma de dinheiro romano (...) todo em prata, e cunhado em tempos muitos anteriores ao imperio. (...) Entre outros muitos [nomes] lêem-se os seguintes: C. Servilius, M. Metellus, L. Metellus, L. Aemilius, C. Gracchus, Cassius, L. Piso, Q. Sergius, C. Licinius, L. F. Macer, Q. Anio Barbatus, L. Flaminius, Valerius Flaccus, C. Marius, C. Sci. Asiag, etc. (...) Estas moedas (...) são de valores diferentes, as mais pequenas pezarão tanto como os nossos tostões, as maiores não excedem as de 240 réis». Como se pode observar, a identificação das moedas não é segura, alguns dos nomes mencionados não constam das legendas monetárias da República, outros são comuns a vários moedeiros.

Anteriormente a este achado, já teriam sido encontradas moedas neste lugar, conforme se deduz de uma anotação do Pe. Louro à 2ª ed. de O Couzeiro, ao referir que «em 1855 apareceu a maior quantidade». Será que parte deste tesouro já tinha sido encontrada? Ainda segundo o mesmo autor, «As mais notáveis que vimos (mais de mil nos passaram pela mão), eram as que traziam os nomes seguintes: M. Atilius Regulus, Quintus Fabius Maximus, Sex. Caesar, Julius Caesar, Octavianus Caesar Augustus, Tib. Caesar, M. Cicero, T. Gracchus, Tib. Sempronius, M. Metellus, C. Marius, L. Sulla, Quintus Sertorius, Pompeius Magnus, M. Coepio, Scipio Asiagenes, Scipio Africanus, Scipio Aemilianus, M. Aemilius Paulus, Aurelianus, e além d'estas as de outros innumeráveis que tem nome illustre na historia». Como muito bem alvitra M. Castro Hipólito, é altamente improvável que se trate de um tesouro ocultado no reinado de Aureliano (270-275). O mais certo é tratar-se de um depósito de finais da República ou inícios da época imperial, ao qual foram acrescentadas peças de outra origem, eventualmente encontradas avulso. O Pe. Louro poderá mesmo ter tomado como Aureliano um qualquer membro da gens Aurelia (1). Também Mário Saa refere o achamento de sepulturas e moedas romanas e ibéricas, algumas de prata, no Andam ou ribeiro do Andão (2), designação que se reporta à quinta de S. Paio, local que já no século XII era conhecido sob a designação de quinta do Andom (3). Com base nas informações recolhidas procurámos identificar alguns dos numismas que compunham este achado, não obstante as nossas opções poderem ser, por vezes, discutíveis.

1. M. ATILI SARAN, Roma, 148 a.C., RRC 214/1.
2. C. SERVEILI M. F, Roma, 136 a.C., 239/1.
3. SEX. IVLI CAESAR, Roma, 129 a.C., RRC 258/1.
4. M. METELLVS Q. F, Roma, 127 a.C., RRC 263/1 ou 82-80 a.C., RRC 369/1.
5. Q. FABI LABEO, Roma, 124 a.C., RRC 273/1.

6. M. TVLLI, Roma, 120 a.C., RRC 280/1.
7. M. SERGI SILVS Q., Roma, 116-115 a.C., RRC 286/1.
8. L. FLAMINI CILO, Roma, 109-108 a.C., RRC 302/1 ou L. FLAMINI CHILO IIIVIR, Roma, 43 a.C., RRC 485/1-2.
9. L. VALERI FLACCI, Roma, 108-107 a.C., RRC 306/1 ou C. VAL. L.F FLAC, Roma, 140 a.C., RRC 228/1-2 ou VAL. FLA IMPERAT, Massália, 82 a.C., RRC 365/1.
10. L. SCIP. ASIAG, Roma, 106 a.C., RRC 311/1.
11. PISO, CAEPIO Q, Roma, 100 a.C., RRC 330/1.
12. C. MALL, A. ALBINVS S. F. L. METEL, Roma, 96 a.C. (?), RRC 335/1-2.
13. L. PISO L. F L. N FRVGI, Roma, 90 a.C., RRC 340/1.
14. C. LICINIVS L. F MACER, Roma, 84 a.C., RRC 354/1.
15. L. SVLLA IMPE, L. MANLI PROQ, atelier itinerante, 82 a.C., RRC 367/1, 3 ou 5.
16. C. MARI C. F CAPIT, Roma, 81 a.C., RRC 378/1.
17. PAVLLVS LEPIDVS, Roma, 62 a.C., RRC 415/1 ou PAVLLVS LEPIDVS, LIBO, Roma, 62 a.C., RRC 417/1.
18. L. AEMILIVS BVCA IIIVIR, Roma, 44 a.C., RRC 480/1.
19. M. ANT. IMP. AVG. IIIVIR R.P.C com M. BARBAT. Q. P. atelier itinerante, 41 a.C., RRC 517/2-3.
20. TI. SEMPRONIVS GRACCVS IIIVIR Q. DESIG, Roma, (?) 40 a.C. ou após, RRC 525/2-4.
21. Octavianus (?)
22. Tiberius (?)

(1) HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 73-74, nº 102; BALIL, A., *Varia hellenistico-romana*, AEspA, XXXVIII, 1965, p. 1012, n. 41; *Fouilles de Conimbriga*, p. 199, nº 19; (2) SAA, *Grandes Vias da Lusitânia*, t. III, 1960, p. 47; (3) *O Couzeiro ou memórias do Bispado de Leiria*, Leiria, 1898 (2ª ed.), p. 290.

10. Olho de Água, conc. de Óbidos

Uma memória anónima sobre Óbidos, redigida na 2ª metade do século XIX, dá-nos conta do aparecimento de «grande número de moedas de prata, que eram perto de cem, que se acharam no ano de 1845 perto do Olho de Água, junto a uma casa que ali há. Todas elas eram dos Romanos, estavam colocadas junto à parede da dita casa, em forma que não deixam dúvida que ali foram enterradas encartuchadas. Todas elas estavam perfeitamente conservadas, tinham os bustos dos imperadores, as armas romanas com letreiro em roda, tudo muito bem feito. Algumas tinham esta legenda: Júlio César Imperador dos Romanos; e no inverso, o busto com estas letras por baixo: J. C. Algumas datavam dez anos antes de Jesus Cristo, outras muito mais e outras menos. (...) Todo este dinheiro foi vendido aos ourives, onde o vi».

Trata-se, por certo, de um tesouro de época imperial em cuja composição entrariam eventualmente denários republicanos.

Memórias históricas e diferentes apontamentos acerca das antiguidades de Óbidos..., Leitura, apresentação e notas de João Trindade, Óbidos, 1985, pp. 195-196.

11. N. Senhora do Carmo, Vau, Óbidos

“Há anos, na costa, junto à igreja de Nossa Senhora do Carmo, se acharam três ou quatro moedas de prata bem conservadas. Tinham esta legenda: «Antonio pro Consul». Esta descrição poderá corresponder eventualmente ao denário RRC 484/1 de C. ANTONIVS M.F PROCOS. É pouco provável que todos os exemplares fossem idênticos.

1. C. ANTONIVS M.F PROCOS, atelier itinerante, 43 a.C., RRC 484/1.

Memórias históricas e diferentes apontamentos acerca das antiguidades de Óbidos, p. 199.

12. Columbeira, Roliça, Bombarral

Em 1958, quando se procedia a trabalhos de escavação de um terreno nas proximidades da Columbeira, foi encontrado um depósito de cerca de 980 denários dentro de um vaso de barro. Deste tesouro, publica M. C. Hipólito 128 D, 43 adquiridos pelo Dr. Joaquim de Albuquerque do Bombarral e 85 D da colecção do Tenente-Coronel João Lopes da Fonseca Guedes. Refira-se que estes 85 D representam 122 unidades uma vez que, deste lote, Hipólito só publica 1 exemplar de cada tipo (não é indicado o nº de exemplares repetido em cada emissão). Assim, os 128 denários apresentados na nossa listagem equivalem, efectivamente, a 165 exemplares.

1. Anónimo (?), Roma, RRC ?
2. Anónimo, Roma, 157-156 a.C., RRC 197/1a-b.
3. C. SCR, Roma, 154 a.C., RRC 201/1.
4. P. SVLA, Roma, 151 a.C., RRC 205/1.
5. SAFRA, Roma, 150 a.C., RRC 206/1.
6. FLAVS, Roma, 150 a.C., RRC 207/1.
7. Q. MARC LIBO, Roma, 148 a.C., RRC 215/1.
8. L. SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C., RRC 216/1.
9. C. TER LVC, Roma, 147 a.C., RRC 217/1.
10. L. CVP, Roma, 147 a.C., RRC 218/1.
11. C. ANTESTI, Roma, 146 a.C., RRC 219/1e.
12. AN RVF, Roma, 144 a.C., RRC 221/1.
13. L. IVLI, Roma, 142 a.C., RRC 224/1.
14. C. TITINI (?), Roma, 141 a.C., RRC 226.
- 15-16. C. VAL C. F FLAC, Roma, 140 a.C., RRC 228/1, 228/3.

122. C. LENTVL, Roma, 88 a.C., RRC 345/1.
 123. C. CENSORIN, Roma, 88 a.C., RRC 346/2a-c.
 124. L. C. MEMIES L. F GAL. Roma. 87 a.C., RRC 349/1.
 125. GAR, OGVL. VER, Roma. 86 a.C., RRC 350A/2.
 126-127. L. IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C., RRC 352/1a,c.
 128. P. CREPVSII, Roma. 82 a.C., RRC 361/1a-c.

HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 75-77 e 152-156, n° 105; RRCH 248; *Fouilles de Conimbriga*, p. 199, n° 6; HILDEBRANDT, H. J., *Die Münzen aus Cáceres el Viejo*, in ULBERT, G., *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Madrider Beiträge-Band 11, Mainz am Rhein, 1984, p. 274; FARIA, A. M., *Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários*, in *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, pp. 60-61; RRCHAD 57; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 115, 5/75; FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia*, p. 93; DOMERGUE, C., *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990, p. 188, n. 55; AMELA VALVERDE, L., *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a. C.)*, in «V Encuentro de Estudios Numismáticos». GN, 97-98 (II/III-90), Jun.-Sept., 1990, p. 22, n° 7; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 53, n°115.

13. S. Mamede, Roliça, Bombarral

Tesouro encontrado, ao que parece, em S. Mamede, actualmente disperso. Sobre as condições do achado e número de numismas que o compunham nada sabemos. Deste tesouro possui o sr. Antero Furtado, residente no Bombarral, cinco denários que tivemos oportunidade de examinar em Junho de 1994, ofertados pelo falecido dr. Joaquim de Albuquerque. De S. Mamede, já em 1920 Leite de Vasconcellos se referia ao achado de um denário póstumo de M. Aurelius (cfr. Cat., Achados ocasionais, n° 22). São as seguintes as peças examinadas:

1. Tiberius, Lugdunum, 14-37, RIC I² 30 [com PONTIF MAXIM (sic) no reverso].
2. Traianus, Roma. 114-117, RIC II 353.
3. Antoninus Pius, Roma, 139, RIC III 43a.
4. Faustina I, Roma, post. 141, RIC III 362.
5. Marcus Aurelius Caesar (sob Antoninus Pius), 145-160, RIC III 429a.
Inédito.

DISTRITO DE SANTARÉM

14. Charneca, Parceiros da Igreja, Torres Novas

Escreve Leite de Vasconcellos em 1909: «No Museu Ethnologico recolhi ultima-

mente um modesto thesouro monetario, que provém do sitio da Charneca, arredores de Torres Novas, e que me foi cedido por um commerciante d'esta villa em 1908. Fazia parte de um thesouro maior, que se dispersou ha muitos annos, e que estava contido em um vaso de barro». É possível que se trate de um thesouro de época sertoriana, mas o número de exemplares é demasiado reduzido para sermos peremptórios.

1. M. FOVRI L. F PHILI, Roma, 119 a.C., RRC 281/1.
2. L. THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C., RRC 316/1.
3. MN. FONTEI C. F, Roma, 85 a.C., RRC 353/1c.
4. P. CREPVSII, Roma, 82 a.C., RRC 361/1a-c.
5. C. POBLICI Q. F, Roma, 80 a.C., RRC 380/1.
6. *bolskan*, 2ª metade séc. II-80/72 a.C.

VASCONCELLOS, J. L., *Achado de moedas romanas da Republica*, AP, XIV, 1909, pp. 58-59; HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 80, nº 112; MARTIN VALLS, R., *La circulación monetaria ibérica*, BSAA, XXXII, 1966, pp. 324; RRCH 264; *Fouilles de Conimbriga*, p. 199, nº 5 e 207, nº 19; HILDEBRANDT, *Die Münzen aus Cáceres el Viejo*, p. 274; RRCHAD 62; FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia*, p. 93; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 114, 5/58; idem, *O território de Sellium*, p. 15; DOMERGUE, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l' Antiquité romaine*, p. 188, n. 55; AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, p. 22; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 49, nº 98; GARCIA-BELLIDO, M. P., *Sobre la localización de Segobrix y las monedas del yacimiento de Clunia*, AEspA, 67, 1994, p. 251, fig. 9, nº 19.

15. Região de Torres Novas. Torres Novas

Vasconcelos publica 4 denários provenientes da região de Torres Novas, que viu na loja de um antiquário em Lisboa. Provavelmente fariam parte de um thesouro, talvez o da Charneca.

1. CN. BLASIO CN. F, Roma, 112-111 a.C., RRC 296/1a-l.
2. L. PISO L.F. L.N FRVGI, Roma, 90 a.C., RRC 340/1.
3. C. VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C., RRC 342/1-6.
4. Q. ANTO BALB PR, Roma, 83-82 a.C., RRC 364/1a-e.

VASCONCELLOS, *Achados de moedas romanas da Republica*, AP, XIV, 1909, p. 59; HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 80, nº 113; RRCH 250; *Fouilles de Conimbriga*, p. 199, nº 4; HILDEBRANDT, *Die Münzen aus Cáceres el Viejo*, p. 274, n. 37 (este autor opina que as moedas pertencem ao thesouro da Charneca); FARIA, *Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade*; p. 60; RRCHAD 58; idem, *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia*, p. 96, n. 49; AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, p. 22, nº 6; DOMERGUE, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l' Antiquité romaine*, p. 188, n. 55; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 54, nº 125.

16. Região de Santarém, Santarém

Tesouro descoberto acidentalmente na região de Santarém pouco antes de 1989, sem que se consiga precisar o local exacto nem as condições em que se efectuou o achado. É constituído por cerca de 200 moedas em AR, de que se conseguiu inventariar 192 exemplares. O exemplar nº 1 é uma didracma, os nº 2, 3 e 6 são vitoriatos e as restantes 188 peças são denários.

1. Anónimo, centro emissor indeterminado, 225-214 a.C., RRC 29/3, 6.28g.
2. Anónimo, Roma, post 211 a.C., RRC 53/1, s/p.
3. Anónimo (Ponta de Lança), SE. Itália, 211-210 a.C., RRC 83/1a, s/p.
4. Anónimo (Bordão), Roma, 206-195 a.C., RRC 112/2a, 3.34g.
5. Anónimo (Tridente), Roma, 206-195 a.C., RRC 115/1, 3.30 g [incuso de Anv.].
6. Anónimo, Roma, 179-170 a.C., RRC 166/1, 2.42 g.
7. C. SCR, Roma, 154 a.C., RRC 201/1, s/p.
8. L. SAVF, Roma, 152 a.C., RRC 204/1, s/p.
- 9-10. NATTA, Roma, 149 a.C., RRC 208/1, s/p, s/p.
11. L. SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C., RRC 216/1, s/p.
12. C. ANTESTI, Roma, 146 a.C., RRC 219/1e, s/p.
- 13-14. M. IVNI, Roma, 145 a.C., RRC 220/1, 3.97 g, s/p.
15. M. AVF RVS, Roma, 140 a.C., RRC 227/1d, s/p.
16. C. RENI, Roma, 138 a.C., RRC 231/1, s/p.
17. TI. VETVR, Roma, 137 a.C., RRC 234/1, s/p.
18. SEX. POM, Roma, 137 a.C., RRC 235/1a-b, 3.89 g.
- 19-21. M. BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C., RRC 236/1a (2 ex.), s/p, 3.78 g, RRC 236/1e (1 ex.), s/p.
22. CN. LVCR TRIO, Roma, 136 a.C., RRC 237/1a, s/p.
- 23-25. L. ANTES GRAGV, Roma, 136 a.C., RRC 238/1, s/p, s/p, 3.85 g.
- 26-27. TI. MINVCI C. F AVGVRINI, Roma, 134 a.C., RRC 243/1, s/p, 3.89 g.
28. P. MAE ANT M.F, Roma, 132 a.C., RRC 249/1, s/p.
29. L. POST ALB, Roma, 131 a.C., RRC 252/1, 3.79 g.
30. L. OPEIMI, Roma, 131 a.C., RRC 253/1, s/p.
- 31-33. M. VARGV, Roma, 130 a.C., RRC 257/1, s/p, s/p, 3.86 g.
- 34-35. Q. PILIPVS, Roma, 129 a.C., RRC 259/1, s/p, 3.90 g.
36. T. CLOVLI, Roma, 128 a.C., RRC 260/1, s/p.
37. Anónimo, Roma, 128 a.C., RRC 262/1, s/p.
38. M. METELLVS Q.F, Roma, 127 a.C., RRC 263/1b, 3.89 g.
39. C. CASSI, Roma, 126 a.C., RRC 266/1, s/p.

- 40-41. T. Q., Roma, 126 a.C., RRC 267/1, s/p, 3.79 g.
42. N. FABI PICTOR, Roma, 126 a.C., RRC 268/1a, s/p.
43-46. C. CATO, Roma, 123 a.C., RRC 274/1, , s/p, s/p, s/p, 3.85 g.
47. M. FAN C.F, Roma, 123 a.C., RRC 275/1, s/p.
48-49. Q. MINV RVF, Roma, 122 a.C., RRC 277/1, s/p, s/p.
50. C. PLVTI, Roma, 121 a.C., RRC 278/1, s/p.
51-52. M. TVLLI, Roma, 120 a.C., RRC 280/1, s/p, 3.79 g.
53-55. M. FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C., RRC 281/1, s/p, s/p, 3.73 g.
56. M. CALID, Q. MET, CN. FOVL, Roma, 117-116 a.C., RRC 284/1a, s/p.
57-61. CN. DOMI, Q. CVRTI, M. SILA, Roma, 116-115 a.C., RRC 285/2, s/ p , s/p, s/p, 3.91 g, 3.89 g.
62-64. M. SERGI SILVS Q, Roma, 116-115 a.C., RRC 286/1, s/p, s/p, 3.77 g.
65-66. Anónimo, Roma, 115-114 a.C., RRC 287/1, s/p, s/p.
67-69. M. CIPI M.F, Roma, 115-114 a.C., RRC 289/1, s/p, s/p, s/p.
70-71. C. FONT, Roma, 114-113 a.C., RRC 290/1, s/p, 3.92 g.
72-74. MN. AEMILIO LEP, Roma, 114-113 a.C., RRC 291/1, s/p, s/p.
75-77. CN. BLASIO CN.F, Roma, 112-111 a.C., RRC 296/1a (1 ex.), 3.82, RRC 296/1h (2 ex.), s/p, s/p.
78. L. CAESI, Roma, 112-111 a.C., RRC 298/1, s/p.
79-81. AP. CL, T. MAL ou MANL, Q. VR, Roma, 111-110 a.C., RRC 299/1a (2 ex.), s/p, s/p, RRC 299/1b (1 ex.), s/p.
82-84. C. PVLCHER, Roma, 110-109 a.C., RRC 300/1, s/p, s/p, 3.89 g.
85. P. LAECA, Roma, 110-109 a.C., RRC 301/1, 3.91 g.
86-87. L. FLAMINI CILO, Roma, 109-108 a.C., RRC 302/1, s/p, 4.00 g.
88. MN. AQVIL, Roma, 109-108 a.C., RRC 303/1, s/p.
89. Q. LVTATI CERCO Q, Roma, 109-108 a.C., RRC 305/1, 3.73 g.
90. L. VALERI FLACCI, Roma, 108-107 a.C., RRC 306/1, 3.86 g.
91-92. M. HERENNI, Roma, 108-107 a.C., RRC 308/1b, s/p, s/p.
93. C. SVLPICI C.F, Roma, 106 a.C., RRC 312/1, 3.70 g.
94-95. L. THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C., RRC 316/1, 3.75 g, 3.78 g.
96. L. SATVRN, Roma, 104 a.C., RRC 317/3b, s/p.
97. C. COIL CALD, Roma, 104 a.C., RRC 318/1a, 3.83 g.
98-99. Q. THERM M.F, Roma, 103 a.C., RRC 319/1, s/p, s/p.
100. L. IVLI L.F CAESAR, Roma, 103 a.C., RRC 320/1, 3.85 g.
101-102. M. LVCILI RVF, Roma, 101 a.C., RRC 324/1, s/p, 3.88 g.
103. C. FVNDAN Q, Roma, 101 a.C., RRC 326/1, s/p.

- 104-106. P. SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C., RRC 328/1, s/p. s/p, 3.87 g.
 107. LENT. MAR. F, Roma, 100 a.C., RRC 329/1a, 3.92 g.
 108. C. MALL, A. ALBINVS S.F. L. METEL, Roma, 96 a.C., RRC 335/1b, s/p.
 109. C. ALLI BALA, Roma, 92 a.C., RRC 336/1b, s/p.
 110-112. D. SILANVS L.F, Roma, 91 a.C., RRC 337/2 (1 ex.), s/p, RRC 337/3 (2 ex.), s/p, s/p.
 113. L. PISO L.F. L.N FRVGI, Roma, 90 a.C., RRC 340/1, s/p.
 114-116. Q. TITI, Roma, 90 a.C., RRC 341/1 (2 ex.), s/p, s/p, RRC 341/2 (1 ex.), s/p.
 117-122. C. VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C., RRC 342/5b, s/p, s/p, s/p, s/p, 3.83 g, 3.82 g.
 123. M. CATO, Roma, 89 a.C., RRC 343/1b, 3.89 g.
 124-129. L. TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C., RRC 344/1a (2 ex.), s/p, s/p, RRC 344/1b (2 ex.), s/p, s/p, RRC 344/1c (1 ex.), 3.92 g, RRC 344/3 (1 ex.), s/p.
 130-131. CN. LENTVL, Roma, 88 a.C., RRC 345/1, s/p, s/p.
 132-133. C. CENSORIN, Roma, 88 a.C., RRC 346/1a (1 ex.), s/p, RRC 346/ 2 b (1ex.), s/p.
 134-136. L. RVBRI DOSSENI, Roma, 87 a.C., RRC 348/1 (2 ex.), s/p, s/p, RRC 348/3 (1 ex.), s/p.
 137. L.C. MEMMIES L.F GAL, Roma, 87 a.C., RRC 349/1, s/p.
 138-140. GAR, OGV L. VER, Roma, 86 a.C., RRC 350A/2, s/p, s/p, 3.67 g.
 141. M. FAN. L. CRIT AED. PL, Roma, 86 a.C., RRC 351/1, 3.98 g.
 142-143. L. IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C., RRC 352/1a (1 ex.), s/p, RRC 352/1c (1 ex.), 3.34 g.
 144-146. MN. FONTEI C.F, Roma, 85 a.C., RRC 353/1a (2 ex.), s/p, s/p, RRC 353/1c (1 ex.), 4.03 g.
 147-149. C. LICINIVS L.F MACER, Roma, 84 a.C., RRC 354/1, s/p, s/p, 3.75 g.
 150-151. C. NORBANVS, Roma, 83 a.C., RRC 357/1b, s/p, s/p.
 152. L. CENSOR, Roma, 82 a.C., RRC 363/1a, s/p.
 153. Q. ANTO BALB PR, Roma, 83-82 a.C., RRC 364/1d, 3.91 g.
 154. C. ANNIVS T.F T.N PRO COS, N. Itália, 82-81 a.C., RRC 366/1a, s/p.
 155. L. SVLLA IMPE. L. MANLI PROQ, Oriente, 82 a.C., RRC 367/3 ou 5, s/p.
 156. A. POST A.F S.N ALBIN, Roma, 81 a.C., RRC 372/1, 3.81 g.
 157. Q.C.M.PI. ou IMPER, N. Itália, 81 a.C., RRC 374/1, 3.68 g.
 158-160. L. PROCILI F, Roma, 80 a.C., RRC 379/1 (1 ex.), s/p, RRC 379/2 [2 ex.. 1 incuso de Anv.], s/p, 3.83 g.
 161-162. C. POBLICI Q.F, Roma, 80 a.C., RRC 380/1, s/p, 3.83 g.

163. C. NAE BALB, Roma, 79 a.C., RRC 382/1b, 3.90 g.
 164. TI. CLAVD TI.F AP.N, Roma, 79 a.C., RRC 383/1, 3.92 g.
 165. L. PAPI, Roma, 79 a.C., RRC 384/1, s/p.
 166-169. M. VOLTEI M.F, Roma, 78 a.C., RRC 385/1 (2 ex.), s/p, 3.86 g, RRC 385/3 (1 ex.), s/p, RRC 385/4 (1 ex.), s/p.
 170. L. CASSI Q.F, Roma, 78 a.C., RRC 386/1, 3.88 g.
 171. L. RVTLI FLAC, Roma, 77 a.C., RRC 387/1, s/p.
 172. P. SATHRIENVVS, Roma, 77a.C., RRC 388/1b, 3.75 g.
 173. C. EGNATIVS CN.F CN.N MAXSVMVS, Roma, 75 a.C., RRC 391/3, s/p.
 174. CN. LEN Q, Hispania (?), 76-75 a.C., RRC 393/1a, s/p.
 175-176. C. POSTVMI AT ou TA, Roma, 74 a.C., RRC 394/1, s/p, 4.09 g.
 177-192. Ex. não classificados.

BARBOSA, M. B., *Um tesouro sertoriano da região de Santarém*, «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994 (no prelo).

DISTRITO DE LISBOA

17. Pinhal do Alvarinho, Alenquer, Alenquer

Em 1892, no suplemento ao vol. II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Hübner publica, com base numa carta de Estácio da Veiga de 10/6/1881, uma inscrição gravada num vaso de prata [Sucnin(us) Asedi f(i)lius] que continha «cerca de mil denários romanos consulares», achado próximo de Alenquer. Julgamos ser este o tesouro a que se refere Mário de Castro Hipólito, utilizando uma informação de Hipólito Cabaço datada de 22/3/1959, segundo a qual, junto ao Camarnal, «no Pinhal do Alvarinho, na margem da estrada da Boa Viagem, há uns sessenta anos, quando três rapazes arrancavam um cepo de pinheiro, encontraram duas grandes taças de prata, parece que artisticamente cinzeladas, cheias de denários romanos, uns doze a catorze litros pouco mais ou menos. Os rapazes destruíram as taças com os alviões e encheram os barretes com moedas a que chamavam botões. A Marquesa de Castelo Melhor, proprietária do terreno, conseguiu obter parte das moedas mas a maior parte foi vendida em Alenquer a um ourives ambulante. Vi só três destas moedas. Eram da República e de 125 a.C.». A tratar-se do mesmo achado, a informação de Hübner parece-nos mais segura por ser coetânea do achamento, as indicações de Hipólito Cabaço teriam sido já deturpadas pelo passar de mais de meio século. Trata-se, com toda a certeza, de um tesouro do período republicano.

CIL II 62493; HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 81-82, n° 116; SAA, *As Grandes Vias da Lusitânia*, III, 1960, p. 95; RADDATZ, *Schatzfunde*, p. 272; *Fouilles de Conimbriga*, p. 197 e 199, n° 35; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 118, 5/138.

18. Casal dos Cabeços (Santana da Carnota), Carnota, Alenquer

Em Agosto de 1979 foi encontrado no sítio do Casal dos Cabeços um tesouro composto por 136 denários, 3 colares de prata e 10 brincos de ouro. Os exemplares nº 28, 48-50, 121-123, 129-130 e 131-133 são serrados.

1. Anónimo (Rostrum Tridens), Roma, 206-195 a.C., RRC 114/1, 3.63g.
2. Anónimo, Roma, 157-156 a.C., RRC 197/1a, 3.61 g.
3. Anónimo, Roma, 157-156 a.C., RRC 198/1, 3.50 g.
4. C. SCR, Roma, 154 a.C., RRC 201/1, 3.39 g.
5. C. MAIANI, Roma, 153 a.C., RRC 203/1, 3.62 g.
6. NATTA, Roma, 149 a.C. RRC 208/1, 3.91 g.
7. L. CVP, Roma, 147 a.C., RRC 218/1, 3.54 g.
8. Anónimo, Roma, 143 a.C., RRC 222/1, 3.69 g.
9. L. ATILI NOM, Roma, 141 a.C., RRC 225/1, 3.75 g.
10. SEX. POM, Roma, 137 a.C. RRC 235/1a, 3.92 g.
- 11-12. M. BAEBI Q. F TAMPIL, Roma, 137 a.C., RRC 236/1a, 3.79 g, 3.90 g.
13. L. ANTES GRAGV, Roma, 136 a.C., RRC 238/1, 3.81 g.
14. C. SERVEILI M. F, Roma, 136 a.C., RRC 239/1, 3.79.
15. TI. MINVCI C. F AVGVRINI, Roma, 134 a.C., RRC 243/1, 3.87.
16. C. ABVRI GEM, Roma, 134 a.C., RRC 244/1, 3.87 g.
17. L. MINVCIV, Roma, 133 a.C., RRC 248/1, 3.86 g.
- 18-19. Q. METE, Roma, 130 a.C., RRC 256/1, 3.85 g, 3.89 g.
20. Q. PILIPVS, Roma, 129 a.C., RRC 259/1, 3.84 g.
- 21-22. Q. FABI LABEO, Roma, 124 a.C., RRC 273/1, 3.86 g, 3.89 g.
- 23-24. M. CARBO, Roma, 122 a.C., RRC 276/1, 3.84 g, 3.85 g.
25. Q. MINV RVF, Roma, 122 a.C., RRC 277/1, 3.81 g.
26. C. PLVTI, Roma, 121 a.C., RRC 278/1, 3.82 g.
27. M. FOVRI L. F PHILI, Roma, 119 a.C., RRC 281/1, 3.87 g.
28. L. LIC, CN. DOM e assoc., Narbo, 118 a.C., RRC 282/4, 3.81 g.
- 29-30. CN. DOMI, Q. CVRTI, M. SILA, Roma, 116-115 a.C., RRC 285/2, 3.79 g, 3.84 g.
31. M. SERGI SILVS Q, Roma, 116-115 a.C., RRC 286/1, 3.76 g.
32. Anónimo, Roma, 115-114 a.C., RRC 287/1, 3.91 g.
33. C. FONT, Roma, 114-113 a.C., RRC 290/1, 3.89 g.
- 34-35. MN. AEMILIO LEP, Roma, 114-113 a.C., RRC 291/1, 3.70 g, 3.73 g.
36. T. DEIDI, Roma, 113-112 a.C., RRC 294/1, 3.88 g.
37. TI. Q, Roma, 112-111 a.C., RRC 297/1a, 3.80 g.

38. AP. CL, T. MAL ou T. MANL, Q. VR, Roma, 111-110 a.C., RRC 299/1b, 3.88 g.
39. P. LAECA, Roma, 110-109 a.C., RRC 301/1, 3.93 g.
- 40-43. L. FLAMINI CILO, Roma, 109-108 a.C., RRC 302/1, 3.95 g, 3.88 g, 3.88 g, 3.95 g.
44. L. MEMMI, Roma, 109-108 a.C., RRC 304/1, 3.78 g.
- 45-46. Q. LVTATI CERCO Q, Roma, 109-108 a.C., RRC 305/1, 3.78 g, 3.75 g.
47. L. VALERI FLACCI, Roma, 108-107 a.C., RRC 306/1, 3.83 g.
- 48-49. L. SCIP ASIAG, Roma, 106 a.C., RRC 311/1a, 311/1c, 3.87 g, 3.93 g.
50. L. MEMMI GAL, Roma, 106 a.C., RRC 313/1b, 3.82 g.
- 51-55. L. THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C., RRC 316/1, 3.89 g, 3.92 g, 3.83 g, 3.83 g, 3.81 g.
56. L. SATVRN, Roma, 104 a.C., RRC 317/3b, 3.89 g.
57. C. COIL CALD, Roma, 104 a.C., RRC 318/1b, 3.90 g.
- 58-60. Q. THERM M. F, Roma, 103 a.C., RRC 319/1, 3.83 g, 3.82 g, 3.80 g.
61. L. IVLI L. F CAESAR, Roma, 103 a.C., RRC 320/1, 3.88 g.
- 62-63. M. LVCILI RVF, Roma, 102 a.C., RRC 324/1, 3.93 g, 3.86 g.
64. L. SENTI C. F, Roma, 101 a.C., RRC 325/1b, 3.89 g.
65. C. FVNDAN Q, Roma, 101 a.C., RRC 326/1, 4.07 g.
- 66-67. P. SERVILI M. F RVLLI, Roma, 100 a.C., RRC 328/1, 3.82 g, 3.95 g.
68. C. ALLI BALA, Roma, 92 a.C., RRC 336/1b, 3.85 g.
69. D. SILANVS L. F, Roma, 91 a.C., RRC 337/3, 3.95 g.
- 70-75. L. PISO L. F. L. N. FRVGI, Roma, 90 a.C., RRC 340/1, 3.92 g, 4.10 g, 3.96 g, 4.00 g, 3.85 g, 3.89 g.
- 76-78. Q. TITI, Roma, 90 a.C., RRC 341/1 (1 ex.), 341/2 (2 ex.), 3.56 g, 4.09 g, 3.95 g.
- 79-86. C. VIBIVS C. F PANSA, Roma, 90 a.C., RRC 342/3a (1 ex.), 342/4b (2 ex.), 342/5b (5 ex.), 4.13 g, 3.82 g, 3.68 g, 3.80 g, 3.87 g, 3.62 g, 3.83 g, 3.81 g.
- 87-93. L. TITVRI LF. SABINVS, Roma, 89 a.C., RRC 344/1a (2 ex.), 344/1b (1 ex.), 344/2b (2 ex.), 344/3 (2 ex.), 3.70 g, 3.79 g, 3.74 g, 4.16 g, 3.93 g, 3.90 g, 3.84 g.
- 94-98. CN. LENTVL, Roma, 88 a.C., RRC 345/1, 3.87 g, 3.58 g, 3.60 g, 3.87 g, 4.10 g.
- 99-102. C. CENSORIN, Roma, 88 a.C., RRC 346/1c (1 ex.), 346/1g (2 ex.), 346/2b (1 ex.), 4.02 g, 3.86 g, 3.92 g, 4.02 g.
- 103-107. L. RVBRI DOSSENI, Roma, 87 a.C., RRC 348/1 (2 ex.), 348/2 (3 ex.), 4.20 g, 3.87 g, 4.25 g, 3.86 g, 4.17 g.
108. L. C. MEMIES L. F GAL, Roma, 87 a.C., RRC 349/1, 3.79 g.

- 109-111. GAR, OGVL, VER, Roma, 86 a.C., RRC 350/A2, 3.70 g, 3.92 g, 3.71 g.
 112-114. L. IVLI BVRVSIO, Roma, 85 a.C., RRC 352/1a (2 ex.), 352/1c (1 ex.), 3.51 g, 3.92 g, 3.80 g.
 115. MN. FONTEI C. F, Roma, 85 a.C., RRC 353/1a, 4.26 g.
 116. C. LICINIVS L. F MACER, Roma, 84 a.C., RRC 354/1, 3.89 g.
 117. C. NORBANVS, Roma, 83 a.C., RRC 357/1b, 3.95 g.
 118-119. P. CREPVSI, Roma, 82 a.C., RRC 361/1, 361/1c, 3.83 g, 3.87 g.
 120. L. CENSOR, Roma, 82 a.C., RRC 363/1d, 3.71 g.
 121-123. Q. ANTO BALB PR, Roma, 83-82 a.C., RRC 364/1a (1 ex.), 364/1c (2 ex.), 3.81 g, 3.79 g, 3.89 g.
 124. C. ANNIVS T. F T.N PRO. COS, Norte de Itália, 82-81 a.C., RRC 366/1b, 3.93 g.
 125. C. ANNIVS T. F T.N PRO. COS, Norte de Itália, 82-81 a.C., RRC 366/2b, 3.85 g [reverso invertido].
 126-127. C. ANNIVS T. F T.N PRO. COS, Hispania, 82-81 a.C., RRC 366/3b, 366/4, 3.88 g, 3.94 g.
 128-130. L. PROCILI F, Roma, 80 a.C., RRC 379/1 (1 ex.), 379/2 (2 ex.), 3.86 g, 3.86 g, 3.80 g.
 131. C. POBLICI Q. F, Roma, 80 a.C., RRC 380/1, 3.91 g.
 132-133. C. NAE BALB, Roma, 79 a.C., RRC 382/1a, 3.92 g, 3.97 g.
 134. L. LVCRETIO TRIO, Roma, 76 a.C., RRC 390/1, 4.02 g.
 135. *bolskan*, CNH 2, 2ª met. séc. II a.C., 3.98 g.
 136. *sekobirikes*, CNH 9, inícios do séc. I a.C., 3.54 g.

VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R., *Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)*, MM, 25, 1984, pp. 79-91; RRCHAD 67; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 117, 5/135; FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia*, p. 93; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 49, nº 97; GARCÍA-BELLIDO, *Sobre la localización de Segobrix*, pp. 250, fig. 8, nº 46 e 248-249.

19. Cascais, Cascais

Em 1994, quando se procedia a escavações na Rua dos Navegantes (parte alta de Cascais), foram encontradas 4 moedas de bronze junto a um muro. Pelo seu contexto arqueológico, parece que formariam o conteúdo de uma pequena bolsa.

1. Hs, Domitianus, Roma, 85-96, RIC II 253, 279, 313, 342, 358, 401 ou 412, 18.16 g, 32 mm, 6.
2. Hs, Traianus, Roma, 103-111, RIC II 489, 19.27 g, 34 mm, 7.
3. Hs, Hadrianus, Roma, 117-138, 19.26 g, 35 mm.
4. A.s. Antoninus Pius, Roma, 138-161, 7.9 g, 27 mm, 12.

Em estudo

APÊNDICE (Possíveis tesouros de composição e cronologia incertas)

DISTRITO DE LEIRIA

A. Morouços, Rominha, Alvaiázere

Em 1917, escreve Leite de Vasconcellos que foi informado do aparecimento, no local, de moedas de prata «com duas caras» e moedas de cobre. Julgamos que esta referência poderá estar relacionada com o achado de algum tesouro em que entrassem denarii republicanos. A tratar-se de um tesouro, a notícia também não esclarece se era composto exclusivamente por peças em AR ou se os AE a que se refere Vasconcelos também faziam parte do achado.

VASCONCELLOS, J. L., *Coisas velhas*, AP, XXII, 1917, p. 146; ALARCÃO, *Roman Portugal*, p. 102, 3/215.

B. Pinhal, Santa Maria, Óbidos

Numa memória anónima sobre Óbidos pode ler-se: «Defronte do lugar do Pinhal, mesmo na estrada, havia uma espécie de parede, toda de tijolo, semelhante a uma abóboda de forno», dentro da qual achou um indivíduo «uma porção de dinheiro dos Romanos e diferentes objectos de ouro, que parece serem enfeites de mulher». A cronologia deste depósito é incerta.

Memórias históricas e diferentes apontamentos àcerca das antiguidades de Óbidos, p. 199.

DISTRITO DE SANTARÉM

C. Alcobertas, Alcobertas, Rio Maior

Informa Leite de Vasconcellos em 1895, citando o jornal «O Dia» de 26 de Julho do mesmo ano, que «Nas proximidades de Alcobertas, freguesia do concelho de Rio Maior, quando um carro de bois passava na estrada que conduz àquela povoação, desabou uma pedra à beira da mesma estrada, caindo nesse momento uma grande porção de moedas de prata da época romana. Mais tarde voltaram ao mesmo local e ainda encontraram mais dinheiro e diferentes objectos de ouro antiquíssimos, alguns de bastante valor archeologico». Cremos que poderá tratar-se de um tesouro da época republicana, mas não possuímos argumentos convincentes na defesa desta cronologia.

VASCONCELLOS, *Notícias várias*, AP, I, 1895, p. 223; HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 81, n.º 114; ALARCÃO, *Roman Portugal*, pp. 113-114, 5/52.

2. ACHADOS OCASIONAIS

*DISTRITO DE LEIRIA**1. Monte Figueiró, Alvorge, Ansião*

Conjunto de 15 moedas recolhidas ao longo de vários anos no decurso de trabalhos agrícolas e adquiridas pelo Pe. J. E. Reis Coutinho. A este lote acrescentámos dois asses de Augustus (nº 16-17) que aquele sacerdote viu nas mãos de um agricultor mas não pode adquirir. Em virtude de os achados se terem realizado numa diminuta parcela de terreno, o autor sugere a possibilidade de os numismas fazerem parte de um depósito, o que nos parece pouco provável, dada a heterogeneidade do conjunto.

1. AE, Gadir, inícios séc. II a.C., CNH 35, 7.83 g, 27-25 mm, 10.
2. AE, Malaka, séc. II a.C., CNH 11, 5.43 g, 22-21 mm, 12.
3. Qd, Corduba, meados séc. II a.C., CNH 1, 6.31 g, 18 mm, 6.
- 4-5. AE, *bolskan*, 2ª met. séc. II a.C., CNH 4, 8.86 g, 6.92 g, 24-23 mm, 23- 22 mm, 3, 1.
6. As, Obulco, último terço séc. II a.C., CNH 44, 11.16 g, 28-27 mm, 3.
7. As, Castulo, 165-80 a.C., García-Bellido, série VIa-Grupo V, 9.20 g, 26- 25 mm, 10.
- 8-9. S, Beuipo, 2ª met. séc. II-meados séc. I a.C., CNH 12B, 5.40 g, 5.94 g, 22 mm, 19 mm, 11, 9 [contramarca S].
10. AE, *bolskan*, 80-72 a.C., CNH 14, 6.21 g, 23-22 mm, 3.
11. AE, *sekaisa*, 1ª met. do séc. I a.C., CNH 40 ou 42-43, 5.90, 21.5 mm, 9.
12. As, Murtili, c. 70-40 a.C., CNH 3, 26.87 g, 35-33 mm, 1.
13. S, Obulco, séc. I a.C., CNH 86, 5.18 g, 19-18 mm, 3.
14. S, Carteia, séc. I a.C., CNH 71, 6.68 g, 21 mm, 2.
15. As, Lepida/Celsa, 44-36 a.C. (?), RPC 264, 13.70 g, 29 mm, 6.
- 16-17. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 3/4.

COUTINHO, J. E. R., *Moedas hispano-romanas do Monte Figueiró*, Conimbriga, XXXIV, 1995 (no prelo); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

2. Covões, Monte Real, Leiria

«Em 1807 quando se procedia à abertura de uma nascente de água mineral, perto do sítio dos Covões, encontraram-se vários cipos anepígrafos, uma árula votiva e várias moedas de cobre e de latão». Os autores de *Fouilles de Conimbriga* classificam este achado como tesouro, designação de que discordamos. Das 4 moedas vagamente identificadas interessam-nos as seguintes:

1. AE, Antoninus Pius, Marcus Aurelius ou L. Verus, Roma, 138-180.
2. AE, Faustina I, Faustina II, Sabina ou Crispina, Roma, 128-183 (?).

LEAL, *Portugal*, vol. V, p. 530; TAVARES, F., *Instruções e cautelas praticas sobre a natureza, diferentes espécies, virtudes em geral, e uso legítimo das águas minerais ...*, Lisboa, 1810, pp. 53-54; HELENO, M., *Antiguidades de Monte Real*, AP, XXV, 1921-1922, p. 8; *Fouilles de Conimbriga*, p. 227, n. 13 e 232-233, mapa 6, nº 16 bis; BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M., *Historia Economica de la Hispania Romana*, Madrid, 1978, mapa 138, 16 bis; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 102, 3/192; BOST, C. MPO, COLLS, GUERRERO e MAYET, *L' épave Cabrera III*, pp. 103-104; ABAD VARELA, M., *La moneda como ofrenda en los manantiales*. ETF (hist), 5, 1992, p. 168; FRADE, H., *As termas medicinais da época romana em Portugal*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga» (Coimbra, 1990), Coimbra, 1993, p. 887.

3. Arneiro, Maceira, Leiria

Na colecção arqueológica que pertenceu a Virgílio de Sousa encontram-se algumas dezenas de moedas até ao séc. IV, provenientes das «escavações» deste arqueólogo amador na *uilla* romana do Arneiro ou adquiridas e ofertadas pelos proprietários dos terrenos contíguos à estação.

1. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 4.
2. D, Tiberius, Lugdunum, 14-37. RIC I2 28.
3. Hs, Hadrianus, Roma. 117-138.
4. D, Caracalla, Roma. 213-217, RIC IV (1) 300.

RUIVO, *Estremadura* (no prelo); CORREIA, M. N. B., *Estudo arqueológico sobre a villa romana do Arnal-Leiria*. Trabalho escolar. Faculdade de Letras, Lisboa, 1963, p. 8, refere, quanto a nós por equívoco, o achamento de dois denários da série *C.L. Caesares* na dita estação. A autora diz ter aparecido também uma moeda de ouro, mas não especifica a informação. No espólio monetário que pertenceu a Virgílio de Sousa não se encontra, contudo, qualquer exemplar romano batido naquele metal.

4. Região de Leiria (S. Sebastião?), Leiria ou Batalha

James Murphy, um inglês que viajou por Portugal entre 1789 e 1790, ao descrever a sua visita ao castelo de Leiria, falando do paço escreve em nota de rodapé: «A great part of that palace is thought to have been built of the fragments of an ancient city called Callipo, which History shews to have once flourished near this place. I saw a gold coin that was lately found there among the rubbish, bearing a figure of a bull on the reverse, finely executed». De acordo com esta descrição, trata-se provavelmente de um AV de Augustus ou de Vespasianus.

1. Au, Augustus, Lugdunum, 15-10 a.C ou Vespasianus, Roma, 75.

MURPHY, J., *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790*, Londres, 1795, p. 74.

5. Região de Leiria-Batalha, Leiria-Batalha

No Seminário, na Região de Turismo e no Museu de Leiria encontram-se várias moedas provenientes da área de S. Sebastião do Freixo e de estações arqueológicas das imediações sem que seja possível precisar os respectivos locais de proveniência. As moedas 1, 10 e 12 pertencem à colecção do Seminário, as nº 3, 4 e 14 à col. da família de Virgílio de Sousa (Leiria), a nº 5 à Região de Turismo e as restantes ao Museu de Leiria.

1. D, CN. DOMI. Q. CVRTI, M. SILA. Roma. 116-115 a.C.. RRC 285/2. s/p, 18 mm, 5.
2. D. L. PHILIPPVS, Roma. 113-112 a.C.. RRC 293/1. 2.94 g, 18 mm, 9 [forrado].
3. D, P. SERVILI M. F RVLLI, Roma. 100 a.C.. RRC 328/1.
4. D. L. IVLI BVRSIO. Roma, 85 a.C., RRC 352/1a.
5. S. Beuipo, 2º met. séc. II-meados séc. I a.C., CNH 12B [contramarca S].
6. As, Osset, séc. I a.C., CNH 8 (= Vives 111/7), 8.44 g, 26 mm.
7. D, Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I^o 207, 3.77 g, 19 mm, 6.
8. D, Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I^o 210, 3.88 g, 18 mm, 11.
9. As, Augustus, Emerita, post. 2 a.C., RPC 13, 13.17 g, 25 mm, 5.
10. Dp, Diuus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post. 14, RPC 30, s/p, 34 mm, 3.
11. As, Júlios-Claúdios, c. emissor indeterminado, 9.19 g, 28 mm.
12. D, Vespasianus, (Anv.: Cabeça laur. à dta. Leg.: IMP CAES VES[...] AVG PM TRP III PP COS IV. Rev.: Igual a RIC II 41a), 72 ou após, s/p, 19-17.5 mm. [forrado].
13. As, Domitianus, Roma. 81-96, 9.65 g, 26 mm, 6.
14. Hs, Antoninus Pius, Roma, 138-161.
15. Hs, Commodus, Roma, 180-192, 16.85 g, 30 mm, 12.

RUIVO, J. S., *Moedas romanas do Museu de Leiria*, «II Colóquio Sobre a História de Leiria e sua Região» (Leiria, 29 e 30 de Novembro de 1991) (no prelo); RUIVO, J. S., *Catálogo das Moedas Romanas do Museu de Leiria*. (no prelo); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

6. Andreus, Barreira, Leiria

Em data recente foi encontrado ocasionalmente nesta localidade um AE de Apameia (Frígia) por um aluno da Escola Secundária da Batalha. A peça ostenta um considerável desgaste.

1. AE, Apameia, 133-48 a.C., SNG Cop. 161-169, 6.21 g, 21-20 mm, 12.

7. S. Sebastião do Freixo, Golpilheira, Batalha

Logo em 1721, o provedor da comarca de Leiria ao responder ao inquérito da Academia Real de História, refere o achado de «varias moedas de ouro, prata e cobre» (1) neste local, onde se presume que se terá erguido a antiga Collippo. Em 1909, Tavares

Proença comprou aqui, entre vários objectos, uma moeda de Emerita (2). Durante as escavações aqui realizadas por J. M. Bairrão Oleiro e J. Alarcão foram adquiridas para o Gabinete de Etnografia da Comissão Regional do Turismo de Leiria 3 moedas achadas durante as lavras (3).

1. AE, Augustus ou Tiberius, Emerita, 2 a.C. (?) - 37.
2. As, Augustus ou Tiberius. Emerita, 2 a.C. - 37, s/p. 26-24 mm, 10.
3. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42. s/p, 24 mm, 8.
4. Hs, Hadrianus, Roma, 119-138, RIC II 636c-d ou 967b, s/p, 32-31 mm, 6.

(1) Códice 503 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, fl. 53; (2) DIAS, J. L., *Francisco Tavares Proença Júnior-Fundador do Museu de Castelo Branco*, ECB, 40, 1972, p. 142; (3) OLEIRO, J. M. B. e ALARCÃO, J., *Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha)*, Conimbriga, VIII, 1969, p. 6; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

8. Região da Batalha, Batalha

Do concelho da Batalha devem provir com quase toda a certeza as moedas de 3 colecções particulares que aqui integramos numa única rubrica. Grande parte delas terá sido mesmo encontrada em S. Sebastião do Freixo e nas imediações, outras provirão das numerosas estações arqueológicas da região da Batalha. Da colecção do Dr. Joaquim Padrão (Batalha) inventariámos os exemplares: 1, 2, 4-6, 10-12, 15, 17, 18, 24, 31, 35, 37-39 e 42. O exemplar n.º 28 pertence a um aluno da Escola Secundária da Batalha. Da colecção de José Travassos dos Santos (Leiria) inventariámos o exemplar n.º 9 e da colecção do falecido Pe. José Oliveira (Reguengo do Fetal), actualmente no Seminário de Leiria, reenseámos os seguintes: 3, 7, 8, 13, 14, 16, 19-22, 25-27, 29, 30, 32-34, 36, 40 e 41. Desta última colecção, não se inclui a imitação de uma tetradracma de Gortyna por ser de fábrica recente.

1. D, L. SENTI C. F, Roma, 101 a.C., RRC 325/1b.
2. D, República, Autoridade e c. emissor indeterminados, séc. II a.C.
3. S, Castulo, meados séc II a.C., CNH 15. 7.29 g, 23-20 mm, 3.
4. D, M. SCAVR. P. HVPSAEVS AED CVR. Roma, 58 a.C., RRC 422/1b.
5. D, C. VIBIVS C. F. C. N PANSIA, Roma, 48 a.C., RRC 449/2.
6. D, República, Autoridade e c. emissor indeterminados, séc. II - I a.C.
- 7-8. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 3, 6.55 g, 9 g, 24 mm, 23 mm.
- 9-11. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 4.
12. Qn, Augustus (P. Carisius), Emerita, 25-23 a.C., RIC I² 1a.
13. As, Augustus, Colonia Patricia, 15-14 a.C., RPC 129, 7.14 g, 23 mm, 6.
14. As, Augustus, Eborac, post. 12 a.C., RPC 51, 9.77 g, 25 mm, 10.
15. As, Augustus, Caesaraugusta, 8-1 a.C., RPC 314.
16. Dp, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 41, 21.02 g, 33 mm, 11.
17. Dp, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 41.

18. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42.
19. As, Diuus Augustus ou Tiberius, Emerita, 14-37, 8.17 g, 26 mm, 3.
20. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 419, 10.24 g, 26 mm, 12.
21. As, Tiberius, Cascantum, 14-37, RPC 425, 11.95 g, 26 mm, 4.
22. As, Tiberius, Graccurreis, 14-37, RPC 429, 10.37 g, 28 mm, 6.
23. As, M. Agrippa (sob Caius), Roma, 37-41, RIC I² 58, 9.52 g, 28 mm, 7.
24. D, Claudius, Roma, 50-51, RIC I² 52.
25. Hs, Claudius, Roma (?), 41-50 (?), RIC I² 96, 13.29 g, 31 mm, 7 [partida?].
26. Hs, Claudius, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 99, 23.80 g, 35 mm, 6.
- 27-28. As, Claudius, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100, 8.35 g, s/p, 26-25 mm, 24 mm, 7, 6.
29. As, Júlios-Cláudios, c. emissor indeterminado, 8.54 g, 27-26 mm.
30. D, Galba, Tarraco, 68, var. RIC I² 32, 3.08 g, 17-16 mm, 6.
31. As, Galba, Tarraco, c. Setembro-Dezembro 68, RIC I² 70 ou 73.
32. As, Imperador e c. emissor indeterminados, século I, 7.56 g, 26-24 mm.
33. Hs, Traianus, Roma, 103-111, RIC II 500, 25.17 g, 32-31 mm, 6.
34. Dp, Traianus, Roma, 98-117, 12.97 g, 28 mm.
35. Hs, Hadrianus, Roma, 128-138, RIC II 754-755, 14.40 g, 29 mm, 7.
36. Hs, Hadrianus, Roma, 117-138.
37. As, Sabina (sob Hadrianus), Roma, 128-137, 5.14 g, 22 mm, 7.
38. Dp, Antoninus Pius, Roma, 158-159, RIC III 1014.
39. Hs, Faustina I divinizada (sob Antoninus Pius), Roma, post. 141.
40. D, Marcus Aurelius divinizado (sob Commodus), Roma, 180, RIC III 269.
41. As, Imperador e c. emissor indetermin., século I-II, 5.77 g, 26 mm.
42. D, Caracalla (sob Septimius Seuerus), Roma, 198, RIC IV (1) 26a.

RUIVO, J. S., *Notas sobre as moedas hispano-romanas do Museu do Seminário de Leiria*, O Mensageiro, 4/3/1993; idem, *Imitação de uma moeda antiga no Museu do Seminário de Leiria*, O Mensageiro, 18/8/1994; idem, *Variante do denário de Galba RIC² 32*, Portugália, n. s., XV, 1994, pp. 159-160; idem, *Estremadura* (no prelo).

9. Curvaceiras, Alqueidão da Serra, Porto de Mós

De acordo com Alfredo de Matos, o padre Afonso - pároco de Alqueidão da Serra na segunda metade do séc. XIX- teria encontrado nas Curvaceiras uma «moeda de ouro do tempo de Nero», que teria oferecido ao Dr. Jordão, médico militar do Regimento de Leiria.

1. Au, Nero, Roma, 54-67.

MATOS, A. A., *Alqueidão da Serra. Apontamentos para a sua história*, Leiria, 1964, p. 26.

10. Pedrógão, Cós, Alcobaça

No local onde se situa uma importante uilla romana têm-se feito vários achados

monetários. Durante o levantamento de um mosaico encontrou-se um AE de Augustus (nº1). Outras duas foram oferecidas ao Museu de Leiria em 1916 por Roberto dos Santos (nº 2-3).

1. AE, Augustus, c. emissor indeterminado, 27 a.C.-14.
2. Dp, Antonia (sob Claudius I), imitação provincial, tipo RIC I² 92. post. 41. 9.1 g. 28 mm, 5.
3. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 100, post. 41 d.C.. 8.83 g. 28 mm, 7.

Valiosas ofertas. O Mensageiro, 25/10/1916; MOITA, I. N., *O mosaico luso-romano da Póvoa de Cós*, AP, 2ª série, 1, 1951, p. 149 e n. 3; RUIVO, *Moedas romanas do Museu de Leiria* (no prelo); idem, *Catálogo das Moedas Romanas do Museu de Leiria* (no prelo).

11. *Carvalhal de Aljubarrota, Aljubarrota, Alcobaça*

Ao publicar materiais arqueológicos do Carvalhal, Vieira Natividade faz uma vaga referência ao aparecimento de moedas. Existe um manuscrito da sua autoria com o decalque e o desenho de vários objectos arqueológicos provenientes do Carvalhal, entre os quais 6 moedas. Quatro são dos sécs. III e IV, as outras duas são hispânicas:

1. As, Augustus, Calagurris, post. 27 a.C., RPC 441, 28-27 mm, 6.
2. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 417, 26 mm, 6.

NATIVIDADE, M. V., *Alcobaça archeologica*, AP, I, 1895, p. 106; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

12. *Aljubarrota, Aljubarrota, Alcobaça*

As Memórias Paroquiais de 1758 referem o aparecimento «em uma sepultura da Igreja Matriz» de «uma moeda de cobre que denotava ser do tempo do Emperador Claudio, porquanto se divisava nella uma figura a quem circulava uma inscrição que dizia CLAUDIUS IMPERATOR».

1. AE, Claudius I, c. emissor indeterminado, 41-54.

LEAL, *Portugal*, I, p. 136; AZEVEDO, P., *Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»*, AP, II (6-7), 1896, p. 183; FERREIRA, E. M., *Aljubarrota. Pequena monografia*, Lisboa, 1931, p. 25-26.

13. *Poços do Soão, Aljubarrota, Alcobaça*

Escreve o Pe Luiz Cardoso em 1747: «Em huma terra lavradia defronte do lugar dos Poços do Soão, se tem achado por varias vezes moedas de prata da grandeza, mas de duplicada grossura, das que hoje correm de tres vintens: de huma parte tem a figura do Imperador Romano coroado de louro, de meyo corpo, e da outra tres figuras, duas de dous homens pelejando com espadas, e rodellas, e outra de um homem cahindo por terra com a espada na mão, com esta letra por baixo: QUINTUS TREMUTIUS. Achou-se outra da

grandeza, e maior grossura das que hoje correm de seis vintens, e tinha por divisa dous homens, que representavão ser um filho com seu pay às costas, e por baixo esta Inscripção: SPECIES PIETATIS»(1).

1. D. M. HERENNI, Roma, 108-107 a.C., RRC 308/1.

2. D. Q. THERM M. F, Roma, 103 a.C., RRC 319/1.

CARDOSO, Pe. L.. *Diccionario Geografico*, t. I, 1747, pp. 319-320.

14. *Olival dos Frades (?), Turquel, Alcobaca*

Um exemplar no MNA (Tab. 124/45).

1. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100, 3.10 g, 24- 22 mm, 6.

15. *Parreitas, Bário, Alcobaca*

Nas proximidades do sítio arqueológico das Parreitas foi recolhido à superfície um AR de Antoninus Pius.

1. D, Antoninus Pius, Roma, RIC III 249, 155-156, 2.75 g, 17-16 mm, 1.

16. *Região de Alcobaca, Alcobaca*

Na Casa-Museu Vieira Natividade, em Alcobaca, está depositado o vasto espólio arqueológico reunido por Manuel Vieira Natividade, entre o qual se encontram numerosos numismas romanos que, não tendo embora na maior parte dos casos indicação exacta de proveniência, são seguramente de origem local.

1. D, M. ATILI SARAN, Roma, 148 a.C., RRC 214/1b, s/p, 18 mm, 6.

2. D, M. CALID. Q. MET. CN. FOVL, Roma, 117-116 a.C., RRC 284/1a, s/p, 18-16.5 mm, 6.

3. D, CN. DOMI, Q. CVRTI, M. SILA, Roma, 116-115 a.C., RRC 285/2, s/p, 18 mm, 9.

4-5. D, CN. BLASIO C. F, Roma, 112-111 a.C., RRC 296/1d e 296/1e, s/p, s/p, 18-17 mm, 18-17 mm, 8, 5.

6-7. D, PAVLVVS LEPIDVS, Roma, 62 a.C., RRC 415/1, s/p, s/p, 18-17 mm, 18-17 mm, 5, 7 [exemplar utilizado como botão em data recente].

8. D, Q. POMPEI RVFI, Roma, 54 a.C., RRC 434/2, s/p, 18-17 mm, 1.

9. As, Cn. Pompeius, Hispania, 46-45 a.C., RRC 471, s/p, 33-31 mm, 10.

10. As, Augustus, Nemausus, 20-10 a.C., RIC I² 157, s/p, 20 mm, 10.

11. As, Augustus, Emerita, post. 2 a.C., RPC 13, s/p, 27-26 mm, 12.

12. As, Divus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post. 14, RPC 26, 31 ou 33, s/p, 25 mm, 5.

13. As, Divus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post. 14, RPC 28, s/p, 27-26 mm, 2.

14. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 40, s/p, 26 mm, 6.

15. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 95, s/p, 27 mm, 7.

16. Hs, Domitianus, Roma, 82, RIC II 240b, s/p, 32-31 mm, 5.

17. D, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 127c, s/p, 18 mm, 8.

18. As, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 664, s/p, 24 mm, 6.
 19. As/Dp, Hadrianus, Roma, 125-138, s/p, 27-25 mm, 1.
 20. Hs, Marcus Aurelius, Roma, 168-169, RIC III 962, s/p, 30 mm, 12.
 RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

17. *Eburobrittium* (?)

No *Catalogue des monnaies antiques et du Moyen Âge recueillies en Espagne, dans les îles Baleares et en Portugal de 1850 a 1854* editado por J. Gaillard por volta de meados do séc. XIX, são referidos 3 AE ibéricos provenientes de Eburobrittium. Não sabemos ao certo a que localidade actual se deverá reportar este achado, embora P. Vidal González indique - ignoramos a partir de que dados - Évora de Alcobaça.

1-3. AE. *ekualakos*, 2ª metade séc. II a.C., CNH 1 (1 ex.), CNH 2 (2 ex.).

VIDAL GONZÁLEZ, P., *Los hallazgos monetales del catálogo de J. Gaillard*, Saguntum, 22, 1989, p. 354, n° 169-171.

18. *Rebolo, Famalicão, Nazaré.*

1. D, Octavianus, Itália (Brundisium e Roma ?), c. 29-27 a.C., RIC I² 269a, 3,5 g, 19 mm.

GARCIA, E. B., *Achados arqueológicos de Famalicão da Nazaré. Do Paleolítico ao período árabe*, sep. de «XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», Porto, 1962, p. 9 e 11; idem, *As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira*, AB, 25-27, 1968-1970, pp. 65-78; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 113, 5/31.

19. *Região de Alcobaça-Nazaré, Alcobaça-Nazaré*

No Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré) encontram-se presentemente várias moedas da colecção do falecido Tito Lívio Calisto. Segundo as informações de que dispomos, teriam sido adquiridas nos concelhos de Alcobaça e Nazaré.

1. As, *kelse*, meados séc II a.C., CNH 9, 12,2 g, 28 mm, 3.
 2-3. As, Castulo, 165-80 a.C., García-Bellido, série VIa, Grupo III, 17,3 g, 12,5 g, 30 mm, 27 mm, 12, 12.
 4. As, Lepida/Celsa, 44-36 a.C. (?), RPC 264, 13,5 g, 30-29 mm, 9.
 5. Dp, Divus Augustus, Colonia Romula, 14-15, RPC 73, 19,4 g, 31-30 mm, 1.
 6. As, Tiberius, Colonia Romula, 14-15, RPC 74, 9,3 g, 27 mm, 11.
 7. As, Tiberius, Clunia, 14-37, RPC 456, 8,5 g, 27 mm, 3.
 8. As, Tiberius, Cascantum, 14-37, RPC 425, 10,2 g, 27 mm, 6.
 9. Hs, Domitianus, Roma, 81, RIC II 283, 19,8 g, 30 mm, 6.
 10. As, Domitianus, Roma, 90-91, RIC II 394, 8,6 g, 27-26 mm, 6.
 11. As, Traianus, Roma, 98-99, RIC II 393, 9,3 g, 27-26 mm, 6.
 12. As, Traianus, Roma, 98-102, RIC II 395, 417 ou 434, 8,4 g, 26-25 mm, 6.
 RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

20. *Região de Óbidos, Óbidos*

Seis moedas inventariadas no MNA com esta indicação de origem (Tab. 124/80, 125/1-4 e 139/8). É duvidoso o seu achamento em Óbidos ou, pelo menos, que o local de proveniência seja comum a todas elas. Devem ser oriundas de estações arqueológicas da região.

1. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I^o 95, 6.95 g, 27-26 mm, 6.
2. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I^o 100, 9.77 g, 27-24 mm, 7.
3. Hs, Hadrianus, Roma, 128-138, RIC II 970c, 22.80 g, 33-32 mm, 6.
4. As, Hadrianus, Roma, 117-138, 7.57 g, 25 mm.
5. Hs, Marcus Aurelius, Roma, Dez. 175-Dez. 176, RIC III 1164, 22.53 g, 28-26 mm, 7.
6. As/Dp, Imperador e centro emissor indeterminados, Séc. I-II, 8.90 g, 27-25 mm.

21. *Outeiro da Assenta, Santa Maria, Óbidos*

Um bronze republicano com esta indicação de proveniência no MNA (Tab. 334/54). Segundo Saavedra Machado, no Museu Etnológico (mostrador 47), estariam expostas algumas moedas deste local. É de admitir que esta fosse uma delas.

1. As, Anónimo (Asno), Roma, 169-152 a.C., RRC 195/1, 22.66 g, 32-30 mm, 10.

MACHADO, J. L.S., *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*, AP, n. s., V, 1964, p. 295.

22. *S. Mamede, Roliça, Bombarral*

Um denário aparecido junto de S. Mamede, descrito por Leite de Vasconcellos.

1. D. Marcus Aurelius (emissão de consagração sob Commodus), Roma, 180, RIC III 264-274.

VASCONCELLOS, J. L., *Coisas velhas*, AP, XXIV, 1920, p. 235; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 115, 5/72.

23. *Freguesia de Atouguia da Baleia, Atouguia da Baleia, Peniche*

Em 1905, foi «encontrada por um rapaz, n' um casal da freguesia da Athouguia [...] uma moeda de ouro antiga, com o peso de 7 grammas e duas decigrammas [...] apresentando de um lado uma effigie com a legenda A. VITELLIVS GERMAN. IMP. TR. E., e na face opposta outra effigie com um punhal cravado no peito e a legenda L. VITELLIVS COS III CENSVM». Esta descrição corresponde a RIC I^o 76.

1. Au, Vitellius, Roma, fins Abril-20 Dezembro 69, RIC I^o 76, c. 7.20 g.

O Comércio do Minho, 10-6-1905; ALARCÃO, *Roman Portugal*, p. 115, 5/70.

*DISTRITO DE SANTARÉM**24. Castelo de Ourém, Ourém, Ourém*

Em 1894 J. Flores faz referência a sepulturas onde se encontraram «algumas moedas de ouro e de prata e muitas de cobre» de várias épocas. Segundo a mesma fonte, 2 moedas de ouro teriam sido oferecidas a Sebastião do Couto, administrador da casa de Bragança, que as classificou «em 1872 atribuindo-as às famílias Celia e Narbona». A indicação de que os numismas seriam em AV é incorrecta, uma vez que a descrição apresentada pelo autor é a dos denarii RRC 318/1b e 357/1b .

1. C. COIL CALD, Roma, 104 a.C., RRC 318/1b.

2. C. NORBANVS, Roma, 83 a.C., RRC 357/1b.

FLORES, J., *Album da Villa d' Ourem*, Lisboa, 1894, cit. por AZEVEDO, P., *Extractos archeologicos das Memorias parochiaes de 1758*, AP, VI, 1901, pp. 70-71 (em nota de rodapé); BERNARDES, J. P., *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Vila nova de Ourém*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1985, pp. 76-77; FLORES, J., *Villa de Ourém*, in *Ourém. Três contributos para a sua História* (introdução e notas de J. P. Bernardes), Ourém, 1988, p. 260-261.

25. Região de Ourém, Ourém

Atribuídas ao castelo, mas achadas provavelmente nas imediações de Ourém, existem algumas moedas na posse de um coleccionador particular, o Sr. Raúl Espírito Santo. Foram classificadas por C. Batata e F. Gaspar, embora o exame sumário a que tivemos oportunidade de sujeitar as peças nos leve a propor classificações divergentes para os exemplares 2 a 5.

1. D, Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I² 207, 3.51 g, 18-17 mm, 1.

2. As, Tiberius, Emerita (?), 14-37, 23 mm, 7.41 g, 5.

3. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 418, 8.34 g, 27 mm, 6.

4. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 95, 8.29 g, 27-25 mm, 6.

5. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 97, 8.05 g, 25 mm, 2.

BATATA, C. A. M. e GASPAR, M. F. S., *Moedas romanas da civitas de Sellium*, Trabalho escolar, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1991, pp. 32-34 e 37; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

26. Espite, Espite, Ourém

Segundo J.P. da Silva, acharam-se em Espite «inúmeras moedas de bronze e prata do Imperador Augusto».

1. AR, Augustus, centro emissor indeterminado, 27 a.C.-14.

2. AE, Augustus, centro emissor indeterminado, 27 a.C.-14.

SILVA, J. P., *Um Sacerdote Exemplar... O Senhor Prior de Espite*, Vila Nova de Ourém, 1947, p. 80.

27. *Decumbada, Águas Belas, Ferreira do Zêzere*

Nesta localidade foi encontrado «um grande bronze de Domiciano», oferecido ao Museu Etnológico por José Maria Pereira.

1. Hs, Domitianus, Roma, 81-96.

VASCONCELLOS, J. L.. *Acquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, III, 1897, p. 108; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2. p. 104, 2/238; idem. *O território de Sellium*, p. 16.

28. *Dornes, Dornes, Ferreira do Zêzere*

Leite de Vasconcellos refere o aparecimento de uma moeda que presumiu ser uma imitação em chumbo de um denário de D. Silanus. A moeda encontra-se no MNA (Tab. 125/27). Em nossa opinião, nada parece confirmar a suposição de Vasconcellos.

1. D, D. SILANVS L.F, Roma, 91 a.C., RRC 337/3, 3.18 g, 18.5-16 mm. 6.

VASCONCELLOS, J. L., *Aquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, III, 1897, p. 123, nº 93; *Moeda de chumbo da republica romana*, AP, V, 1900, pp. 12-13 (dá em ambos artigos a indicação que é de chumbo); ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2. p. 102. 3/217.

29. *Concelho de Ferreira do Zêzere, Ferreira do Zêzere*

De parte incerta do concelho de Ferreira do Zêzere deu entrada no Museu Etnológico «um grande bronze de Hadriano».

1. Hs, Hadrianus, Roma, 117-138.

VASCONCELLOS, *Acquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, III, 1897, p. 108.

30. *Tomar, Tomar, Tomar*

Achados ocasionais efectuados em diferentes épocas em diversos pontos da cidade que assenta sobre a vetusta Sellium revelaram várias moedas romanas.

1. D, T. CLOVLI, Roma, 128 a.C., RRC 260/1 (1).

2. As/Dp, Augustus, Nemausus, 20 a.C.-14 (2).

3. D, Tiberius, centro emissor indeterminado, 14-37 (3).

4. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42 (4).

5. As, Tiberius, Cascantum, 14-37, RPC 425 ou 427 (5).

6. AE (?), Marcus Aurelius, Roma. 161-180 (6).

(1) VASCONCELLOS, *Coisas Velhas*, AP, XXII, 1917, p. 143; (2) VASCONCELLOS, *Coisas Velhas*, AP, XXII, 1917, p. 143; CASTRO, M. J. M., *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Tomar*. Dissertação de licenciatura em História. Faculdade de Letras, Lisboa, 1973, p. 121; (3) VASCONCELLOS, *Coisas Velhas*, AP, XXII, 1917, p. 143; (4) VASCONCELLOS, *Antiguidades romanas de Tomar*, AP, I, 1895, p. 15; *Coisas Velhas*, AP, XXII, 1917, p. 143; BLÁZQUEZ CERRATO, M. C., *La*

dispersión de las monedas de Augusta Emerita, Cuadernos Emeritenses-5, Mérida, 1992, p. 233; *Fouilles de Conimbriga*, p. 209, nº 31; RUIVO, *Estremadura* (no prelo); (5) VASCONCELLOS, *Antiguidades romanas de Tomar*, AP, I, 1895, p.14. BATATA e GASPAR, *Moedas romanas de civitas de Sellium*, p. 32; *Fouilles de Conimbriga*, p. 209, nº 31; RUIVO, *Estremadura* (no prelo); (6) VIEIRA GUIMARÃES. *Tomar- Santa Iria*, Lisboa. 1927, pp. 36-37.

31. Santos Mártires, Paialvo, Tomar

Encontra-se no Museu do Grupo Recreativo Soudoense (Soudos, Paço, Torres Novas) um asse de Augustus, proveniente de Santos Mártires. Já Mêndia de Castro se referira ao numisma.

1. As, Augustus, Calagurris, post. 27 a.C., RPC 441, 13.43 g, 29 mm, 2.

CASTRO, *Subsídios*, p. 206. ALARCÃO, *Roman Portugal*, II. 2. p. 113, 5/43B; BATATA e GASPAR, *Moedas romanas da civitas de Sellium*, p. 29; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

32. S. Cristóvão, Paialvo, Tomar

De acordo com as Memórias Paroquiais de 1758, «A cidade de Concordia tinha seu acento hu tiro de espingarda do lugar da do Longo». referindo o autor da memória o achado de «muntas moedas do tempo dos Romanos com a inscripção do nome da cidade de Concordia (...). Hua com a seguinte inscripção NERUS CLAUDIUS AUGUSTUS. E do reverço CONCORDIARUCI. Outra do Emperador Vespasiano com a seguinte inscripção VESPASIANUS AUGUSTUS. E do reverso hua feigura de mulher com a letra seguinte: IUDEA CAPTA».

1. Au/D. Nero. Roma, 64-65, RIC I² 48-49.

2. ?, Vespasianus, Roma (?), 71-79.

AZEVEDO, P., *Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1755»*, AP, VIII, 1903, p. 221; GONÇALVES (A.), *Mosaico Torrejano*, Torres Novas, 21985, p. 102.

33. S. Pedro de Caldelas, Madalena, Tomar

Temos notícia do achado ocasional de 2 numismas alto-imperiais neste local. Primeiro, no séc. XVII, Jorge Cardoso descreve um grande bronze de Antoninus Pius. Mais recentemente, Mêndia de Castro dá-nos conta do aparecimento de um AR de Tiberius.

1. D, Tiberius. Lugdunum, 14-37, RIC I² 26, 28 ou 30.

2. Hs, Antoninus Pius, Roma, 140-144, RIC III 642-643.

CARDOSO, J., *Agiolologio lusitano dos santos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, t. III, Lisboa, 1666, p. 760; CASTRO, *Subsídios*, p. 197; BATATA e GASPAR, *Moedas romanas da civitas de Sellium*, pp. 34 e 49.

34. *Região de Tomar, Tomar*

Da colecção de Eduardo Puga de Brito, publicada por I. Pereira, M. Pessoa e S. da Ponte, fazem parte 23 numismas até Hadrianus. Embora os autores sugiram a possibilidade de boa parte das peças provirem de um tesouro, nada adiantam quanto ao local nem às condições do achado (1). Não é impossível esta hipótese, mas também poderá tratar-se de uma colecção reunida com base num critério selectivo, constituída por peças de diferentes procedências. Nesta colecção encontra-se ainda uma imitação de um denário de L. MINVCIV (RRC 248/1) que, por ser de execução recente, não incluímos no nosso inventário. A este lote acrescentámos uma moeda de Colonia Patricia (nº 3) adquirida por C. Batata e F. Gaspar (2).

1. D, C. CASSI. Roma, 126 a.C., RRC 266/1, 2.64 g, 16 mm, 8.
2. D, M. FAN. C. F. Roma, 123 a.C., RRC 275/1, 3.75 g, 17 mm, 6.
3. As, Augustus, Colonia Patricia, 15-14 a.C., RPC 129. 10. 6 g, 26 mm.
- 4-6. D, Tiberius, Lugdunum, 14-37, RIC I² 30, 3.61 g, 3.54 g, 3.69 g, 19-17 mm, 18 mm, 18.5 mm, 6, 6, 3.
7. Hs, Agripina (sob Caius), Roma, 37-41, RIC I² 55, 24.62 g, 34 mm, 6.
8. Hs, Nero. Roma, c. 67, RIC I² 356, 26.13 g, 36 mm, 6.
9. Hs, Domitianus, Roma, 85, RIC II 279 a/b, 21.95 g, 33 mm, 6.
10. Hs, Domitianus, Roma, 85-86, RIC II 277 a/b ou 311, 19.51 g, 31 mm, 6.
- 11-12. Hs, Nerva, Roma, 96-97, RIC II 64, 76, 86 ou 100, 26.99 g, 22.56 g, 34 mm, 33 mm, 6, 6.
13. Hs, Traianus, Roma, 98-99, RIC II 390, 25.08 g, 33 mm, 6.
14. Hs, Traianus, Roma, 98-99, RIC II 391, 21.55 g, 32 mm, 6.
15. Hs, Traianus, Roma, 112-117, RIC II inédita, 24.25 g, 32 mm, 6.
16. Hs, Hadrianus, Roma, 118, RIC II 551a, 23.97 g, 33 mm, 6.
17. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 561a, 21.70 g, 33 mm, 6.
- 18-19. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 563b, 22.84 g, 23.10 g, 32 mm, 34 mm, 7, 6.
20. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 583b, 23.74 g, 32 mm, 6.
21. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 586b, 29.81 g, 34 mm, 6.
22. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 637d, 27.51 g, 32 mm, 6.
23. Hs, Sabina (sob Hadrianus), Roma, 128-138, RIC II 1019, 28.79 g, 31 mm, 6.
24. Hs, Sabina (sob Hadrianus), Roma, 128-138, RIC II 1035a, 23.83 g, 33.5 mm, 6.

(1) PEREIRA, I., PESSOA, M. e PONTE, S., *Uma colecção de 27 moedas de Tomar*, BCCMT, 10, 1988, pp. 29-38; (2) BATATA e GASPARG, *Moedas romanas da civitas de Sellium*, p. 31; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

35. *Região de Alcanena, Alcanena*

Encontra-se no MNA (Tab. 189/12) um asse de Augustus com esta indicação de proveniência, sem que seja possível determinar ao certo o local onde foi efectuado o achado.

1. As, Augustus, Colonia Patricia, 15-14 a.C., RPC 129, 8.65 g, 24 mm, 10.

IMPERIAL, F.N.L.F. e SALGUEIRO, P.P.H.N.A., *As moedas de Villa de Cardílio e a sua inserção nos achados numismáticos do território de Scallabis*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991, p. 45, nº 12; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

36. Soudos, Paço, Torres Novas

C. Batata e F. Gaspar apresentam uma moeda de Gadir encontrada, ao que parece, durante a abertura de uma vala junto à localidade dos Soudos. Actualmente encontra-se na posse de Augusto Miliciano residente naquela povoação.

1. AE, Gadir, 2ª met. séc. II a.C., CNH 49, 7.61 g, 24.7 mm, 6.

BATATA e GASPAR, *Moedas romanas da civitas de Sellium*, p. 29 (a descrição da moeda apresentada pelos autores não corresponde ao nº do catálogo de O. Gil Farrés por eles citado); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

37. Mata, Chancelaria, Torres Novas

Em Abril de 1921 foi achado na propriedade denominada «a Capela» um AE de Claudius I. Em Junho do ano seguinte encontrou-se no mesmo lugar um D de Augustus.

1. D, Augustus, Lugdunum, 8 a.C. (?), RIC I² 199.

2. AE, Claudius I, centro emissor indeterminado, 41-54.

GONÇALVES, A., *Mosaico Torrejano. LXIV-A cidade de Malhada*, O Almonda, 154, 1/7/1922, pp. 1-2; idem, *Um achado valioso*, O Almonda, 92, 24/4/1921; idem, *Mosaico Torrejano*, Torres Novas, 1985 (2ª ed.), pp. 110-111.

38. Região de Torres Novas, Torres Novas

Um exemplar no MNA (Tab 334/42)

1. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100, 11.62 g, 29-28 mm, 6.

IMPERIAL e SALGUEIRO, *As moedas de Villa de Cardílio*, p. 66, nº 42.

39. Villa Cardílio, Santa Maria, Torres Novas

Escreve em 1959 Maria Augusta Serra: «entre as ruínas de Santo Antoninho da Caveira foram encontradas muitas dezenas de moedas romanas, a maior parte das quais desapareceu, existindo ainda 36 no Museu Municipal de Torres Novas». Da sua descrição recolhemos 12 exemplares para o nosso catálogo, 9 dos quais haviam também sido sumariamente referidos por D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira. Desconhece-se o paradeiro actual dos numismas.

1. D, L. SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C., RRC 216/1.

2. D, L. TITVRI L. F. SABINVS, Roma, 89 a.C., RRC 344/2a.

3. As, Claudius I, centro emissor indeterminado, 41-54.

4. Hs, Vespasianus. Roma, 69-79.

5. Hs, Hadrianus, Roma, 128-138, RIC II 970.
6. Hs, Sabina (sob Hadrianus), Roma, 128-138, RIC II 1035 a.
7. Hs, Antoninus Pius, Roma, 153-154, RIC III 917.
8. Hs, Antoninus Pius (divinizado sob Marcus Aurelius), Roma, post. 161, RIC III 1272.
9. Hs, Lucilla (sob Marcus Aurelius), Roma, c. 164-169, RIC III 1747.
10. Hs, Lucilla (sob Marcus Aurelius), Roma, c. 164-169, RIC III 1779.
11. Hs, Marcus Aurelius (divinizado sob Commodus), Roma, 180, RIC III 662.
12. Hs, Commodus, Roma, 180-181, RIC III 307 a.

SERRA, M. A. E. C., *Monografia arqueológica do concelho de Torres Novas*, Dissertação de licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras, 1959, Parte III, Cap. II; ALMEIDA, F. e FERREIRA, O. V., *Antigüedades de Torres Novas*, AEspA, 31, 1958, p. 217; PAÇO, A. e GUEDES, J.L.F., *Moedas da campanha de 1963* [Relatório dactilografado das moedas encontradas em Villa Cardílio durante a campanha de escavações de 1963]; COSTA, F. C. R., *Memória breve sobre Vila Cardílio*, NAug, II s., 2, 1982, p. 53; IMPERIAL e SALGUEIRO, *As moedas de Villa de Cardílio*, pp. 19-23, n° 38-49.

40. Lameirancha, Parceiros da Igreja, Torres Novas

Por informação de Leite de Vasconcellos temos conhecimento do aparecimento nesta estação arqueológica de um denário de Claudius enviado para o Museu Etnológico. Presentemente não é possível a identificação do numisma.

1. D. Claudius I, Roma, 41-54.

VASCONCELLOS, *Religiões*, III, p. 306; SAA, *Grandes Vias da Lusitânia*, 2, 1959, p. 97; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 114, 5/57; idem, *O território de Sellium*, p. 17.

41. Chões de Alpompe, S. Vicente do Paúl, Santarém

Um estudo realizado em 1958 pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra faz menção ao achado de um denário republicano nas imediações dos Chões (1). Posteriormente, A. Dias Diogo e A. J. Faria viriam a publicar dois bronzes da mesma época procedentes de colheitas superficiais efectuadas no local (2).

1. Triens, Roma, 206-91 a.C., 9,9 g, 22 mm, 8.
2. As, TVRD, Roma, 169-158 a.C., RRC 193/1, s/p, 29 mm, 5.
3. D. C. CATO, Roma, 123 a.C., RRC 274/1.

(1) *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*, Coimbra, 1958, p. 16; (2) DIOGO, A. D. e FARIA, A. J., *Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)*, *Arqueologia*, 11, 1985, pp. 120-122.

42. Região de Santarém, Santarém

No catálogo de vendas de J. Gaillard encontrava-se um divisor de bronze de *kese* (n° 509), achado em Santarém ou nas suas imediações.

1. AE, *kese*, 1ª metade séc. II a.C., CNH 46.

VIDAL GONZÁLEZ. *Los hallazgos monetales del catálogo de J. Gaillard*. Saguntum, 22, 1989, p. 355, nº 175.

43. *Cidral, Rio Maior: Rio Maior*

1. As, Augustus. NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 3/4.

DIEGUES, A. J. V., *Alguns materiais metálicos do concelho de Rio Maior: I campanha de prospecção arqueológica/CARM 1986*, in «Colóquio sobre História Regional e Local do Distrito de Santarém», 11-14 Nov. de 1987 (resumo de comunicação).

DISTRITO DE LISBOA

44. *Vermelha, Vermelha, Cadaval*

Um denário no Museu Municipal de Torres Vedras.

1. D, M. FOVRI L. F. PHILI, Roma, 119 a.C., RRC 281/1, 3.85 g, 21-19 mm, 4.

45. *Castro de Pragança, Lamas, Cadaval*

Deste povoado inventariámos 10 numismas que se encontram no MNA (Tab. 185/73-80 e 186/1-2). Das peças nº 1 e 2 já Leite de Vasconcellos dera notícia (1). As restantes encontravam-se inéditas. É bem possível que a referência de Saavedra Machado (2) a uma moeda hispânica recolhida nos campos contíguos a Pragança e exposta no então Museu Etnológico (Mostrador 49) diga respeito ao nosso exemplar nº 3 ou ao nº 4.

1. D, SAFRA, Roma, 150 a.C., RRC 206/1, 4.15 g, 19-18 mm, 2.

2. D, SEX. POM, Roma, 137 a.C., RRC 235/1c, 2.42 g, 19-18 mm, 7 [forrado?].

3. Dp, Divus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post. 14, RPC 23, 16.80 g, 31 mm, 2.

4. As, Augustus, Italica, post. 27 a.C., RPC 60, 8.77 g, 27-26 mm, 4.

5. AE, Hispania, c. emissor e cronol. indeterminado, 8.39 g, 23 mm.

6. As, Domitianus (?), Roma, 81-96, 7.06 g, 28-26 mm.

7. As, Imperador e c. emissor indeterminado, séc. I, 5.07 g, 28-24 mm.

8. As, Imperador e c. emissor indeterminado, séc. I, 7.60 g, 26 mm.

9. As, Imperador e c. emissor indeterminado, séc. I-II, 3.34 g, 24 mm.

10. As, Imperador e c. emissor indeterminado, séc. I-II, 4.72 g, 24 mm.

(1) VASCONCELLOS, J.L., *Religiões da Lusitânia*, t. III, Lisboa, 1913, p. 174, n. 4; (2) MACHADO, *Subsídios*, p. 295; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

46. *Arredores de Pragança, Lamas, Cadaval*

Em carta dirigida a Martins Sarmento, refere Leite de Vasconcellos o aparecimento de uma moeda hispânica achada nas imediações de Pragança.

1. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 418.

Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia 1879-1899). Guimarães, 1958, citadas por COSTA, P. F. e GALANTE, H. S., *Cadaval. Contributos para o estudo da memória de um concelho*, Lisboa, 1995, p. 58.

47. *Orjães, concelho de Cadaval*

Um exemplar no MNA (Tab 125/15)

1. Hs, Marcus Aurelius, Roma. Dez. 175-Dez. 176, RIC III 1161, 18.21 g, 30 mm, 6.

48. *Salamoa, Salamoa, Cadaval*

Uma moeda no MNA (Tab. 125/16)

1. As, Antoninus Pius, Roma, 139, RIC III 566a ou 568 (a), 15.16 g, 25-24 mm, 6.

49. *Casal de Santo António, Maxial, Torres Vedras*

Aurélio Belo descreve um denário recolhido nas imediações do Casal de Santo António.

1. D. P. SVLA, Roma, 151 a.C., RRC 205/1. 2.91 g, 17.5 mm, 6.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XXXII-A) Numismática, B) História e genealogia*, Badaladas, 1/10/1953, p. 2.

50. *Maxial, Maxial, Torres Vedras*

Um asse de Emerita em nome de Augustus publicado por Aurélio Belo.

1. As, Augustus, Emerita, post. 2 a.C., RPC 13, 5.19 g, 16-15 mm, 3.

BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo (XXXII)*, p. 2; RUIVO, Estremadura (no prelo).

51. *S. Martinho, Maxial, Torres Vedras*

Aurélio Belo publica um asse de Caius encontrado em S. Martinho, a nascente de Aldeia Grande.

1. As, Caius, Roma, 37-38, RIC I² 35.

BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo (XXXII)*, p. 2.

52. *Aldeia Grande, Maxial, Torres Vedras*

Existe no Museu Municipal de Torres Vedras a indicação da oferta de um D de Nerva por um indivíduo de nome João Clemente. A moeda não se encontra actualmente no museu.

1. D, Nerva, Roma, 96-98.

53. *Figueiredo, S. Pedro e Santiago, Torres Vedras*

Dois AR com esta procedência. O denário de A. Manli. Q.f. Scr é mencionado nas antigas fichas que acompanhavam as peças expostas nas vitrinas do Museu Municipal de

Torres Vedras, mas de momento desconhece-se o seu paradeiro. O segundo denário foi publicado por Aurélio Belo e encontra-se no mesmo museu.

1. D, A. MANLI. Q. F. SER. Roma. 118-107 a.C., RRC 309/1.

2. D, SVFENAS, Roma. 59 a.C., RRC 421/1, 3.36 g, 19-18.5 mm, 8.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XXXV-Numismática*. Badaladas, 1/1/1954, p. 2

54. *Louriceira, S. Pedro e Santiago, Torres Vedras*

Um sestércio em nome de Marcus Aurelius publicado por Aurélio Belo.

1. Hs, Marcus Aurelius (emissão de consagração sob Commodus). Roma, 180, RIC III 662.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XXXIII-Numismática*, Badaladas, 1/11/1953, p. 2.

55. *Casal da Broeira, S. Pedro e Santiago, Torres Vedras*

1. D, Augustus, c. emissor indeterminado, 27 a.C.-14 d.C.

TORRES, M. A. M., *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres-Vedras (1819)*, 2ª ed. (acrescentada com algumas notas dos Editores), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861, p. 22; LEAL, *Portugal*, t. IX, Lisboa, 1880, p. 662.

56. *Casal Charrinho, Santa Maria, Torres Vedras*

No Museu Municipal de Torres Vedras com esta indicação de proveniência:

1. D. Traianus. Roma, 114-117. 2.81 g, 18-17 mm, 7.

57. *Zambujal (?), Santa Maria, Torres Vedras*

No Museu Municipal de Torres Vedras com esta indicação de proveniência:

1. Dp, Antonia (sob Claudius I), Roma (?), 41-50 d.C. (?), RIC I² 92. 9.79 g, 27-25.5 mm, 6.

58. *Torres Vedras, Torres Vedras*

Várias tem sido as moedas encontradas em Torres Vedras. Das identificadas, uma é proveniente do Mercado Novo (nº 3) e outra do Castelo (nº 2). Quanto às restantes, possuímos apenas a indicação de que foram achadas na cidade.

1. D, C. SERVEILI, Roma, 136 a.C., RRC 239/1, 3.76 g, 19-18 mm, 9.

2. S, Castulo, CNH 15, meados séc. II a.C., 7.31 g, 22.5-21 mm, 8.

3. D, Q. ANTO BALB PR, Roma, 83-82 a.C., RRC 364/1, 3.61 g, 19-18 mm, 5 [serrado].

4. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 43. 8.70 g, 26 mm, 1.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XIV-Época romana*, Badaladas, 15/8/1952, p. 2 (moedas 1 e 3); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

59. *Matacães, Matacães, Torres Vedras*

Aurélio Belo descreve um asse de Claudius I, recolhido perto de Matacães, um pouco a sul do Monte do Calvário.

1. As, Claudius I, imitação provincial, post.41, tipo RIC F^o 95, 11.73 g, 26-24.5 mm, 6.

BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo (XXXIII)*, p. 2.

60. *Quinta da Ribeira de Maria Afonso, Matacães, Torres Vedras*

Os editores da 2ª ed. da *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres-Vedras*, referem uma moeda «do Imperador Galba, de prata [...], achada em 1856 numa vinha da quinta [...] da Ribeira de Maria Affonso», junto ao lugar da Ordasqueira.

1. D. Galba, c. emissor indeterminado, 68-69.

TORRES, *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres-Vedras* p. 22; LEAL, *Portugal*, t. IX, p. 662.

61. *Serra de S. Julião, Carvoeira, Torres Vedras*

Desde o século passado que a bibliografia se refere ao achado de moedas romanas de várias épocas na Serra de S. Julião, das quais seleccionámos as seguintes:

1. D. M. VARG, Roma, 130 a.C., RRC 257/1, 3.30 g, 20-19 mm, 2.

2. D. C. LICINIVS L. F. MACER, Roma, 84 a.C., RRC 354/1, 3.40 g, 21-19.5 mm, 8.

3. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC F^o 95, 7 g, 26-25 mm, 8.

4. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC F^o 100, 9.14 g, 26 mm, 6.

5. Au, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 64.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. VII-Numismática*, Badaladas, 1/5/1952, p. 2 (moedas 1, 2, 4 e 5); TORRES, *Descrição Histórica da Villa e Termo de Torres-Vedras*, pp. 21-22, traz referência à moeda nº 5 mas identifica-a como sendo de Trajano. No mesmo lapso incorre LEAL, *Portugal*, t. IX, p. 662

62. *Casal da Almagreira, Runa, Torres Vedras*

Um sestércio de Faustina I publicado por Aurélio Belo.

1. Hs, Faustina I (divinizada sob Antoninus Pius), Roma, post. 141, RIC III 1127, 20.30 g, 28-26 mm, 6.

BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo (XXXIII)*, p. 2.

63. *Penedo, Runa, Torres Vedras*

Neste povoado cuja ocupação remonta pelo menos ao Calcolítico, têm-se recolhido várias dezenas de numismas de diferentes períodos cronológicos, muitos dos quais foram publicados por Aurélio Belo (moedas 1, 2, 5, 7, 8, 10 e 12). Os restantes exemplares estão depositados no Museu Municipal de Torres Vedras.

1. As, Augustus, Calagurris, post. 27 a.C., RPC 440. 9.61 g, 27-26 mm. 6.
2. As, Tiberius, Clunia. 14-37, RPC 456, 10.96 g, 29 mm, 9.
3. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 418, 9.69 g, 28 mm. 5.
4. AE, Hispânia, c. emissor e cronol. indetermin., 9.61 g, 26-25 mm.
5. As, Nero, Roma, c. 66, RIC I^o 347, 9.37 g, 28-27 mm, 6.
6. As, Flávios (?), 69-96, 7.28 g, 27-25 mm.
7. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128. RIC II 589a-b.
8. Hs, Faustina II (divinizada sob Marcus Aurelius), Roma, 167 ou depois, RIC III 1702, 21.37 g, 30-27 mm. 7.
9. Dp, Marcus Aurelius, Roma, 171-172, RIC III 1031, 7.16 g, 24-21 mm, 6.
10. Hs, Marcus Aurelius, Roma, 177-178. RIC III 1230, 24.89 g, 32-29 mm, 6.
11. As, Imperador e c. emissor indetermin., Séc. I-II, 6.05 g, 25-24.5 mm.
12. Hs, Caracalla, Roma, 215, RIC IV (1) 538a, 29.02 g, 30-29 mm, 1.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XXXVIII-Numismática*, Badaladas, 1/6/1955, p. 2 (moedas 5, 7, 8, 10 e 12); BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XLI-Numismática*, Badaladas, 15/7/1955, p. 2 (moedas 1 e 2); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

64. Arredores de Runa, Runa, Torres Vedras

Nos arredores de Runa foram encontradas 2 moedas publicadas em 1954 por Aurélio Belo.

1. Hs, Antoninus Pius, Roma, 147-148, RIC III 840.
2. D, Marcus Aurelius, Roma, 175-176, RIC III 356.

BELO, *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo (XXXV)*, p. 2.

65. Região de Torres Vedras, Torres Vedras

Sem indicação exacta de proveniência, mas quase seguramente da área do concelho, encontram-se no Museu Municipal Torres Vedras os seguintes exemplares:

1. D, C. IVNI C. F, Roma, 149 a.C., RRC 210/1, 3.85 g, 18.5-18 mm, 2.
2. D, Q. MARC LIBO, Roma, 148 a.C., RRC 215/1, 3.72 g, 20 mm, 6.
3. D, L. ANTES GRAGV, Roma, 136 a.C., RRC 238/1, 3.89 g, 19 mm, 9.
4. D, TI. MINVCI C. F AVGVRIINI, Roma, 134 a.C., RRC 243/1, 3.80 g, 20-18.5 mm, 8.
5. D, M. VARG, Roma, 130 a.C., RRC 257/1, 3.80 g, 19 mm, 6.
6. D, Q. FABI LABEO, Roma, 124 a.C., RRC 273/1, 3.93 g, 19-18 mm, 3.
- 7-8. D, C. CATO, Roma, 123 a.C., RRC 274/1, 3.88 g, 3.43 g, 18 mm, 17mm, 9.
9. D, M. CALID, Q. MET, CN. FOVL, Roma, 117-116 a.C., RRC 284/1a, 3.81 g, 19-17 mm, 12.
10. D, L. FLAMINI CILO, Roma, 109-108 a.C., RRC 302/1, 3.96 g, 18 mm [incuso de Anv.].

11. D, M. LVCILI RVF, Roma, 101 a.C., RRC 324/1, 3.96 g, 19-18 mm, 8.
12. D, P. SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C., RRC 328/1, 3.99 g, 19-18 mm, 9.
- 13-14. D, C. VIBIVS C. F PANSA, Roma, 90 a.C., RRC 342/ , 4 g, 3.69 g, 19-18 mm, 19-17 mm, 5, 5.
15. D, GAR, OGVV, VER. Roma, 86 a.C., RRC 350/A2, 3.57 g, 20-18.5 mm, 11.
16. D, C. LICINIVS C. F MACER, Roma, 84 a.C., RRC 354/1, 3.83 g, 21-19 mm, 12.
17. D, C. MAMIL LIMETANVS C. F, Roma, 82 a.C., RRC 362/1, 3.76 g, 19-18 mm, 3 [serrado].
18. D, Q. SICINIVS III VIR, Roma, 49 a.C., RRC 440/1, 3.67 g, 17-16 mm, 9.
19. D, Octavianus, Roma, 29-27 a.C., RIC I^o 266. s/p, 17-15.5 mm, 10.
- 20-21. D, Augustus, Lugdunum, 2 a.C.-4 d.C. (?), RIC I^o 207, 3.81 g, 3.85 g, 19-18.5 mm, 17.5-16 mm, 1, 8.
22. D, Tiberius, Lugdunum, 14-37, RIC I^o 30, 3.77 g, 18-17.5 mm, 6.
23. D, Claudius I, Roma, 46-47, RIC I^o 39, 3.20 g, 19-18 mm, 1.
24. Hs, Hadrianus, Roma, 128-138, RIC II 760, 24.49 g, 31-30 mm, 6.
25. As/Dp, Antoninus Pius, Roma, 138-161, 9.84 g, 26-24.5 mm, 6.

66. *Quinta da Barradinha, Santo Estevão, Alenquer*

Um exemplar no Museu Municipal Hipólito Cabaço.

1. Hs, Crispina (?) (sob Commodus), Roma, 180-183 (ou depois?).

67. *Quinta da Marzarada, Olhalvo, Alenquer*

Um exemplar no Museu Municipal Hipólito Cabaço.

1. Dp, Traianus, Roma, 98-117.

68. *Castro das Curvaceiras, Carnota, Alenquer*

Mendes Corrêa menciona uma moeda hispano-cartaginesa recolhida no Castro das Curvaceiras, a cuja descrição tivemos acesso por informação do Prof. Doutor Rui Centeno que a recolheu num manuscrito de Rui de Serpa Pinto existente na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

1. AE (metade), Hispânia, post. 221 a.C., CNH 41.

CORRÊA, A. A. M., *A Lusitânia pré-romana*. in PERES, D. (dir.), *História de Portugal*, t. I, Barcelos, 1928, p. 204, n. 2; FÁRIA, A. M., [Recensão] *Jorge de Alarcão, Portugal Romano*, Numismática, 42-43, 1986, p. 46; FÁRIA, *Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade*. p. 60; GOMES, M. V., *Proto-História do Sul de Portugal*, in SILVA, A. C. F. e GOMES, M. V., *Proto-História de Portugal*, Lisboa, 1992, p. 169; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

69. *Castro da Ota, Ota, Alenquer*

Nos anos 70, Victor Gonçalves recolheu aqui um AR hispano-cartaginês, durante trabalhos de prospecção. Actualmente a moeda encontra-se no MNA (Tab. 126/17). Existe também uma referência vaga ao aparecimento de denários republicanos neste povoado (1).

1. 1/4 shekel, Hispânia, post. 237 a.C., CNH 15. s/p, 11.5 mm, 11 [com orifício para suspensão].

(1) BARBOSA, E., *O castro da Ota (Alenquer)*, AP, n.s., 3, 1956, p. 117.

70. *Mafra, Mafra, Mafra*

1. Hs, Agrippina (sob Caius), Roma, 37-41 (?), RIC I^o 55.

VEIGA, S.P.E., *Antiguidades de Mafra*, Lisboa, 1879, p. 41; VALDEZ, J. J. A., *Algumas notícias para a descrição histórica dos logares de Alcaíça, Malveira e Carrasqueira, do concelho de Mafra*, Lisboa, 1895, pp. 70-71; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 118. 5/153.

71. *Arredores de Morgado, Vialonga, Vila Franca de Xira*

Junto ao caminho entre Vialonga e Morgado, nas imediações desta última localidade, foi achado um numisma de Traianus que se encontra na posse de um particular de Vialonga. O autor da informação confirmou-nos pessoalmente que se trata de uma moeda de bronze.

1. AE. Traianus, Roma (?), 98-117.

PARREIRA, R., *Inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira-Notícia da parcela 403-8*, BCVFXira. 1, 1985, p. 115.

72. *Areia, Mucifal, Sintra*

Duas moedas no MNA (Tab. 125/18-19). A indicação de M. J. Campos a propósito da aquisição de um «mediano bronze romano» para o Museu Etnológico aplicar-se-á a algum destes numismas ?

1. Dp, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 2, 18.97 g, 30 mm, 3.

2. Hs, Hadrianus, Roma, 119-138, 20.14 g, 27 mm, 6.

CAMPOS, M. J., *Acquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, XI, 1906, p. 289; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

73. *Sintra (?), Sintra, Sintra*

Cinco moedas com esta indicação de proveniência no MNA (Tab. 82/49-53), acompanhadas da seguinte anotação: «achado de moedas romanas com lucerna de bronze». Admitindo que a informação é correcta, e a esse respeito temos grandes dúvidas, os numismas pertenceriam, por certo, ao espólio de uma sepultura.

1. AE, Ptolemaeus VI Philometor, Alexandria, 180-145 a.C., CGCBM Ptol. 26, 29.68 g, 31 mm, 11.

2. AE, Ptolemaeus VI Philometor, Alexandria, 180-145 a.C., CGCBM Ptol. 27-30, 22.49 g, 29 mm, 11.
3. Hs, Nero Claudius Drusus (sob Claudius I), Roma, c. 41-50 (?), RIC I² 93, 25.56 g, 35-34 mm, 6 [com orifício para suspensão].
4. Hs, Nero, Roma, c. 64, RIC I² 178, 24.12 g, 33 mm, 6.
5. Hs, Marcus Aurelius, Roma, fins 161, RIC III 795, 21.21 g, 33.5-31 mm, 12.

74. *Armês, Terrugem, Sintra*

J. Cardim Ribeiro faz referência a um asse de P. Carisius achado nesta localidade. Com a mesma procedência guarda-se no Museu Regional de Sintra um asse batido em Emerita em nome de Diuus Augustus.

1. As, P. Carisius (sob Augustus), Emerita, c. 25-23 a.C., RIC I² 13-25.
2. As, Diuus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post. 14.

RIBEIRO, J. C., *Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus*, sep. de Sintria, I-II (1), 1982-1983, p. 453, n. 92.

75. *Armês, Terrugem, Sintra ou Alto da Zibreira, Colares, Sintra*

No Museu Regional de Sintra, encontra-se um Dp de Hadrianus cuja proveniência não é totalmente segura.

1. Dp, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 654, s/p, 27-26, 6.

76. *Santo André, Almoçageme, Sintra*

No Museu Regional de Sintra, estão depositadas duas moedas recolhidas em Santo André. Temos igualmente notícia do achado de um As de Augustus atribuído ao centro emissor do Noroeste.

1. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 3/4.
2. As, Imperador e centro emissor indeterminados, séc. I, s/p, 27 mm.
3. Hs, Marcus Aurelius ou Caracalla, Roma, 161-180 ou 211-217, s/p, 32-30 mm, 12.

77. *Ribeira de Sintra, S. Martinho, Sintra*

Nas imediações da vila de Sintra, para Noroeste, encontrou-se no século passado um denário de finais da República.

1. D, MN, ACILIVS III VIR, Roma, 49 a.C., RRC 442/1a-b.

BARRETO, A. G., *Antiguidades romanas do termo de Cintra*, BRAACAP, s. II, t. VI, 1888, p. 29.

78. *S. Sebastião (Colares), Colares, Sintra*

Neste local achou-se em 1837 um aureus de Vespasianus.

1. Au, Vespasianus, c. emissor indeterminado, 69-79.

JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pinturesca, ou Memoria Descritiva da Villa*

de Cintra, Colares, e seus arredores, Lisboa, 1838 (reimp. 1990), p. 200; BARRETO, *Antiguidades romanas do termo de Cintra*, p. 29.

79. *Suímo, Belas, Sintra*

Segundo o Abade de Castro, em 18 de Julho de 1839 teria sido achado um AV de Domitianus no lugar do Suímo, todavia a descrição que dele é feita corresponde não a um AV, mas ao denário RIC II 171.

1. D, Domitianus, Roma, 92-93, RIC II 171.

CASTRO, Abade de, *Antiguidade*, O Panorama, I, s. 2ª, fasc. 14, 2 de Abril de 1842, p. 112.

80. *Granja dos Serrões, Montelavar, Sintra*

No Museu Regional de Sintra.

1. Dp, Caius, Osca, 37, RPC 300, s/p, 35-34 mm, 7.

81. *Azóia, Colares, Sintra*

No Museu Regional de Sintra.

1. As, Augustus, Calagurris, post. 27 a.C., RPC 441, s/p, 27 mm, 3.

RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

82. *Faião, Terrugem, Sintra*

Um Hs de Augustus recolhido por J. Cardim Ribeiro. No Museu Regional de Sintra.

1. Hs, Augustus, Roma, 15 a.C., RIC I² 380, 22.18 g, 35-34 mm, 8 [contramarca M].

FARIA, A. M., *Novos elementos para o estudo das moedas romanas carimbadas*, Nummus, 2ª s., XIV-XV, 1991-1992, p. 8, n° 3 e Est. II, fig. 1-2.

83. *Região de Sintra, Sintra*

Do catálogo de vendas de J. Gaillard (n° 717) fazia parte um AE achado em Sintra ou nas suas proximidades. Também o Visconde de Juromenha e o Pe. António Barreto dão conta do achado de um sestércio de Nerva nos arredores desta vila.

1. Hs, Nerva, Roma, 97, RIC II 83.

2. AE, centro emissor e cronologia indeterminados.

VIDAL GONZÁLEZ, *Los hallazgos monetales del catálogo de J. Gaillard*, p. 354 e 358, n° 168; JUROMENHA, *Cintra Pinturesca*, p. 200; BARRETO, *Antiguidades romanas do termo de Cintra*, p. 29.

84. *Bucelas, Bucelas, Loures*

No decurso de trabalhos agrícolas foi encontrada num campo uma moeda de Traianus cuja descrição conhecemos, mas em relação à qual não é indicada a composição metálica.

1. Au/D, Traianus, Roma, 98-99, RIC II 1-10.

O Campo de Ourique, 27/6/1901; VASCONCELLOS, *Noticias varias*, AP, VII, 1903, p. 55; ALARCÃO, *Roman Portugal*, p. 121, 5/214.

85. *Quinta de N. Senhora da Conceição, Leceia, Oeiras*

1. Dp, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 2.

VASCONCELLOS, J. L., *Religiões*, I, 1897, pp. 52-53 (em nota de rodapé); MACHADO, *Subsídios*, p. 285; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

86. *Lisboa, Lisboa*

De diversos locais da cidade, colhemos notícias relativas ao achado de moedas romanas. As moedas nº 1-2 foram encontradas no bairro D. Estefânia, a nº 3 num quintal da Rua de S. Joaquim, a nº 4 junto ao convento da Encarnação, a nº 5 na rua de Santa Marta e a nº 6 no cruzeiro da Ajuda. As moedas 3 e 5 e 6 encontram-se no MNA (Tab. 125/20-22).

1. D, *bolskan*, 2ª metade séc. II-80/72 a.C.

2. As, Arse-Saguntum, meados séc. II-séc. I a.C.

3. As, Augustus, Emerita, post. 2 a.C., RPC 13, 9.28 g, 25-24 mm, 1.

4. D, Augustus, c. emissor indeterminado, 27 a.C.-14.

5. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100, 9.77 g, 29 mm, 6.

6. Hs, Aelius Caesar (sob Hadrianus), Roma, 137-138, RIC II 1059a (?), 19.37 g, 30-28 mm, 5.

VASCONCELLOS, *Antiguidades romanas de Lisboa*, AP, V, 1900, p. 286 (moedas 1-4); AZEVEDO, *Moedas romanas provenientes de Olisipo*, AP, XVI, 1911, p. 94-95 (moeda 3); BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, p. 226 (moeda 3); MATEU Y LLOPIS, *Hallazgos monetarios*, Ampurias, IX-X, 1947-1948, p. 68 (moedas 5-6); *Fouilles de Conimbriga*, p. 207, nº 32, p. 209, nº 33; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

87. *Cascais, Cascais*

Em 1976 foi recolhido junto à Igreja Matriz de Cascais um AE de Claudius I. Actualmente encontra-se no Museu dos Condes de Castro Guimarães.

1. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100, 8.32 g, 25 mm, 6.

CARDOSO, G., *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*, Cascais, 1991, p. 58, nº 84.

3. MOEDAS DE ESCAVAÇÕES

*DISTRITO DE LEIRIA**1. Pena da Velha-Gruta II, Aljubarrota, Alcobaça*

Numa escavação efectuada por M. Vieira Natividade, apareceu variado espólio romano, entre o qual duas moedas romanas, «uma de prata de Calígula e outra de cobre que não pode ler-se».

1. D, Caius, Lugdunum ou Roma (?), 37-41.

NATIVIDADE, M. V., *Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do homem*, Porto, 1901, p. 436; ALARCÃO, *Roman Portugal*, p. 115, 5/**.

2. Quinta das Flores, S. Pedro, Óbidos

Escavações de emergência levadas a cabo em 1994-95 por J. Bezeza Moreira neste local, onde se poderá ter situado o *oppidum* romano de Eburobrittium, forneceram até ao momento numerosos numismas romanos, dos quais 11 interessam ao nosso estudo.

1. D, Magistrado e centro emissor indeterminados, Séc. I a.C.

2. As, P. Carisius (sob Augustus), Emerita, c. 25-23 a.C., RIC I² 13-15, 17-20 ou 20-25.

3. As, Augustus, Celsa, 5-3 a.C., RPC 278.

4. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42.

5. As, Tiberius, Turiaso, 14-37, RPC 418 [muito fragmentada].

6. Dp, Claudius I, Roma (?), c. 41-50 (?), RIC I² 94.

7. As (?), Claudius I, centro emissor indeterminado, 41-54.

8. As, Claudius I (?), centro emissor indeterminado, 41-54 (?).

9. Dp, Nero, Roma, c. 63, , RIC I² 115-116.

10. As (?), Imperador e centro emissor indeterminados, Séc. I.

11. As (?), Imperador e centro emissor indeterminados, Séc. I-II.

RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

3. Outeiro da Assenta, Santa Maria, Óbidos

Duas moedas recolhidas por L. Chaves nas escavações realizadas no local nos inícios do século. No MNA (Tab. 334/52-53).

1. AE, Imperador e centro emissor indeterminados, Séc. I, 7.88 g, 26-24 mm.

2. AE, Imperador e centro emissor indeterminados, Séc. I-II, 4.16 g, 25 mm.

CHAVES, L., *Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (termo de Óbidos)*, AP, XX, 1915, p. 266.

DISTRITO DE SANTARÉM

4. S. Pedro de Caldelas, Madalena, Tomar

Nas escavações realizadas por Salete da Ponte na *villa* de S. Pedro de Caldelas-Tomar, construída em finais do séc. I ou durante o séc. II, foram recuperadas 13 moedas que vão do séc. I ao IV. Para além dos numismas apresentados na publicação dos resultados da escavação, há ainda a assinar um D de Tiberius e um Hs de Antoninus Pius que incluímos nos Achados Ocasionalmente (Cat., nº 33).

1. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, 6.46 g, 25 mm.

2. Hs, Marcus Aurelius, Roma, RIC III 292-294, 170-171, 23.6 g, 32 mm, 6.

PONTE, S., *A Villa Rústica de S. Pedro de Caldelas-Tomar*, Tomar, 1988, pp. 57-58.

5. Paços do Infante, Tomar, Tomar

Um AE de Augustus recolhido por Salete da Ponte.

1. As/Dp, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 2-4.

PONTE, S. e FERNANDES, L., *Sellium romana: sua história*, BCCMT, 19, 1993, pp. 167-168, n. 31; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

6. Tomar, Tomar

Nas escavações realizadas ao longo da última década no local da cidade de Sellium foram recuperados c. de 278 numismas. Deste conjunto, pelo menos 23 moedas enquadram-se no nosso espaço cronológico.

1. D, D. SILANVS L. F, Roma, 91 a.C., RRC 337/3.

2. D, República, cronol. indeterminada.

3. As, Augustus, Calagurris, post. 29-27 a.C., RPC 441.

4. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 4.

5. Qn, Augustus (P. Carisius), Emerita, c. 25-23 a.C., RIC I² 1.

6. As, Augustus, Eborac, post. 12 a.C., RPC 51.

7. As, Augustus, Emerita, 25-2 a.C., RPC 11.

8. As, Augustus, Celsa, 27 a.C. -14 d.C., RPC 273.

9. As, Augustus, Roma, 27 a.C. -14 d.C.

10. Hs, Augustus, Lugdunum, c. 9-14 d.C., RIC I² 231.

11-12. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42.

13. As, Tiberius, Clunia, 14-37, RPC 454.

14-15. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 95.

16-17. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 97.

18. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41, tipo RIC I² 100.

19. As, Claudius I, imitação provincial, post. 41.

20. As/Dp, Domitianus, Roma, 81-96.

21. As, Flávios, Roma, 69-96.
22. As, imperador indeterminado, Roma, séc. I.
23. Dp, Caracalla, Roma, 210-217.

BATATA, C., BERNARDES, J. P., FERNANDES, L., MATOS, O. e PONTE, S., *Sellium na historia antiga peninsular*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga» (Coimbra, 18-20 Outubro de 1990), Coimbra, 1993, pp. 511-549 (moedas 1, 4-7, 10 e 13); PONTE, S. e SILVA, V. M., *Recuperação de alguns achados arqueológicos de Tomar-CPPRT*, BCCMT, 4, 1982, pp. 181-188, (moeda 3); PONTE, S. e SILVA, V., *Sondagem na Alameda Um de Março*, in *Arqueologia na Região de Tomar (da pré-história à actualidade)*, suplemento do BCCMT, 1, 1985, pp. 111-116 (moedas 8, 9, 11 e 12); RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

7. Villa Cardílio, Santa Maria, Torres Novas

As escavações efectuadas desde 1963 forneceram mais de uma centena de unidades. Quase todas as que apresentamos provém das campanhas de Afonso do Paço, excepto as nº 8, 11 e 19, que pertencem já às campanhas de A. J. Nunes Monteiro. O estudo da quase totalidade das primeiras consta de um relatório assinado por Afonso do Paço e J. L. da Fonseca Guedes, o segundo grupo foi objecto de um trabalho escolar por parte de Flávio Imperial e Pedro Salgueiro. Estão depositadas no Museu Municipal de Torres Novas.

1. Dp, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 2, 19.0 g, 30 mm.
2. As, Augustus, Roma, 16 a.C., RIC I² 379, 8.0 g, 28-27 mm, 5.
3. As, Augustus, Celsa, post. 17-15/14 a.C., RPC 271, 13.0 g, 30-29 mm, 11.
4. As, Diuus Augustus (sob Tiberius), Emerita, post 14, RPC 34, 15.6 g, 29-27 mm, 7.
5. Dp, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 41, 35.5 mm, 21.46 g.
- 6-7. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42, 12.0 g, 12.0 g, 27mm, 28-27mm, 4, 12.
8. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 44, 12.2 g, 28-27mm, 7.
9. Dp, Diuus Augustus (sob Tiberius), Colonia Romula, 14-15, RPC 73, 20.2 g, 30 mm, 6.
10. As, Tiberius, Colonia Romula, 14-15, RPC 74, 12.2 g, 27-26 mm, 8 [contramarca D].
11. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 95, 7.39 g, 26.5 mm.
12. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 97, 8.5 g, 27-26 mm, 6.
13. As, Claudius I, imitação provincial, tipo RIC I² 100, 13.2 g, 27-26 mm, 6.
14. As, Nero, Roma, c. 62/63-68, 7.2 g, 26-24 mm.
15. As/Dp, séc. I, 5.8 g, 30-28 mm.
16. As/Dp, Hadrianus, Roma, 117-138, 12.2 g, 26-25 mm, 6.
17. As, séc. I-II, 6.8 g, 25-22 mm.
18. As/Dp, séc. I-II, 6.2 g, 27-26 mm.

19. D, Septimius Seuerus, Roma, 206, RIC IV (1) 200, 18 mm, 3.33 g.

20. Hs, Iulia Domna (sob Septimius Seuerus ou Caracalla), Roma, 196-211, 19.8 g, 29-28 mm.

PAÇO e GUEDES, *Moedas da campanha de 1963*; IMPERIAL e SALGUEIRO, *As moedas de Villa de Cardílio*, pp. 8, 17, 18 e 26, nº 1-3, 32, 36 e 58-60; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

8. *Quinta da Silvã, Lapas (?), Torres Novas*

Em escavação de emergência realizada em 1991 pelo IPPC (IPPAR) foram recolhidos 7 numismas romanos de bronze: 2 do séc. III, 4 do século IV e 1 Dp hispânico de Colonia Romula. O grande desgaste desta última peça terá induzido Miguel Pessoa - autor da classificação apresentada na publicação dos resultados da escavação - em erro, atribuindo-a à dinastia antonina.

1. Dp, Diuus Augustus (sob Tiberius), Colonia Romula, 14-15, RPC 73, 21.6 g, 34-32 mm, 3.

CORTE-REAL, A., *Intervenção arqueológica de emergência na Quinta da Silvã*, NAug, 8, 1994, p. 161; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

9. *Alcáçova de Santarém, Santarém*

Um numisma de Augustus encontrado em contexto de finais do séc. I a.C., associado a cerâmica campaniense e sigillata itálica.

1. As, Augustus, NO Hispania, 26-25 a.C., RPC 3.

ARRUDA, A. M., *Alcáçova de Santarém. Relatório de trabalhos arqueológicos de 1984*, «Clio/Arqueologia», 1, 1983-1984, p. 223; ARRUDA, A. M., *A conquista*, in MEDINA, J. (dir.), *História de Portugal. Dos tempos históricos aos nossos dias, vol. II-O mundo luso-romano*, Amadora, 1993, p. 173 e 175; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

DISTRITO DE LISBOA

10. *Currais Velhos (Casais do Lexim), Igreja Nova, Mafra*

Necrópole de inumação parcialmente escavada por Estácio da Veiga. Foram recolhidos dois numismas, um de Theodosius e outro de Tiberius.

1. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42.

VEIGA, *Antiguidades de Mafra*, p. 35; VALDEZ, *Algumas notícias para a descrição histórica dos logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira, do concelho de Mafra*, pp. 69-70; ALARCÃO, *Roman Portugal*, II, 2, p. 120, 5/207; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

11. *S. Miguel de Odrinhas, S. João das Lampas, Sintra*

Das escavações realizadas em Odrinhas por D. Fernando de Almeida nos finais da década de 50 e inícios da de 60, foram recolhidos diversos numismas romanos até ao séc.

IV. No nosso inventário incluímos os seguintes:

1. As, Beuipo, 2ª metade séc. II-1ª metade séc. I a.C., CNH 4, s/p, 26 mm, 8.
2. Qn, P. Carisius (sob Augustus), Emerita, c. 25-23 a.C., RIC I² 1a, s/p, 15-13 mm, 6.
3. D, Hadrianus, Roma, 118, RIC II 41, s/p, 19-18 mm, 6.
4. Hs, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 610, s/p, 34-32 mm, 6.
5. Hs, Hadrianus, Roma, 117-138, s/p, 32-31 mm.
6. As, Hadrianus, Roma, 117-138, s/p, 26-25 mm.
7. Hs, Imperador indeterminado, séc. I-II (?), s/p, 30 mm [moeda partida, com vestígios de orifício ao centro].

RIBEIRO, *Estudos histórico-epigráficos*, p. 162 e 425, n. 2, refere a moeda nº 1; RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

12. *Granja dos Serrões, Montelavar, Sintra*

Em escavações realizadas em 1994 pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Sintra foram recolhidos dois numismas alto-imperiais.

1. As, Claudius I (?), c. emissor indeterminado, 41-54, s/p, 26-25 mm.
2. Hs, Traianus, Roma, 103-111, RIC II 523, s/p, 34 mm, 6.

13. *Teatro romano, Sé, Lisboa*

Em escavações realizadas por Irisalva Moita em 1967-68, surgiram algumas moedas, «entre as quais um grande bronze de Trajano, um grande bronze de Antonino Pio, um médio bronze de Adriano, um pequeno bronze de Constantino e um pequeno bronze de Valentiniano II». Estas moedas encontram-se no Museu da Cidade.

1. Hs, Traianus, Roma, 98-117.
2. Dp, Hadrianus, Roma, 119-128, RIC II 600a.
3. Hs, Antoninus Pius, Roma, 140-144, RIC III 600a.

MOITA, I., *O teatro romano de Lisboa*, sep. de Revista Municipal, 124-125, Lisboa, 1970, p. 13.

14. *Necrópole da Praça da Figueira, Lisboa.*

No Museu da Cidade de Lisboa.

1. S, Augustus, Emerita, post. 2 a.C., RPC 18.
- RUIVO, *Estremadura* (no prelo).

15. *Termas dos «Cássios», Lisboa*

1. V, Roma, 211-208 a.C., 2 g, 17 mm.

DIOGO, A. D., *Moedas romanas*, in *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição), Lisboa, 1994, p. 215.

16. Freiria, S. Domingos de Rana, Cascais

Moedas provenientes das campanhas de escavação levadas a cabo por José d' Encarnação e Guilherme Cardoso.

1. As, Salacia, CNH 13, 45-44 a.C., 11.21 g, 27-26 mm, 6.
2. As, Tiberius, Emerita, 14-37, RPC 42, 12.01 g, 27 mm, 4.
3. Hs, Traianus, Roma, 98-117, 22.55 g, 33 mm, 7.

Em estudo.

17. Alto do Cidreira, Alcabideche, Cascais

Moedas provenientes das campanhas de escavação levadas a cabo por José d' Encarnação e Guilherme Cardoso.

1. As, Nero/Flávios, Roma, 66-96, 6.9 g, 25 mm.
2. Hs, Faustina II (sob Antoninus Pius), Roma, c. 147-161, 19.78 g, 32-31 mm, 6.

II PARTE

CIRCULAÇÃO MONETÁRIA

INTRODUÇÃO

Para a realização do nosso estudo de circulação monetária, contamos com pouco mais de um milhar de moedas, provenientes de várias dezenas de sítios arqueológicos, que se distribuem por *Tesouros*, *Achados ocasionais* e *Escavações*, consoante vem discriminado no Gráfico 1:

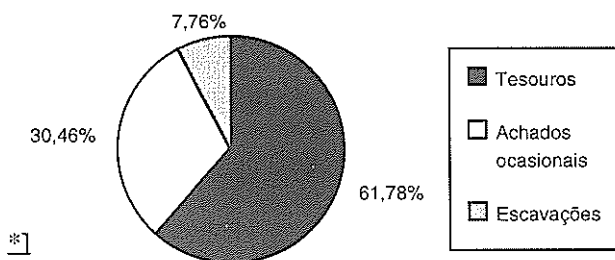


Gráfico 1 - Distribuição do numerário estremenho segundo o tipo de achados

Como se observa, a maior parte do material reunido é proveniente de tesouros (653 ex.), facto que nada tem de excepcional, não obstante conhecermos apenas uma percentagem mínima das moedas que os compunham (cfr. Quadro 1)¹. Em termos quantitativos, o segundo posto é ocupado pelos numismas procedentes de achados ocasionais (322 ex.) e por último vêm as moedas saídas de escavações (82 ex.), cujo número pouco representativo² mais não traduz que a reduzida atenção que os sítios romanos da região estremenha tem merecido até ao momento da parte da investigação arqueológica.

Voltando aos tesouros, foram 19 ao todo os que conseguimos inventariar (cfr. Mapa 3), dos quais apenas 3 se encontrarão completos (Santarém, Santana da Carnota e Cascais)³, o que mostra bem a deficiente informação que temos sobre eles. A maior parte dos tesou-

¹ A percepção deste dado resulta muito nítida quando nos damos conta que, das mais de 8000 moedas que constituíam os nossos 19 tesouros, apenas cerca de 600 puderam ser classificadas, o que nos dá uma percentagem inferior a 10%.

² Colocando de parte os tesouros, as moedas recolhidas em escavações representam apenas 20.20% do restante material.

³ É plausível que também os tesouros de Vila Nova e Fonte do Alvorge estejam completos, mas esta hipótese carece de absoluta confirmação.

ros data do período republicano, com particular evidência para aqueles cuja ocultação andarã associada às guerras sertorianas (cfr. Cat., *Tesouros*, nº 2, 12, 14-16 e 18). Depósitos como os da região de Leiria (Cat., *Tesouros*, nº 6) e Pinhal do Alvarinho (Cat., *Tesouros*, nº 17), pelas suas características, também poderão ter sido ocultados durante esta época. Ainda ao período republicano deverá pertencer com toda a certeza o achado de S. Tibério (Cat., *Tesouros*, nº 5), bem como os depósitos de S. Sebastião (Cat., *Tesouros*, nº 7) e N. Senhora do Carmo (Cat., *Tesouros*, nº 11).

Pelo menos seis tesouros datarão, em princípio, do período imperial, concretamente dos inícios do séc. I (Cat., *Tesouros*, nº 3, 8 e 9) e do séc. II (Cat., *Tesouros*, nº 4, 13 e 19). A cronologia do tesouro do Olho de Água (Cat., *Tesouros*, nº 10) é algo dúbia, embora se possa situar no período alto imperial.

Para as épocas flaviana e severiana não lográmos identificar nenhum depósito monetário.

No lote dos possíveis tesouros até 215 fizemos figurar ainda as referências aos achados de Morouços, Pinhal e Alcobertas (Cat., *Tesouros - Apêndice A-C*).

Nº	Local de achado	Cronologia	Nº total de ex.	Nº de ex. classif.
1	Fonte do Alvorge	100 a.C.	?	17 AR
15	Torres Novas	83-82 a.C.	?	4 AR
12	Columbeira	82 a.C.	c. 980 AR	165 AR
14	Charneca	80 a.C.	?	6 AR
18	Santana da Carnota	76 a.C.	136 AR	136 AR
2	Vila Nova	74 a.C.	25 AR	25 AR
16	Santarém	74 a.C.	c. 200 AR	196 AR
6	Região de Leiria	República	10 AR (?)	
17	Pinhal do Alvarinho	República	c. 1000 AR	
7	S. Sebastião	República	?	1 AR
11	N. Senhora do Carmo	República	3/4 AR	1 AR
5	S. Tibério	República	?	2 AR
9	Quinta de S. Paio	Augustus/Tiberius (?)	c. 1000 AR	22 AR (?)
3	Ansião/Tiberius	c. 50 AR	10 AR	
8	Casal Couveiro	Tiberius	c. 5000 AR	59 AR
4	Pelmá/Traianus	c. 80 AV+AR+AE		
13	S. Mamede	Antoninus Pius	?	5 AR
19	Cascais/Antoninus Pius	4 AE	4 AE	
10	Olho de Água	Séculos I-II (?)	c. 100 AR	

Quadro 1 - Tesouros monetários da Estremadura portuguesa

A quase totalidade dos tesouros estremenhos seria composta exclusivamente por numerário em AR, registando-se apenas duas excepções: o tesouro de Cascais (Cat., *Tesouros*, nº 19), composto só por moeda em AE, e o tesouro de Pelmá (Cat., *Tesouros*, nº 4), composto por numerário em AV, AR e AE.

Em alguns casos a forma de entesouramento não se limitou ao numerário, a que se associaram jóias (Santana da Carnota, Pelmá) e objectos de prestígio (Fonte do Alvorge),

ou onde o próprio contentor que guardava as moedas era em metal precioso (Pinhal do Alvarinho), o que reflecte igualmente uma forma de aforro⁴. Porém, na maior parte dos casos em que se documentou a presença de um recipiente, este era, regra geral, um vaso de barro (Columbeira, Charneca, Casal Couveiro e Ansião), com excepção para o tesouro de Cascais, que deveria representar o conteúdo de uma bolsa de pano ou couro, perdida acidentalmente.

O material oriundo dos achados isolados e de escavações pode ser esquematicamente analisado a partir do quadro que se segue:

	AV	AR	AE	?	Total	%	⁵ ‰
República		65	39		104	25.74	1.48
Júlios-Cláudios	1	24	142		167	41.34	4.59
Guerras civis-Flávios	2	4	13	1	20	4.95	1.63
Antoninos	1	8	76	1	86	21.29	2.34
Severos		3	3		6	1.48	0.65
Séc. I-III	1		20		21	5.20	
Total	5	104	293	2	404	100	-

Quadro 2 - Moedas de achados ocasionais e escavações

Para o período republicano, o material inventariado é constituído essencialmente por moeda em prata⁶, complementada por alguns bronzes emitidos em Roma e, a partir de dado momento, pelos bronzes hispânicos. A moeda em AV, que durante a República apenas foi cunhada em situações de grande emergência (invasão de Itália por Aníbal, guerra civil de Sula), só entrando definitivamente para o sistema monetário romano a partir de Caesar⁷, está ausente na Estremadura.

Quanto à época imperial, a maior percentagem do numerário recolhido concentra-se no período júlio-claudiano (que também ostenta a permissão mais elevada) seguido, a grande distância, pelo período correspondente à dinastia antonina. Sucede-se, depois, o

⁴ Cfr. GRIERSON, *Monnaies et monnayage*, p. 177 e BARATTE, F., *À propos de la vaisselle d'argent romaine: valeur métallique, valeur artistique*, BSFN, 40 (4), 1985, p. 625.

⁵ O cálculo das permissões foi realizado a partir da fórmula utilizada por CENTENO, *Circulação*, p. 173, baseado em CASEY, J., *The interpretation of romano-british site finds*, in CASEY, J. e REECE, R. (eds.), *Coins and the Archaeologist*, BAR- 4, Oxford, 1974, p. 41. Para a elaboração das permissões do Quadro 2 foram utilizados 383 numismas, já que os 21 exemplares que não se enquadram em nenhuma das periodizações aí propostas foram descontados.

⁶ É muito provável que algumas destas moedas sejam provenientes de tesouros que entretanto se dispersaram, pelo que os valores obtidos poderão ser superiores aos valores reais.

⁷ BOLIN, S., *State and currency in the Roman Empire to 300 A.D.*, Estocolmo, 1958, pp. 180-182; BURNETT, A., *La numismatique romaine. De la République au Haut-Empire*, Paris, 1988, p. 58; CRAWFORD, *Coinage and money*, p. 243 e 251.

período que vai das guerras civis de 68-69 à morte de Domitianus e, por último, o dos Severos.

Analisando o conjunto das moedas perdidas, detecta-se um claro predomínio do bronze sobre as outras espécies, facto natural visto ser esta a moeda corrente nos circuitos monetários, a espécie utilizada pelas populações nas suas trocas do dia-a-dia. O volume da prata decresce a partir do final da República, mas mantém sempre um carácter subsidiário relativamente ao bronze. É a moeda preferida pelos entesouradores ou aquela a que eles têm mais facilmente acesso, já que o ouro se reservava para certos pagamentos especiais. Não é, assim, de estranhar a fraca representatividade do material em AV, reflexo de vários factores, entre os quais avultam a sua reduzida circulação, as diligências empreendidas pelo proprietário na recuperação de uma moeda em metal nobre anteriormente perdida, o facto destes achados só muito dificilmente chegarem ao conhecimento público, etc.

Em termos muito gerais, verifica-se que o perfil que acabámos de traçar para a Estremadura é válido para o Ocidente hispânico, concretamente para o sítio de Conimbriga⁸ e para o Noroeste⁹, conforme se infere da observação do Quadro 3. Pese embora a existência de pequenas discrepâncias, em termos percentuais a distribuição do material por períodos cronológicos bastante latos exhibe uma indiscutível correlação.

	Estremadura		Conimbriga		Noroeste	
	Nº ex.	%	Nº ex.	%	Nº ex.	%
República	104	25.74	55	11.36	149	16.74
Júlios-Cláudios	167	41.34	220	45.45	441	49.55
Guerras civis-Flávios	20	4.95	54	11.15	43	4.83
Antoninos	86	21.29	100	20.66	197	22.13
Severos	6	1.48	7	1.44	-	-
Séc. I-III	21	5.20	48	9.91	60	6.74
Total	404	100	484	100	890	100

Quadro 3 - Análise comparativa do numerário da Estremadura, Conimbriga e Noroeste

Para facilitar a análise do numerário avulso e dos tesouros, à semelhança do que têm feito vários investigadores e partindo das suas propostas, resolvemos estabelecer a organização do nosso material em 26 períodos cronológicos, nos quais introduzimos os arranjos que julgámos convenientes. Assim, para a República a nossa periodização segue de muito

⁸ Fouilles de Conimbriga, p. 180; HIERNARD, *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas*, pp. 139-142.

⁹ CENTENO, *Circulação*, p. 183 (como é óbvio, não dispomos de dados para os primeiros Severos, já que o trabalho citado só vai até 192).

perto a de M. Crawford¹⁰; para o período imperial inspirámo-nos nos trabalhos já clássicos de R. Reece¹¹ e ainda nos de J. Casey¹² e de R. Centeno¹³.

Ia	211-207 a.C.
Ib	c. 206-c. 144 a.C.
Ic	c. 143-c. 125 a.C.
Id	c. 124-c. 92 a.C.
Ie	91-79 a.C.
If	78-49 a.C.
IIa	49-45 a.C.
IIb	44-28 a.C.
IIIa	27 a.C.-14
IIIb	14-37
IIIc	37-41
IIId	41-54
IIIe	54-68
IV	68-69
Va	69-79
Vb	79-81
Vc	81-96
VIa	96-98
VIb	98-117
VIc	117-138
VIId	138-161
VIe	161-180
VIIf	180-192
VIIa	193-211
VIIb	211-215

¹⁰ RRC, pp. 3-102.

¹¹ REECE, R., *Roman coinage in Southern France*, NC, 7^o s., VII, 1967, p. 94; idem, *Roman coinage in Northern Italy*, NC, 7^o s., XI, 1971, pp. 167-169; idem, *A short survey of the roman coins found in fourteen sites in Britain*, Britannia, III, 1972, p. 271; idem, *Roman coinage in the Western Empire*, Britannia, IV, 1973, p. 228.

¹² CASEY, J., *The interpretation of romano-british site finds*, in CASEY, J. e REECE, R. (eds.), *Coins and the Archaeologist*, BAR-4, Oxford, 1974, p. 43.

¹³ CENTENO, *Circulação*, p. 172.

CAPÍTULO I

OS TESOUROS MONETÁRIOS

1. Tesouros até 92 a.C.

Embora o nosso trabalho se centre principalmente nos achados monetários, convirá talvez começar por referir que alguns achados atribuídos à Idade do Ferro, compostos exclusivamente por baixela e objectos de adorno em ouro e prata, poderão estar, em nosso entender, em conexão com movimentos de tropas na zona, fossem elas cartaginesas¹⁴ ou romanas, nas etapas iniciais da disputa pela hegemonia na Hispânia¹⁵. Tal poderá ser, por exemplo, o caso do tesouro encontrado em 1935 em Pragança (Cadaval), composto por um colar, dois vasos e três lúnulas, tudo em prata, e por uma lúnula de ouro¹⁶.

Quanto aos tesouros monetários, o mais antigo que conseguimos documentar parece ser o da Fonte do Alvorge, Ansião (Cat., *Tesouros*, nº1)¹⁷, cuja moeda mais recente é o exemplar RRC 328/1, de P. Servili M.f Rulli, batido em 100 a.C. Conforme foi já salientado por A. M. Faria, existem boas probabilidades da deposição deste tesouro estar relacionada com a resistência movida pelas tribos lusitanas aos exércitos romanos¹⁸. Nesta conjuntura poderão ser igualmente incluídos os tesouros de Chão de Lamas (Miranda do Corvo, Coimbra)¹⁹, Idanha-a-Velha²⁰ e Penhagarcia²¹ (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) e Olival da Soalheira do Barbanejo (Monforte da Beira, Castelo Branco)²².

¹⁴ O historiador grego Políbius (*Fr. h.*, 10, 7, 4) refere-se à presença de tropas cartaginesas na foz do Tejo em 210 a.C., o que permite supor que, durante a Segunda Guerra Púnica, Cartago manifestou a preocupação de controlar esta área.

¹⁵ Na opinião de CENTENO, *Circulação*, p. 196, n. 64, também muitos dos achados de jóias castrejas no Noroeste poderão estar relacionados com as guerras cantábricas.

¹⁶ HELENO, M., *Jóias pré-romanas*, Ethnos, 1, 1935, pp. 238-245; RADDATZ, *Schatzfunde*, pp. 273-274.

¹⁷ Agradecemos ao Sr. Pe. José Eduardo Reis Coutinho as informações sobre este tesouro, a aguardar publicação num dos próximos volumes da revista Conimbriga: COUTINHO, J. E. R., *Entesouramentos de denários republicanos em Alvorge e Ansião* (a publicar).

¹⁸ FARIA, A. M., *Três tesouros monetários romanos da época republicana*, Nummus, 2ª s., XIV-XV, 1991-1992, p. 93.

¹⁹ RADDATZ, *Schatzfunde*, pp. 274-276; ALFARO ASINS, C., *Los denarios del tesoro de Chão de Lamas*, GN, 94-95, 1989, pp. 131-134; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 44, nº 76. Dado o precário estado de conservação das moedas em causa, não se exclui a hipótese de a sua ocultação ser posterior àquela data.

²⁰ *Coin Hoards III* 120; VILLARONGA, L., *Tresor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes d' Arse*, Numisma, 165-167, 1980, pp. 103-117; RRCHAD 52; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 42, nº 60.

²¹ RADDATZ, *Schatzfunde*, p. 282; RRCH 191; RRCHAD 38; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, 82.

²² RADDATZ, *Schatzfunde*, p. 278; FARIA, *Três tesouros monetários*, pp. 87-92.

Ao analisarmos a distribuição espacial dos tesouros hispânicos ocultados durante este período²³, salta à vista o aparecimento de duas concentrações distintas, em cada uma das quais as motivações para o entesouramento podem ter sido também distintas: uma, a mais importante, gravita em torno do curso superior do Guadalquivir, região estratégica pela sua excepcional riqueza mineira (área mineira da Sierra Morena), e estende-se depois até à zona das actuais províncias de Sevilha e Huelva; a outra, menos importante e mais dispersa, está localizada a Norte do Tejo abrangendo a região centro do actual território português, especialmente a Beira Baixa.

Como acabámos de referir, a ocultação dos tesouros centro-portugueses pode ter conhecido motivações diversas das dos tesouros béticos. Vários autores têm chamado a atenção para a relação entre estes últimos e a agitação vivida naquela região durante os últimos anos do século II e os iniciais do I a.C.²⁴, provocada pelo desenvolvimento das explorações mineiras da vertente oriental da Sierra Morena e pela provável resistência das populações indígenas à presença romana, segundo a opinião manifestada por C. Domergue²⁵ ou pela revolta de escravos das minas, talvez encorajada pela insegurança decorrente da invasão dos Cimbros e dos Teutões, no parecer de M. Crawford²⁶. Parece-nos, todavia, que não se deve descartar também a hipótese de algumas destas ocultações terem sido favorecidas pelas revoltas dos Lusitanos e dos Celtiberos, passados poucos anos sobre o assassinato de Viriatus e a queda de Numância²⁷. A este grupo poderiam também pertencer os tesouros do Sul de Portugal, provenientes da Herdade da Mflia (Portel)²⁸ e de Mértola²⁹.

²³ Cfr. os mapas apresentados em RRCHAD, pp. 116-123, fig. 4; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, pp. 39-46 e 78-81, mapa 5 (com os tesouros portugueses incorrectamente localizados) e ainda CRAWFORD, *Coinage and money*, p. 98, fig. 17 e p. 303, Apêndice 30.

²⁴ DOMERGUE, C., *Les mines de la Péninsule Ibérique*, pp. 184-188; CHAVES TRISTÁN, F., *Indigenismo y romanización desde la óptica de las amoedaciones hispanas de la Ulterior*, Habis, 25, 1994, pp. 116-117; FARIA, *Três tesouros*, p. 93.

²⁵ DOMERGUE, *Les mines de la Péninsule Ibérique*, p. 188, n. 55.

²⁶ CRAWFORD, *Coinage and money*, p. 102, embora o autor reconheça que a invasão daqueles povos ficou longe do Vale do Guadalquivir.

²⁷ Sobre as insurreições dos Lusitanos e dos Celtiberos vejam-se SOLANA SÁINZ, J. M. e MONTENEGRO DUQUE, Á., *La integración de Hispania en los destinos de Roma. La guerra de Sertório (133-72 a. C.)*, in MONTENEGRO DUQUE, Á., BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. e SOLANA SÁINZ, J. M., *Historia de España. 3- España Romana*, Madrid, 1986, pp. 98-101; ALARCÃO, *Domínio*, p. 23; CURCHIN, L. A., *Roman Spain. Conquest and assimilation*, 1991, pp. 41-42. Note-se que já durante as guerras viriatinas as ricas regiões da Betúria, Turdetânia, Oretânia e Carpetânia haviam sido por várias vezes saqueadas pelos bandos lusitanos, ocorrência que por certo ainda se manteria fresca no espírito das populações (cfr. o mapa das campanhas de Viriatus em ALARCÃO, *Domínio*, p. 21, fig. 5, com base em GUNDEL, H.G., *Viriato-Lusitano, caudillo en las luchas contra los Romanos: 147-139 antes de Cristo*, Caesaraugusta, 31-32, 1968, p. 175-198).

²⁸ FARIA, *Três tesouros*, p. 80-83.

²⁹ FARIA, *Três tesouros*, p. 84-86. No Sul de Portugal encontram-se numerosas jazidas de cobre, prata e ferro cuja exploração desde cedo terá despertado o interesse do Estado e dos particulares (cfr. EDMONDSON, J. C., *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*, BAR - i. s. 362,

O segundo grupo de tesouros localiza-se, como já vimos, na região centro de Portugal. Após a morte de Viriatus e as campanhas pacificadoras de D. Iunius Brutus, o facho da revolta voltou a acender-se entre os Lusitanos em 114 a.C. Não obstante as fontes clássicas que relatam os acontecimentos ocorridos neste período serem fragmentárias e lacunares, sabemos por Plutarchus (*Marius*, 6) que C. Marius, pretor da Ulterior em 114 a.C., se bateu com os Lusitanos e em 112 a.C. o pretor L. Calpurnius Piso Frugi foi morto num recontro com este povo, que continuava a assolar a Bética (Appianus, *Iber.*, 99), embora desconhecamos ao certo a área que foi palco destas investidas. A rebelião ter-se-á prolongado até aos inícios do século I a.C., ou pelo menos terá conhecido novos ressurgimentos, pois temos notícias de várias campanhas até 94 a.C.³⁰

Apesar de a Beira Baixa ser também uma região abastada em recursos minerais, estamos de acordo com J. C. Edmondson quando afirma não existirem quaisquer evidências de revoltas de escravos na área³¹, pelo que julgamos preferível atribuir os entesouramentos aí postos a descoberto a outros factores, dos quais o mais pertinente se prende com o clima de instabilidade reinante neste território em finais da segunda centúria antes da nossa era e inícios da seguinte.

Aparentemente, o tesouro da Fonte do Alvorge distingue-se dos restantes tesouros hispânicos do mesmo período no que toca à composição ou estrutura interna (Quadro 4)³²:

	Fonte Alvorge		Id.-a-Velha ³³		Penhagarcia		Barbanejo		Mértola		Herdade Mília	
	ex.	%	ex.	%	ex.	%	ex.	%	ex.	%	ex.	%
Ia (211-207 a.C.)							3	2.68	1	1.88	60	12.19
Ib (c. 206-c. 144 a.C.)	2	11.76	212	15.75	25	23.14	29	25.89	16	30.18	124	25.20
Ic (c. 143-c. 125 a.C.)	4	23.52	433	32.17	41	37.96	45	40.18	18	33.96	174	35.37
Id (c. 124-c. 92 a.C.)	11	64.71	701	52.08	42	38.90	35	31.25	18	33.96	134	27.24
Total	17	100	1346	100	108	100	112	100	53	100	492	100

Quadro 4 - Composição de 6 tesouros lusitanos de finais do século II a.C.

Oxford, 1987, pp. 208-220). A exploração do couro mineiro de Metallum Vispacense era arrendada pelo estado a particulares (cfr. DOMERGUE, *La mine antique d' Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca*, Conimbriga, XXII, 1983, pp. 5-193). A edificação de uma série de estabelecimentos de carácter defensivo na região alentejana, os chamados *castella*, fortificações militares na opinião de M. MAIA (*Os castella do Sul de Portugal*, MM, 27, 1986, pp. 195-223), *uillae* fortificadas na opinião de J. WAHL (*Castelo da Lousa. Ein Wehrgehöft Caesarisch-Augusteischer Zeit*, MM, 26, 1985, pp. 149-176), estarão claramente em relação com a mineração, evidenciando o interesse dos privados, provavelmente itálicos, nesta actividade ainda em finais do período republicano.

³⁰ Sobre os acontecimentos que tiveram lugar na Hispânia durante este período conturbado, cfr. FHA, IV, pp. 144-149 e GARCÍA MORENO, L. A. (dir.), *Hispani tumultuantes: de Numancia a Sertorio*, Memorias del Seminario de Historia Antigua I, Alcalá de Henares, 1987, pp. 57-108.

³¹ EDMONDSON, *Two industries*, pp. 43-45, com uma lista de tesouros encontrados nas áreas mineiras da Lusitânia, alguns dos quais, como Idanha-a-Velha (1) e Idanha-a-Nova, nos merecem algumas reservas, assim como a ligação que entre eles e as guerras sertorianas é estabelecida.

³² Todavia a possibilidade de o tesouro se encontrar incompleto justificaria esta divergência.

Analisando-o segundo as periodizações estabelecidas por Crawford, verifica-se que a maior parte dos numismas que o compõem concentra-se no período Id, ao mesmo tempo que estão ausentes as emissões correspondentes ao período Ia e é fraca a representatividade dos períodos Ib e Ic. Em termos de estrutura, o tesouro que aparentemente mais se aproximaria do da Fonte do Alvorge seria o de Idanha-a-Velha, contudo essa semelhança é apenas aparente, já que no primeiro a moeda mais antiga é de 152 a.C., enquanto no segundo é de 206-200 a.C., para além de neste último estarem ainda presentes as cunhagens ibéricas de AR, nomeadamente denários de *kese*, *ikalesken* e dracmas de *arse*.

Aparentemente, o entesouramento da Fonte do Alvorge foi realizado a partir de unidades emitidas num curto espaço de tempo — 51 anos — no que apenas encontra paralelo no tesouro de Penhagarcia — 48 anos entre a unidade mais antiga e a mais recente³⁴. Este facto, bem como a possibilidade de as moedas estarem acompanhadas por uma pátera de prata, reafirma o seu carácter de ocultação de urgência³⁵.

É igualmente importante o facto de o achamento do tesouro se ter efectuado a cerca de um quilómetro do povoado indígena do Monte Figueiró. Este local parece ter desempenhado um papel de relevo durante a Idade do Ferro³⁶, devendo a sua ocupação ter persistido até pelo menos aos finais da República ou inícios da época imperial³⁷. Tal pormenor, por si só, não prova que este depósito fosse pertença de um habitante do castro³⁸; podia muito bem representar os haveres de algum militar romano que os dissimulou perante uma situação de perigo iminente e que, por motivos vários, o não recuperou (morte em comba-

³³ Não foram incluídos 4 AR forrados e 17 AR ibéricos.

³⁴ Os 9 denários anónimos referidos por Raddatz, *Schatzfunde*, p. 282, foram incluídos, por impossibilidade de correcta classificação, no período Ib, embora não seja de excluir a hipótese de alguns poderem pertencer ao período Ia. Refira-se ainda que apesar de o autor indicar que o tesouro era composto por 110 denários, apenas apresenta 108.

³⁵ São vários os tesouros de moedas deste período que se fazem acompanhar de objectos em metal precioso, como é o caso dos tesouros de Chão de Lamas, Olival da Soalheira do Barbanejo e Penhagarcia. Um exemplo paradigmático de um entesouramento de urgência ocultado por esta época é-nos fornecido pelo tesouro de Cogollos de Guadix (Granada), composto por 73 denários e duas argolas de prata envolvidos por uma pátera de prata, dobrada para o efeito, tudo enterrado dentro de um vaso de barro (cfr. MENDONZA EGUARAS, A., *Tesorillo de denarios republicanos de Cogollos de Guadix (Granada)*, Numisma, 150-155, 1978, pp. 25-52.

³⁶ COUTINHO, J. E. R., *Monte Figueiró*, in *Idade do Ferro*, Catálogo da exposição realizada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz, 1994, pp. 113-114. Alguns dos materiais aqui recolhidos poderão ser de tradição orientalizante.

³⁷ Catálogo, *Achados ocasionais*, nº 1. Temos também notícia do aparecimento de cerâmicas campanienses e sigilatas itálicas.

³⁸ CRAWFORD, M., *Coin hoards and the pattern of violence in the Late Republic*, PBSR, XXXVII, 1969, p. 76, chama a atenção exactamente para o facto de a maior parte dos tesouros que não chegaram a ser recuperados pelos proprietários terem sido enterrados fora dos povoados, mas alerta também para um outro dado importante (p. 77): os conflitos nem sempre se desenrolam na área onde se enterra o tesouro, tornando-se, por assim dizer, numa causa indirecta da ocultação.

te, movimentação forçada para outra região, incapacidade em reconhecer o local do esconderijo, etc.)³⁹.

A cronologia do encobrimento deste tesouro deve situar-se em 100 a.C. ou nos anos imediatos, conforme sugere o excelente estado de conservação dos exemplares mais recentes, podendo ir, o mais tardar, até aos anos 96-94 a.C., que assinalam as campanhas de P. Crassus na Ulterior⁴⁰.

2. Tesouros das guerras sertorianas (82-72 a.C.)

Na sequência da guerra civil entre os partidários de C. Marius e os de L. Cornelius Sulla, Q. Sertorius foi enviado em 82 a.C. à Hispânia pelos marianistas como pretor da Citerior, com o objectivo de manter esta área fora do controlo dos *optimates*⁴¹.

Após uma fuga para a Mauritânia, forçada pela chegada das tropas sulanas comandadas por C. Annius Luscus, Sertorius regressa à Península em 80 a.C., ao que parece a pedido dos Lusitanos, para os chefiar na luta contra Roma. Durante cerca de meia década o expansionismo romano irá conhecer sucessivos reveses que apenas se atenuarão em 74 a.C., data a partir da qual se verificará uma inversão no desenrolar dos acontecimentos, culminando com o assassinato do general rebelde em 72 a.C. e com a consolidação do domínio romano na maior parte do solo hispânico.

Como reflexo deste período conturbado ficou-nos o testemunho de vários tesouros monetários. A primeira abordagem aos tesouros da época sertoriana encontrados na Península foi realizada em 1949 por F. Mateu Llopis no apêndice ao *Sertorio* de A. Schulten⁴². De então para cá muito se avançou felizmente na investigação numismática e foram vários

³⁹ A propósito dos tesouros de finais do séc. II-inícios do séc. I a.C. recuperados no território português, A. Faria é de opinião que não existia no ocidente hispânico uma economia monetária, pelo que só a presença de tropas romanas podia explicar a existência destes conjuntos. O facto de alguns deles terem sido descobertos em contextos indígenas leva-o mesmo a admitir que possam ser tesouros capturados aos romanos (FARIA, *Três tesouros*, p. 93).

⁴⁰ FHA, IV, pp. 152-153.

⁴¹ Sobre a guerra civil entre Marius e Sulla cfr. GABBA, E., *Mario e Silla*, ANRW, I (1), 1972, pp. 764-805. Relativamente à figura de Sertorius veja-se SCHULTEN, A., *Sertorio*, Barcelona, 1949 e GARCÍA MORÁ, F., *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio. Planteamientos iniciales*, Granada, Universidad de Granada, 1991 (contudo, este autor ignora na sua análise os tesouros sertorianos da Estremadura). Uma panorâmica geral do conflito hispânico pode ser encontrada em SOLANA SAINZ e MONTENEGRO DUQUE, *La integración de Hispania en los destinos de Roma. La guerra de Sertório (133-72 a.C.)*, pp. 102-117.

⁴² MATEU Y LLOPIS, F., *Los tesoros monetarios de la época sertoriana*, Apêndice de SCHULTEN, A., *Sertorio*, Barcelona, 1949.

os tesouros que entretanto conheceram a luz do dia⁴³. Se do inventário de Mateu Llopis não consta nenhum tesouro deste período para o actual território português⁴⁴, presentemente o seu número aproxima-se já da dezena, quase todos concentrados na Estremadura (cfr. Quadro 5) e regiões limítrofes⁴⁵.

	Nº de ex. do tesouro	Nº de ex. estudados	Exemplar + antigo	Exemplar + recente	C. emissor		
					Oficial	<i>boiskan</i>	<i>sekobirikes</i>
Vila Nova	25 (?)	25	128 a.C.	74 a.C.	23	2	
Columbeira ⁴⁶	c. 980	165	157-156 a.C.	82 a.C.	165		
Charneca	(?)	6	119 a.c.	80 a.C.	5	1	
Torres Novas	(?)	4	112-111 a.C.	83-82 a.C.	4		
Santarém	192 (?)	192	225-214 a.C.	74 a.C.	192		
Carnota	136	136	206-195 a.C.	76 a.C.	134	1	1

Quadro 5 - Tesouros sertorianos da Estremadura

Deste conjunto de tesouros, os de Santarém e Carnota estarão, em princípio, completos, como completo poderá estar também o de Vila Nova. Do tesouro da Columbeira temos uma amostra razoável, representando cerca de 17 % da globalidade do depósito. O

⁴³ Para uma visão de conjunto mais actualizada, cfr. AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, pp. 19-24; RRCHAD, pp. 123-129, fig. 5-6; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, pp. 47-54 e 81-85, mapa 6, embora todos os trabalhos citados enfermem de algumas incorrecções.

⁴⁴ MATEU Y LLOPIS, *Los tesoros monetarios de la época sertoriana*, pp. 9-10 e mapa.

⁴⁵ Por falta de elementos não serão considerados aqui os tesouros da Herdade do Poço do Salvado, Atalaia, Monsanto (VASCONCELLOS, J. L., *Estudos sobre a época do ferro em Portugal*, AP, XXIV, 1920, p. 106; HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 70-71, n.º 97; FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste*, p. 93) e Monte Pindo, Boticas, Vila Real (CENTENO, *Circulação*, p. 66, n.º 55 e 193-194, tendo em atenção o considerável desgaste das moedas mais recentes sugere, quanto a nós bem, uma data de ocultação bastante tardia, enquanto RRCHAD 64 e VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 54, n.º 120, optam pela inclusão do achado no lote dos tesouros sertorianos). O pretenso tesouro de Monsanto (RRCH 229; FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste*, p. 93; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 53, n.º 117), não é mais que um conjunto de 4 moedas achadas no castelo de Monsanto e arredores (cfr. PIRES, C., *Moedas romanas achadas na Idanha*, AP, IV, 1898, pp. 79-80). Um tesouro com uma estrutura tipicamente sertoriana é o do Poio, Paradelas de Guiães, Sabrosa, apesar de o exemplar mais recente ser, segundo CENTENO (*Circulação*, pp. 73-75, n.º 65 e histograma da fig. 4) de 49-48 a.C. (RRC 443/1). Independentemente do facto de apenas uma parte do achado ter sido estudada, as circunstâncias que levaram à inclusão do supracitado denário bem como o hiato de cerca de 25 anos entre essa moeda e a que lhe é imediatamente anterior (RRC 394/1a, de 74 a.C.), levam-nos, de algum modo, a partilhar das dúvidas suscitadas por FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste*, p. 92 e AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, p. 22.

⁴⁶ Embora do nosso inventário (cfr. Cat., *Tesouros*, n.º 12) só constem 128 exemplares, estes equivalem a 165 porque algumas peças repetidas só foram contabilizadas uma vez.

lote de 4 AR da região de Torres Novas pode fazer parte do depósito da Charneca, hipótese defendida por alguns autores e que nos parece extremamente provável⁴⁷.

Exceptuando os dois achados da região de Torres Novas e o da Columbeira — que não nos proporcionam elementos cronológicos absolutamente fiáveis —, o tesouro de Santana da Carnota, fecha com um exemplar de 76 a.C. (RRC 390/1)⁴⁸ e os de Vila Nova e Santarém terminam com unidades de 74 a.C. (RRC 394/1). A ocultação destes tesouros parece situar-se já na fase final do conflito sertoriano, momento ao qual poderão ser atribuídos também 2 tesouros encontrados na região centro-litoral, os tesouros de Cabeça da Corte (Pombalinho, Soure)⁴⁹ e do castro de Romariz (Aveiro)⁵⁰.

É de notar o facto de não dispormos, para já, de nenhum achado relacionável com as etapas iniciais da disputa. Mesmo no Sul de Portugal, que parece ter sido o palco inicial dos enfrentamentos entre as tropas de Sertorius e as do governador da Ulterior, Q. Caecilius Metellus Pius, não se registou, que saibamos, até ao momento nenhum achado associável a estes acontecimentos.

Na opinião de F. García Morá, na sua ofensiva inicial de 79 a.C., Metellus teria provavelmente atacado os territórios lusitanos a Norte do Tejo⁵¹, hipótese que pode e deve ser considerada, mas que não encontra para já confirmação nos dados da arqueologia. É certo que o estabelecimento de um acampamento em Caeciliana (situada algures nas imediações de Setúbal)⁵² poderia ser um indicador desta acção e os comentários de Salustius (*Hist.*, I, 112-115) não descartam tal possibilidade mas, a terem lugar, desconhecemos a

⁴⁷ Tal possibilidade foi já sugerida por HILDEBRANDT, *Die Münzen aus Cáceres el Viejo*, p. 274, n. 37 e AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, p. 22.

⁴⁸ VIEGAS e PARREIRA, *Der Schatzfunde von Santana da Carnota*, p. 83 e segs., sugerem uma cronologia *post.* 72 a.C. para este tesouro, com base na presença de um denário de *bolskan*, por eles considerada a unidade mais recente do depósito. No entanto, e como muito bem observa GARCÍA-BELLIDO (*Sobre la localización de Segobrix*, p. 249, n. 11), a datação da peça será claramente anterior a 72 a.C., pelo que a proposta daqueles autores não parece correcta.

⁴⁹ HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 62, n.º 87; RRCH 300; RRC, pp. 84-85, Quadro XIII; RRCHAD 69; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p.53, n.º 114. Apesar da presença de um denário de *šekobirikes* (MARTÍN VALLS, *La circulación monetaria ibérica*, p. 338, n.º 32), Villaronga inclui este conjunto monetário no grupo dos tesouros compostos exclusivamente por moeda romana.

⁵⁰ CENTENO, R. M. S., *O tesouro monetário de Romariz (Portugal)*, Sautuola, II, 1976-1977, pp. 209-219; *Coin Hoards* III, 1977, p. 55, n.º 123; RRCHAD 72; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 54, n.º 123 (incorrectamente incluído no grupo dos tesouros compostos exclusivamente por moeda romana, pois possui um denário de *šekobirikes*).

⁵¹ GARCÍA MORÁ, F., *Sertorio frente a Metelo*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga», pp. 383-399, tece várias conjecturas interessantes a propósito desta campanha de Metellus, embora algumas sejam meramente hipotéticas.

⁵² ALARCÃO, *Roman Portugal. I-Introduction*, p. 56; TOVAR, *Iberische Landeskunde*, Band 2, p. 216; ULBERT, *Cáceres el Viejo*, p. 198; GARCÍA MORÁ, *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio*, p. 96.

amplitude das incursões de Metellus. Daqui em diante Sertorius irá conta-atacar com êxito, alargando a sua influência aos territórios a Sul do Tejo enquanto Metellus, por força das circunstâncias, se verá obrigado a recuar para o coração da Ulterior e a optar por uma postura mais defensiva⁵³. A partir deste momento as fontes clássicas são omissas relativamente a acções que possam ter-se desenrolado nesta área, exceptuando uma breve notícia a propósito de uma expedição de Perperna a Cale realizada provavelmente em fins de 74 a.C. (Salustius, *Hist.*, III, 43 = Servius, *Ad Aen.*, VII, 728). É precisamente com este acontecimento que poderemos tentar relacionar os tesouros da Carnota, Santarém, Vila Nova, Cabeça da Corte e Romariz. Outra possibilidade a ter em conta é a de que possam ser o resultado de expedições punitivas levadas a cabo pelos romanos após a morte de Sertorius.

Partindo do princípio que a Cale de Salustius é identificável com a cidade homónima que existiu na foz do Douro, urge perguntar qual o móbil do lugar-tenente de Sertorius. A resposta que nos ocorre é que o partido sertoriano já não controlava em absoluto os territórios mais ocidentais da Hispânia e que o início da derrocada do poder do general estaria a provocar algum esmorecimento na fidelidade das populações indígenas⁵⁴.

Embora as fontes clássicas o não mencionem, não está fora de questão admitir que a expedição de Perperna tivesse objectivos mais vastos do que simplesmente chamar à ordem os habitantes de Cale; os vários tesouros cuja cronologia encaixa nesta acção militar poderiam indiciar que na faixa costeira a Norte do Tejo teriam sido várias as povoações atacadas, talvez pelo mesmo motivo.

Contudo, o peso desta argumentação diminui consideravelmente se tivermos em consideração as propostas sugeridas por C. Hersh e A. Walker para a cronologia das emissões de denários romanos que fecham a maior parte dos nossos tesouros. Assim, a emissão RRC 394/1 de C. Postumius que fecha os tesouros de Vila Nova, Santarém e Cabeça da Corte é datada por estes autores de 73 a.C.⁵⁵. Também o denário RRC 390/1-2, de L. Lucretius Trio, que corresponde ao exemplar mais recente do depósito de Santana da Carnota avança de 76 para 74 a.C., enquanto o AR mais recente do tesouro do castro de Romariz (RRC 395/1, de L. Cossutius Sabula) avança de 74 para 72 a.C.⁵⁶. Assim, já só o tesouro da

⁵³ Esta atitude está bem exemplificada no abandono do acampamento de Cáceres-el-Viejo (Castra Caecilia ?) provavelmente após um ataque de Sertorius: ULBERT, *Cáceres el Viejo*, pp. 207-211.

⁵⁴ Este facto é confirmado pelas passagens citadas em FHA, IV, pp. 227-228, que relatam o início da defecção dos aliados ibéricos e romanos de Sertorius. Do mesmo ponto de vista partilha ALARCÃO, *A conquista do território*, p. 349. Opinião diversa é manifestada por GARCÍA MORÁ, *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio*, p. 325, ao pretender que o objectivo de Perperna seria aliciar as populações galaicas meridionais para a sua causa após a perda da Celtibéria e do Vale do Ebro.

⁵⁵ HERSH, C. e WALKER, A., *The Mesagne hoard*, ANSMN, 29, 1984, pp. 103-134, especialmente o Quadro 2.

⁵⁶ *Idem, ibidem*.

Carnota seria, em princípio, contemporâneo da campanha de Perperna. Os restantes seriam posteriores e poderiam ter origem em campanhas efectuadas por Metellus ou por outro general posteriormente à morte de Sertorius⁵⁷.

Apesar de na maior parte dos casos ignorarmos o local exacto onde foram descobertos estes tesouros, não deixa de ser ponto assente que a maioria dos tesouros sertorianos foi descoberta nas proximidades de povoados indígenas⁵⁸. O tesouro de Vila Nova foi encontrado a uns 500 metros do Monte Figueiró⁵⁹; o da Columbeira numa região onde se eleva o castro homónimo, com uma importantíssima ocupação da Pré-história recente e posterior⁶⁰; o da Carnota numa região onde parecem ter existido vários povoados da Idade do Ferro, como Ierabriga⁶¹ e os castros das Curvaceiras⁶² e da Ota⁶³. Já fora da nossa área de investigação, o tesouro de Romariz foi recolhido no interior do próprio povoado⁶⁴.

A este grupo poderemos também acrescentar, se bem que a título meramente hipotético, os achados do Pinhal do Alvarinho, Alenquer (Cat., *Tesouros*, nº 17) e da região de Leiria (Cat., *Tesouros*, nº 6), este numa zona dominada por Collippo. Do primeiro sabemos que era composto por cerca de 1000 denários republicanos, colocados num vaso de prata com a inscrição SVCNIN(us) ASED I F(ilius)⁶⁵. Hipólito Cabaço, que viu três das

⁵⁷ Existem algumas notícias vagas a respeito de insurreições dos indígenas até 70 a.C.: SOLANA SÁINZ, J. M. e MONTENEGRO DUQUE, Á., *César en Hispania y la guerra civil con Pompeio*, in MONTENEGRO DUQUE, BLÁZQUEZ MARTÍNEZ e SOLANA SÁINZ, *Historia de España*, p. 122.

⁵⁸ Segundo ALARCÃO, *A produção e a circulação dos produtos*, p. 483, muitos dos tesouros achados em castros seriam propriedade colectiva dos seus habitantes.

⁵⁹ Sobre este povoado, cfr. *supra* p. 92.

⁶⁰ SCHUBART, H., FERREIRA, O. V. e MONTEIRO, J. A., *A fortificação eneolítica da Columbeira-Bombarral*, AP, 3ª s., 3, 1969, pp. 12-36; COFFYN, *Le Bronze Final Atlantique*, p. 214, mapa 39, nº 91.

⁶¹ ALARCÃO, *Domínio*, p. 48; MANTAS, *As cidades marítimas da Lusitânia*, p. 162, n. 57, situa esta povoação entre Paredes e Sete Pedras, nos arredores de Alenquer.

⁶² Neste povoado foi encontrada nos inícios do século uma moeda hispano-cartaginesa (Cat., *Achados ocasionais*, nº 68).

⁶³ Também para este local temos notícia do achado de denários republicanos e de um quarto de shekel hispano-cartaginês (Cat., *Achados ocasionais*, nº 69).

⁶⁴ CENTENO, *O tesouro monetário de Romariz*, p. 210.

⁶⁵ Embora HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 81-82, nº 116, fundamentando-se numa informação de Hipólito Cabaço refira que o tesouro estava repartido por duas taças de prata, preferimos seguir Hübner (CIL II 6249³), que recebe a notícia de Estácio da Veiga em época não muito distante do achado. Como se pode ver, a forma de identificação patente na inscrição é perfeitamente indígena e a onomástica é extremamente interessante, pois parece ser única na Península. Os antropónimos referidos no texto podem representar a transcrição para o alfabeto latino dos nomes ibéricos *suk(u)nin e *aseti: cfr. FARIA, A. M., *Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais*, Portugália, n. s., XI-XII, 1990-1991, pp. 83 e 88. Contudo, GORROCHATEGUI CHURRUCA, J., *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*, Bilbao, 1984, p. 150, defende uma origem aquitana para o antropónimo Asedus. Tudo parece apontar no sentido de a formação do tesouro ter ocorrido em local muito distante daquele onde viria a ser abandonado.

moedas, datou-as de 125 a.C.⁶⁶. Do segundo nada sabemos ao certo, mas é digna de crédito a informação de Leite de Vasconcellos que diz ter visto na posse de José Barreiros Calado, residente no Juncal (Porto de Mós), dez denários ibéricos achados em Leiria⁶⁷. Temos algumas dúvidas em crer que o achado tivesse sido realizado exactamente em Leiria; é muito provável que Vasconcellos se quisesse referir à região de Leiria. Tem para nós cabimento que as moedas integrassem um tesouro, embora se ignore o número de unidades que o compunham bem como os centros emissores presentes. Apesar de todas as incertezas que o envolvem, este deve ser um daqueles tesouros ocultados entre finais do séc. II - inícios do I a.C. e o fim das guerras sertorianas⁶⁸.

Outro aspecto que julgamos pertinente discutir aqui é o seguinte: se à análise da rede viária romana na faixa ocidental entre os rios Tejo e Douro⁶⁹ juntarmos a distribuição espacial dos achados da época sertoriana, verificamos que estes evidenciam uma espantosa tendência para se alinharem ao longo daqueles que virão a ser, mais tarde, os eixos viários capitais desta vasta área (cfr. mapa 4). Como se pode observar, a maior concentração de tesouros está disposta ao longo do eixo principal da futura via Olisipo-Bracara Augusta, ao mesmo tempo que outra menos importante e evidente se localiza naquele que virá a ser o seu ramal secundário. Tudo aponta, portanto, no sentido de as vias imperiais se terem sobreposto aos caminhos que nos finais na Idade do Ferro — e provavelmente já desde o Bronze Final⁷⁰ — asseguravam a ligação entre os povoações mais importantes, facilitando as transacções dos produtos, mas também as deslocações dos contingentes militares⁷¹.

⁶⁶ HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 82.

⁶⁷ VASCONCELLOS, J. L., *Notícias do Juncal (Estremadura)*. (*Coisas velhas*, 139), AP, XXX, 1938, p. 207.

⁶⁸ Esta conjectura é igualmente válida para o tesouro de Alcaide, Fundão (HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 68, nº 93), que FARIA (A. M.), *Sobre a moeda no Noroeste*, *Arqueologia*, 20, 1989, p. 93, admite ser sertoriano. A cronologia da maior parte dos tesouros em cuja composição entram os denários ibéricos não ultrapassa o final das guerras sertorianas. Conhecem-se, no entanto, vários achados com unidades ibéricas ocultados em épocas posteriores, entre os quais os de S. Mamede de Ribatua (Centeno, *Circulação*, pp. 81-82, nº 76), Castro de Arrabalde (SÁNCHEZ DE ARZA, V., *Las monedas del tesoro de Arrabalde. La Asturias Cismontana*, Numisma, 186-191, 1994, pp. 51-64) e Villar del Álamo, também conhecido por tesouro de Albacete (VILLARONGA, L., *Tesorillo de Albacete del año 1906*, Ampurias, 33-34, 1971-1972, pp. 305-320).

⁶⁹ Cfr. ALARCÃO, *Roman Portugal, I - Introduction*, pp. 52-53, fig. 24 e MANTAS, V. G., *A rede viária do convento escalabitano*, «Actas del Simposio Sobre La Red Viaria en la Hispania Romana», Tarazona, 1990, pp. 219-239.

⁷⁰ MANTAS, *Rede viária*, p. 220, salienta que a mobilidade dos bandos lusitanos e dos exércitos republicanos se ficaria a dever à utilização de velhos caminhos indígenas.

⁷¹ Embora na posse de dados muito parcelares para os tesouros sertorianos da Lusitânia, AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, p. 22, refere que todos aqueles por ele apresentados se encontram junto a vias de comunicação, o mesmo ocorrendo com os achados da Extremadura espanhola, situados junto à *via de la Plata*.

Apenas o ainda inédito tesouro do Coiço (Oliveira do Mondego, Penacova)⁷² parece sair da órbita da primacialidade dos eixos viários, mas a sua localização, próxima ao Mondego, parece realçar a importância deste curso de água na penetração romana na Lusitânia.

Passaremos agora à análise dos tesouros propriamente dita. Na nossa discussão iremos considerar sobretudo os tesouros de Vila Nova, Columbeira, Santarém e Santana da Carnota, já que, como vimos, os restantes não nos dão garantias suficientes nem o seu material é representativo.

Analisando a distribuição dos tesouros segundo os períodos estabelecidos por Crawford (cfr. Quadro 6), notamos que o mais completo é o de Santarém, onde a moeda mais antiga é uma didracma de 225-214 a.C., portanto anterior à criação do denário⁷³, e onde a peça mais recente datará de 74 a.C.

Este é, juntamente com o tesouro de Empordà⁷⁴, um dos poucos tesouros sertorianos onde o período Ia está representado, embora tenhamos como certo que a presença de unidades tão antigas seja o reflexo de uma circulação residual, o mesmo se aplicando às do período Ib. Poder-se-á todavia admitir que, num ou noutro caso, se trate de normal entesouramento.

	Vila Nova	Columbeira	Santarém	S. Carnota	Romariz	Empordà	Nerpio
Ante 211 a.C.			0.57				
Ia (211-207 a.C.)			1.14			1.95	
Ib (c. 206-c. 144 a.C.)		8.66	6.25	5.22	8.57	5.84	2.95
Ic (c. 143-c. 125 a.C.)	4.35	22.83	15.91	9.70	4.28	10.62	10.45
Id (c. 124-c. 92 a.C.)	13.04	49.61	38.06	35.82	38.57	29.82	20.86
Ie (91-79 a.C.)	69.54	18.90	31.82	48.51	38.57	45.22	62.58
If (78-49 a.C.)	13.04		6.25	0.75	10.00	6.55	2.95

QUADRO 6 - Estrutura de 7 tesouros sertorianos

⁷² A notícia deste achado encontra-se em FIDALGO, J. O., *Levantamento arqueológico do concelho de Penacova*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991, pp. 61-62 e 66-68, fotos 8-13; Agradecemos a maior parte das informações sobre este tesouro à Dra. Ana Margarida Serra Ferreira, do Museu Municipal da Figueira da Foz, que nos facultou a observação das fotos das moedas). Este depósito foi encontrado há poucos anos atrás por trabalhadores durante o plantio de um eucaliptal e é composto actualmente por 20 denários e por um fragmento de um torques de prata. Não sabemos, ao certo, quantas unidades continha, existindo mesmo a possibilidade de se encontrar completo. A partir das fotografias identificámos os seguintes exemplares: RRC 200/1, 262/1, 266/1, 273/1, 274/1, 275/1 (2 ex.), 286/1, 289/1, 300/1, 302/1, 325/1b, 328/1, 337/3, 344/2b, 350A/2 (2 ex.), 352/1c, 357/1b e 366/3c. A unidade mais recente (RRC 366/3c) foi batida na Hispânia por C. Annius Luscus nos anos 82-81 a.C., mas a data da ocultação do tesouro é incerta, já que poderão faltar exemplares posteriores.

⁷³ Sobre a controvérsia suscitada pela data de criação do denário, cfr. RRC, p. 28-35; BUTTREY, T.V., *Morgantina and the denarius*, NAC, 8, 1979, p. 149-157; CRAWFORD, *Coinage and money*, pp. 55-60 e MARCHETTI, P., *Numismatique romaine et Histoire*, Cahiers du Centre G. Glotz, IV, 1993, pp. 30-35.

⁷⁴ VILARET I MONFORT, J., *Una troballa numismàtica de l'època sertoriana a l'Empordà*, ActNum, VI, 1976, pp. 47-60.

Ao contrário do tesouro de Santarém, o de Vila Nova parece ter sido reunido num curtíssimo espaço de tempo. Ao exemplar mais antigo (128 a.C.) seguem-se um de 111-110 a.C. e outro de 101 a.C. A maioria esmagadora dos numismas concentram-se no período Ie (66.67 %), em paralelo com o tesouro de Nerpio, Albacete (62.58%)⁷⁵. Neste caso concreto, as emissões dos períodos anteriores têm também um valor residual. Contudo estas considerações encontram-se de algum modo limitadas pela reduzida massa monetária que compõe este depósito. No tesouro da Columbeira, o período mais bem representado é o Id, enquanto as emissões do período If estão ausentes, mas a análise deste tesouro é afectada pelo facto de o material disponível não passar de uma amostra do total.

O tesouro de Santana da Carnota tem, ao nível da estrutura, algumas semelhanças com o tesouro de Empordá - embora as suas unidades mais antigas sejam posteriores - e com o tesouro de Nerpio, mas o seu período If está fracamente representado. Convém contudo não esquecer que a moeda que fecha este depósito tem uma cronologia anterior em dois anos à dos tesouros que atrás referimos.

Em termos gerais, podemos dizer que todos estes tesouros se caracterizam por uma elevada percentagem de numerário nos períodos mais recentes - exceptuando o último -, percentagem essa que vai decrescendo progressivamente à medida que recuamos no tempo. Esse valor também é muito reduzido no período que fecha cada tesouro, pelo simples facto de a moeda recém-cunhada demorar algum tempo a entrar nos circuitos monetários. Durante este período de tempo que estamos a tratar, a necessidade de subsidiar as operações militares deve ter acelerado consideravelmente o processo, apesar de termos notícia das dificuldades por que passaram os generais beligerantes para se abastecerem de numerário. Em 76 a.C. Metellus só recebeu moeda enviada da Gália Narbonense e, em 75 ou 74 a.C., Pompeius envia uma carta ao Senado a dar conta das dificuldades de manutenção do exército (Salustius, *Hist.*, II, 98). O problema do aprovisionamento só terá sido solucionado, na opinião de M. Crawford, com a volumosa emissão de C. Postumius (RRC 394) que fecha vários tesouros hispânicos desta época, entre os quais os de Vila Nova, Santarém, Cabeça da Corte e Nerpio⁷⁶.

Nestes tesouros, o aprovisionamento de numerário começa a ganhar alguma expressão durante o período Ic⁷⁷, para atingir o seu pico máximo, na maior parte dos casos, no período Ie. Este é com frequência o período mais bem representado (alternando por vezes

⁷⁵ VIDAL BARDÁN, J. M., *Tesorillo de denarios romano-republicanos de Nerpio (Albacete)*, Numisma, 186-191, 1984, pp. 41-50.

⁷⁶ CRAWFORD, M. H., *The financial organization of republican Spain*, NC, 7ª s., IX, 1969, p. 84 e *Coinage and money*, p. 211 e 213.

⁷⁷ A idêntica conclusão chega AMELA VALVERDE, *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana*, pp. 24-25, que situa este crescimento na década 139-130, correspondendo ao primeiro grande aumento do volume das emissões em Roma (Cfr. Gráficos 2 e 3).

com o período Id), já que é durante este espaço de tempo que o volume das emissões em Roma atinge os níveis mais elevados⁷⁸.

Aliás, se compararmos o histograma representando o volume das emissões de AR estabelecido por M. Crawford (Gráfico 2)⁷⁹, com outro mostrando a estrutura destes tesouros agrupados por décadas (Gráfico 3)⁸⁰, verificamos que existe um certo paralelismo entre ambos, sinal de que os tesouros parecem espelhar, de algum modo, a realidade da produção e circulação do denário na Itália.

As maiores discrepâncias ocorrem nos tesouros de Vila Nova e da Columbeira mas, no caso deste último, não atribuímos significado especial ao facto uma vez que se encontra incompleto; no caso do primeiro, as emissões situadas entre 129 e 100 a.C. têm, como já referimos, um valor meramente residual.

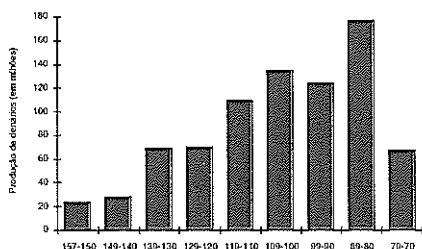


Gráfico 2— Volume das emissões de AR segundo Crawford

Como vimos no Quadro 5, o tesouro de Santarém e, provavelmente, o da Columbeira são compostos exclusivamente por numerário oficial, seja ele emitido em Roma ou pelos generais em campanha⁸¹. Os restantes vêm entrar na sua composição as emissões de prata ibérica, embora em proporções que podem ser consideradas praticamente irrelevantes.

⁷⁸ Cfr. Gráfico 2 e CRAWFORD, RRC, pp. 702-705.

⁷⁹ CRAWFORD, RRC, pp. 696-707. Sobre o volume de moeda de prata em circulação entre 157 e 50 a.C. veja-se ainda HOPKINS, K., *Taxes and trade in the Roman empire (200 BC-AD 400)*, JRS, 70, 1980, p. 109, fig. 2 (reproduzido em CRAWFORD, *Coinage and money*, p. 176, fig. 65 e em BURNETT, *La numismatique romaine*, p. 111). A fiabilidade dos cálculos efectuados por Crawford é muito justamente colocada em questão por outros autores, tais como MATTINGLY, H.B., *Coinage and the roman state*, NC, 17, 1977, pp. 206 e segs.; idem, *The management of the Roman Republican mint*, in «Stato e Moneta a Roma fra la Tarda Repubblica e il Primo Impero», AIN, 29, 1982, pp. 27-29; LO CASCIO, E., *Spesa militare, spesa dello stato e volume delle emissioni nella tarda Repubblica*, in «Stato e Moneta a Roma fra la Tarda Repubblica e il Primo Impero», AIN, 29, 1982, pp. 75-97 e BURNETT (A.), *The changing face of republican numismatics*, JRS, LXXVII, 1987, p. 179.

⁸⁰ Não representamos no histograma as séries anteriores a 157 a.C., uma vez que Crawford só calcula o volume das emissões a partir desta data.

⁸¹ Caso dos famosos denários de C. Annus Luscus (RRC 366/3-4) batidos na Hispânia entre 82 e 81 a.C.

Não deixa de ser bizarro que, numa região em princípio sob o controlo de Sertorius, as emissões ibéricas que neste período sofreram um maciço aumento de volume, tenham conhecido um papel tão marginal⁸². As poucas unidades que surgem nos entesouramentos associadas aos denários romanos representam dois dos centros emissores mais operosos na Hispânia durante esta época: *bolskan* com três unidades⁸³ e *sekobirikes* com uma⁸⁴. Na região centro-portuguesa, esta casa emissora está ainda presente nos tesouros de Cabeça da Corte⁸⁵ e do Castro de Romariz⁸⁶.

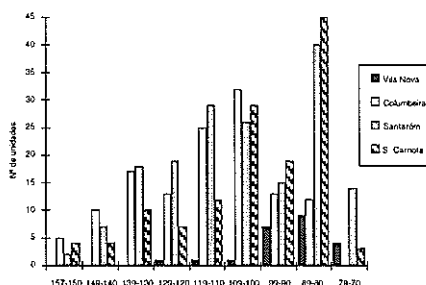


Gráfico 3 - Composição dos tesouros de Vila Nova, Columbeira, Santarém e Carnota (por décadas)

Esta fraca dimensão das emissões ibéricas de AR nos tesouros estremenhos é confirmada pela análise do material proveniente dos achados isolados e das escavações: apenas se inventariou um denário de *bolskan* achado em Lisboa nos finais do século passado⁸⁷.

Como justificação para este fenómeno poder-se-á argumentar que a Estremadura está geograficamente muito afastada dos principais centros emissores hispânicos, mas talvez

⁸² Foram estas emissões que asseguraram, em boa medida, o esforço de guerra sertoriano: cfr. GAGGERO, G., *Aspetti monetari della rivolta Sertoriana in Spagna*, RIN, vol. XXIII, 6^a s., LXXVII, 1976, pp. 55-75 e CRAWFORD, *Coinage and money*, p. 210. Porém, convirá não esquecer que Sertorius terá trazido de Itália grandes quantidades de moeda oficial, de que voltou a ser abastecido com a chegada de Perperna (Plutarco, *Sert.*, 15,1).

⁸³ Entre os centros emissores ibéricos desta fase, *bolskan* foi aquele cujas emissões tiveram maior volume e conheceram maior difusão, cfr. MARTÍN VALLS, *La circulación monetaria ibérica*, pp. 233-235 e 309 e DOMÍNGUEZ ARRANZ, A., *Las cecas ibéricas del valle del Ebro*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1979, pp. 86-99 e 351, Mapa 6.

⁸⁴ Sobre a circulação da moeda de *sekobirikes*, cfr. BARAHONA RAMOS, J. J., *La ceca de sekobirikes*, «III Congreso Peninsular de Historia Antigua-Preactas» (Vitoria-Gasteiz, Julho de 1994), pp. 597-621.

⁸⁵ MARTÍN VALLS, *La circulación monetaria ibérica*, p. 338, n^o 32 (por informação de M. C. Hipólito).

⁸⁶ CENTENO, *O tesouro monetário de Romariz*, p. 219, n^o 72.

⁸⁷ CENTENO, *Circulação*, p. 202, n. 92, refere que a circulação da prata ibérica deve ter sido reduzida no ocidente peninsular.

seja mais realista admitir que, nesta época, as populações ainda não utilizavam a moeda de forma corrente, estando o seu usufruto reservado a certos grupos de indivíduos como os militares e alguns comerciantes ou a povoações ligadas a actividades mercantis. Aliás, a ausência de moeda republicana em contextos que possam ser associados a esta época⁸⁸, mostra que a moeda ainda não era utilizada pelas populações nas trocas quotidianas. Os tesouros sertorianos documentam a primeira chegada massiva de moeda à nossa região, pelo que só a partir desta época se poderão ter dado os primeiros passos no sentido da sua progressiva generalização.

Depois, a formação de alguns destes tesouros poderá ter ocorrido em áreas bastante distantes dos locais de achado⁸⁹. Muitos deles poderão representar não as posses de um autóctone, mas o produto de saques efectuados em regiões distantes após uma refrega ou a tomada de uma povoação; representarem parte do estipêndio⁹⁰ ou até serem produto do exercício simultâneo de ambas as actividades. Outras vezes poderá ser o próprio recrutamento militar a justificar a ocultação⁹¹: antes de partir, o futuro soldado põe a salvo esta

⁸⁸ Tal facto pode explicar-se, em primeiro lugar, pela ausência de trabalhos arqueológicos de grandes dimensões em sítios com ocupação republicana. Boa parte das 38 moedas recuperadas nas escavações de Conimbriga foram encontradas em contextos de demolição claudianos, nas camadas de enchimento do centro monumental flaviano e na remodelação das termas trajânicas (*Fouilles de Conimbriga*, pp. 6-8, 195 e 198-201), não permitindo extrair qualquer conclusão. Nos Chões de Alpompe, o material de que dispomos é insignificante e resulta de achados de superfície. A única excepção no Oeste hispânico parece ser, para já, o acampamento da Lomba do Canho, Arganil. Todavia, a ocupação deste local, certamente justificada pela necessidade de controlar uma zona rica em minério (estanho e ouro de aluvião), não deve ter-se iniciado antes da década de 60: cfr. NUNES, J.C., FABIÃO, C. e GUERRA, A., *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil): ponto da situação*, «Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu», 1989, pp. 412-413.

Por outro lado, urge perguntar em que medida é que as 30 moedas (7 AR + 23 AE) aí recolhidas (FARIA, A. J., *As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Nummus, 2^a s., VII-VIII, 1984-1985, pp. 37-42) podem ser entendidas como reflexo de uma normal circulação da moeda? Parece-nos que a resposta terá que ser negativa, uma vez que a sua utilização se restringiria, em princípio, à guarnição.

⁸⁹ FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste*, p. 93.

⁹⁰ Durante as guerras sertorianas o soldo seria pago preferencialmente em AR: cfr. ZEHACKER (H.), *Le solde de l'armée romaine de Polybe à Domitien*, AIN, 30, 1983, p. 111. Contudo, o valor do estipêndio durante esta época continua a ser muito discutido. Autores como R. THOMSEN, *The pay of the roman soldier and the property qualification of the servian classes*, in «Classica et Mediaevalia Francisco Blatt septuagenario dedicata», Glydendal, 1973, pp. 194-208; ZEHACKER, *op. cit.*, pp. 95-121 e H. C. BOREN, *Studies relating to the stipendium militum*, Historia, 32 (4), 1983, p. 437-458, defendem que se situava nos 120 denários/ano = 1200 asses. Contra: E. LO CASCIO, *Ancora sullo stipendium legionario dall'età polibiana a Domiziano*, AIN, 36, 1989, pp. 101-120, esp. a pág. 118, que situa o valor do estipêndio em 90 denários = 1440 asses.

⁹¹ Esta possibilidade é sugerida por CRAWFORD, *op. cit.*, p. 79. Também DUNCAN-JONES, R., *Money and government in the Roman Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 83-84, realça a importância do fenómeno do recrutamento na deposição de vários tesouros monetários.

parte do seu património. Mas se muitos partem, nem todos regressam ... A análise desta hipótese levar-nos-ia longe, nomeadamente à questão do recrutamento de auxiliares indígenas pelos romanos⁹², bem como à das formas de pagamento utilizadas.

E mesmo nos casos em que o entesourador voltava para recuperar os seus haveres, nem sempre conseguia identificar o local preciso que utilizara como esconderijo⁹³.

Outra questão que nos parece difícil de descortinar, é a da origem étnica do possessor: indígena ou romano? Mesmo a presença de jóias de tradição indígena nos tesouros da Carnota e do castro de Romariz dificilmente pode ser usada como argumento a favor de qualquer dos potenciais proprietários.

A relativa abundância de tesouros da época sertoriana nesta franja ocidental da Península Ibérica, parece mostrar que esta região desempenhou um papel bastante importante, e até há pouco tempo insuspeitado⁹⁴, na derradeira etapa da guerra civil entre populares e aristocratas.

3. Tesouros de finais da República (71-28 a.C.)

Após a morte de Sertorius e a consumação da derrota dos seus partidários não voltamos a ter notícias da Lusitânia nas fontes clássicas antes de 61 a.C., data que assinala o regresso de C. Iulius Caesar à Península, agora como propretor da Ulterior⁹⁵. Durante esse ano, Caesar levou a cabo várias operações militares contra as populações (entre elas os Lusitanos) que viviam no *Mons Herminius*, designação que muitos autores associam à Serra da Estrela⁹⁶, mas que deve talvez ser encarada numa acepção mais lata, extensiva ao sistema montanhoso da Beira Interior⁹⁷.

⁹² Sobre o recrutamento dos indígenas pelos romanos, cfr. GARCÍA Y BELLIDO, A., *Los auxiliares hispanos en los ejércitos romanos de ocupación (200 al 30 antes de J.C.)*, Emerita, XXXI (2), 1963, pp. 213-226 e, principalmente, o novíssimo livro de ROLDÁN HERVÁS, J. M., *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1993.

⁹³ Exemplo clássico é o do britânico Samuel Pepys que, em 12 Junho de 1667, perante a notícia de um ataque holandês, mandou ocultar 1300 libras esterlinas no jardim da sua casa de campo de Huntingdonshire, só as recuperando cerca de 4 meses depois, após ter sentido sérias dificuldades na identificação do local exacto do esconderijo (GRIERSON, *Monnaies et monnayage*, pp. 163-164).

⁹⁴ O ponto actual da questão foi excelentemente traçado por FABIÃO, *O passado proto-histórico e romano*, pp. 221-223.

⁹⁵ Sobre a campanha de Caesar cfr. FERREIRO LOPEZ, M., *La campaña militar de Cesar en el año 61*, «Actas del Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua» (Santiago, 1986), Santiago de Compostela, 1988, vol. II, pp. 363-372.

⁹⁶ SCHULTEN, A., *Herminius mons*, RE, 8, 1912, col. 834 e FHA, V, p. 13; FERREIRO LOPEZ, *La campaña militar de Cesar*, p. 367.

⁹⁷ Da mesma dúvida partilham ALARCÃO, J., *Os Montes Herminios e os Lusitanos*, «Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro», vol. 2, Lisboa, 1988, p. 42 e FABIÃO, *O passado proto-histórico e romano*, p. 224.

Na sequência destas campanhas, Caesar terá passado pela actual região estremenha, pelo menos é nesse sentido que tem sido interpretada uma passagem de Cassius Dio (XXXVII, 52-53) segundo a qual os indígenas perseguidos por Caesar se teriam refugiado numa ilha por alguns identificada como a península de Peniche⁹⁸, onde foram derrotados graças à chegada de uma frota de Gadir.

Daqui em diante a presença dos militares vai tornar-se uma constante na região a Norte do Tejo, assistindo-se ao reforço de um domínio tornado a breve trecho efectivo até ao Douro. Apesar da amplitude destas campanhas não nos ficaram, pelo menos até ao momento, grandes marcas ao nível dos depósitos monetários. Os dois únicos achados que poderão ter alguma ligação à campanha cesariana situam-se já fora da Estremadura e a sua cronologia suscita algumas dúvidas. Estamos a referir-nos aos tesouros da Moita (Anadia)⁹⁹ e de S. Romão (Seia)¹⁰⁰, que se localizam em zonas muito próximas do teatro de operações e dos quais se desconhece a composição integral.

Os tesouros recenseados para a Estremadura e que poderão datar de finais da República serão seguramente posteriores à campanha de Caesar. São os depósitos de S. Sebastião (Cat., *Tesouros*, n.º 7) e de N. Senhora do Carmo (Cat., *Tesouros*, n.º 11), que têm em comum as particularidades de apenas conhecermos uma moeda para cada um deles (RRC 422/1b de 58 a.C. e RRC 484/1 de 43 a.C. respectivamente) e de assentarem ambos no pressuposto (julgamos que inverosímil) de todas as unidades serem iguais. As próprias indicações sobre o número de exemplares são um tanto ou quanto vagas. Para o de S. Sebastião seriam “várias moedas”, no de N. Senhora do Carmo apenas umas 3 ou 4¹⁰¹.

⁹⁸ SCHULTEN, FHA, V, p. 13; FERREIRO LOPEZ, *La campaña militar de Cesar*, p. 369, n. 52; ALARCÃO, *Domínio*, p. 26.

⁹⁹ HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 50-51, n.º 62; RRCH 326; RRCHAD 76. Este tesouro era composto por c. de 30 unidades de que se classificaram 10, a mais recente das quais corresponde a RRC 409/2 de 67 a.C. (e não RRC 405 de 69 a.C., como pretende VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 58, n.º 144).

¹⁰⁰ ALARCÃO, J., *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, 1993, p. 15, avança com a possibilidade de este tesouro corresponder à fase final das guerras de Sertorius. Esta posição de J. Alarcão apoia-se no conhecimento de um inventário da autoria de E. Maia Amaral onde se classificam 126 das mais de mil moedas deste tesouro sendo a mais recente de 74 a.C. Posteriormente, graças à gentileza do Prof. Doutor Rui Centeno e da nossa colega, Dra. M.ª Benedita Barbosa, chegou-nos às mãos outra listagem agora com 130 unidades, onde as 3 mais recentes pertencem à emissão RRC 408/1a, batida em nome de C. Piso L.f Frugi em 67 a.C. (61a.C. segundo a cronologia de HERSH e WALKER, *The Mesagne hoard*, pp. 132-133, Quadro 2).

¹⁰¹ O aparecimento de depósitos com reduzido número de unidades não é inédito nos finais da República. Do tesouro do Monte Mozinho constavam apenas 4 unidades (CENTENO, R. M. S., *Quatro denarii de Monte Mozinho (Penafiel)*, BCGCV, 3, 1978, pp. 55-59 = CENTENO, *Circulação*, p. 50, I. 34), do de El Raso, Ávila: 5 denários e algumas peças de ourivesaria (FERNÁNDEZ GÓMEZ, F., *Un tesorillo de plata en el Castro de «El Raso de Candeleda» (Ávila)*, TP, 36, 1979, pp. 379-404) e no de Coimbra seriam, em princípio, 6 os numismas encontrados conjuntamente com um vaso de prata (cfr. *infra* n. 103).

Se atentarmos na cronologia do exemplar do achado de S. Sebastião, poderemos colocar a hipótese de este depósito se integrar no grupo mais vasto dos tesouros peninsulares ocultados entre 49 e 45 a.C., durante as lutas que opuseram os pompeianos aos partidários de Caesar¹⁰².

Não conhecemos em pormenor o papel desempenhado pelas regiões mais ocidentais da Lusitânia neste enfrentamento, mas é seguro que nem todas as populações apoiaram a causa cesariana. No território actualmente português, a grande maioria dos tesouros associados a este período de guerra civil localiza-se, como iremos ver, no aro do maciço montanhoso das Beiras, região onde Caesar empreendeu a campanha militar de 61 a.C. e onde os sentimentos dos indígenas lhe deveriam ser hostis. Aliás, terá sido durante este período que o questor Q. Cassius Longinus voltou a atacar o *Mons Herminius*, onde se haviam refugiado os Medobrigenses, certamente contando com o auxílio das populações locais. Ignoramos como decorreu a campanha de Longinus, mas a avaliar pela aclamação excepcional de *imperator* que lhe fizeram as tropas, supõe-se que aí tivesse alcançado alguma retumbante vitória.

Toda esta conjuntura poderá ter motivado a deposição de vários tesouros na região entre Douro e Tejo, casos dos de Coimbra¹⁰³, Meruge (Oliveira do Hospital)¹⁰⁴, imediações de Rua (Moimenta da Beira)¹⁰⁵, Calde (Viseu)¹⁰⁶ e Sendinho da Senhora (Oleiros)¹⁰⁷, apesar de a datação de alguns destes depósitos não ser segura.

No Noroeste peninsular, depósitos como os de Valadares (Baião)¹⁰⁸, S. Mamede de

¹⁰² Sobre este episódio veja-se SOLANA SÁINZ, J. M. e MONTENEGRO DUQUE, Á., *César en Hispania y la guerra civil con Pompeio*, in MONTENEGRO DUQUE, Á., BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. e SOLANA SÁINZ, J. M., *Historia de España. 3- España Romana*, pp. 128-140. Em relação aos tesouros não recuperados durante esta etapa, cfr. RRCHAD, pp. 130-133 e VILLARONGA, *Tresors monetaris*, pp. 55-58.

¹⁰³ RADDATZ, *Schatzfunde*, p. 277; RRCHAD 83; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 56, nº 136. Este achado compunha-se de um vaso de prata e 6 AR até à emissão de Caesar de 50-49 a.C. (RRC 433/1).

¹⁰⁴ Num conjunto de cerca de 200 AR foram classificados 10 exemplares, número manifestamente insuficiente para se estabelecer a cronologia do achado. A moeda mais recente corresponde a RRC 469/1, de 46-45 a.C.: cfr. PEREIRA, I., *Notícia de um tesouro de denários republicanos*, Conimbriga, XII, 1973, pp. 215-218; RRCHAD 88; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 57, nº 143.

¹⁰⁵ HIPÓLITO, *Tesouros*, nº 68; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 58, nº 146. Em cerca de 400 unidades, apenas se classificaram 4, a mais recente de 47-46 a.C. (RRC 461/1).

¹⁰⁶ HIPÓLITO, *Tesouros*, nº 72; RRCH 340; RRCHAD 78; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 56, nº 135. Este tesouro era composto por cerca de 270 exemplares. Para além dos 4 denários mencionados por M. Hipólito, informou-nos o Prof. Doutor R. Centeno que teve oportunidade de classificar 150 unidades até 45 a.C.

¹⁰⁷ HIPÓLITO, *Tesouros*, nº 94; RRCH 388; RRCHAD 91; VILLARONGA, *Tresors monetaris*, p. 58, nº 147. Este achado compunha-se de aproximadamente 100 AR de que se examinaram 76. O mais recente é 46-45 a.C. (RRC 469/1).

¹⁰⁸ CENTENO, *Circulação*, p. 83, I. 79.

Ribatua (Alijó)¹⁰⁹ e Izeda (Bragança)¹¹⁰, não obstante possuírem unidades com esta cronologia, deverão ser contemporâneos das campanhas de Augusto, atendendo sobretudo ao considerável grau de desgaste dos exemplares mais recentes¹¹¹. Relativamente ao tesouro do Poio, tivemos já oportunidade de exprimir as nossas reservas¹¹².

O segundo achado de que temos notícia é, como já referimos, o de N. Senhora do Carmo (cat. *Tesouros*, nº 11). A sua ocultação não teve lugar antes de 43 a.C. sendo, por hipótese, atribuível aos derradeiros anos da República.

Não custa, porém, deixar em aberto a possibilidade de qualquer um dos achados estremenhos poder datar já do período imperial, uma vez que muitos dos achados da época júlio-claudiana integram significativas quantidades de numerário republicano.

4. Tesouros do período júlio-claudiano (27 a.C.-68)

Para este espaço temporal foram três os depósitos monetários identificados. São eles os de Ansião (Cat., *Tesouros*, nº 3), Casal Couveiro (Cat., *Tesouros*, nº 8) e Quinta de S. Paio (Cat., *Tesouros*, nº 9). Não obstante o facto de termos um conhecimento muito deficiente sobre a composição de todos eles, julgamos ser bastante plausível a sua atribuição, pelo menos no caso dos dois primeiros, ao principado de Tiberius. Senão vejamos: o achado de Ansião contabilizaria aproximadamente umas 50 unidades em AR, das quais apenas foram classificadas dez¹¹³. Sabemos, porém, que a maior parte das moedas que integravam este achado pertenceria à série *C.L. Caesares*, mas estavam também presentes algumas unidades republicanas — a mais antiga das que foram identificadas é a moeda RRC 458/1 de 47-46 a.C. — e, pelo menos, uma de Tiberius, da série *Pontif Maxim*. Ainda a propósito deste tesouro, interessa referir a presença de um dos raros quinários de Augustus batido em nome de P. Carisius (RIC I² 1a-b)¹¹⁴ e de um denário de Augustus atribuído por

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 81-82, I. 76.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 59, I. 45.

¹¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 193 e 194, n. 53.

¹¹² Vide *supra* n. 45. Saliente-se que L. Villaronga refere por duas vezes este tesouro sob designações e cronologias diferentes: da primeira designa-o por tesouro do Poio e insere-o no contexto das guerras sertorianas (*Tresors monetaris*, p. 54, nº 122), para seguidamente o voltar a mencionar como o tesouro de Paradela de Guiães, datando-o das guerras pompeianas (*Tresors monetaris*, p. 58, nº 145).

¹¹³ Devemos todas as informações acerca deste tesouro à cortesia do sr. Pe. José Eduardo dos Reis Coutinho, que prepara o seu estudo para um dos próximos volumes da revista *Conimbriga*.

¹¹⁴ Que saibamos, a sua presença em tesouros hispânicos só está documentada nos tesouros de Ansião e da Citânia de Sanfins (CENTENO, *Circulação*, pp. 50-53, nº 35, moedas 305-306). Segundo BLÁZQUEZ CERRATO, M. C., *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, Cuadernos Emeritenses-5, Mérida, 1992, p. 240, estas emissões foram ainda registadas no tesouro italiano de Santo Stefano Roedero (RRCH 485) e no de Strimba, na Roménia (ILIESCU, O., *La numismatique et les relations hispano-romaines a travers les siècles*, Numisma, 132-137, 1975, p. 27, nº 18).

alguns autores à *uncertain Spanish mint 2* (RIC I² 126). Relativamente à primeira destas moedas convirá referir que, a partir da distribuição dos achados, R. Centeno sugeriu a hipótese de a sua cunhagem ter sido efectuada por uma casa de moeda móvel no Noroeste¹¹⁵. Porém, se reanalizarmos o problema à luz dos achados entretanto trazidos a conhecimento¹¹⁶ depressa concluímos que se é exacto que existe uma razoável concentração no Noroeste, não é menos verdade que a sua presença se estende a zonas tão díspares como a costa catalã ou o Sul da Península, passando pela região centro-portuguesa¹¹⁷. Depois do estilo do anverso destas peças é bastante semelhante ao dos denários indiscutivelmente cunhados em Emerita (RIC I² 9-10), pelo que julgamos preferível continuar a seguir a corrente tradicional que atribui esta emissão à capital lusitana¹¹⁸. Julgamos ainda que estas duas emissões de divisores de prata, para além de comemorarem a vitória sobre os povos do Noroeste, se destinaram preferencialmente ao pagamento dos militares, conforme parecem indicar os achados efectuados fora da Península em acampamentos militares, sobretudo no *limes* renano¹¹⁹.

Quanto ao denário de Augustus RIC I² 126, colocam-se igualmente alguns problemas relativamente ao local de emissão. Mattingly e Sutherland atribuem-no a uma *uncertain mint 2* hispânica, cuja localização admitem situar-se em Colonia Patricia¹²⁰. Por seu turno Giard, embora considerando a existência da casa da moeda cordubense e de uma casa da moeda auxiliar hispânica que terá produzido denários de estilo degenerado, sugere a existência de um outro centro emissor que poderia ter emitido temporariamente em Nemausus

¹¹⁵ CENTENO, R. M. S., [Recensão] C. H. V. SUTHERLAND, *The Roman Imperial Coinage*, vol. I: *From 31 B.C. to A.D. 69*, Nummus, 2^a s., VII-VIII, 1984-1985, p. 144 e *Circulação*, p. 217, n. 45.

¹¹⁶ Veja-se a relação destas moedas em BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, pp. 284, 310: Fig. 3 e 311-314.

¹¹⁷ Para além dos dois exemplares fornecidos pelas escavações de Conimbriga (*Fouilles de Conimbriga*, p. 12, n.º 120-121), há a registar o aparecimento dos quinários emeritenses na região da Batalha (Cat., *Achados ocasionais*, 8, moeda n.º 12), em Tomar (Cat., *Escavações*, 6, moeda n.º 5) e em S. Miguel de Odrinhas (Cat., *Escavações*, 11, moeda n.º 2).

¹¹⁸ Entre outros vejam-se VIVES, A., *La moneda hispánica*, Madrid, 1926, pp. 58-62, n.º 11-12; VILLARONGA, *Numismática antigua de Hispania*, pp. 268-269; RIC I², p. 25 e 41; BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, p. 284.

¹¹⁹ BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, pp. 285-288. Estes achados são seguramente resultado da deslocação de militares para as regiões fronteiriças germânicas após o termo da conquista da Hispânia, como sucedeu, por exemplo, com a legião *V Alaudae* (cfr. LE ROUX, P., *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris, Diffusion de Boccard, 1982, p. 74, n. 313 e p. 84). Nesta perspectiva merece-nos algumas reservas a posição defendida por SUTHERLAND, H., *Gold and silver quinarii under the Julio-Claudians*, NC, 145, 1985, p. 247, segundo a qual estas duas emissões se destinariam a incrementar e facilitar a circulação na colónia recém-criada por Augustus.

¹²⁰ MATTINGLY, H., *Coins of the Roman Empire in the British Museum. I-Augustus to Vitellius*, Londres, 1980 (reimp.), p. Cviii e segs.; SUTHERLAND, C. H. V., *The Emperor and the coinage. Julio-Claudians studies*, Londres, Spink and Son Ltd, 1976, pp. 42-45; RIC I² pp. 25-26.

à volta de 19-18 a.C.¹²¹. De qualquer modo, a solução do problema parece não estar ainda à vista.

O tesouro de Casal Couveiro estará por certo entre os maiores até hoje descobertos em território peninsular. Seriam cerca de 5000 denários, mas infelizmente dispersou-se logo, apenas nos tendo sido possível examinar 59 exemplares, o que corresponde a pouco mais de 1% do total, cifra que não pode, obviamente, ser tomada como representativa do conjunto. Da conjugação do material observado com as informações orais recolhidas, ficamos a ideia e que o depósito seria porventura composto na sua totalidade por moedas de Augustus e Tiberius¹²². Das 59 unidades classificadas, maioritariamente à flor de cunho, 46 pertencem a Augustus e, destas, 44 são da série *C.L. Caesares*. As restantes são de Tiberius e distribuem-se pelas séries *Imp VII* (6 ex.) e *Pontif Maxim* (7 ex.).

Quanto ao conjunto da Quinta de S. Paio, a problemática que o envolve é bastante delicada e as considerações que iremos tecer são meramente hipotéticas. Comparando as informações fornecidas por duas fontes mais ou menos coevas do acontecimento¹²³, ficamos sem saber muito bem quantos foram os achados ali realizados. É muito provável que tenha sido mais do que um, pois na 2ª edição de *O Couzeiro*, o Pe. Louro escreve que «em 1855 apareceu a maior quantidade». Querirá isto significar que antes ou depois daquela data outras moedas apareceram? Fariam parte de um depósito ou seriam unidades achadas avulso? Qual a sua cronologia? Se tomarmos unicamente como referência a notícia do jornal «O Leiriense», de 4/8/1855, contemporâneo do achado, estaremos talvez perante um depósito de finais da República¹²⁴, porém se nos reportarmos às informações recolhidas n' *O Couzeiro*, o tesouro poderá vir até ao principado de Tiberius. Não se considera aqui a indicação fornecida pelo Pe. Louro acerca da presença de numismas atribuídos a Aurelianus, para a qual unicamente encontramos justificação numa de duas hipóteses: ou a nossa fonte decifrou de forma incorrecta a legenda monetária, confundindo uma das várias emissões da *gens Aurelia*¹²⁵ com as do imperador que governou entre 270 e 275 ou então, se não existiu qualquer lapso, o equívoco deverá resultar do facto de se terem associado unidades avulsas de Aurelianus e talvez de outros imperadores às unidades mais antigas¹²⁶. A análise deste tesouro é, de facto, bastante complicada e a nossa tentativa de

¹²¹ GIARD, J.-B., *Catalogue des monnaies de l' Empire Romain. I -Auguste*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976, pp. 12-13 e 46-50. Também Centeno admite a possibilidade da origem gaulesa deste numerário (CENTENO, [Recensão] C. H. V. SUTHERLAND, *The Roman Imperial Coinage*, p. 144).

¹²² Pode dar-se contudo o caso de o depósito ter sido ocultado já ao tempo de Caius.

¹²³ O Leiriense, 4/8/1855 e *O Couzeiro*, p. 290.

¹²⁴ Esta é também a opinião dos autores de *Fouilles de Conimbriga*, p. 199.

¹²⁵ RRC 65, 136, 221, 229, 282 e 314.

¹²⁶ Assim o sugere HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 73-74. Afigura-se-nos como altamente improvável a descoberta de um tesouro com moedas do séc. II a.C. a Aurelianus. BOLIN, *State and currency*, pp. 353-357, Quadro 8, apresenta uma listagem de tesouros posteriores a 217 a.C., sendo os mais recentes de Gallienus, onde a presença das emissões republicanas é absolutamente irrisória, cifrando-se nos 0,1 %.

identificar os moedeiros a partir de referências tão escassas e confusas não ultrapassa o campo do virtual, representando unicamente a nossa intuição pessoal num leque de várias possibilidades. Admitindo que este depósito foi ocultado sob Tiberius, tudo indica que seria muito significativo o peso do numerário da República.

Quanto aos restantes dois tesouros, é copiosa, como vimos, a presença da série *C.L. Caesares*, cuja cunhagem é tradicionalmente atribuída a Lugdunum¹²⁷, se bem que ultimamente as posições dos especialistas na matéria já não sejam tão convergentes.

J.-B. Giard, no estudo que realizou sobre a amoeção daquele centro emissor, admite a existência de dois centros emissores secundários para o ouro e para a prata, um a laborar na Hispânia durante o principado de Augustus e outro na Gália, a Norte de Lyon, sob Tiberius¹²⁸. Ao centro espanhol podem ser atribuídos os 4 cunhos - dois de averso e dois de reverso - encontrados nas proximidades de Calahorra, que teriam sido utilizados na cunhagem de *aurei* ou *denarii* da série *C.L. Caesares*¹²⁹. Para esta emissão, Giard estabelece uma cronologia entre 2 a.C. e 12 d.C.¹³⁰, divergindo de Sutherland que não ultrapassa o marco cronológico de 4 d.C., ano da morte de Caius, embora deixe em aberto a possibilidade de estas emissões continuarem após aquela data¹³¹. Na esteira da teoria de MacDonald, Giard considera a possibilidade de os denários com o símbolo X no reverso serem posteriores a 4 d.C., já que nesta emissão Lucius abandona a postura de subordinação relativamente ao irmão¹³², hipótese que nos parece bem mais sedutora do que uma outra, também sugerida por Giard, que procura ver no X um indício da laboração de um centro de cunhagem secundário, independentemente da argumentação de que existem *aurei* desprovidos daquela marca que evidenciam um estilo de fabricação tardio¹³³.

Para já, parece-nos prematuro procurar individualizar as produções de cada hipotético centro emissor, por um lado porque os 12 cunhos até agora descobertos representarão, por certo, apenas uma ínfima parte de todos os que se utilizaram e o facto de se encontrarem dois pares em Calahorra não é prova insofismável de que a emissão deste tipo mone-

¹²⁷ Cfr. RIC I² p. 28 e 55.

¹²⁸ GIARD, J.-B., *Le monnayage de l'atelier de Lyon des origines au règne de Caligula (43 avant J.-C. - 41 après J.-C.)*, Wetteren, 1983, p. 31.

¹²⁹ Os cunhos estão actualmente no Instituto de Valência de D. Juan: DURÁN, R., *Breves consideraciones sobre los troqueles romanos del Museo de Valencia de D. Juan*, Numisma, 2, 1952, pp. 111-116; GIARD, *Catalogue des monnaies de l'Empire Romain. I-Auguste*, p. 18, Pl. A, n° 4-7 e *Atelier de Lyon*, pp. 27-28, Pl. I, n° 2-5.

¹³⁰ GIARD, *Atelier de Lyon*, pp. 43-44 e 102-104.

¹³¹ RIC I², p. 28 e 55. Por seu turno MATTINGLY, H. B., *Money for an Empire: the Julio-Claudian experiment*, NC, 145, 1985, p. 257, é de opinião que esta emissão cessou em 4 d.C.

¹³² MACDONALD, D., *Observations on an Augustan coin type*, JNG, 28-29, 1978-1979, pp. 27-29.

¹³³ GIARD, *Atelier de Lyon*, pp. 43-44.

tário se realizasse fora de Lugdunum¹³⁴, por outro porque não se conseguiu ainda definir estilos de cunhagem próprios de cada possível centro emissor¹³⁵. Nem sequer a abundância desta moeda em algumas áreas da Península, mormente nos tesouros do Noroeste¹³⁶ e da Estremadura serve como argumento, pois a necessidade de manter as legiões estacionadas nessa zona¹³⁷ ou o financiamento de alguns programas de renovação urbanística durante esta época - como é o caso de Conimbriga¹³⁸ - podem justificar o envio massivo de numerário a partir de Lugdunum.

Sob Tiberius o centro emissor subsidiário gaulês terá pelo menos emitido moeda em metal precioso da série *Pontif Maxim*¹³⁹, da qual sete exemplares integram o depósito de Casal Couveiro, com a particularidade de todos eles se enquadrarem no primeiro dos seis grupos definidos por Giard para esta série¹⁴⁰, justamente aquele que é considerado o mais antigo, devendo datar dos primeiros anos do governo de Tiberius¹⁴¹.

Os tesouros hispânicos ocultados sob Tiberius concentram-se na sua quase totalidade nas regiões a norte do rio Tejo, com particular destaque para o Noroeste peninsular, área para a qual R. Centeno conseguiu recensear 17 tesouros com moedas até esta época¹⁴², associando-os ao clima de instabilidade ainda então reinante na região¹⁴³. Os restantes tesouros desta fase localizam-se todos na Lusitânia, à excepção do de Sierra de los Gaitanes

¹³⁴ É o próprio GIARD quem o admite: «un coin monétaire est, par essence, un object mobile qu' on peut facilement distraire d' un atelier, - les faux-monnayers le savaient bien, - il ne fournit pas pa preuve irrécusable de l' existence d' un atelier à l' endroit même où on l' a trouvé» (GIARD, *Catalogue des monnaies de l' Empire Romain. I-Auguste*, p. 12).

¹³⁵ Refira-se que o exame dos cunhos de 37 dos 59 exemplares estudados não permitiu estabelecer qualquer ligação entre eles. Único aspecto digno de realce, o denário RIC I² 199 parece saído do mesmo par de cunhos de um outro que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, publicado por GIARD, *Catalogue des monnaies de l' Empire Romain*, Pl. LX, n° 1463 = GIARD, *Atelier de Lyon*, Pl. XIX, n° 69/3a.

¹³⁶ CENTENO, *Circulação*, pp. 215-216.

¹³⁷ Após o termo das guerras cantábricas e até ao final do governo de Caius, serão 3 as legiões estacionadas no Noroeste: a *IV Macedonica*, a *VI Victrix* e a *X Gemina* (LE ROUX, *L' armée romaine*, p. 85 e 166).

¹³⁸ Sobre a renovação urbanística augustana em Conimbriga, cfr. ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R., *Fouilles de Conimbriga. I*- L' Architecture*, Paris, Éditions de Boccard, 1977, pp. 27-64.

¹³⁹ GIARD, *Atelier de Lyon*, pp. 28-29, Pl. I, n° 7-15, apresenta 11 cunhos - 7 de averso e 4 de reverso - todos recolhidos em locais não muito afastados de Lyon. Além destes, o autor assinala ainda mais um, descoberto em Óstia (p. 30, Pl. I, n° 18).

¹⁴⁰ GIARD, *Atelier de Lyon*, p. 124-128. O Grupo I deste autor corresponde a RIC I² 26.

¹⁴¹ GIARD, *Atelier de Lyon*, p. 48. Num artigo póstumo, H. Sutherland situa a cunhagem dos *aurei* e *denarii* deste primeiro grupo no período 19-22 d.C. (SUTHERLAND, H., *The Pontif Maxim aurei of Tiberius*, NAC, XVI, 1987, p. 220 e 224).

¹⁴² CENTENO, *Circulação*, tesouros n° 15 (?), 22, 24, 26, 36-38, 42 (?), 47, 52 (?), 54, 56, 59, 63, 73, 78 (?) e 82, Mapa 4.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 217.

(Málaga)¹⁴⁴. A sua repartição processa-se sobretudo ao longo da Beira Interior — achados da Quinta da Madeira (Covilhã)¹⁴⁵, Menoita (Guarda)¹⁴⁶ e S. Pedro do Sul (Viseu)¹⁴⁷ — e da Estremadura e zona circundante — achados de Ansião, Casal Couveiro, Quinta de S. Paio (?) e Conimbriga¹⁴⁸.

Eventualmente, a ocultação dos tesouros da Beira Interior poderá estar relacionada com distúrbios provocados pela passagem de contingentes militares pela região, já que se localizam em zonas próximas da via que ligava a capital da Lusitânia a Bracara Augusta¹⁴⁹, artéria ao longo da qual as deslocações dos soldados devem ter sido uma constante durante os primeiros tempos do Império. Esta proposta também pode ser válida para os depósitos de Conimbriga e Ansião, mas não serve seguramente para o de Casal Couveiro, cuja enorme quantidade de numerário, reunido num curtíssimo espaço de tempo, requer necessariamente outra explicação. O perfil deste depósito difere literalmente do perfil característico dos tesouros de inícios do período alto-imperial onde, regra geral, abundam as emissões republicanas¹⁵⁰ e aproxima-se do dos achados do Noroeste compostos, em princípio, só por numerário de Augustus e de Tiberius¹⁵¹.

Parece-nos difícil admitir que tão avultada quantia fosse pertença de um único indi-

¹⁴⁴ RODRÍGUEZ OLIVA, P., *Notícias numismáticas de la Andalucía mediterránea (I)*, Numisma, 180-185, 1983, pp. 127-131; BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, pp. 37-38.

¹⁴⁵ HIPÓLITO, M., *Tesouro monetário romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã)*, Nummus, 2ª s., II, 1979, pp. 65-71, complementado por RODRIGUES, M. A. G. C., *Ferro - Cova da Beira. Estudos arqueológicos e etnográficos - curiosidades*, 1982, pp. 76-77.

¹⁴⁶ HIPÓLITO, *Tesouros*, p. 57-59, n.º 78; FARIA, A. M., *O tesouro monetário da Menoita (Guarda)*, Numismática, 42-43, 1986, pp. 18-23. Estes autores publicam só unidades da República, mas segundo CENTENO, *Quatro denarii de Monte Mozinho*, p. 56, n. 11 (com base numa referência do general João de Almeida, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, I, Lisboa, 1945, p. 144, n. 1), o tesouro comportaria também algumas moedas de Augustus e de Tiberius.

¹⁴⁷ CENTENO, *Circulação*, p. 217, n. 48.

¹⁴⁸ PEREIRA, I. e PESSOA, M., *Moedas romanas de Condeixa. Achados dispersos*. FN, 5, 1981, pp. 28-30, publicam 49 denários até à emissão RRC 544/36 que deviam fazer parte de um tesouro, pese embora a omissão dos autores a esse respeito. Posteriormente Centeno (*Circulação*, p. 217, n. 48) complementa este achado com informações obtidas de um dos signatários (M. Pessoa) incluindo na sua composição 1 denário de Augustus (RIC I² 207) e 2 de Tiberius (RIC I² 28 e 30).

¹⁴⁹ Sobre o traçado desta via, cfr. MANTAS, *Rede viária*, pp. 226-227.

¹⁵⁰ Veja-se, por exemplo, a lista de tesouros do período flaviano que terminam com moeda em AR, apresentada por BOLIN, *State and currency*, pp. 336-339, Quadro I, onde as unidades republicanas atingem o valor médio de 64,1% do total. Este aspecto é igualmente confirmado por KUNISZ, A., *Recherches sur le monnayage et la circulation monétaire sous le règne d'Auguste*, Wrocław-Varsóvia-Cracóvia-Gdansk, 1976, pp. 94-110.

¹⁵¹ CENTENO, *Circulação*, pp. 221-223, inclui neste grupo os tesouros do Castro de Arancedo (I. 22), Citânia de Santa Trega (I. 36), Mosteirô (I. 59) e Ortoniño (I. 63), embora a composição de alguns deles seja, em boa medida, desconhecida.

víduo. A este propósito recordamos que esta soma corresponde aproximadamente a 20.000 sestércios, valor muito superior ao que as famílias ricas de Pompeios conservavam nas suas residências¹⁵², pelo que nos parece sugestiva a hipótese de este tesouro composto por moeda recém-cunhada, encontrada a pouco mais de um quilómetro do local onde se terá erguido Collippo, se destinar a um pagamento oficial, efectuado pelo Estado a uma instituição ou a particulares, como poderia ser o caso do financiamento da cidade ou do *stipendium* de um pequeno corpo militar, entre outras possibilidades.

5. Tesouros do período antonino (98-192)

Em relação a este período, são muito vagas as informações que conseguimos coligir. Exceptuando o tesouro de Cascais (Cat., *Tesouros*, n.º 19), os dados respeitantes aos tesouros de Pelmá (Cat., *Tesouros*, n.º 4) e de S. Mamede (Cat., *Tesouros*, n.º 13) são largamente insuficientes. O de Pelmá era um tesouro misto bastante complexo (era composto por moeda em AV, AR, AE e jóias), circunstância que o torna quase único no conjunto dos tesouros monetários do séc. II¹⁵³. Dele faziam parte pouco mais de 80 numismas «dos Imperadores Vitellio, Vespasiano, Tito, Nerva, e Trajano»¹⁵⁴. É muito provável que este depósito fosse ocultado durante o governo de Traianus¹⁵⁵ mas, dado o laconismo da informação, não está fora de questão a possibilidade de possuir unidades de Hadrianus ou de outro dos seus sucessores. Julgamos que se trata de um depósito ocultado num momento de emergência: o proprietário parece ter enterrado todo o tipo de moeda e outros objectos de valor que conseguiu reunir¹⁵⁶.

Quanto ao achado de S. Mamede, os dados são, a bem dizer, insignificantes. Apenas chegaram ao nosso conhecimento 5 denários de Tiberius¹⁵⁷, Traianus, Faustina I (divinizada),

¹⁵² ÉTIENNE, R., *A vida quotidiana em Pompeia*, Lisboa, Edições « Livros do Brasil », s/d, pp. 219-220.

¹⁵³ O único tesouro que apresentaria algumas semelhanças com o de Pelmá seria o de Salvatierra de Miño (Pontevedra), composto, ao que parece, por cerca de 40 numismas em AV, AR e AE (CENTENO, *Circulação*, pp. 78-79, I.70) e do qual apenas se identificaram 24 bronzes de Nero a Antoninus Pius. Para um inventário dos tesouros monetários do séc. II, cfr. as listagens de CENTENO, *Aurei*, pp. 53-60 e *Circulação*, pp. 265-275.

¹⁵⁴ LEAL, *Portugal*, vol. VI, Lisboa, 1875, p. 550.

¹⁵⁵ Integraria assim o grupo dos tesouros de Montes de Albar, Pontevedra (CENTENO, *Circulação*, I.57), Monteseiro, Lugo (CENTENO, *Circulação*, I.58), Penedones, Vila Real (CENTENO, *Circulação*, I.64), Dehesa de Abajo, Sevilha (CENTENO, *Aurei* 3) e Alcuás, Valência (CENTENO, *Circulação*, p. 266, n. 11), todos com moedas até este imperador.

¹⁵⁶ Também se pode admitir que a base deste tesouro fosse produto do aforro do proprietário, no qual entraria apenas moeda em metal nobre. Circunstâncias excepcionais teriam obrigado à inclusão de moeda em AE e jóias.

¹⁵⁷ Esta moeda tem a particularidade de possuir no reverso a legenda PONTF (sic) MAXIM.

Marcus Aurelius (Caesar) e Antoninus Pius, não devendo ter sido ocultado antes do fim do governo deste último príncipe.

O pequeno tesouro de Cascais consta de 4 peças de bronze (3 Hs + 1 As) de Domitianus a Antoninus Pius. Pelo seu acentuado desgaste serão moedas que circularam intensamente até ao momento da sua saída dos circuitos monetários. Em nosso entender este aspecto, associado ao reduzido número de exemplares, ao seu diminuto valor e às circunstâncias do achado, sugere a possibilidade de estarmos perante o conteúdo de uma pequena bolsa, perdida ao tempo de Antoninus Pius ou mais tardiamente.

Facilmente se percebe que destes achados não é lícito extraírem-se grandes ilações. Em temos muito gerais, podemos afirmar que a situação que se verifica na Estremadura não parece ser muito diversa da que encontramos nas restantes regiões da Hispânia, concretamente no que toca ao domínio do sestércio entre a moeda em AE¹⁵⁸ e à progressiva generalização da moeda em AV nos tesouros desta época¹⁵⁹.

Tendo bem presentes todas as limitações que já aqui referimos para os tesouros de Pelmá e S. Mamede, torna-se difícil perceber os motivos que estarão por detrás da sua não recuperação. Se não restam dúvidas de que frequentemente os tesouros são o reflexo de momentos de instabilidade, quantas vezes não teriam lugar, embora com matizes diferentes, situações como as satirizadas por Plauto na *Aulularia*? Não custa imaginar quantos terão sido, ao longo dos tempos, os émulos do avô forreta do velho Euclião que nem à hora da morte revela o segredo do seu ouro ao próprio filho¹⁶⁰.

A partir de meados do séc. II a Hispânia foi sacudida por várias convulsões de natureza interna e externa (revolta de Priscianus, incursões dos *Mauri*, insurreição de Maternus, etc.), cuja amplitude continua a ser discutida de forma acérrima¹⁶¹.

Em trabalho publicado em 1978, R. Centeno colocava a hipótese de alguns tesouros hispânicos da segunda metade do séc. II poderem estar em correlação com as invasões dos *Mauri*¹⁶² para, posteriormente, sugerir que serão antes «testemunho de um período normal de entesouramento»¹⁶³. Estamos de acordo com Centeno na perspectiva de que os ataques dos *Mauri* não podem justificar a ocultação de muitos tesouros nomeadamente nas regiões

¹⁵⁸ Embora o achado de Cascais se afaste, como é óbvio, da lógica que presidiu à maioria dos entesouramentos, a sua composição deixa adivinhar a realidade da circulação monetária da época antonina onde tanto ao nível dos tesouros como nouro tipo de achados, o sestércio é quase sempre o valor com melhor representação (cfr. REECE, *Roman coinage in the Western Empire*, pp. 231-236; ÉTIENNE e RACHET, *Le trésor de Garonne*, pp. 421-424 e CENTENO, *Circulação*, p. 275).

¹⁵⁹ CENTENO, *Circulação*, pp. 267-268, realça o facto de o aforro da moeda em AV se tornar frequente na Hispânia durante o séc. II, atingindo a sua máxima expressão ao tempo de Marcus Aurelius.

¹⁶⁰ PLAUTO, *A comédia da marmita* (trad. de W. de Medeiros), Coimbra, INIC, 1982, 2ª ed., p. 31.

¹⁶¹ Cfr. ARCE, J., *Inestabilidad política en Hispania durante el siglo II d. C.*, AEspA, 54, 1981, pp. 101-115.

¹⁶² CENTENO, *Aurei*, p. 51. Neste sentido aponta também ALARCÃO, *Domínio*, p. 29.

¹⁶³ CENTENO, *Circulação*, p. 267, n. 21.

que não parecem ter sido muito afectadas por essas investidas (Tarracense, Lusitânia)¹⁶⁴ e também não temos dúvidas de que, pelas suas características, alguns depósitos reflectem um normal entesouramento. Porém, tanto J. Alarcão como J. Arce apontam para a existência de focos de instabilidade social na Lusitânia ao tempo de Marcus Aurelius¹⁶⁵ de que se não conhecem, todavia, as causas e o alcance. Pelo que nos diz respeito, julgamos não ser de desprezar a hipótese de os ataques dos mauritanos à Bética terem contribuído para fomentar um clima de insegurança noutras regiões, propiciando a eclosão dos tais focos de instabilidade de que falam os dois autores.

Daí, talvez o achado de S. Mamede se pudesse enquadrar nesta conjuntura de agitação, mas são tantas as incógnitas a seu respeito que não podemos ultrapassar o plano do meramente especulativo. Aliás, a presença no conjunto de um denário de Tiberius numa altura em que a moeda em AR deste príncipe já fora há muito retirada da circulação, poderá igualmente ser utilizada como indício de um depósito de aforro¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Parece que os efeitos destas incursões foram praticamente circunscritos à Bética: cfr. ARCE, *op. cit.*, pp. 105-108. Poderiam estar relacionados com estes ataques os tesouros de Pajar del Artillo, Sevilha (Centeno, *Aurei* 19), Riópar, Albacete (Centeno, *Aurei* 23) e Tobarra, Albacete (BOST, J.-P., CAMPO, M. e GURT, J. M., *Hallazgos de aurei y solidi en la Península Ibérica: introducción a la circulación en época imperial*, Numisma, 180-185, 1983, p. 170, nº 166). Opinião semelhante à nossa é manifestada por FARIA ([Recensão] Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, p. 46) a propósito dos tesouros do Noroeste.

¹⁶⁵ ALARCÃO, *Domínio*, pp. 29-30; ARCE, *Inestabilidad política en Hispania*, pp. 110-111.

¹⁶⁶ Segundo DUNCAN-JONES, *Money and government in the Roman Empire*, p. 199, os denários tiberianos teriam sido refundidos na década de 90 devido ao facto de possuírem um teor de prata mais elevado que os da época.

CAPÍTULO II

O NUMERÁRIO AVULSO

1. Circulação monetária durante o período republicano (séc. III-28 a.C.)

Antes de darmos início à análise do material avulso da época republicana recolhido na Estremadura, importa tecer algumas considerações acerca do aparecimento de algumas moedas helenísticas na região.

No decurso da nossa investigação lográmos identificar três moedas helenísticas de bronze: duas delas, dadas como provenientes de Sintra (Cat., *Achados ocasionais*, nº 71, moedas 1-2), foram batidas no Egipto sob Ptolemaeus VI Philometor, na primeira metade do séc. II a.C.; a terceira, cunhada em nome da cidade frígia de Apameia, foi recolhida em Andreus, Leiria (Cat., *Achados ocasionais*, nº 6).

As duas moedas egípcias encontram-se no MNA (Tab. 82/52-53) acompanhadas de sestércios de Claudius I (RIC I² 93), Nero (RIC I² 178) e Marcus Aurelius (RIC III 795) e da seguinte indicação: «achado de moedas romanas com lucerna de bronze». Esta informação, a ser verídica, remete-nos para a hipótese de as moedas constituírem um depósito funerário¹.

Contudo, o achado inspira-nos fortes suspeitas quanto à sua autenticidade. Por um lado, verifica-se uma disparidade cronológica de quase três séculos entre as moedas ptolemaicas e a moeda romana mais recente. Por outro lado, as moedas não denotam especiais sinais de desgaste. Aliás, o bom estado de conservação que patenteiam fá-las assemelharem-se mais a exemplares de colecção².

Temos conhecimento de outro bronze de Ptolemaeus VI, guardado na Região de Turismo de Leiria, que decidimos não incluir no nosso catálogo considerando os seguintes argumentos: a moeda não possui qualquer referência quanto à origem; apesar do elevado desgaste evidenciado pela peça — sinal mais que seguro de circulação prolongada — julgamos que a sua proveniência não deverá ser regional nem sequer nacional, uma vez

¹ A cronologia do enterramento seria, portanto, contemporânea ou posterior ao principado de Marcus Aurelius.

² Observação idêntica foi-nos feita pelo Dr. José Cardim Ribeiro, ao sugerir que as peças pudessem pertencer a alguma das grandes colecções particulares de Antiguidades reunidas em Sintra nos finais do século passado. Também COLLIS, J., *The coin of Ptolemy V from Winchester*, *Antiquity*, XLIX, 1975, pp. 47-48, faz ressaltar o pormenor da conservação em várias moedas deste tipo que surgiram na Inglaterra sem contextos estratigráficos e que ele considera importações modernas.

que para além desta moeda se encontram na referida instituição 17 tetradracmas alexandrinas do último quartel do século III³.

É um dado adquirido que muitas das moedas ptolemaicas encontradas em várias regiões da Europa⁴ podem ser consideradas o reflexo de contactos comerciais com o mundo mediterrânico (acompanhariam importações egípcias) ou o resultado das habituais movimentações dos legionários, já que aparecem com frequência em acampamentos⁵. No caso vertente, as moedas ptolemaicas da Estremadura devem ser fruto de um acto de importação recente. Dúvidas idênticas foram já levantadas em relação a algumas das moedas gregas ou helenísticas pretensamente achadas no Norte e no Noroeste Peninsular⁶. Temos, contudo, conhecimento de alguns achados, tidos como indiscutíveis, de moedas gregas ou orientais em solo hispânico⁷, entre os quais incluímos o nosso numisma de Apameia encontrado em Andreus, nas proximidades do local onde se terá erguido Collippo.

Diferente é o caso da imitação de uma tetradracma de Gortyna que se encontra no Seminário de Leiria, pois trata-se claramente da reprodução, em bronze, de um original de prata (RPC 901), realizada em época relativamente recente, porventura com fins exclusivamente turísticos⁸.

³ É a seguinte a composição deste conjunto: Aurelianus: SNG Ita. 2010 (2 ex.), SNG Ita. 2023 (1 ex.); Tacitus: SNG Ita. 2029 (1 ex.); Carinus: SNG Ita. 2122 (1 ex.), Dattari 5586 (1 ex.); Diocletianus: Dattari 5720 (1 ex.), SNG Ita. 2155 (1 ex.), SNG Ita. 2159 (2 ex.), Milne 4837 (1 ex.), SNG Ita. 2184 (1 ex.), SNG Ita. 2188 (2 ex.) e Maximianus: SNG Ita. 2234 (1 ex.), SNG Ita. 2248 (1 ex.), Dattari 5849 (1 ex.).

⁴ Veja-se a o mapa dos achados de moedas ptolemaicas de bronze na Europa, traçado por VISONÀ, P., *A hoard of Ptolemaic bronze coins in the J. Paul Getty Museum*, GMusJ, 6-7, 1978-1979, p. 159, fig. b. Para além do grande número de achados ocorridos no Mediterrâneo Central, também as Ilhas Britânicas e a Europa Central, sobretudo nas zonas do *limes*, parecem ter sido permeáveis à penetração destas moedas.

⁵ BIDDLE, M., *Ptolemaic coins from Winchester*, *Antiquity*, XLIX, 1975, pp. 213-215.

⁶ HIPÓLITO, M. C., *As moedas gregas da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia)*, *Nummus*, 2^a s., IV/V/VI, 1981-1983, pp. 81-90; CENTENO, R. M. S., *A dominação romana*, in SARAIVA, J. H. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 197-198 e *Circulação*, pp. 188-192.

⁷ RIPOLLÉS, P. P., *El hallazgo de monedas de Monforte (Alacant). Parte I. Monedas griegas*, *ActNum*, 14, 1984, pp. 59-69, publica um conjunto de 15 moedas da zona costeira do Egeu, na Ásia Menor, que integravam um tesouro que continha ainda 101 moedas romanas imperiais de Caius a Honorius e 1 bizantina o que, convenhamos, não deixa apesar de tudo de ser algo bizarro. Na p. 66, apresenta um mapa (Mapa 2) onde compulsa, sem a pretensão da exaustividade, vários achados de moedas orientais na Península. Para o território português, além da bibliografia já referida na nota anterior, vejam-se ainda os seguintes trabalhos: CENTENO, R. M. S. e SOUTO, J. M. V., *Notícia de uma moeda helenística do tesouro de Torre (Santa Maria de Émeres, Valpaços)*, *Nummus*, 2^a s., XI, 1988, pp. 91-93 (AE de Hieron II de Siracusa: 269/263-216 a.C.); FARIA, A. M., *Achados monetários em Idanha-a-Velha*, *Nummus*, 2^a s., XIV-XV, 1991-1992, p. 133 (moedas helenísticas da Macedónia, Catânia e 1 AE não identificado).

⁸ Sobre esta moeda já demos notícia: RUIVO, J. S., *Imitação de uma moeda antiga no Museu do Seminário de Leiria*, «O Mensageiro», 18/8/1994 (reproduzido em *A Permuta*, n^o 80, Setembro/Dezembro, 1994, pp. 34-35). Embora não o tivéssemos mencionado na altura, a moeda fazia parte da coleção do falecido pároco do Reguengo do Fetal (Batalha), Pe. José Oliveira.

Não é fácil determinar o início da circulação monetária na região estremenha. Conforme já tivemos oportunidade de escrever, o recurso à moeda enquanto instrumento de troca ter-se-á desenvolvido de forma paulatina a partir do conflito sertoriano⁹. Contudo o processo não terá sido uniforme nem simultâneo para toda a área que nos ocupa. Por certo as sociedades dos centros urbanos do vale do Tejo, mais desenvolvidas económica e culturalmente, terão entrado em contacto com a moeda muito antes das populações que viviam mais a Norte, cuja economia se alicerçava sobretudo na actividade agropecuária¹⁰.

É, aliás, de povoados da área do Baixo Tejo que provêm as moedas mais antigas que estão até ao presente documentadas para a Estremadura, embora desse facto não se possam retirar conclusões precipitadas quanto ao início da utilização da moeda pelas populações autóctones. Trata-se de dois numismas hispano-cartagineses recolhidos nos castros das Curvaceiras e da Ota, ambos no concelho de Alenquer. Ainda na zona do Baixo Tejo, mas já fora da nossa área de investigação, em escavações realizadas em 1979 no Cabeço da Bruxa (Alpiarça), logrou-se recolher mais uma moeda hispano-púnica¹¹.

A chegada até aqui destas emissões poderá ser explicada pela existência de contactos de índole comercial com a área de influência púnica do Sul da Península, contactos esses que remontam à I Idade do Ferro e que, apesar de terem conhecido um significativo apagamento a partir do séc. IV a.C., nunca se extinguíram por completo¹².

Outra hipótese é a que se extrai de uma polémica passagem de Políbio (*Fr. h.*, 10, 7, 4)¹³, segundo a qual, no decurso da segunda Guerra Púnica, um exército cartaginês comandado por Asdrúbal, filho de Giscão, teria estacionado na foz do Tejo no Inverno de 210 a.C.¹⁴. Esta possibilidade é perfeitamente explicável por ne-

⁹ Cfr. *supra* p. 104.

¹⁰ SILVA, A. C. F., *A Segunda Idade do Ferro*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 312-314.

¹¹ KALB, Ph. e HÖCK, M., *Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorbericht über die grabung im Januar und Februar 1979*, MM, 21, 1980, p. 104, Taf. 21, fig. e-f. Trata-se de um AE com cabeça de Tanit à esq. no anverso e cavalo parado à frente de palmeira no reverso (CNH 48). Para CENTENO, *A dominação romana*, p. 198, esta moeda integrou-se na fase romana do povoado. Sobre a dispersão dos achados de moedas hispano-cartaginesas na Hispânia, cfr. ALFARO ASINS, C., *La ceca de Gadir y las acuñaciones hispano-cartaginesas*, in *Numismática hispano-púnica. Estado actual de investigación*, «VII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica» (Ibiza, 1992), Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza-31, Ibiza, 1993, pp. 46-50 e 58, Fig. 2.

¹² ARRUDA, *A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém*, pp. 203-207, defende a tese de uma II Idade do Ferro de feição orientalizante para determinadas áreas do litoral português, entre as quais se inclui a do curso inferior do Tejo.

¹³ Esta passagem é contraditada por Livius (*Ab Vrbe*, XXVI, 20, 6), que coloca Asdrúbal a estacionar na região gaditana, no que é seguido por VILLARONGA, L., *Las monedas hispano-cartaginesas*, Barcelona, 1973, p. 27.

¹⁴ Também FARIA, *Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade*, p. 60 e GOMES, *Proto-História do Sul de Portugal*, p. 169, relacionam as moedas com a presença das tropas cartaginesas na região, mas colocam a sua estada em 209 a.C.

cessidades de abastecimento, recrutamento de mercenários ou até para assegurar o controlo desta rica região¹⁵.

De qualquer modo, e supondo que estas moedas foram perdidas ainda antes da chegada dos romanos, o que não é um dado adquirido, a sua presença nunca poderá ser interpretada como o marco inicial da utilização da moeda — efectiva ou circunstancial — na zona estremenha. Neste particular, o quarto de *shekel* do Castro da Ota assume um especial significado. O seu orifício para suspensão é um indício claro de que terá, pelo menos durante algum tempo, desempenhado outra função que não a monetária. Este uso não monetário das séries hispano-púnicas foi já abordado por C. Alfaro Asins, que salienta a sua corrente utilização quer como amuleto ou adorno quer como oferenda¹⁶. Ainda segundo a mesma investigadora, as moedas hispano-cartaginesas perfuradas terão sido preferencialmente utilizadas como talismãs ou objectos de adorno, com particular destaque para as moedas em AR das séries com o reverso do cavalo parado e do elefante, como sucede com o nosso exemplar¹⁷.

Esta presença esporádica da moeda na Estremadura não teve continuidade. Será preciso esperar quase um século e meio para que a sua aparição e utilização se passe a fazer de forma regular.

Passemos agora à análise do numerário avulso anterior a 27 a.C. Mas, antes de mais, convirá deixar aqui bem explícito que o valor do esboço de circulação monetária que se segue é muito relativo; os resultados apresentados têm sobretudo valor estatístico.

O período em estudo está representado na Estremadura por 104 numismas, correspondendo a 25.74 % do total do numerário avulso inventariado. Uma visão de conjunto dessa massa monetária é-nos fornecida pelo Quadro 7, onde agrupamos o numerário segundo os dois períodos principais estabelecidos por Crawford para a República¹⁸.

¹⁵ FABIÃO, *O passado proto-histórico e romano*, p. 211.

¹⁶ ALFARO ASINS, C., *Uso no monetar de algunas monedas púnicas de la Península Ibérica*, RIN, XCV, 1993, pp. 261-276. Sobre a simbologia das moedas furadas vejam-se ainda VASCONCELLOS, J. L., *Signification religieuse, en Lusitanie, de quelques monnaies percées d'un trou*, AP, X, 1905, pp. 169-175 e CENTENO, *Circulação*, pp. 248-250.

¹⁷ ALFARO ASINS, *Uso no monetar de algunas monedas púnicas*, p. 263. De notar que estas peças aparecem mesmo em tesouros do período romano, caso do tesouro de Tãnger do qual faz parte um *shekel* e meio perfurado (VILLARONGA, L., *The Tangier hoard*, NC, 149, 1989, pp. 149-162, esp. p. 151 e PL. 34, n.º 34).

¹⁸ A utilização desta periodização para as emissões hispânicas anteriores a Augustus levantou-nos sérias dificuldades, uma vez que a datação da maior parte destas emissões assenta em cronologias relativas bastante alargadas; a título de exemplo, veja-se o problema da seriação e da cronologia das emissões de Osset: Villaronga integra o nosso exemplar (Vives 111/7) e o exemplar Vives 111/8 na mesma emissão, datando-a do séc. I a.C. (CNH, p. 396, n.º 8), enquanto RODRÍGUEZ MÉRIDA, J. A., *La ceca de Osset*, Numisma, 228, 1991, pp. 9-29, coloca o tipo Vives 111/7 no seu Grupo VI.1 com uma cronologia que vai de 80/75 a cerca de 60 a.C. e o tipo Vives 111/8 no Grupo VII.1, posterior a 60 a.C. Por seu turno, os autores de RPC, p. 76, n.º 58, atribuem a última daquelas moedas ao tempo de Octavianus.

	Roma ¹⁹		Hispania ²⁰		Oriente		TOTAL AR+AE
	AR ²¹	AE	AR	AE	AR	AE	
Ia-f (c. 206-49 a.c.)	57	3	2	28		3	93
IIa-b (49-28 a.C.)	3	1		4			8
	60	4	2	32	0	3	
TOTAL	64		34		3		101

Quadro 7 - Distribuição do numerário republicano por períodos

O período Ia-f é aquele que conta com maior volume de numerário, a que correspondem permissagens mais elevadas²², conforme se observa no Quadro 8. Este resultado é de alguma forma anormal quando comparado com os resultados obtidos para o sítio de

	AR			AE			TOTAL		
	ESTR	CON	NOR	ESTR	CON	NOR	ESTR	CON	NOR
Ia-f	0.99	0.41	0.55	0.57	0.29	0.25	1.56	0.70	0.80
IIa-b	0.37	0.92	1.37	0.62	0.66	1.04	0.99	1.58	2.41

Quadro 8 - Permissagens para a Estremadura, Conímbriga e Noroeste.

¹⁹ Inclui as emissões oficiais cunhadas pelos *imperatores* em oficinas monetárias itinerantes e as emissões em nome de Octavianus anteriores a 27 a.C.

²⁰ Incluímos o quarto de *shekel* do castro da Ota (Cat., *Achados ocasionais*, nº 67) e o AE do castro das Curvaceiras (Cat., *Achados ocasionais*, nº 68) apesar de anteriores a 211 a.C.

²¹ Não contabilizámos aqui 3 AR de cronologia indeterminada (Cat., *Achados ocasionais*, nº 8, moeda 6 e *Escavações*, nº 2, moeda 1 e nº 6, moeda 2), mas incluímos um denário forrado de L. PHILIPPVS (Cat., *Achados ocasionais*, nº 5, moeda 2) e outro de SEX. POM do Castro de Pragança (Cat., *Achados ocasionais*, nº 45, moeda 2). Segundo CRAWFORD, M. H., *Plated coins-false coins*, NC, 7ª s., VIII, 1968, pp. 55-59, a maior parte das moedas forradas são falsas. Outros autores, porém, preferem atribuí-las à acção do Estado: BERNAREGGI, E., *Nummi pelliculati. Considerazioni sull' argento suberato della repubblica romana*, RIN, LXVII, 1965, p. 29 e SERAFIN PETRILLO, P., *Nota sull' argento suberato della repubblica romana*, AIN, XV, 1968, pp. 9-30. De acordo com os dados apresentados por esta autora, os denários forrados em nome de L. PHILIPPVS são pouco comuns, uma vez que apenas conhece 2 ex. (p. 22). Desde a época tardo-republicana que se tomaram, em Roma, medidas contra o falso numerário: cfr. SANTALUCIA, B., *La legislazione sillana in materia di falso nummario*, in «Stato e Moneta a Roma fra la Tarda Repubblica e il Primo Impero», AIN, 29, 1982, pp. 47-74 e GRIERSON, Ph., *The Roman law of counterfeiting*, in «Essays in Roman Coinage presented to Harold Mattingly», Oxford, 1956, pp. 240-261.

²² Cfr. *supra* n. 5. Tenha-se em atenção que, para os cálculos das permissagens apresentadas nos vários quadros ao longo do presente capítulo e no gráfico da Fig. 2, foram utilizadas apenas 369 moedas. Optámos pela exclusão de todos os exemplares que não puderam ser incorporados nas periodizações definidas na pág.79 deste trabalho.

Conimbriga²³ e para o Noroeste peninsular²⁴, onde os valores das pernilagens para o período Ila-b duplicam e triplicam, respectivamente, em relação às do período anterior.

Em nossa opinião, a explicação para este fenómeno deverá radicar no peso excessivo da moeda oficial em AR anterior a 49 a.C. nos medalheiros de alguns museus e colecções particulares, o que a faz com corresponder a 56.43% de toda a massa monetária reunida para o período republicano. Esta situação é o reflexo de um critério selectivo e do espírito meramente colecionista que presidiu e continua a presidir à formação de numerosos fundos numismáticos²⁵. Grande parte dos denários observados em colecções, para além da ausência de proveniência, ostentam um excepcional estado de conservação, podendo alguns deles ser originários de depósitos monetários entretanto desfeitos²⁶. Outros, apresentando evidentes sinais de desgaste, podem ter circulado durante a época imperial. Obviamente, estes factores condicionam a nossa análise²⁷.

Repare-se que entre a moeda em AE, que parece não ter estado tão sujeita a estas vicissitudes, nota-se um aumento, embora ligeiro, na pernilagem do período Ila-b relativamente à do período anterior.

Tornam-se assim evidentes as dificuldades resultantes da ausência afluente de escavações em sítios republicanos passíveis de fornecerem moedas, elemento imprescindível para a compreensão dos alvares do fenómeno da circulação monetária na Estremadura²⁸.

Entre as cunhagens oficiais, a relativa abundância de moeda em AR (60 AR = 93.75%) contrasta com a reduzida representação das emissões de AE, que contabilizam apenas 4 unidades (6.15%), numa situação paralela à que se verifica em Conimbriga, onde a relação entre AR e AE oficial atinge valores um pouco inferiores (86.84 contra 13.16%), ou no Noroeste Peninsular, onde não foi recolhido qualquer AE oficial²⁹.

Estes dados parecem apontar para uma reduzida circulação da moeda de bronze ro-

²³ Os cálculos foram efectuados a partir de 344 exemplares bem datados, da República a Caracalla. Para o período Ia-f contabilizámos 39 unidades (23 AR + 16 AE) e para o período Ila-b 12 (7 AR + 5 AE).

²⁴ Cfr. CENTENO, *Circulação*, p. 198, sendo de notar que os valores apresentados pelo autor se referem apenas ao período Ib-f.

²⁵ Tomemos como exemplo o Museu Municipal de Torres Vedras, que conta com 19 AR republicanos sem indicação de procedência.

²⁶ Cfr. *supra* n. 6. Se distribuírmos o numerário avulso em AR segundo as várias subdivisões de Crawford para o período I, observamos que a maior fatia concentra-se nos períodos Id e Ie, períodos a que correspondem quase todos os tesouros republicanos da Estremadura, a maior parte dos quais se dispersou rapidamente.

²⁷ Refira-se, aliás, que dos 64 espécimes oficiais (AR + AE), apenas é conhecido o local de achado de 26 (40.62%) e, destes, apenas 2 (7.69%) foram recolhidos em escavações arqueológicas, mas os contextos estratigráficos em que foram exumados não foram ainda, que saibamos, objecto de qualquer publicação detalhada.

²⁸ No território centro-português apenas o acampamento da Lomba do Canho constitui excepção: FARIA, *As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho*, pp. 40-41, nº 8-17.

²⁹ O único bronze recolhido por CENTENO, *Circulação*, p. 126 e 198, n. 73, é uma imitação da segunda metade do séc. II a.C., proveniente da Citânia de Monte Mozinho (III. 72, moeda nº 1).

mano-republicana no Ocidente hispânico, circunstância que, na opinião de alguns autores, poderá verificar-se por todo o território peninsular³⁰.

Já em relação às emissões hispânicas do período republicano, a situação inverte-se. A moeda em AR está praticamente ausente da Estremadura, excepção feita ao quarto de *shekel* do Castro da Ota e a um denário de *bolskan*, recolhido em Lisboa (Cat., *Achados ocasionais*, n.º 86, moeda 1), facto que vem reafirmar a tendência expressa pelos tesouros monetários³¹, indiciando que a Estremadura — e provavelmente toda a faixa costeira centro-portuguesa³² — se encontrava fora da área de circulação da prata ibérica³³. Na ausência da moeda de bronze oficial, a massa monetária em circulação durante a época republicana seria complementada pelos bronzes hispânicos que totalizam aqui 31.68% das 101 unidades inventariadas para este período.

No Quadro 9 traçamos a distribuição detalhada das emissões hispânicas presentes na Estremadura³⁴:

PROVÍNCIA (P)	ZONA EMISSORA (ZE)	C. EMISSOR (CE)	AR	AE			TOTAL			%		
				As	S	Qd	CE	ZE	P	CE	ZE	P
VLTERIOR	Zona sud-lusitana	Beupo/Salacia	2	3		5	5	19	14.70	14.70	55.88	
	Alfabeto Latino	Muriles	1			1			2.94			
	Grupo Vário da Ulterior	Corduba	Ossat	1			1		2	2.94		5.88
			Carteia		1	1	1		2	2.94		5.88
	Alfabeto ibérico do Sul	Castalo	3	2		5			14.70			
		Obuleo	1	1		2	7		5.88	20.59		
CITERIOR	Alfabeto fenício	Gadir	2			2		5.88				
		Malaca	1			1	3	2.94	8.82			
	Hispano-cartaginesas	Hispania	1	1		1	2	5.88	5.88			
	Grupo Pir.-Suessetano	<i>bolskan</i>	1	3		4	4	11.76	11.76			
	Grupo do Vale do Jalón	<i>sekaisa</i>	1			1	1	2.94	2.84			
	Grupo da Celtibéria	<i>ekualakas</i>	3			3	3	8.82	8.82			
TOTAL	Grupo da Sedetânia	<i>kelse</i>	1			1		2.94				
		Lepida/Celsa	2			2	3	5.88	8.82			
	Em. ibér. Valencianas	<i>arse/Saguntum</i>	1			1	1	2.94	2.94			
	Em. ibér. da Catalunha	<i>kese</i>			1	1	1	2.94	2.94			
TOTAL			2	22	8	2	34	34	34	100	100	100
				34			34			100		

Quadro 9 - Centros emissores hispânicos presentes na Estremadura até 27 a.C.

³⁰ Cfr. *Belo*, pp. 19-20 e CHAVES TRISTÁN, F., *Indigenismo y romanización desde la óptica de las amonedaciones hispánicas de la Ulterior*, Habis, 25, 1994, p. 110.

³¹ Cfr. *supra* pp. 101-102.

³² Por exemplo as escavações de Conimbriga não forneceram um único numisma ibérico em AR.

³³ À mesma conclusão chegara antes CENTENO, *Circulação*, p. 202, n. 9.

³⁴ Um primeiro balanço da questão foi por nós apresentado ao I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, 7-10 Novembro 1994) em comunicação intitulada *A circulação da moeda hispânica na Estremadura portuguesa. Uma primeira abordagem* (no prelo). Após a entrega do texto para as actas tivemos ainda notícia de novos achados, mas no essencial não houve qualquer alteração quanto às conclusões.

Conforme se observa, as emissões da Ulterior levam alguma vantagem sobre as da Citerior (55.88 contra 44.12%)³⁵, facto natural se considerarmos a maior proximidade geográfica de várias casas da moeda da Ulterior em relação à Estremadura, bem como o facto de a penetração romana — e consequentemente a da moeda — para a Lusitânia se ter feito a partir do Sul (cfr. Mapa 5).

As emissões de Beuipo/Salacia e Castulo são até ao momento as mais abundantes, contabilizando cinco unidades cada. E, se a expansão até à Estremadura das séries castulonenses não pode ser considerada uma novidade³⁶, já a circulação dos espécimes monetários da cidade das margens do Sado era, até aqui, praticamente desconhecida a Norte do Tejo³⁷. Alguns dos seus numismas foram encontrados no limite sul do nosso território³⁸, numa área relativamente próxima do centro produtor, porém outros penetraram mais para Norte e para o interior, como é o caso das moedas recolhidas no Monte Figueiró, Ansião (Cat., *Achados ocasionais*, nº 1, moedas 9-10).

Quatro destes exemplares — três semisses e um asse — ostentam o topónimo grafado no signário do SE onde, na opinião de A. M. Faria, se deverá ler *BeuiBum* > *Beuipum*³⁹, o nome indígena que terá antecedido a romana Salacia. O quinto exemplar, recolhido muito recentemente na *uilla* da Freiria (Cascais), pertence à emissão que tem no anverso a cabeça de Neptuno e no reverso a legenda IMP. SAL entre dois golfinhos. Esta série tem sido tradicionalmente datada de 45/44 a.C., comemorando a atribuição à cidade, por Sextus Pompeius, do nome *Imperatoria Salacia*⁴⁰.

Todos os semisses que constam da nossa relação ostentam a contramarca S, gravada

³⁵ Em Conimbriga o predomínio dos ateliers da Ulterior sobre os da Citerior é flagrantíssimo (82.36 contra 17.64%).

³⁶ Conhecemos alguns achados de moedas de Castulo na Lusitânia ocidental, por exemplo em Conimbriga (*Fouilles de Conimbriga*, p. 9, nº 36-38), Idanha-a-Velha (FARIA, *Achados monetários em Idanha-a-Velha*, p. 133, nº 7), Pedrão (SILVA, C. T., SOARES, J. e SANTOS, M. F., *Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal)*, «Actas das II Jornadas Arqueológicas», vol. I, Lisboa, 1973, pp. 311-312 e fig. 6) e Cabeça de Vaiamonte (SANTOS, M. F., *Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo)*, AAPHist, II s., 21, 1972, pp. 499-500, nº 8-12). Para um visionamento da área de expansão das emissões de Castulo com caracteres indígenas, cfr. GARCÍA-BELLIDO, *Las monedas de Castulo con escritura indígena*, pp. 135-137.

³⁷ FARIA, *Achados monetários em Idanha-a-Velha*, p. 133, nº 9, publica um asse de Salacia (45-44 a.C.) encontrado na capital da *ciuitas igaeditanorum*.

³⁸ Um exemplar em S. Miguel de Odrinhas, Sintra (Cat., *Escavações*, nº 11, moeda 1) e outro na *uilla* da Freiria, Cascais (Cat., *Escavações*, nº 16, moeda 1).

³⁹ FARIA, A. M., *Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal*, *Vipasca*, 1, 1992, pp. 39-48 e *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português*, comunicação apresentada ao «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994 (no prelo). Muito possivelmente esta não será ainda uma solução definitiva.

⁴⁰ GRANT, M., *From Imperium to Auctoritas. A historical study of aes coinage in the Roman Empire 49 B. C.-A.D. 14*, Cambridge, 1946, p. 23, n. 1 e FARIA, *A numária de *Cantnipo*, pp. 79-80.

sobre a legenda toponímica pré-romana, previamente apagada para o efeito, o que indicia que a operação teve lugar logo após a mudança de nome da urbe⁴¹.

Entre a amoedação da Ulterior há ainda a referir a presença das cunhagens de Murtili, Osset, Corduba e Carteia, todos com um exemplar, e dos centros hispano-púnicos de Gadir com duas unidades e Malaca com uma.

Quanto às produções da Citerior, para além dos numismas hispano-cartagineses a que já atrás fizémos referência, merecem destaque as quatro unidades de *bolskan*, uma das quais em AR, o numerário da Celtibéria com *ekualakos* (3 ex.)⁴², do Vale do Jalón com *sekaisa* (1 ex.) e as emissões da Sedetânia representadas por cunhagens de *kelse* (1 ex.) e *Lepida/Celsa* (2 ex.), estas últimas de finais da República. As emissões ibéricas da zona costeira e as da Catalunha estão representadas por *arse/Saguntum* e *kese*, ambas com uma unidade.

O quadro que acabamos de esboçar confirma, de alguma forma, a afirmação de R. Martín Valls que define a Lusitânia como uma área de escassa circulação do numerário ibérico⁴³.

Tenha-se presente que boa parte deste numerário é de difícil datação, e a cronologia atribuída é geralmente alta (Séc. II-80/72 a.C.) pelo que a sua chegada à Estremadura se deve ter processado em data muito distante da cunhagem.

Importa igualmente salientar que mais de um quarto do numerário hispânico reunido para este período é composto por moeda divisionária, sobretudo semisses mas aparecem também alguns quadrantes, fulcrais para a realização das pequenas trocas que entrariam no quotidiano das gentes⁴⁴.

2. Circulação monetária no período júlio-claudiano (27 a.C.-68)

O período que vai de 27 a.C. à morte de Nero regista 167 numismas, de que nos dá conta o Quadro 10:

	EMISSIONES OFICIAIS			EMISSIONES LOCAIS			C. EMIS. INDET.	TOTAL	%
	Roma	Lugdunum	Emerita	Hispania	Nemausus	Imitações			
Augustus	3	7	5	37	2		5	59	35.33
Tiberius		6		42			1	49	29.34
Caius	4			1			1	6	3.59
Claudius	6					26	8	40	23.95
Nero	7							7	4.19
Júlios-Claúdios				4			2	6	3.59
TOTAL	20	13	5	84	2	26	17	167	
%	11.98	7.78	2.99	50.30	1.20	15.57	10.18	100	100

Quadro 10 - Numerário júlio-claudiano distribuído por centros emissores

⁴¹ FARIA, *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português* (no prelo).

⁴² Os achados deste centro emissor, situado algures no Alto Douro (CNH, p. 286) são relativamente raros (MARTÍN VALLS, *La circulación monetaria ibérica*, p. 329), pelo que não deixa de causar alguma estranheza a notícia do aparecimento de três das suas moedas na Estremadura.

⁴³ MARTÍN VALLS, *La circulación monetaria ibérica*, pp. 273-273.

⁴⁴ Contudo, VILLARONGA, L., [Discussione] A. Burnett, *The currency of Italy from the Hannibalic War to the reign of Augustus*, AIN, 29, 1982, p. 221, chama a atenção para a inexistência de uma economia monetária na Hispânia republicana.

Em termos quantitativos, o maior volume de moeda concentra-se no principado de Augustus (35.33%), seguido de perto por Tiberius (29.34%) e Claudius (23.95%); só muito depois surgem Nero (4.19%) e Caius (3.59%). Porém, uma análise menos superficial, baseada no cálculo das moedas perdidas anualmente por 1000 unidades, altera substancialmente esta primeira perspectiva (Quadro 11). Assim, a permilagem mais elevada é obtida pelo numerário em nome de Claudius I (8.34), seguida do de Tiberius (5.77), Caius (4.06), Augustus (3.90) e Nero (1.35). Comparando os nossos dados com os de outras áreas e locais da Hispânia⁴⁵, verificamos que este escalonamento exhibe um claro paralelismo com Conimbriga⁴⁶, algumas afinidades com as Tierras Valencianas⁴⁷ e com Clunia⁴⁸, mas apresenta consideráveis diferenças em relação a Belo⁴⁹ e ao Noroeste Peninsular⁵⁰. Contudo, é de realçar que, apesar destas disparidades, para certos períodos os valores das permilagens aproximam-se bastante, como sucede no período IIIc para todas as áreas e sítios supracitados, à excepção do Noroeste Peninsular.

	Estremadura	Noroeste	T. Valencianas	Conimbriga	Clunia	Belo
IIIa	3.90	5.97	2.31	3.55	2.11	5.33
IIIb	5.77	7.28	2.26	4.68	6.70	2.33
IIIc	4.06	1.81	3.10	3.63	3.85	3.83
IIId	8.34	6.30	4.78	17.44	10.97	15.92
IIIe	1.35	2.15	0.81	0.42	7.23	3.28

Quadro 11 - Permilagens de várias áreas e cidades hispânicas durante os Júlios-Cláudios

Regressando à análise que estamos a efectuar para a Estremadura, parece-nos fundamental aduzir algumas observações:

- a maior parte do numerário atribuído a Claudius I é constituído pelas célebres mo-

⁴⁵A escolha do Noroeste, Tierras Valencianas, Conimbriga, Clunia e Belo não foi aleatória. Pretendeu-se, por um lado, comparar dados de centros urbanos com dados de zonas mais vastas (onde se misturam a componente urbana e a rural) e, por outro, que os locais e as áreas seleccionadas fossem representativas da diversidade do território peninsular.

⁴⁶ Cfr. *supra*, n. 23.

⁴⁷ Os nossos cálculos foram efectuados a partir 885 unidades até Caracalla: RIPOLLÉS ALEGRE, P., *La circulación monetária en las Tierras Valencianas durante la Antigüedad*, Barcelona, 1980.

⁴⁸ Dados obtidos a partir de 519 unidades, da República a 215: GURT ESPARRAGUERA, J. M., *Clunia III. Hallazgos monetarios. La romanización de la Meseta a través de la circulación monetaria en la ciudad de Clunia*, Madrid, 1985.

⁴⁹ Permilagens obtidas a partir de 261 unidades, da República a 215: BOST, J.-P., CHAVES, F., DEPEYROT, G., HIERNARD, J. e RICHARD, J.-C., *Belo. IV-Les Monnaies*, Madrid, 1987.

⁵⁰ Cfr. *supra* n. 24. Tenha-se contudo em atenção que nós apenas fizemos uso de 830 numismas em vez dos 831 utilizados por CENTENO, *Circulação*, p. 184, n. 82, uma vez que excluímos dos nossos cálculos um exemplar ilegível, apesar de contramarcado, por não se integrar nas nossas periodizações.

edas de imitação⁵¹, cuja cunhagem deve ter-se prolongado por alguns anos após a sua morte⁵²;

- Os modestos valores alcançados para Nero sofrem algum esbatimento se considerarmos que a moeda em AE deste imperador apenas foi produzida durante cerca de 5-6 anos⁵³;

- A data de entrada em circulação de boa parte deste numerário dificilmente corresponderá à da respectiva cunhagem⁵⁴.

Durante a época em análise, o abastecimento de moeda à zona estremenha parece ter sido realizado maioritariamente pelos centros emissores hispânicos (50.30%), não obstante o rápido declínio das suas produções a partir do final do governo de Tiberius e o encerramento definitivo de todos eles, à excepção de Ebusus, ao tempo de Caius⁵⁵. Vêm depois as emissões imperiais oficiais, com primazia para Roma com 11.98%, logo seguida de Lugdunum com 7.78% e de Emerita com 2.99%. Entre as emissões provinciais, assinala-se ainda a já habitual presença das produções de Nemausus, com 1.20% do numerário deste período⁵⁶. À margem colocámos as imitações de Claudius I, que se cifram em 15.57% de toda a massa monetária julio-claudiana, a maior parte das quais, senão a

⁵¹ Existe presentemente uma vasta bibliografia sobre este assunto, embora falte ainda um bom trabalho monográfico sobre as imitações hispânicas: BOST, J.-P. e PEREIRA, I., *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, Numisma, 120-131, 1974, pp. 167-182; CAMPO, M., *El problema de las monedas de Claudio I halladas en Hispania*, ActNum, 4, 1974, pp. 155-163; GURT, J. M., *Las monedas de Claudio I halladas en Clunia*, Pyrenae, 11, 1975, pp. 109-125; VILLARONGA, L., *Nuevo argumento a favor de la hispanidad de las emisiones de Claudio*, SNB I (2), Barcelona, 1979, pp. 172-173; CAMPO, M., RICHARD, J.-C. e VON KAENEL, H.-M., *El tesoro de la Pobla de Mafumet (Tarragona), sestercios y dupondios de Claudio I*, Barcelona, 1981. Para outras regiões do império, podem consultar-se os seguintes trabalhos: GIARD, J.-B., *Pouvoir central et libertés locales. Le monnayage en bronze de Claude avant 50 après J. C.*, RN, XII, 1970, pp. 33-61; *idem*, *La pénurie de petite monnaie en Gaule au début du Haut Empire*, JS, Avril-Juin, 1975, pp. 81-102; *idem*, *Les jeux de l'imitation: fraude ou nécessité*, NAC, XIV, 1985, pp. 231-238; SUTHERLAND, C. H. V., *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, NNM-65, Nova Iorque, 1935; BOON, G. C., *Counterfeit coins in Roman Britain*, in CASEY, J. e REECE, R., (eds.), *Coins and the Archaeologist*, BAR-4, Oxford, 1974, pp. 102-106; KUNISZ, A., *La monnaie de nécessité à l'époque du Haut-Empire romain: problèmes et controverses*, in DEPEYROT, G., HACKENS, T. e MOUCHARTE, G. (eds.), *Rythmes de la production monétaire de l'Antiquité à nos jours*, Lovaina-a-Nova, 1987, pp. 257-265.

⁵² Cfr. *infra* pp. 140-141.

⁵³ Cfr. *infra* pp. 141-142.

⁵⁴ Estas observações são, muito justamente, realizadas também por CENTENO, *Circulação*, p. 229.

⁵⁵ GRANT, M., *The decline and fall of city coinage in Spain*, NC, IX, 1949, pp. 93-106; VILLARONGA, *Numismática Antigua de Hispania*, pp. 297-298; RPC, p. 18 e 63.

⁵⁶ As moedas de Nemausus aparecem com alguma frequência nas regiões mediterrânicas da Hispânia: RIPOLLÉS ALEGRE, *Tierras Valencianas*, p. 152 e *La circulación monetária en la Tarraconense mediterranea*, Valencia, 1982, pp. 76, 77, 95, 104, 111, 114, 127-130, 138, 142, 150, 183, 184, 190, 231, 238, 239 e 325 - mapa 7. Encontram-se também de forma residual no Noroeste (CENTENO, *Circulação*, p. 228) e em Clunia (*Clunia*, p. 263).

totalidade, deverá ser de origem hispânica⁵⁷. Este grande volume de imitações é responsável pela elevadíssima permutagem (8.34) obtida para o período IIIId, propensão igualmente manifestada em outros pontos da Península, nomeadamente nos centros urbanos (cfr. Quadro 11).

Refira-se ainda a significativa percentagem de exemplares (10.18%) onde, por motivos vários, não nos foi possível a identificação do centro emissor.

Nesta fase inicial do Império, em que se parece assistir a uma verdadeira monetarização da economia⁵⁸, a moeda de bronze vai tornar-se um elemento fulcral no jogo das trocas, alcançando um predomínio avassalador sobre os outros metais — 85.03% do total — (Quadro 12).

	AV	AR			AE					TOTAL
		D	On	?	HS	Dp	As	S	?	
Augustus		8	3	1	2	3	36	1	5	59
Tiberius		7				8	34			49
Caius		1			2	1	2			6
Claudius		3			3	3	29		2	40
Nero	1			1	2	1	2			7
Júlios-Cláudios							4		2	6
TOTAL		19	3	2	9	16	107	1	9	
	1	24			142					167
		11.38	1.80	0.60	5.39	9.58	64.07	0.60	5.39	
%	0.60	14.37			85.03					100

Quadro 12 - Valores circulantes no período júlio-claudiano

A presença da moeda de prata continua a ter algum significado, sobretudo sob Augustus e Tiberius⁵⁹, facto que pode encontrar justificação quer na abundante circulação da moeda em AR — principalmente de Lugdunum — no Ocidente hispânico ao tempo dos dois primeiros Júlios-Cláudios⁶⁰, quer na real possibilidade de algumas destas moedas serem oriundas de tesouros que se desagregaram entretanto.

Como facilmente se observa, ao nível da moeda de bronze o asse é, de longe, a moeda mais abundante, correspondendo sozinho a 64.07% de toda a massa monetária recenseada para este período e a 75.35% do numerário em AE⁶¹. Presença bastante mais modesta têm

⁵⁷ Cfr. *infra* n. 113.

⁵⁸ Sobre a questão da existência ou não de uma economia monetária na época romana, cfr. PEKÁRY, T., *Les limites de l'économie monétaire à l'époque romaine*, in «Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale» (Gdansk, 1978), 2, Roma, École Française de Rome, 1980, pp. 103-113 e as intervenções a propósito desta comunicação, pp. 113-120.

⁵⁹ Embora em menor proporção relativamente ao bronze, o seu valor intrínseco traduzido em asses é contudo bastante superior. Por exemplo, os 7 denários de Tiberius equivalem a 112 asses, enquanto as 42 moedas de bronze do mesmo imperador se ficam pelos 50 asses.

⁶⁰ Ver *supra* p. 110-111.

o dupôndio e o sestércio (respectivamente 11.27 e 6.33% da moeda em AE), bem como as fracções do asse, aqui unicamente representadas por um semisse⁶². Parece evidente que o asse era o valor mais baixo em circulação nesta área, facto que também é sugerido pela aparente ausência de moedas fraccionadas⁶³.

Quanto à moeda de ouro, que, como sabemos, só era usada nas grandes transacções⁶⁴, conta unicamente com uma unidade de Nero⁶⁵.

Passemos agora a uma análise mais pormenorizada do numerário de cada imperador, começando, obviamente, por Augustus. Como já tivemos oportunidade de frisar, foi em nome deste governante que recolhemos o maior volume de numerário (59 ex. - 35.33%), onde abundam as emissões municipais hispânicas, seguidas das cunhagens oficiais em AR e AE de Lugdunum (6 AR+1 AE), Emerita (3 AR + 2 AE)⁶⁶, Roma (3 AE) e das emissões municipais de Nemausus (2 AE). O valor mais frequente é o asse, mas a moeda de prata, principalmente o denário, também surge com alguma regularidade, complementado pelos quinários emeritenses. O dupôndio e o sestércio tem muito pouca expressão, o mesmo sucedendo com os divisores do asse, aqui reduzidos a um semisse de Emerita.

Para Augustus contabilizámos 37 moedas hispânicas correspondentes a 62.71% do numerário augustano, que distribuímos pelo Quadro 13:

⁶¹ A prevalência do asse verifica-se por toda a Península: em Conimbriga (58.64%), em Clunia (85.31%), no Noroeste (75.96 %), ou nas Tierras Valencianas (43.69%). BOST, J. P., CAMPO, M. e GURT, J. M., *La circulación en Hispania durante el periodo romano imperial: problemática y conclusiones generales*. SNB I (2), pp. 176 e 187, a partir de dados recolhidos no I Simpósio Numismático de Barcelona, elaboram um quadro (Quadro V) relativo ao numerário de vários locais da Hispânia e um da Gália onde o asse se cifra em 70.1% do numerário circulante entre 27 a.C. e 68.

⁶² A circulação das fracções do asse no Oeste hispânico durante o período júlio-claudiano terá sido diminuta: em Conimbriga temos apenas 1 S + 4 Qd (HIERNARD, *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas*, p. 142) e no Noroeste 2 S + 2 Qd (Centeno, *Circulação*, p. 228).

⁶³ Na Estremadura não foi identificado com segurança qualquer numisma fraccionado. A única dúvida vai para um sestércio de Claudius I aparentemente dividido ao meio, não sabemos se intencionalmente, se por acaso (Cat., *Achados ocasionais*, nº 8, moeda 25). Relativamente a esta questão, veja-se BUTTREY, T. V., *Halved coins, the Augustan reform and Horace, Odes I. 3*, AJA, 76, 1972, pp. 31-48; RIPOLL, E., NUIX ESPINOSA, J. M. e VILLARONGA GARRIGA, L., *Las monedas partidas procedentes de las excavaciones de Emporion*, Numisma, 120-131, 1974, pp. 75-90; VILLARONGA, L., *Las monedas partidas procedentes de las excavaciones de Conimbriga*, Nummus, X (34-35), 1976, pp. 37-41.

⁶⁴ Sobre a função da moeda de ouro, cfr. HOWGEGO, C., *The supply and use of money in the Roman world 200 B.C. to A.D. 300*, JRS, LXXXII, 1992, p. 11.

⁶⁵ Refira-se que o áureo achado no séc. XVIII nas imediações de Leiria (Cat., *Achados ocasionais*, nº 4), poderia pertencer a este período, concretamente à época augustana. Também a moeda de S. Cristóvão descrita nas *Memórias Paroquiaes de 1758* (Cat., *Achados ocasionais*, nº 32, moeda 1) corresponde a um áureo ou a um denário de Nero.

⁶⁶ Emissões em nome de P. Carisius.

	C. EMISSOR	AVG.	TIB.	AVG/TIB	CAIVS	INDET.	TOTAL	%
LUSITANIA	Noroeste	16					16	59.52
	Ebora	2					2	
	Emerita	6	24	2			32	
BAETICA	Italica	1					1	10.71
	Colonia Romula		5				5	
	Colonia Patricia	3					3	
TARRACONENSIS	Clunia	3					3	27.38
	Calagurris	5					5	
	Cascantum	3					3	
	Graccurris	1					1	
	Caesaraugusta	1					1	
	Osca					1	1	
	Turiaso	6					6	
Celsa	3					3		
HISPANIA INDET.	?					2	2	2.38
TOTAL		37	42	2	1	2	84	
%		44.05	50	3.38	1.19	2.38		100

Quadro 13 - Distribuição do numerário hispânico entre Augustus e Caius

A maior parte deste numerário provém de casas da moeda localizadas na Lusitânia (cfr. Mapa 6), precisamente aquelas que estão, do ponto de vista da geografia, mais próximas da Estremadura⁶⁷. À cabeça, com 16 exemplares (3 Dp + 13 As), vem as cunhagens da *caetra*, atribuídas por muitos autores ao Noroeste hispânico⁶⁸, mas cuja origem continua ainda a suscitar vivas discussões. A favor desta atribuição pronunciaram-se, por exemplo, L. Villaronga⁶⁹, A. Beltrán Martínez⁷⁰, R. Centeno⁷¹ e, mais recentemente, P. P. Ripollès⁷². Desta posição divergem A. Guadán⁷³ e A. Faria⁷⁴, que localizam o centro emissor destas

⁶⁷ Este critério do predomínio das produções regionais é válido para toda a Península: RIPOLLÈS ALEGRE, *Tierras Valencianas*, p. 150-155; Clunia, p. 51; CENTENO, *Circulação*, p. 237; Belo, p. 41.

⁶⁸ A justificação para a inclusão do Noroeste na Lusitânia deve-se ao facto de, na época em que se procedeu à cunhagem destas emissões (c. 26-25 a.C. segundo GIARD, *Catalogue des monnaies de l'Empire Romain*, p. 160), aquela região estar integrada na Lusitânia ou, pelo menos, estar administrativamente dependente dela: cfr. ALARCÃO, *Domínio*, pp. 31-33; TRANOY, A., *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981, pp. 145-150; SANTOS YANGUAS, N., *La romanización de Asturias*, Madrid, 1991, pp. 123-133.

⁶⁹ VILLARONGA, L., *Emisión monetaria augustea con escudo, atribuible a P. Carisio y la zona Norte de Hispania*, XI CNA (Mérida 1968), Saragoça, 1970, pp. 591-600.

⁷⁰ BELTRÁN MARTÍNEZ, A., *Nuevas aportaciones al problema de los bronzes de Augusto con caetra o panoplia acuñados en el Noroeste de España*, Numisma, 150-155, 1978, pp. 157-168.

⁷¹ CENTENO, *Circulação*, pp. 239-240.

⁷² RPC, p. 67.

⁷³ GUADÁN, A. M., *La moneda ibérica. Catálogo de numismática ibérica e ibero-romana*, Madrid, 1980 (2ª ed.), p. 259.

⁷⁴ FARIA, *Sobre a moeda no Noroeste*, pp. 91-92 e [Recensão] A. Burnett, M. Amandry e P. P. Ripollès, *Roman Provincial Coinage. Vol. I — From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*, Vipsasca, 2, 1993, p. 141.

moedas em Emerita, embora este último autor não exclua totalmente a possibilidade de a emissão das moedas de pior estilo (RPC 4) ter-se realizado no Noroeste. Pessoalmente, inclinamo-nos mais para a hipótese de esta amoedação ter origem no Noroeste. A abundante difusão deste numerário em áreas afastadas do local de cunhagem deve-se, possivelmente, às numerosas movimentações de militares durante os primeiros anos do Império.

Entre as cunhagens locais propriamente ditas⁷⁵, as cunhagens emeritenses parecem conhecer já um certo ascendente sobre as demais. De notar a presença pouco significativa das produções de Ebora, a casa da moeda lusitana mais próxima da Estremadura, bem como a ausência completa das cunhagens de Pax Iulia, que só a muito custo conseguem transpor o território colonial⁷⁶.

A seguir às emissões lusitanas, temos a amoedação da Tarraconense com 9 unidades (25%); à cabeça vem Calagurris com 5 exemplares, secundada por Celsa com 3 e por Caesaraugusta com 1. Por último, surgem as emissões da Bética (apenas 10.81% das produções locais presentes na Estremadura sob Augustus)⁷⁷, cujos centros emissores, apesar de geograficamente mais próximos da Estremadura que os da Tarraconense, enfrentaram sérias dificuldades para fazer chegar até aqui o seu numerário, sobressaindo Colonia Patricia com 3 unidades.

Sob Tiberius mantém-se a prevalência da moeda em AE, agora exclusivamente de origem hispânica, com o asse a sobrepor-se ao dupôndio (69.39 contra 16.33%). O aprovisionamento da moeda em AR situa-se num nível estável relativamente ao período anterior. As produções do centro emissor sediado em Roma, que durante o reinado deste príncipe só emite moeda em AE⁷⁸, estão, para já, ausentes da Estremadura. Aliás, não se pode propriamente dizer que primem pela abundância no Oeste hispânico. A título de exemplo, as escavações de Conimbriga forneceram apenas duas unidades de procedência romana⁷⁹, número idêntico ao inventariado por Centeno para o Noroeste⁸⁰. Estaremos aqui perante

⁷⁵ Apesar de termos optado pela inclusão das emissões da «caetra» no lote das cunhagens locais, esta amoedação será muito provavelmente imperial (cfr. RPC, p. 67).

⁷⁶ BOST, J.-P. e CHAVES, F., *Le rayonnement des ateliers de Pax Iulia, Ebora et Emerita: essai de géographie monétaire des réseaux urbains de la Lusitanie romaine à l'époque julio-claudienne*, in «Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires» (Talence, 1988), Paris, 1990, pp. 115-121. A extrema raridade da amoedação de Pax Iulia explica-se pelo reduzido volume de numismas produzidos. Trata-se de cunhagens de carácter meramente comemorativo: FARIA, A. M., *Sobre a data da fundação de Pax Iulia*, Conimbriga, XXVII, 1989, p. 107.

⁷⁷ Neste caso verifica-se uma inversão relativamente a Conimbriga, onde os centros emissores béticos se sobrepedem aos da Tarraconense (23.53% contra 11.76%).

⁷⁸ RIC I², pp. 88-89.

⁷⁹ *Fouilles de Conimbriga*, p. 13, n^o 129-130 (moedas póstumas de Augustus).

⁸⁰ CENTENO, *Circulação*, p. 228.

um sintoma da *inopia rei nummariae*⁸¹ que, a fazer fé em Tácito (*Ann.* VI, 17, 1), terá ocorrido durante a crise de 33?

Ao nível das cunhagens hispânicas, o número de centros emissores presentes diminui de Augustus para Tiberius (seis contra oito no período anterior), facto normal considerando o encerramento de todos os centros emissores lusitanos à excepção de Emerita e de alguns na Bética⁸², não obstante a abertura de outros na Tarraconense, como Cascantum e Clunia⁸³, responsáveis por volumosas emissões. Curiosamente, o volume do numerário provincial de Tiberius aumenta ligeiramente em relação ao do seu predecessor⁸⁴, facto que, quanto a nós, é explicável pelo peso desmesurado das séries emeritenses, que totalizam por si só 57.14% de todo o numerário hispânico de Tiberius⁸⁵. Para isso muito terá contribuído, estamos em crer, a proximidade geográfica entre a nossa região e a sua capital provincial, poderoso centro económico. Por certo as moedas acompanharam não só as exportações emeritenses — no rol das quais se contam as cerâmicas finas de que a cidade parece ter sido um importante centro redistributivo⁸⁶ — mas também as frequentes deslocações de pessoal civil e militar entre a capital e importantes centros económicos e administrativos da Lusitânia ocidental, como Olisipo e Scallabis, entre outros⁸⁷.

A primazia das séries emeritenses vem reafirmar a importância de Emerita enquanto capital provincial, cujas cunhagens ultrapassam o quadro estritamente regional e provincial⁸⁸.

⁸¹ A propósito desta questão, cfr. MROZEK, S., *Inopia rei nummariae et l' usure dans l' histoire romaine*, in DEPEYROT, G., HACKENS, T. e MOUCHARTE, G. (eds.), *Rythmes de la production monétaire de l' Antiquité à nos jours*, Lovaina-a-Nova, 1987, pp. 323-334; SUTHERLAND, *The Emperor and the coinage*, pp. 70-71 e 92-93; RIC I², p. 91.

⁸² VILLARONGA, *Numismática Antigua de Hispania*, pp. 288-289.

⁸³ *Idem, ibidem*, pp. 285-286.

⁸⁴ Trata-se de uma situação pouco comum. Regra geral, o numerário local de Augustus sobrepõe-se ao de Tiberius: assim acontece em Conimbriga (HIERNARD, *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas*, p. 141) e no Noroeste (CENTENO, *Circulação*, p. 236). O inquérito levado a cabo pelos autores de *Belo* (p. 41, Quadro 8), para a Bética e a Tarraconense forneceu idênticos resultados.

⁸⁵ Sob Tiberius, em Conimbriga, o numerário emeritense totaliza 84% de todo o numerário hispânico: *Fouilles de Conimbriga*, p. 205; RUIVO, *A circulação da moeda hispânica na Estremadura portuguesa* (no prelo).

⁸⁶ MAYET, F., *Mérida: capital économique?*, in «Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires» (Talence, 1988), Paris, 1990, pp. 207-212.

⁸⁷ Em Collippo descobriu-se uma inscrição mencionando uma mulher natural de Emerita: BRANDÃO, *Epigrafia romana coliponense*, Conimbriga, XI, 1972, pp. 113-113, nº XXI. No *conventus Scallabitanus* temos ainda notícia de um emeritense em Conimbriga (CIL II 371). Relativamente a estas movimentações populacionais, cfr. BOST e CHAVES, *Le rayonnement des ateliers de Pax Iulia, Ebora et Emerita*, p. 120 e BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, pp. 280-283.

⁸⁸ BOST e CHAVES, *Le rayonnement des ateliers de Pax Iulia, Ebora et Emerita*, pp. 115-121 e BLÁZQUEZ CERRATO, *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, pp. 23-249 e 310, fig. 3.

A seguir à Lusitânia, o abastecimento de moeda à Estremadura é realizado pela Tarraconense, especialmente pelos centros emissores do vale do Ebro/Celtibéria, à cabeça dos quais se encontram Turiaso (6 ex.), Clunia e Cascantum (3 ex.). As emissões béticas restringem-se a 5 peças de Colonia Romula, uma das quais contramarcada nas duas faces⁸⁹.

Com Caius há uma quebra brusca relativamente à época tiberiana⁹⁰ — embora a sua pernilagem seja superior à do principado de Augustus — quebra essa que ficará a dever-se ao súbito desaparecimento das cunhagens municipais, fruto da decisão deste príncipe de mandar encerrar a quase totalidade das casas de moeda peninsulares⁹¹.

Exceptuando um dupôndio batido em Osca e um denário não classificado⁹², o numerário deste príncipe que entra na nossa estatística provém unicamente de Roma, cujas produções passam, a partir daqui, a substituir o numerário municipal.

À semelhança do que se verifica para Augustus e Tiberius, mantém-se a preponderância da moeda de bronze, começando o sestércio a querer dar sinais de alguma recuperação relativamente às outras espécies. Refira-se que entre a moeda em AE incluímos um asse da emissão em nome de M. Agrippa, que os trabalhos mais recentes têm procurado atribuir ao principado de Caius⁹³.

Em 25 de Janeiro do ano 41 Caius é assassinado pelos pretorianos que, em seguida, aclamam *imperator* o seu tio Claudius. O Senado lança uma *damnatio memoriae* sobre Caius e ordena a desmonetização do numerário com a sua efígie⁹⁴. Esta medida, associada

⁸⁹ Contramarca D. Sobre esta contramarca cfr. CHAVES, F., *Contramarcas en las amonedaciones de Colonia Patricia, Colonia Rómula, Itálica, Iulia Traducta y Eborá*, ActNum, 9, 1979, pp. 41-52; RPC, p. 809, n.º 25 e GUADÁN, A. M., *Tipología de las contramarcas en la numismática ibero-romana*, NH, IX (17), 1960, n.º CXXIV.

⁹⁰ CENTENO, *Circulação*, pp. 228-229, assinala a escassez do numerário de Caius para o Noroeste, mas refere que as pernilagens mostram um crescimento entre Augustus e Claudius.

⁹¹ Cfr. *supra* p.118, n. 55.

⁹² Cat., *Escavações*, n.º 1. Existe uma acesa discussão a propósito da localização das casas da moeda responsáveis pelas emissões de AV e AR no reinado de Caius: GIARD, *Le monnayage de l'atelier de Lyon*, pp. 49-53, esp. p. 51, defende a sua cunhagem exclusivamente em Lugdunum; SUTHERLAND, RIC I², pp. 102-104, atribui a Lugdunum as duas primeiras emissões de ouro e prata, enquanto as mais tardias são imputadas a Roma. Uma síntese actualizada da questão pode ver-se em VON KAENEL, H.-M., *Die Organisation der Münzprägung Caligulas*, SNR, 66, 1987, pp. 143-144 e METCALF, W. E., *Rome and Lugdunum again*, AJN, 1, 1989, pp. 51-70.

⁹³ NICOLS, J., *The cronology and significance of the M. Agrippa asses*, ANSMN, 19, 1974, pp. 65-86; RIC I², p. 103; MATTINGLY, *Money for an Empire*, pp. 259-260; VON KAENEL, *Die organisation der münzprägung Caligulas*, pp. 152-153; CARTER, G. F. e METCALF, W. E., *The dating of the M. Agrippa asses*, NC, 148, 1988, pp. 145-147.

⁹⁴ BURNETT, A. M., *The authority to coin in the Late Republic and Early Empire*, NC, 137, 1977, pp. 55-56, defende que a desmonetização da moeda de Caius não se limitou à moeda em AE, da responsabilidade do Senado, mas abrangeu também a amoedação em metais preciosos, que, como sabemos, era prerrogativa imperial.

ao fecho das oficinas provinciais hispânicas *ante* 37 e à incapacidade da casa da moeda romana em alimentar de numerário as províncias ocidentais⁹⁵, vai provocar uma gravosa penúria de moeda divisionária durante o principado de Claudius. Apesar de a moeda em AR se manter em níveis aceitáveis, a permissão das emissões oficiais cai para 1.25, o valor mais baixo obtido para o período júlio-claudiano. Para acudir a tão melindrosa situação, recorreu-se aos procedimentos usuais nestas circunstâncias, como a contramarcagem⁹⁶, o fraccionamento de moedas⁹⁷ ou a manutenção na circulação de espécies antigas⁹⁸. Mas a medida mais utilizada consistiu na cunhagem de abundantíssimas emissões de moedas de imitação ou de necessidade⁹⁹. Uma definição de moeda de necessidade é-nos fornecida por A. Kunisz: «La monnaie de nécessité comprend les séries monétaires ou assimilées au monnayage (nummiformes) produites par les régimes ou les individus non autorisés formellement afin de compléter la masse monétaire en circulation insuffisante à un moment aux besoins du marché»¹⁰⁰.

Esta amoedação paralela compôs-se sobretudo de asses, mas os seus múltiplos, dupôndios e sestércios, também viram muitos dos seus tipos reproduzidos¹⁰¹. No nosso caso, 23 das 25 imitações identificadas são asses, a que se acrescentam um dupôndio e um

⁹⁵ GIARD, *Pouvoir central et libertés locales*, pp. 34-35, é partidário da suspensão da cunhagem do bronze no atelier romano entre 42 e 50 d.C., mas SUTHERLAND, *RIC I*² pp. 118-119, mantém que a emissão de moeda de bronze se processou de forma regular durante aquele período.

⁹⁶ Acerca desta técnica citamos entre os mais importantes trabalhos os seguintes: GRÜNWARD, M., *Die römischen bronze-und kupfermünzen mit schlagmarken im legionslager Vindonissa*, Basel, 1946; KRAAY, C. M., *The behaviour of early imperial countermarks*, in «Essays in Roman Coinage presented to Harold Mattingly», Oxford, 1956, pp. 113-136; KRAAY, C. M., *Die Münzfunden von Vindonissa (bis Trajan)*, Basel, 1962, pp. 45-51; BUTTREY, T. V., *Observations on the behavior of Tiberian counterstamps*, *ANSMN*, 16, 1970, pp. 57-68; COCCHI, E. E., *Orientamenti per una ricerca sul significato delle contromarche in epoca Giulio-Claudia*, *RIN*, LXXXIII, 1981, pp. 239-250 e FARIA, *Novos elementos para o estudo das moedas romanas carimbadas*, pp. 7-13 (neste artigo publica um Hs de Faião - Cat., *Achados ocasionais*, n° 82 - com a contramarca M).

⁹⁷ Cfr. *supra* n. 63.

⁹⁸ Este processo foi uma realidade permanente: por exemplo, na Quinta da Silvã (Torres Novas), foi recolhido um Dp de Colonia Romula em contexto do séc. III (Cat., *Escavações*, n° 8). Sobre esta questão veja-se AUGÉ, Chr., *La réutilisation des monnaies de bronze à l'époque impériale: quelques exemples proche-orientaux*, in DEPEYROT, G., HACKENS, T. e MOUCHARTE, G. (eds.), *Rythmes de la production monétaire de l'Antiquité à nos jours*, Lovaina-a-Nova, 1987, pp. 227-234 e as observações que lhe são dirigidas por A. Kunisz na *Discussão*, p. 235.

⁹⁹ Cfr. *supra* n. 51.

¹⁰⁰ KUNISZ, *La monnaie de nécessité à l'époque du Haut-Empire romain*, p. 257.

¹⁰¹ SUTHERLAND, *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, p. 12; BOON, *Counterfeit coins in Roman Britain*, p. 103; GIARD, *Pouvoir central et libertés locales*; p. 36 e *Les jeux de l'imitation: fraude ou nécessité*, pp. 232-233; CAMPO, RICHARD e VON KAENEL, *El tesoro de la Poblá de Mafumet*, p. 70: estes autores estimam que mais de 90% dos asses de Claudius encontrados na Hispânia são imitações.

sestércio¹⁰². Saliente-se que boa parte das cópias observadas exhibe um bom estilo de execução, sobretudo ao nível dos aversos, a cuja legenda falta o título honorífico P(ater) P(atriciae). As imitações repetem os seguintes protótipos:

Protótipos	<i>Minerva</i>	<i>Constantiae</i>	<i>Libertas</i>	<i>Spes</i>	<i>Antonia</i>
Nº de ex.	11	8	4	1	1
%	44	32	16	4	4

Quadro 14 - Tipos reproduzidos nas moedas de imitação de Claudius I

Estes valores são muito semelhantes aos alcançados para Conimbriga¹⁰³, mas diferem ligeiramente dos obtidos para um conjunto de 7 cidades hispânicas, Conimbriga incluída, onde as imitações do tipo *Libertas* se sobrepõem às do tipo *Constantiae*¹⁰⁴.

Este surto, «epidémico» na expressão de G. C. Boon¹⁰⁵, visava, como já referimos, suprir a falta de moeda divisionária de bronze que se fez sentir na época por todo o Ocidente romano. Porém, o fabrico desta amoedação parece não ter funcionado de forma completamente clandestina; a maior parte dos autores que se debruçaram sobre esta problemática concordam que a emissão destas moedas beneficiou da autorização ou, pelo menos, da tolerância do poder central¹⁰⁶. J.-B. Giard sugere que a cunhagem destas moedas terá durado até c. 50 d.C.¹⁰⁷, embora nos pareça mais provável a manutenção da sua produção até c. 62-64, período que compreende o reinício das cunhagem de *aes* em Roma e a reforma monetária de Nero¹⁰⁸. Independentemente da duração da cunhagem deste numerário e, não obstante o pressuposto da sua rápida desmonetização¹⁰⁹, a sua circulação prolongou-se no tempo, pelo menos, por mais algumas décadas. Em Conimbriga supõe-se a sua utilização até ao fim da época flaviana ou aos inícios do reinado de Traianus¹¹⁰, em

¹⁰² Algumas das moedas com a efígie de Claudius encontram-se em deficiente estado de conservação, facto que obsta à sua classificação como imitações ou como moedas oficiais.

¹⁰³ BOST e PEREIRA, *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, p. 168: *Minerva* - 50 %, *Constantiae* - 33 % e *Libertas* - 13 %. Porém as imitações circunscrevem-se aos assés.

¹⁰⁴ Os nossos cálculos foram efectuados a partir de Belo, p. 53, Quadro 21, compreendendo as imitações de Belo, Conimbriga, Clunia, Baetulo, Valeria, Valência e Barcelona. As médias obtidas são as seguintes: *Minerva* - 56.61%, *Libertas* - 17.70%, *Constantiae* - 14.57%, outros tipos - 10.54%.

¹⁰⁵ *Counterfeit coins in Roman Britain*, p. 113.

¹⁰⁶ SUTHERLAND, *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, pp. 23-25; GIARD, *Pouvoir central et libertés locales*, pp. 39-40, *La pénurie de petite monnaie en Gaule au début du Haut Empire*, p. 85 e *Les jeux de l'imitation: fraude ou nécessité*, p. 232; BOST e PEREIRA, *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, p. 170.

¹⁰⁷ GIARD, *Pouvoir central et libertés locales*, p. 35.

¹⁰⁸ KUNISZ, *La monnaie de nécessité à l'époque du Haut-Empire romain*, p. 261; BOON, *Counterfeit coins in Roman Britain*, p. 103. SUTHERLAND, *RIC I²*, p. 115, admite que o início das cunhagens de *aes* em Lugdunum (c. 64) poderá coincidir com a extinção das imitações.

¹⁰⁹ Belo, p. 57.

¹¹⁰ BOST e PEREIRA, *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, p. 173.

Clunia foi encontrada uma destas cópias num tesouro do último quartel do séc. III¹¹¹, o mesmo sucedendo nas Ilhas Britânicas¹¹².

Não existem hoje quaisquer dúvidas quanto à origem e difusão regional deste numerário, embora tenhamos provas concretas da circulação de imitações de procedência italiana e germânica — e certamente gaulesas — nas províncias hispânicas¹¹³.

A localização das casas da moeda responsáveis por estas emissões continua por determinar. Tem sido sugerida a realização destas cunhagens em centros emissores municipais que laboraram durante Tiberius ou Caius, como os da zona do Ebro-Alto Douro ou Emerita¹¹⁴, hipótese a que creditamos boas possibilidades, mas somos de opinião que se deveria encarar também a possibilidade de a produção de parte deste numerário poder ter sido realizada nos acampamentos militares do Noroeste peninsular¹¹⁵.

Para Nero recenseámos 7 exemplares, todos batidos em Roma, correspondentes apenas a 4.19% da massa monetária júlio-claudiana. Dos cinco devidamente classificados, quatro são posteriores à reforma monetária de 64¹¹⁶. Para além do aparecimento da moeda em AV¹¹⁷, merece igualmente destaque a crescente importância do sestércio entre a moeda em AE, tendência que, de algum modo, já se vinha a verificar desde o reinado de Caius¹¹⁸.

Não obstante as massivas emissões de numerário neroniano após o ano 64, a sua circulação nas províncias hispânicas parece ter sido reduzida. Na publicação do material numismático

¹¹¹ GURT, *Las monedas de Claudio I halladas en Clunia*, p. 117.

¹¹² SUTHERLAND, *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, pp. 26-27.

¹¹³ Cfr. GURT ESPARRAGUERA, *Clunia*, p. 68 e CENTENO, *Circulação*, p. 246 e n. 201. Tendo em consideração a dificuldade de distinguir as imitações hispânicas das de outras províncias - excepto em condições excepcionais - não podemos concordar com a sugestão de VILLARONGA, *Nuevo argumento a favor de hispanidad de las emisiones de Claudio*, p. 173, a favor da inclusão destas moedas de Claudius entre as amoedações locais da Hispânia.

¹¹⁴ GURT, *Las monedas de Claudio I halladas en Clunia*, p. 116 e *Clunia*, p. 69; BOST e PEREIRA, *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, p. 172.

¹¹⁵ Esta possibilidade foi já levantada para outras regiões do Império por SUTHERLAND, *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, pp. 23-24 e GIARD, *Pouvoir central et libertés locales*, pp. 39-40, justificando-se pela urgência do pagamento às tropas. A este propósito convém recordar que, durante os governos de Claudius e Nero, estavam estacionadas na Península as legiões *VI Victrix* e *X Gemina*, para além de vários corpos de tropas auxiliares: LE ROUX, *L'armée romaine*, p. 166.

¹¹⁶ MAC DOWAL, D. W., *The western coinages of Nero*, Nova Iorque, 1979, pp. 42 e 148-149; RIC I² p. 133 e segs. Sobre a reforma monetária de Nero vejam-se ainda KUNISZ, A., *Quelques remarques sur la réforme monétaire de Néron*, in «Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale» (Roma, 1975), 1, Roma, 1978, pp. 89-97 e LO CASCIO, E., *La riforma monetaria di Nerone: l'evidenzia dei ripostigli*, MEFRA, 92 (1), 1980, pp. 445-470.

¹¹⁷ No Noroeste é com este imperador que surge a maior parte dos *aurei* júlio-claudianos (CENTENO, *Circulação*, p. 228), verificando-se igual comportamento em relação ao resto da Hispânia (BOST, CAMPO e GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Peninsula Iberica*, p. 140).

¹¹⁸ CENTENO, *Circulação*, p. 233, assinala o facto de, para o Noroeste, a partir de Claudius se registar uma quebra na circulação da moeda de prata em favor do sestércio.

de Belo os autores analisam o comportamento do numerário neroniano de 10 cidades hispânicas: o índice médio de moedas/ano é muito baixo, cifrando-se-se em 0.34, valor inferior aos 0.50 da Estremadura¹¹⁹. Tal como as pernilagens, os índices de moedas/ano para Nero são, com frequência, os mais baixos de todos os Júlios-Cláudios, onde alternam por vezes com Caius, mas julgamos que não é tida aqui em consideração a seguinte «nuance»: a maior parte do numerário de Nero compõe-se de moeda em AE, cunhada apenas a partir de c. 62-63, pelo que se as estatísticas considerassem unicamente o período efectivo de cunhagem, os valores alcançados seriam consideravelmente mais elevados.

Contudo esta observação não pode dissimular aquilo que, na opinião dos autores de *Belo*, p. 58, parece ter sido uma realidade: o fracasso deste numerário, devido ao facto de as enormes quantidades de metal cunhadas entre c. 62-63 e 68 terem sido reabsorvidas por vontade da Administração.

3. Circulação monetária entre 68/69 e o final da dinastia flaviana

O período que medeia entre 68 e o assassinato de Domitianus conta com uns escassos 20 numismas que se cifram em 4.93% do total do numerário recolhido na Estremadura. Este valor percentual é bastante semelhante aos obtidos para o Noroeste (4.83%)¹²⁰ e para Clunia (4.72%)¹²¹, situando-se entre os valores mais baixos para este período até agora conhecidos na Hispânia¹²². Porém, em Conimbriga, cidade situada na periferia da área que estamos a estudar, as emissões de Galba a Domitianus cifram-se em 11.15% do numerário até 215¹²³.

	AV	AR	AE			?	TOTAL	%
			Hs	As	AE			
Galba		2		1			3	15.00
Vitellius	1						1	5.00
Vespasianus	1	1	1			1	4	20.00
Domitianus		1	5	3	1		10	50.00
Flávios				2			2	10.00
TOTAL	2	6	6	1				
		4	13			1	20	
%	10.00	30.00	30.00	5.00		5.00		100
		20.00	65.00					

Quadro 15 - Numerário do período 68-96 na Estremadura

¹¹⁹ *Belo*, p. 59, Quadro 25. Já anteriormente MAC DOWAL, *The western coinages of Nero*, p. 28, chamara a atenção para este aspecto.

¹²⁰ CENTENO, *Circulação*, p. 183 e 257.

¹²¹ *Clunia*, p. 79.

¹²² BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 185, Quadro II.

¹²³ HIERNARD, *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas*, p. 142 (a cifra de 9.39% fornecida por este autor corresponde à representatividade do material flaviano no período 27 a.C.-260, estando por isso ligeiramente abaixo daquela que obtivemos, uma vez que, nos nossos cálculos, vamos só até 215).

Durante este período torna-se perceptível uma diminuição do afluxo de numerário à Estremadura em relação à época júlio-claudiana, pelo menos é essa impressão que nos fica da análise das pernilagens por períodos latos (cfr. Fig. 1): de uma pernilagem de 4.57 sob os Júlios-Cláudios passamos para 1.86 no período a que agora nos reportamos¹²⁴.

Claro que para esta redução drástica muito terá contribuído o fim das cunhagens municipais¹²⁵. No entanto, é crível que tanto o numerário hispânico como as imitações claudianas tenham continuado a complementar as emissões oficiais por mais algumas décadas após o termo da sua produção¹²⁶, o que aumentaria consideravelmente a massa monetária em circulação.

Em termos percentuais, Domitianus é o imperador que conta com maior volume de numerário (50%), seguido de Vespasianus (20%), Galba (15%) e Vitellius (5%). As emissões em nome de Titus estão ausentes do nosso inventário, situação paralela à de Clunia¹²⁷ e, provavelmente, à de Conimbriga¹²⁸, enquanto no Noroeste¹²⁹ e em Belo¹³⁰ estão reduzidas a um único exemplar. Nas Tierras Valencianas, porém, o numerário de Titus é relativamente abundante e a sua pernilagem sobrepõe-se às de Vespasianus e Domitianus.

Durante o espaço de tempo em análise, o aprovisionamento de moeda à Estremadura fica quase exclusivamente a cargo da casa da moeda de Roma. Daí provêm 13 dos 15 numismas cujo centro emissor foi devidamente identificado; os 2 restantes terão sido supostamente emitidos em Tarraco.

Em relação ao período júlio-claudiano, mantém-se o predomínio do bronze sobre o ouro e a prata; contudo, a importância da moeda em metal precioso, nomeadamente em AV, conhece um aumento substancial, duplicando (de 14.97 passa para 30%)¹³¹. A moeda em AE sofre um considerável decréscimo (65 contra 85.03% no período anterior). A que-

¹²⁴ O valor desta pernilagem é muito semelhante ao de 1.78 atingido para o Noroeste: CENTENO, *Circulação*, p. 257.

¹²⁵ Cfr. *supra*, n. 55.

¹²⁶ BALIL, A., *Circulación monetaria en España durante el Imperio Romano*, Numisma, 35, 1958, p. 26. O dupôndio de Colonia Romula da Quinta da Silvã (Cat., *Escavações*, nº 8), foi recolhido em estratos dos séc. III-IV (CORTE-REAL, *Intervenção arqueológica de emergência na Quinta da Silvã*, p. 159).

¹²⁷ *Clunia*, pp. 272-273. Com segurança apenas se identificaram um asse e um sestércio de Titus enquanto César.

¹²⁸ Em *Fouilles de Conimbriga*, p. 220, é referido um numisma de Titus saído das antigas escavações, mas na listagem posteriormente apresentada por HIERNARD, *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas*, p. 142, não é considerada a primeira classificação.

¹²⁹ CENTENO, *Circulação*, p. 259.

¹³⁰ *Belo*, p. 62.

¹³¹ CENTENO, *Circulação*, p. 262, constata o mesmo fenómeno para o Noroeste, onde as cunhagens em metal nobre atingem, na época flaviana, 44.19 % do total do numerário desse período, contra 13.61 % do período anterior.

bra mais acentuada atinge o asse, que se vê igualado pelo sestércio¹³². Assiste-se também ao completo eclipse do dupôndio¹³³ e dos submúltiplos do asse. Considerando no entanto que o material analisado é muito reduzido, as nossas conclusões correm o sério risco de não serem fiáveis.

	Estremadura	Noroeste	T. Valencianas	Conimbriga	Clunia	Belo
IV	5.42	6.02	4.52	2.89	10.60	1.92
Va	1.08 1.66	2.77 3.15	2.49 3.13	3.47 3.13	1.73 2.96	1.92 2.06
Vb		0.60	3.39			1.92
Vc	1.81	0.72	1.96	4.05	3.73	1.79

Quadro 16 - Permilagens de várias regiões e cidades hispânicas entre 68 e 96

O numerário emitido durante as guerras civis de 68-69¹³⁴ circunscreve-se a 4 numismas, maioritariamente em metal precioso, em nome de Galba (2 AR + 1 AE) e de Vitellius (1 AV).

É com o numerário destes governantes que atingimos a permilagem mais elevada para o período de tempo em análise (5.42). Aliás, se observarmos o Quadro 16, constatamos que se verifica a mesma tendência na maior parte dos sítios e das regiões mencionados, à excepção de Conimbriga, onde a permilagem para o período IV se situa abaixo das dos períodos Va e Vc. Este resultado merece-nos, contudo, o seguinte comentário: é um pouco difícil, para não dizer improvável, que as moedas emitidas neste curtíssimo espaço de 2 anos tenham chegado à Estremadura ainda durante os governos de Galba ou de Vitellius. É bem possível que tenham entrado em circulação no nosso território só ao tempo de Vespasianus ou mesmo depois, pelo que talvez seja aconselhável englobarmos todo o numerário do período 68-81 (incluindo também o governo de Titus) numa única permilagem. Tendo em conta este facto, obteríamos uma permilagem de 1.66, mesmo

¹³² Durante os Flávios o asse e os seus submúltiplos perdem terreno para o dupôndio e o sestércio: BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 177.

¹³³ Esta é uma situação anómala, para a qual não encontramos explicação. Por exemplo, no Noroeste, o dupôndio atinge durante esta época o seu ponto mais alto (CENTENO, *Circulação*, p. 263), o mesmo se verificando em Conimbriga e em vários outros locais hispânicos e do mundo romano (cfr. *Clunia*, Quadros das págs. 49, 84 e 91).

¹³⁴ Sobre os sucessos deste período, cfr. COOK, S. A., ADCOCK, F. E. e CHARLESWORTH, M. P. (eds.), *The Cambridge Ancient History*, t. X-*The Augustan Empire 44 B.C.-A.D. 70*, Cambridge, 1971, pp. 808-839 e PETIT, *Histoire générale de l'Empire Romain*, vol. 1, pp. 111-115.

¹³⁵ RIC I², pp. 217-219; SUTHERLAND, H., *Spanish bullion supplies, A. D. 68-9*, NAC, XIV, 1985, p. 239.

¹³⁶ RUIVO, J. S., *Variante do denário de Galba RIC² 32*, Portugalia, n.s., XV, 1994, pp. 159-160.

¹³⁷ Poderiam eventualmente ser dois, já que o áureo encontrado no séc. XVIII nos arredores de Leiria podia pertencer a Vespasianus: cfr. *supra*, n. 65 e Cat., *Achados ocasionais*, nº 4.

assim um pouco inferior à de Domitianus e a mais baixa das que se encontram no Quadro 16.

Relativamente ao numerário de Galba, importa frisar que dois dos numismas (1D + 1As) foram emitidos numa casa da moeda sediada na Hispânia, plausivelmente em Tarraco¹³⁵, sendo que o denário é uma variante inédita do tipo RIC I² 32¹³⁶.

Como já tivemos oportunidade de observar, o numerário de Vespasianus está presente em reduzido número. Às suas 4 unidades corresponde uma permilagem de 1.08, valor que nos parece excepcionalmente baixo quando comparado com os de outros pontos da Hispânia (cfr. Quadro 16), figurino que não se altera significativamente se alargarmos a permilagem aos períodos IV e Vb. E se um dos exemplares é em AV¹³⁷, já a única moeda em AR é forrada, portanto uma falsificação¹³⁸.

No reinado de Domitianus parece assistir-se a um aumento do afluxo de numerário à Estremadura, com um pequeno acréscimo da massa monetária em circulação¹³⁹, traduzido numa permilagem de 1.81. Também em Conimbriga e em Clunia se verifica um aumento das permilagens de Domitianus relativamente às do período IV-Vb. Sob este imperador, e não obstante estarmos a trabalhar apenas com meia dúzia de unidades, na Estremadura o sestércio parece descolar definitivamente do asse¹⁴⁰, renunciado já a realidade monetária do século dos Antoninos, durante o qual se tornará na unidade de conta fundamental à vida económica do Império¹⁴¹.

4. Circulação monetária durante os antoninos (96-192)

A subida de Nerua ao poder vai inaugurar uma nova era de prosperidade por todo o Império, que atingirá o seu apogeu ao tempo de Antoninus Pius¹⁴².

¹³⁸ Cfr. *supra*, n. 21. A propósito desta questão vejam-se ainda: CARRADICE, I., *Plated denarii of the flavian period*, NCirc, LXXXVIII, 1980, pp. 306-307; XCII, 1984, p. 321 e FALLANI, C.-M., *Gens Flavia: «nummi pelliculati»*, in MARGOLIS, R. e VOEGTLI, H. (eds.), *Numismatics-Witness to History*, IAPN Publication-8, Wetteren, 1986, pp. 51-63 (publica 239 AR forrados do tesouro de Gibraltar, correspondentes a cerca de 80-90% da totalidade do achado, mas nenhum dos exemplares de Vespasianus é idêntico ao nosso).

¹³⁹ Para GURT ESPARRAGUERA, *Clunia*, p. 82, esta é a tónica na Hispânia, Baleares e Córsega, contrastando com as Gálias e o Limes, onde há uma maior alimentação dos circuitos monetários sob Vespasianus e Titus.

¹⁴⁰ Os nossos resultados são contrariados pelos do inquérito de CARRADICE, I., *Coinage and finances in the reign of Domitian, A. D. 81-96*, BAR i. s. 178, Oxford, 1983, pp. 127-139, que parecem mostrar que o asse foi o valor mais copiosamente cunhado durante o governo deste príncipe.

¹⁴¹ Dos Flávios para os Antoninos, verifica-se em vários locais da Hispânia a ascensão do sestércio em detrimento do asse: BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, pp. 189-190, Quadros VII- VIII.

¹⁴² Cfr. PETIT, *Histoire générale de l' Empire romain*, t. I, p. 163 e segs.

Para este período de aproximadamente um século reunimos 86 numismas oriundos de achados ocasionais e de escavações¹⁴³. Embora este número seja aparentemente pouco significativo, o certo é que representa 21.18% do total do numerário avulso recenseado para a Estremadura, valor muito próximo dos 20.66% de Conimbriga e dos 22.13% do Noroeste¹⁴⁴, pelo que, em nossa opinião, aquela cifra deve ser considerada representativa.

	AV	AR	?	AE				TOTAL	%
				Hs	Dp	As	AE		
Nerua		1		3				4	4.65
Traianus		1	1	7	2	2	1	14	16.28
Hadrianus	1	2		24	2	3	2	34	39.53
Antoninus Pius		1		8	1	1	1	12	13.95
Marcus Aurelius		1		10	1		1	13	15.11
Commodus		2		5				7	8.14
Antoninos							2	2	2.33
	1	8	1	57	6	6	7		
TOTAL	10			76				86	
	1.16	9.30	1.16	66.28	6.98	6.98	8.14		
%	11.63			88.37					100

Quadro 17 - Numerário do período antonino na Estremadura

No Quadro 17 podemos observar a distribuição do numerário dos Antoninos recuperado na Estremadura. Como se vê claramente, o maior volume de numerário pertence ao principado de Hadrianus (39.53%), seguido à distância por Traianus (16.28%), Marcus Aurelius (15.11%), Antoninus Pius (13.95%), Commodus (8.14%) e, por último, Nerua (4.65%)

Contudo, se centrarmos a nossa análise no critério das permilagens, verificamos que a permilagem mais elevada do período 96-192 seria atingida no breve principado de Nerua (5.42); comportamento similar ocorre no Noroeste Peninsular, nas Tierras Valencianas, em Conimbriga e em Clunia (cfr. Quadro 18). Porém, como se trata de um período de tempo demasiado curto, susceptível de introduzir significativas distorções na nossa análise, decidimos, à semelhança do que já antes se fez para os Flávios, associar o numerário de Nerua ao de Traianus.

	Estremadura	Noroeste	T. Valencianas	Conimbriga	Clunia	Belo
Vla	5.42	7.23	3.95	5.78	5.78	3.83
Vlb	2.00 2.32	2.73 3.16	2.20 2.37	1.83 2.21	3.95 4.13	2.62 2.74
Vlc	4.38	3.33	3.50	3.30	5.13	3.47
Vld	1.41	1.94	1.18	1.88	3.10	4.16
Vle	1.85	2.35	1.72	2.28	2.94	2.02
Vlf	1.58	1.00	1.79	2.17	2.73	0.64

Quadro 18 - Permilagens de várias regiões e cidades hispânicas sob os Antoninos

¹⁴³ Todos os exemplares devidamente classificados procedem do atelier de Roma.

¹⁴⁴ Cfr. *supra* p. 83, Quadro 3.

Assim, a pernilagem mais elevada corresponde ao período VIc (Hadrianus), situação que se verifica igualmente em todas as regiões e centros urbanos presentes no Quadro 18 à excepção de Belo, onde é superada pela pernilagem do numerário de Antoninus Pius. Seguem-se depois as pernilagens dos períodos VIa-b (2.32), VIe (1.85), VIf (1.58) e VIId (1.41).

Durante os Antoninos, a percentagem de moeda circulante em metal precioso decresce relativamente aos períodos júlio-claudiano e flaviano (11.63 contra 14.97 e 30% respectivamente), mas continua, mesmo assim, a desempenhar um papel significativo na circulação monetária (cfr. Fig. 3). Os 11.63% da Estremadura situam-se bem acima da média hispânica: 6% em Conimbriga¹⁴⁵, 7.62% no Noroeste¹⁴⁶, 4.42% nas Tierras Valencianas¹⁴⁷, 7.89% em Belo¹⁴⁸, 6.46% em Clunia¹⁴⁹, 7.14% em Emporion¹⁵⁰ e 7.01% em Itálica¹⁵¹. Esta amoedação é composta sobretudo por numerário em AR, que representa todos os imperadores. A moeda em AV marca presença apenas com um numisma de Hadrianus, recolhido no século passado na Serra de S. Julião, Torres Vedras (Cat., *Achados ocasionais*, n° 61, moeda 5)¹⁵².

Quanto à moeda em AE, é durante este período que se atinge o seu valor máximo (88.28% de todo o numerário), destacando-se o sestércio (cfr. Fig. 4), cujo domínio sobre o dupôndio e o asse se torna asfíxiante (66.28% do sestércio contra 6.98% do dupôndio e 6.98% do asse). Estes números não encontram paralelos na Hispânia, já que, regra geral, o domínio do sestércio sobre as outras denominações — sobretudo o asse — não é tão evidente, sendo mesmo conhecidos alguns casos onde nem sequer se verifica¹⁵³. No Noro-

¹⁴⁵ Cálculos realizados a partir de *Fouilles de Conimbriga*, p. 270.

¹⁴⁶ CENTENO, *Circulação*, p. 276.

¹⁴⁷ Cálculos realizados a partir dos dados fornecidos por RIPOLLÈS, *Tierras Valencianas*, p. 158.

¹⁴⁸ *Belo*, p. 62, Quadro 27.

¹⁴⁹ *Clunia*, p. 91.

¹⁵⁰ RIPOLL, E., NUIX, J. M. e VILLARONGA, L., *La circulación monetária en Emporion*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 50, Quadro IV; BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 190, Quadro VIII.

¹⁵¹ CHAVES, F., *Avance sobre la circulación monetaria en Itálica*, SNB I (2), Barcelona, 1979, p. 82; BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 190, Quadro VIII.

¹⁵² Refira-se que também uma moeda de Traianus recolhida à volta de 1901 em Bucelas (Loures), era em metal precioso, restando saber se era um áureo ou um denário (Cat., *Achados ocasionais*, n° 84).

¹⁵³ A idêntica conclusão haviam já chegado GURT ESPARRAGUERA, *Clunia*, pp. 91-92 e os autores da publicação das moedas de Baelo Cláudia (*Belo*, p. 68). Também pela análise do material reunido no I Simpósio Numismático de Barcelona, se chega a idêntico resultado: o sestércio representa 39.6% de todo o numerário antonino, enquanto o asse fica ligeiramente mais abaixo com 36.1% (estes cálculos incluem os da região gaulesa do vale do Lot, onde se situava Diuona Cadurcorum): BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 190, Quadro VIII. Sobre a relação entre o sestércio, o asse e o dupôndio noutras regiões do Império, cfr. REECE, *Roman coinage in Western Empire*, pp. 231-234

este, por exemplo, o sestércio está claramente acima do asse (47.71 contra 22.84%)¹⁵⁴, o mesmo sucedendo em Clunia (49.25 contra 30.34%)¹⁵⁵, em Conimbriga (43.48 contra 33.33%)¹⁵⁶ ou em Belo (39.47 contra 31.58%)¹⁵⁷. Ao invés, em Emporion (46.43 contra 36.60%)¹⁵⁸ e em Itálica (41.52 contra 31.58%)¹⁵⁹, é o asse que parece dominar a circulação monetária do período antonino.

Este predomínio do sestércio sobre os seus submúltiplos derivará da subida dos preços, que reduziu o poder de compra das pequenas denominações, levando ao seu gradual desaparecimento¹⁶⁰. Esta alta dos preços não será porém uma consequência da depreciação da moeda, mas sim o reflexo de um salutar desenvolvimento económico no Ocidente romano ao longo das duas primeiras centúrias do Império¹⁶¹. Temos actualmente vários indícios que parecem sugerir que, entre o século I e finais do século II, os preços aumentaram para o dobro. Alfred Wassink estima que esta duplicação corresponderia a uma inflação média anual de 0.7%¹⁶², mas esta pode ser uma forma um tanto ou quanto simplista de encarar a questão. De qualquer modo, o aumento do volume das emissões de sestércios durante o século II funcionou como um incentivo ao crescimento económico. Os vultuosos investimentos realizados pelo estado romano no urbanismo das províncias ou na administração pública tiveram reflexos positivos na vida das populações. A subida dos preços foi acompanhada por uma melhoria do nível de vida, contribuindo para a prosperidade do Império durante os Antoninos¹⁶³.

Depois de uma anormal ausência sob os Flávios¹⁶⁴, o dupôndio reaparece durante os Antoninos, representando 6.98% do numerário recolhido, valor não muito distante dos

¹⁵⁴ CENTENO, *Circulação*, p. 276.

¹⁵⁵ *Clunia*, p. 89.

¹⁵⁶ *Fouilles de Conimbriga*, p. 220. Note-se que os nossos cálculos foram efectuados a partir unicamente de 69 unidades, uma vez que optámos pela exclusão de 31 numismas em AE, provenientes das escavações mais antigas, por desconhecermos a sua metrologia.

¹⁵⁷ *Belo*, p. 62, Quadro 27.

¹⁵⁸ Utilizámos os dados publicados em *Clunia*, p. 91, uma vez que estes são mais explícitos que os de RIPOLL, NUIX e VILLARONGA, *La circulación monetária en Emporion*, p. 50, Quadro IV, embora com algumas divergências.

¹⁵⁹ Cf. CHAVES, *Avance sobre la circulación monetaria en Itálica*, p. 82 e BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el período romano imperial*, p. 190, Quadro VIII.

¹⁶⁰ REECE, *Roman coinage in the Western Empire*, p. 236.

¹⁶¹ CORBIER, M., *Dévaluations et fiscalité (161-235)*, in «Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale» (Roma, 1975), 1, Roma, 1978, p. 282; ÉTIENNE e RACHET, *Le trésor de Garonne*, pp. 425-426.

¹⁶² WASSINK, A., *Inflation and financial policy under the Roman Empire to the Price Edict of 301 A.D.*, *Historia*, XL (4) 1991, pp. 465-468 e CORBIER, M., *Dévaluations et évolution des prix (I^{er}-III^e siècles)*, *RN*, VI^e série, XXVII, 1985, pp. 105-106.

¹⁶³ ÉTIENNE e RACHET, *Le trésor de Garonne*, p. 426 e WASSINK, *Inflation and financial policy*, p. 468.

¹⁶⁴ Ausência essa que se ficará por certo a dever à reduzida quantidade de numerário analisado.

8.70% de Conimbriga¹⁶⁵, dos 8.93% de Emporion¹⁶⁶ ou dos 10.15% do Noroeste¹⁶⁷. Analisando os quadros gerais do segundo volume do I Simpósio Numismático de Barcelona relativos aos Antoninos, verificamos que a percentagem média para o dupondio cifra-se nos 10.8%¹⁶⁸, apenas cerca de 4 pontos percentuais acima do valor calculado para a Estremadura.

O asse vê acentuar-se a queda livre iniciada sob Nero, queda essa que se torna mais notória durante os Antoninos e que levará ao seu desaparecimento com Commodus.

Como já tivemos oportunidade de frisar, o maior volume de numerário da época antonina encontrado na Estremadura, tanto ao nível do metal precioso (1 AV + 2 AR) como da moeda de bronze, onde se destaca largamente o sestércio (24 Hs + 2 Dp + 2 As + 2 AE), foi cunhado em nome de Hadrianus. Isso mesmo é reflectido pela elevada permilagem (4.38), a mais alta da época antonina. O numerário de Hadrianus regista idêntico comportamento no Noroeste (3.33), nas Terras Valencianas (3.50), em Conimbriga (3.30) e em Clunia (5.13). Apenas em Belo a permilagem do período VIc é superada pela de Antoninus Pius (3.47 contra 4.16). A comparação dos perfis da circulação monetária de várias cidades hispânicas e da Mauritânia Tingitana, realizada pelos autores da publicação das moedas de Belo com base nos índices de moedas/ano revela que, na maior parte dos casos, os picos máximos são alcançados pela amoedação de Hadrianus ou pela de Antoninus Pius¹⁶⁹.

A partir de Hadrianus parece verificar-se uma quebra significativa no valor das permilagens, constatação igualmente aplicável ao Noroeste, Tierras Valencianas, Clunia e Conimbriga, embora neste caso em menor escala. Na Estremadura, por exemplo, verifica-se uma redução de cerca de um terço: de 4.38 no período VIc passamos para apenas 1.41 no período VIId.

Após a quebra brusca das permilagens ocorrida com Antoninus Pius, a massa monetária em circulação parece dar mostras de algum crescimento com Marcus Aurelius, notando-se uma pequena subida da permilagem do período VIe em relação ao anterior (de 1.41 passa para 1.85), fenómeno que encontra correspondência noutras regiões da Península (cfr. Quadro 18), sendo apenas contrariado pelos resultados de Clunia e de Belo.

Com Commodus parece assistir-se a uma nova baixa, passando a permilagem para 1.58, apesar de tudo ligeiramente mais elevada que a de Antoninus Pius. Regra geral, os valores obtidos para Commodus na Hispânia são dos mais baixos de toda a dinastia antonina

¹⁶⁵ Cfr. *supra* n. 156.

¹⁶⁶ *Clunia*, p. 91.

¹⁶⁷ CENTENO, *Circulação*, p. 276.

¹⁶⁸ BOST, CAMPO e GURT, *La circulación en Hispania durante el periodo romano imperial*, p. 190, Quadro VIII.

¹⁶⁹ *Belo*, pp. 64-67, Quadro 30 e Figs. 4-6. O índice de moedas/ano mais elevado é atingido em 5 casos sob Hadrianus (Conimbriga, Emporion, Valentia, Banasa e Thamusida) e por outras tantas vezes com Antoninus Pius (Belo, Italica, Barcino, Necrópole de Tarraco e Valeria).

(cfr. Quadro 18). Ao tempo do último antonino, o dupôndio e o asse já desapareceram praticamente da circulação, substituídos pelos sestércio¹⁷⁰.

5. Circulação monetária durante os primeiros Severos (193-215)

Aquando do assassinato de Commodus em 31 de Dezembro de 192, o Império encontrava-se a braços com graves dificuldades de natureza social, política e económica, dificuldades essas que, na opinião de alguns autores, remontavam já ao tempo de Marcus Aurelius¹⁷¹. Num curto espaço de tempo iremos assistir a «mexidas» sucessivas no sistema monetário herdado de Augustus¹⁷². Se Pertinax continuou a tradição das cunhagens de Commodus, Didius Iulianus viu-se forçado a reduzir o peso do denário e do áureo¹⁷³. Com Septimius Seuerus, dá-se uma grande depreciação do denário, que vê o seu teor de prata reduzido a menos de 500‰, transformando-se numa moeda fiduciária¹⁷⁴. Parece que esta medida de Septimius Seuerus abalou, de alguma forma, a estabilidade monetária. Para manter a *ratio* entre o áureo e o denário (1 *aureus* = 25 *denarii*), Caracalla efectuou uma redução ponderal do áureo de 7.2 para 6.5 gramas e criou em 215 uma nova moeda, o antoniniano, com um valor nominal de duplo-denário e um valor intrínseco de 1/25 do áureo¹⁷⁵. Apesar de não haver indícios de subida súbita dos preços em finais do século II e inícios do III, a moeda de prata vê o seu poder aquisitivo reduzido em consequência desta constante depreciação¹⁷⁶.

O material numismático deste período recolhido na Estremadura é reduzidíssimo: apenas 6 numismas que se traduzem na cifra irrisória de 1.48% do total do numerário até

¹⁷⁰ Na recolha efectuada por R. Centeno no Noroeste, não foi registado o achado de qualquer dupôndio ou asse de Commodus (CENTENO, *Circulação*, p. 276). Em Conimbriga, dos 8 exemplares devidamente identificados para este imperador contaram-se apenas 1 Dp + 1As (*Fouilles de Conimbriga*, p. 220).

¹⁷¹ RÉMONDON, R., *La crise de l'Empire romain de Marc Aurèle a Anastase*, Paris, 1970, pp. 74-96; PETIT, *Histoire générale de l'Empire romain*, vol. 2, pp. 30-40; *idem*, *Le IIIe siècle après J.-C.: état des questions et problèmes*, ANRW, II (2), 1975, pp. 365-380.

¹⁷² CRAWFORD, *Finance, coinage and money*, pp. 560-593.

¹⁷³ Sobre a redução do peso do denário, cfr. WALKER, D. R., *The metrology of the roman silver coinage. Part III-From Pertinax to Uranius Antoninus*, BAR s.s.-40, Oxford, 1978, p. 61. A propósito da redução do peso do áureo, cfr. BOLIN, *State and currency*, p. 191.

¹⁷⁴ Sobre a depreciação do denário, cfr. GUEY, J., *L'aloï du denier romain de 177 a 211 après J.-C.*, RN, 6^a s., IV, 1962, pp. 73-140, com importantes correcções em *Peut-on se fier aux essais chimiques? Encore sur l'aloï du denier romain de 177 a 211 après J.-C.*, RN, 6^a s., VII, 1965, pp. 110-122; WASSINK, *Inflation and financial policy*, pp. 478-479; CALLU, *Politique monétaire*, p. 476.

¹⁷⁵ CALLU, *Politique monétaire*, p. 444; WASSINK, *Inflation and financial policy*, p. 480; CRAWFORD, *Finance, coinage and money*, p. 565.

¹⁷⁶ CRAWFORD, *Finance, coinage and money*, p. 563-568.

215, a que corresponde uma pernilagem de 0.65¹⁷⁷. Refira-se que aquele valor percentual é idêntico, por exemplo, ao de Conimbriga (1.45%) ou ao de Belo (1.25%), reflectindo claramente a diminuição do aprovisionamento de numerário à Hispânia durante o governo dos primeiros Severos (Quadro 19)¹⁷⁸.

	AR	Hs	Dp	TOTAL	%
Septimius Seuerus	2			2	33.33
Caracalla	1	1	1	3	50.00
Severos		1		1	16.67
TOTAL	3	2	1	6	
%	50.00	33.33	16.67		100

Quadro 19 - Numerário do período 193-215 na Estremadura

Os curtos reinados de Pertinax e Didius Iulianus não estão representados por um único exemplar, o mesmo sucedendo com Clodius Albinus. Metade dos nossos seis exemplares foi emitida em nome de Caracalla, outros dois em nome de Septimius Seuerus e uma das peças é de atribuição incerta. A análise das pernilagens dá-nos igualmente valores mais elevados para Caracalla na Estremadura (0.30 de Seuerus contra 1.36 de Caracalla), o mesmo ocorrendo em Conimbriga (0.81 de Seuerus contra 0.97 de Caracalla), enquanto em Belo se regista um empate e nas Tierras Valencianas e em Clunia o domínio vai para as emissões de Septimius Seuerus (cfr. Quadro 20).

	Estremadura	T. Valencianas	Conimbriga	Clunia	Belo
VIIa	0.30	0.63	0.80	0.43	0.64
VIIb	1.36		0.97	0.32	0.64

Quadro 20 - Pernilagens de várias regiões e cidades hispânicas até Caracalla

Entre os valores circulantes, verifica-se uma ligeira preponderância do denário sobre o sestércio, tendência que parece encontrar confirmação nos resultados da pequena pesquisa que levámos a cabo para a Hispânia (cfr. *infra* Quadro 21).

Essa recolha superficial, que não tem a mínima pretensão de exaustividade¹⁷⁹, irá proporcionar-nos uma melhor integração do numerário estremenho desta época no contexto da circulação monetária na Hispânia.

¹⁷⁷ Cfr. *supra* p. 82, Quadro 2 e ainda Fig. 1.

¹⁷⁸ PÉREZ CENTENO, M. R., *Hispania bajo la dinastia de los Severos*, Valhadolid, 1990, pp. 178-182, ao fazer uma breve análise à circulação monetária da época severiana na Hispânia, salienta que o fluxo monetário só terá aumentado com Seuerus Alexander.

¹⁷⁹ Veja-se também a recolha realizada por PÉREZ CENTENO, *Hispania bajo la dinastia de los Severos*, pp. 178-180, que não teve contudo a preocupação de individualizar as moedas dos achados isolados das dos tesouros.

Inventário (achados ocasionais e escavações)¹⁸⁰:

— Conimbriga: 1 Hs de Didius Iulianus, 1 D + 3 AE de Septimius Seuerus e 1 Hs + 1 AE de Caracalla¹⁸¹;

— S. Cucufate: 1 D + 1 Hs de Septimius Seuerus¹⁸²;

— Italica: 1 D de Septimius Seuerus, 1 As de Caracalla¹⁸³;

— Belo: 2 D de Septimius Seuerus, 1 D de Iulia Domna (sob Septimius Seuerus), 1 D de Caracalla¹⁸⁴;

— Tierras Valencianas: 1 As + 2 ? de Pertinax, 1 Hs de Clodius Albinus, 1 Hs + 5 ? de Septimius Seuerus, 1 D de Geta (sob Septimius Seuerus ou Caracalla), 1 AE de Iulia Domna (sob Septimius Seuerus ou Caracalla)¹⁸⁵;

— Museu de Valhadollid: 1 Hs de Didius Iulianus¹⁸⁶;

— La Olmeda: 1 D de Geta (sob Septimius Seuerus)¹⁸⁷;

— Clunia: 1 D de Septimius Seuerus, 1 D + 1 Hs de Iulia Domna (sob Septimius Seuerus), 1 D de Caracalla (sob Septimius Seuerus), 1 D de Iulia Domna (sob Caracalla)¹⁸⁸;

— Província de Huesca: 2 D + 2 Hs de Septimius Seuerus e 1 D de Caracalla¹⁸⁹;

— Bubberca: 1 Au de Pertinax¹⁹⁰;

— Territórios de Iluro e Baetulo: 1 Dp de Septimius Seuerus e 2 AE de Caracalla¹⁹¹;

— Tarragona (escavações antigas) : 2 D + 1 Hs + 1 As/Dp de Septimius Seuerus, 4 D + 1 ? de Caracalla¹⁹²;

— Tarragona (necrópole): 1 as de Geta (sob Septimius Seuerus ou Caracalla)¹⁹³;

¹⁸⁰ Sempre que possível, as moedas em nome de Iulia Domna e Geta são atribuídas a Septimius Seuerus ou Caracalla consoante tenham sido emitidas durante a governação de um ou do outro.

¹⁸¹ *Fouilles de Conimbriga*, p. 21, n° 343-345 e p. 180.

¹⁸² BOST, J.-P., *Les monnaies* in ALARCÃO, J., ÉTIENNE, R. e MAYET, F., *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990, p. 198, n° 33-34.

¹⁸³ CHAVES, *Avance sobre la circulación monetaria en Italica*, p. 82.

¹⁸⁴ *Belo*, p. 118, n° 310-313.

¹⁸⁵ RIPOLLÉS, *Tierras Valencianas*, p. 161.

¹⁸⁶ SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *Posible tesoro del siglo III d. de C.*, Numisma, 168-173, 1981, p. 74, n. 1.

¹⁸⁷ CAMPO, M., *Las monedas de la villa romana de La Olmeda*, Palencia, 1990, p. 62, n° 18.

¹⁸⁸ *Clunia*, pp. 292-293, n° 598-602.

¹⁸⁹ PÉREZ-ARDÁ, E. C., *Una muestra de la circulación monetaria en la provincia de Osca*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 122, Quadro III-B.

¹⁹⁰ BOST, CAMPO e GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Peninsula Iberica*, p. 149, n° 30.

¹⁹¹ GURT ESPARRAGUERA, J. M., *Circulación monetaria en época imperial en la costa catalana entre los municipios de Iluro y Baetulo*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 75, Quadro II.

¹⁹² HIERNARD, J., *Tarragona. Monedas del siglo III en las excavaciones antiguas*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 84.

¹⁹³ AVELLÁ DELGADO, L.-C., *Las monedas en la necropolis romano-cristiana de Tarragona*, SNB I (2), Barcelona, 1979, p. 62.

- Emporion: 1 D + 1 Hs + 1 As/Dp de Septimius Seuerus, 2 D + 1 Hs de Caracalla¹⁹⁴
- Mallorca: 1 Hs de Pertinax, 1 Hs de Clodius Albinus, 1 ? de Septimius Seuerus e 2 As de Geta (sob Septimius Seuerus ou Caracalla)¹⁹⁵;
- Pollentia: 3 D + 1 Hs de Septimius Seuerus, 1 As de Caracalla¹⁹⁶;
- Menorca: 1 Hs + 1 As de Septimius Seuerus, 3 As de Caracalla¹⁹⁷.

Da análise deste material infere-se que o numerário do período 193-217 é muito escasso nos sítios arqueológicos hispânicos, comparativamente ao dos períodos anteriores. Os próprios tesouros desta época que chegaram até nós são algo raros. No actual território português a nossa recolha cinge-se ao tesouro da Barroca da Lage (Teixoso, Covilhã), de que se conhecem unicamente 40 *aurei* de Nero a Septimius Seuerus¹⁹⁸. Para o resto da Península temos notícia de achados em Lugo — 4 ou 5 AV de Vespasianus a Septimius Seuerus¹⁹⁹ —, Castrillo de Cabrera (Leon) — 53 AR de Vespasianus a Iulia Domna²⁰⁰ — e Torreblanca (Castellón) — também com *aurei* até Septimius Seuerus²⁰¹. Quanto ao tesouro de Coca (Segóvia), de que haviam sido publicados 2 áureos e 16 denários de Trajano a Caracalla²⁰², é suposto ir, pelo menos, até Seuerus Alexander²⁰³.

Outro aspecto que se deduz da observação do Quadro 21 é a fraca representatividade do numerário de Pertinax, Didius Iulianus e Clodius Albinus, à semelhança do que já víramos para a Estremadura. A curtíssima duração dos reinados, sobretudo no caso dos dois primeiros, estará na origem desta situação, por não ter permitido a emissão de significativas quantidades de moeda²⁰⁴.

¹⁹⁴ RIPOLL, NUIX e VILLARONGA, *La circulación monetária en Emporion*, p. 50, Quadro IV.

¹⁹⁵ SAGREDO SAN EUSTAQUIO, *Posible tesorillo del siglo III*, p. 74, n. 1; MANERA, E. e GRANADOS, O., *Aproximación a la circulación monetária en el area rural de la isla de Mallorca*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 87.

¹⁹⁶ MANERA, E. e GRANADOS, O., *Aproximación a la circulación monetaria de la ciudad romana de Pollentia (Alcudia, Mallorca) hasta el 294 d. J.C.*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 40-45.

¹⁹⁷ CAMPO, M., *Circulación monetária en Menorca*, SNB I (1), Barcelona, 1979, p. 103.

¹⁹⁸ HELENO, M., *O tesouro da Borralheira (Teixoso)*, AP, n.s., II, 1953, pp. 213-226; HIPÓLITO, *Tesouros*, pp. 63-64, n.º 89; BOST, CAMPO e GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Peninsula Iberica*, p. 148, n.º 21; ALARCÃO, *Arqueologia da Serra da Estrela*, pp. 40-41.

¹⁹⁹ BOST, CAMPO e GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Peninsula Iberica*, p. 160, n.º 99.

²⁰⁰ MANGAS, J. e BLANQUEZ, C., *Tesorillo de denarios romanos hallado en Castrillo de Cabrera (Leon)*, MHA, IX, 1988, pp. 83-129.

²⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 170-171, n.º 167.

²⁰² SAGREDO SAN EUSTAQUIO, *Posible tesorillo del siglo III d. de C.*, pp. 73-88.

²⁰³ Posteriormente ao artigo de San Eustaquio citado na nota anterior, foram publicados mais 4 denários de Septimius Seuerus, 2 de Iulia Domna, 1 de Iulia Maesa e 2 de Seuerus Alexander (um dos quais forrado), que têm, quanto a nós, boas possibilidades de fazerem parte do mesmo achado (cfr. BLANCO GARCÍA, J. F., *Moneda y circulación monetaria en Coca (siglos II a.C.-V d.C.)*, Segóvia, 1987, pp. 60-64).

²⁰⁴ Em RIC IV (1), pp. 7-12, a indicação do grau de raridade das emissões de Pertinax é de R2 e R3, enquanto as de Didius Iulianus tem a indicação de R3 e R4 (pp. 15-18) e as de Pescenius Niger de R3 e R5 (pp. 22-39). As emissões de Clodius Albinus são um pouco mais abundantes (pp. 44-53).

AV	AR		AE					?	TOTAL		%
			Hs	Dp	As/Dp	As	AE				
Pertinax	1		1				1		2	5	6.75
Didius Iulianus			2							2	2.70
Clodius Albinus			2							2	2.70
Septimius Seuerus		18	9	1	2		1	3	6	40	54.05
Caracalla		9	2				5	3	1	20	27.03
S. Seuerus/Caracalla		1					3	1		5	6.75
TOTAL	1	28	16	1	2		10	7	9	74	
%	1.35	37.84	21.62	1.35	2.70		13.51	9.46	12.16		100

Quadro 21 - Amostra de numerário do período 193-215/217 na Hispânia

Em termos absolutos, a maior percentagem de moeda inventariada foi emitida em nome de Septimius Seuerus (54.05%), seguindo-se Caracalla (27.03%). Se recorrermos contudo ao critério das moedas/ano²⁰⁵, vemos que o valor obtido para Caracalla é superior ao de Septimius Seuerus (3.33 contra 2.22 moedas/ano), o que vem confirmar a tendência já antes expressa pelas pernilagens da Estremadura e de Conimbriga (cfr. Quadro 20).

Outra conclusão sugerida pelo Quadro 21 é a da extrema raridade dos achados isolados de moeda em AV, circunscritos a um áureo de Pertinax²⁰⁶. Tal fenómeno é explicável, por um lado, pelas reduzidas quantidades cunhadas e, por outro, pelo seu imediato entesouramento e consequente saída dos circuitos monetários, como mostram os tesouros da Barroca da Laje, Lugo e Torreblanca.

Durante este período, o aprovisionamento de moeda de prata à Península aumenta de forma considerável, em resultado das volumosas emissões de denários realizadas principalmente por Septimius Seuerus para financiamento das despesas militares²⁰⁷. O volume de moeda de bronze recém-cunhada injectada nos circuitos monetários sofre uma grande quebra relativamente à época antonina. Por volta de 200, é nítida a redução do volume das cunhagens da moeda de bronze, que só conhecerá novo fôlego ao tempo de Seuerus Alexander²⁰⁸. Não significa isto, porém, que as populações hispânicas se tenham visto a braços com uma situação de penúria de moeda em AE, já que o numerário da época antonina — e de forma residual, o da época flaviana — continuou a desempenhar um papel prioritário na circulação. Uma prova cabal do que que acabamos de afirmar chega-

²⁰⁵ Fazemo-lo por impossibilidade de utilização das pernilagens.

²⁰⁶ Sobre a circulação da moeda em AV na Hispânia durante o séc. III, cfr. SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *La circulación del áureo en la Hispania del siglo III d.C.*, Conimbriga, 25, 1986, pp. 89-98 e BOST, CAMPO e GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Península Ibérica*, pp. 141-142.

²⁰⁷ Relativamente à circulação do denário, cfr. SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *Circulación monetaria de la plata en la Hispania del siglo III d.C.*, ETF (hist), I, 1988, pp. 341-362.

²⁰⁸ RIC IV (1), pp. 69-72. M. Crawford e J.-P. Callu chegam mesmo a considerar a possibilidade de ter havido uma interrupção das cunhagens de bronze entre 199 e 209 (CRAWFORD, *Finance, coinage and money*, p. 564; CALLU, *La politique monétaire*, p. 114).

nos da análise dos depósitos de moedas de bronze de meados do séc. III, onde o numerário anterior a 193 continua a ter um peso significativo²⁰⁹. Tal é o caso do «tesouro» de Cabrera III, perdido nos últimos anos do governo de Valerianus²¹⁰, cujos 967 exemplares recuperados representariam, talvez, o conteúdo da caixa de um barco que navegava em direcção a Itália. A circunstância de constituírem um lote de moeda corrente tem um valor excepcional para o estudo da circulação do bronze no séc. III, merecendo especial relevo o facto de 22.28% dos numismas serem anteriores a 193, prova de que terão circulado bem adentro do séc. III²¹¹.

Verificamos igualmente que ao nível da moeda de bronze mantém-se a prevalência do sestércio sobre o asse e o dupôndio, este último cunhado em tão reduzidas quantidades, que praticamente desaparece dos circuitos monetários.

Um último aspecto que nos parece de salientar é a ausência absoluta do antoniniano, a nova moeda criada por Caracalla, tanto nos achados isolados como ao nível dos entesouramentos.

Para concluir, parece-nos que a situação da Estremadura não destoa do panorama geral da circulação monetária na Península durante esta época.

²⁰⁹ Aproveitamos aqui para contestar a classificação de tesouro dada pelos autores de *Fouilles de Conimbriga*, pp. 232-233, nº 16 bis, ao conjunto de moedas achado em 1807 em Covões (Monte Real, Leiria), juntamente com uma árua a Fontano ou Fontana e outras anepígrafas. Deste lote identificaram-se dois bronzes da época antonina, um de Seuerus Alexander e outro de Philippus Caesar (cfr. *Cat., Achados ocasionais*, 2). As moedas depositadas naquilo que poderá ter sido o local de culto de um complexo termal seriam, quanto a nós, oferendas destinadas a consolidar o *uotum*, acumuladas ao longo de décadas ou séculos. Sobre este assunto cfr. ABAD VARELA, *La moneda como ofrenda en los manantiales*, pp. 133-137.

²¹⁰ BOST, CAMPO, COLLS, GUERRERO e MAYET, *L' epave Cabrera III*, p. 105, Fig. 10.

²¹¹ Igual testemunho fornecem os tesouros de Talamanca, onde dos 516 exemplares recolhidos, 314 (60.85%) são anteriores a 193 (CAMPO, M. e FERNÁNDEZ, J. H., *El tesoro de Talamanca: sestercios de Tito a Gordiano III*, *ActNum*, VII, 1977, pp. 89-101), Crevillente, com 49 exemplares identificados de Nero a Gallienus, 14 dos quais (28.57%) anteriores a 193 (GONZÁLEZ PRATS, A. e ABASCAL PALAZÓN, J. M., *La ocultación monetaria de La d' Eula, Crevillente (Alicante) e su significación para el estudio de las invasiones del siglo III*, *Lucentum*, VI, 1987, pp. 183-196) e Vilauba, com 32 exemplares identificados, de Antoninus Pius a Gallienus, 10 dos quais (31.25%) anteriores a 193 (ROURE I BONAVENTURA, A., TREMOLEDA I TRILLA, J. e CASTANYERI MASOLIVER, P., *Troballa d' un conjunt monetari a Vilauba (Camós, Pla de L' Estany)*, *Empúries*, 48-50 (II), 1986-1989, pp. 268-281). Para uma visão mais global desta temática veja-se o trabalho pioneiro de BUTTREY, T. V., *A hoard of sestertii from Bordeaux and the problem of bronze circulation in the third century A.D.*, *ANSMN*, 18, 1972, pp. 33-58 e a perspectiva actualizada de BOST, CAMPO, COLLS, GUERRERO e MAYET, *L' epave Cabrera III*, pp. 103-116.

CONCLUSÃO

Terminado que está o nosso estudo de circulação monetária, é chegado o momento de, em jeito de conclusão, elaborar uma breve síntese dos aspectos mais relevantes.

Em primeiro lugar, e considerando o estado actual da nossa investigação, há que dizer que o primeiro contacto das populações estremenhas com a moeda se terá processado eventualmente durante a 2ª Guerra Púnica, conforme parece indiciar o achado de moedas hispano-cartaginesas em povoados da região do Baixo Tejo. Contudo este contacto foi ocasional e inconsequente, uma vez que só a partir das guerras sertorianas terão existido condições objectivas para uma progressiva divulgação do uso da moeda pelas populações autóctones, já que durante esta época se assiste a um grande afluxo de numerário à região.

O conflito sertoriano marca, aliás, o primeiro grande momento de entesouramento na Estremadura. O registo arqueológico de vários depósitos monetários ocultados, em princípio, nos últimos anos da resistência sertoriana, permite-nos supôr um protagonismo desta zona ocidental da Hispânia que passou despercebido às fontes coevas e à investigação moderna.

O segundo momento importante de entesouramento parece ter ocorrido durante o governo de Tiberius e, se alguns achados poderão reflectir ainda um clima de uma certa insegurança — em consequência dos últimos esforços desenvolvidos por Roma para a pacificação total da Hispânia —, outros poderão ser o resultado de poupanças acumuladas ao longo de anos.

O último grande momento de entesouramento teve lugar durante o século II, marcando o aparecimento dos primeiros depósitos integrando moeda em AV e AE.

Durante a época republicana a circulação é dominada pelo numerário oficial em AR, complementado pelos bronzes hispânicos; o papel da prata ibérica é insignificante.

A partir dos Júlios-Cláudios assiste-se à monetarização da economia, passando a moeda de bronze a dominar os circuitos monetários. Durante os principados de Augustus e Tiberius os centros emissores municipais — onde se destaca largamente Emerita — desempenham um papel fulcral no abastecimento de moeda à Estremadura; o seu encerramento ao tempo de Caius irá provocar um vazio rapidamente colmatado por abundantes emissões de moedas de imitação em nome de Claudius I. Se a época júlio-claudiana parece ser de abundância de numerário, a época flaviana é claramente de penúria de moeda. O aprovisionamento só conhecerá um novo impulso com os primeiros Antoninos, para voltar a depois a diminuir de forma mais ou menos regular até Caracalla.

Durante a época imperial a prata tem um papel secundário relativamente ao bronze, só recuperando importância durante a época severiana, enquanto o aparecimento do ouro

ocorre só de forma mais ou menos esporádica, atingindo um ténue pico no período IV-Vc (cfr. Fig. 3).

Ao nível do bronze, a circulação monetária é dominada pelo asse durante quase todo o século I, mas, a partir dos Flávios, começa a perder terreno de forma irreversível para o sestércio, que irá tornar-se a moeda de conta do império ao tempo dos Antoninos. Entre as outras denominações, o dupôndio situa-se sempre em níveis bastante modestos e os divisores do asse têm um papel absolutamente irrelevante.

Para terminar, há que dizer que, não tendo o material utilizado primado pela abundância — facto que poderá relativizar algumas das nossas conclusões — o certo é que a comparação do nosso estudo com outros que sobre a mesma temática se realizaram no Ocidente hispânico permite, descontando as especificidades próprias de cada área ou local, concluir pela validade de muitas das conclusões agora extraídas (cfr. Fig. 5).

Esperamos, assim, que este trabalho se apresente como um contributo válido para um mais profundo conhecimento da circulação monetária da região estremenha, desde a conquista romana até aos inícios do século III da nossa era, e que algumas das pistas aqui deixadas possam ser utilizadas com proveito por outros investigadores.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD VARELA, M., *La moneda como ofrenda en los manantiales*, ETF (hist), 5, 1992, pp. 133-192.
- ALARCÃO, J., *Os Montes Herminios e os Lusitanos*, «Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro», vol. 2, Lisboa, 1988, pp. 41-48.
- ALARCÃO, J., *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, 1988.
- ALARCÃO, J., *Roman Portugal*, 2. vols., Warminster, 1988.
- ALARCÃO, J., *Identificação das cidades da Lusitânia*, in «Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires» (Talence, 1988), Paris, 1990, pp. 21-34.
- ALARCÃO, J., *A conquista do território*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 345-351.
- ALARCÃO, J., *A produção e a circulação dos produtos*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 409-441.
- ALARCÃO, J., *O reordenamento territorial*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 351-382.
- ALARCÃO, J., *O território de Sellium*, Actas do Seminário «O Espaço Rural na Lusitânia-Tomar e o seu Território» (Tomar, 1989), Tomar, 1992, pp. 9-23.
- ALARCÃO, J., *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, 1993.
- ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R., *Fouilles de Conimbriga. I* - L' Architecture*, Paris, 1977.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L., *Los topónimos en - briga en Hispania*, Veleia, 7, 1990, pp. 131-146.
- ALFARO ASINS, C., *Los denarios del tesoro de Chão de Lamas*, GN, 94-95, 1989, pp. 131-134.
- ALFARO ASINS, C., *La ceca de Gadir y las acuñaciones hispano-cartaginesas*, in *Numismática hispano-púnica. Estado actual de investigación*, «VII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica» (Ibiza, 1992), Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza - 31, Ibiza, 1993, pp. 27-61.
- ALFARO ASINS, C., *Uso no monetar de algunas monedas púnicas de la Península Ibérica*, RIN, XCV, 1993, pp. 261-276.
- ALFÖLDI, G., *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichesbeamte und oOfiziere in den Spanischen Provinzen des Römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden, 1969.
- ALMEIDA, F e FERREIRA, O. V., *Antigüedades de Torres Novas*, AEspA, 31, 1958, pp. 214-217.
- ALMIRALL, J., *Contribución al estudio de los denários forrados de Nerón*, ActNum 2, 1972, pp. 149-163.
- AMARO, C., *Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa*, EOr, IV, 1993, pp. 183-192.
- AMELA VALVERDE, L., *La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a. C.)*, in «V Encuentro de Estudios Numismáticos», GN, 97-98, 1990, pp. 19-30.
- ARCE, J., *Inestabilidad política en Hispania durante el siglo II d. C.*, AEspA, 54, 1981, pp. 101-115.
- ARRUDA, A. M., *Alcáçova de Santarém. Relatório de trabalhos arqueológicos de 1984*, Clif/Arqueologia, 1, 1983-1984, pp. 217-223.
- ARRUDA, A. M., *Alcáçova de Santarém*, Informação Arqueológica, 8, 1986, pp. 75-77.

ARRUDA, A. M., *A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular*, EOr, IV, 1993, pp. 193-214.

ARRUDA, A. M., *A conquista*, in MEDINA, J., (dir.), *História de Portugal. Dos tempos históricos aos nossos dias*, vol. II - *O mundo luso-romano*, Amadora, 1993, pp. 161-174.

ARRUDA, A. M. e CATARINO, H., *Cerâmicas da Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém*, Clio, 4, 1982, pp. 35-39.

AUGÉ, Chr., *La réutilisation des monnaies de bronze à l'époque impériale: quelques exemples proche-orientaux*, in DEPEYROT, G., HACKENS, T. e MOUCHARTE, G. (eds.), *Rythmes de la production monétaire de l'Antiquité à nos jours*, Lovaina-a-Nova, 1987, pp. 227-234.

AVELLÁ DELGADO, L.-C., *Las monedas en la necropolis romano-cristiana de Tarragona*, SNB I (2), Barcelona, 1979, pp. 52-76.

AZEVEDO, P., *Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»*, AP, II (6-7), 1896, pp. 177-192.

AZEVEDO, P., *Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»*, AP, VIII, 1903, pp. 214-235.

AZEVEDO, P., *Moedas romanas provenientes de Olisipo*, AP, XVI, 1911, pp. 94-95.

BALIL, A., *Circulación monetaria en España durante el Imperio Romano*, Numisma, 35, 1958, pp. 25-29.

BALIL, A., *Varia hellenistico-romana*, AEspA, XXXVIII, 1965, pp. 106-139.

BARATTE, F., *À propos de la vaisselle d'argent romaine: valeur métallique, valeur artistique*, BSFN, 40 (4), 1985, pp. 625-629.

BARBOSA, E., *O castro da Ota (Alenquer)*, AP, n.s., 3, 1956, p. 117-124.

BARBOSA, M. B., *Um tesouro sertoriano da região de Santarém*. «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994.

BARBOSA, P. G., *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)*, Lisboa, 1992.

BARAHONARAMOS, J. J., *La ceca de Sekobirikes*, «III Congreso Peninsular de Historia Antigua - Preactas» (Vitoria-Gasteiz, Julho de 1994), pp. 597-621.

BARRETO, A. G., *Antiguidades romanas do termo de Cintra*, BRAACAP, s. II, t. VI, 1888, pp. 9-12 e 26-29.

BATATA, C. A. M. e GASPAR, M. F. S., *Moedas romanas da civitas de Sellium*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991 (policopiado).

BATATA, C., BERNARDES, J. P., FERNANDES, L., MATOS, O. e PONTE, S., *Sellium na história antiga peninsular*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga» (Coimbra, 18-20 Outubro de 1990), Coimbra, 1993, pp. 511-549.

BATATA, C. e GASPAR, F., *Catálogo das estações arqueológicas da civitas de Sellium*, BCCMT, 18, 1993, pp. 31-46.

BELO, A. R., *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo*. VII-Numismática, Badaladas, 1/5/1952; XIV: 15/8/1952; XXXII-A: 1/10/1953; XXXIII: 1/11/1953; XXXV: 1/1/1954; XXXVIII: 1/6/1955; XLI: 15/7/1955.

BELTRÁN MARTÍNEZ, A., *Nuevas aportaciones al problema de los bronce de Augusto con caetra o panoplia acuñados en el Noroeste de España*, Numisma, 150-155, 1978, pp. 157-168.

BERNARDES, J. P., *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Ourém*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1985 (policopiado).

- BERNAREGGI, E., Nummi pelliculati. *Considerazioni sull'argento suberato della repubblica romana*, RIN, LXVII, 1965, pp. 5-31.
- BIDDLE, M., *Ptolemaic coins from Winchester*, *Antiquity*, XLIX, 1975, pp. 213-215.
- BLANCO GARCÍA, J. F., *Moneda y circulación monetaria en Coca (siglos II a.C.-V d.C.)*, Segóvia, 1987.
- BLÁZQUEZ, C., *Tesorillos de moneda republicana en la Península Ibérica. Addenda a Roman Republican Coin Hoards*, *ActNum*, 17-18, 1987-1988, pp. 105-142.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. C., *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, *Cuadernos Emeritenses-5*, Mérida, 1992.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M., *Historia económica de la Hispania romana*, Madrid, 1978.
- BOLIN, S., *State and currency in the Roman Empire to 300 A.D.*, Estocolmo, 1958.
- BOON, G. C., *Counterfeit coins in Roman Britain*, in CASEY, J. e REECE, R. (eds.), *Coins and the Archaeologist*, BAR-4, Oxford, 1974, pp. 95-171.
- BOON, G. C., *Les monnaies fausses de l' époque impériale et la valeur des espèces courantes*, in «*Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale*» (Roma, 1975), 1, Roma, 1978, pp. 99-106.
- BOREN, H.C., *Studies relating to the stipendium militum*, *Historia*, 32, 1983, pp. 437-458.
- BOST, J.-P., *Villes et campagnes de la Péninsule Ibérique sous le Haut-Empire romain. Problèmes de circulation monétaire*, *Numisma*, 165-167, 1980, pp. 155-160.
- BOST, J.-P., *Les monnaies* in ALARCÃO, J., ÉTIENNE, R. e MAYET, F., *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990.
- BOST, J. P., CAMPO, M. e GURT, J. M., *La circulación en Hispania durante el período romano imperial: problemática y conclusiones generales*, *SNB I (2)*, pp. 174-202.
- BOST, J.-P., CAMPO, M. e GURT, J. M., *Hallazgos de aurei y solidi en la Península Ibérica: introducción a la circulación en época imperial*, *Numisma*, 180-185, 1983, pp. 137-176.
- BOST, J. -P., CAMPO, M., COLLS, D., GUERRERO, V. e MAYET, F., *L' époque Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du IIIe siècle après Jésus-Christ*, Paris, 1992.
- BOST, J.-P. e CHAVES, F., *Le rayonnement des ateliers de Pax Iulia, Eborac et Emerita: essai de géographie monétaire des réseaux urbains de la Lusitanie romaine à l' époque julio-claudienne*, in «*Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires*» (Talence, 1988), Paris, 1990, pp. 115-121.
- BOST, J.-P., CHAVES, F., DEPEYROT, G., HIERNARD, J. e RICHARD, J.-C., *Belo. IV-Les monnaies*, Madrid, 1987.
- BOST, J.-P. e PEREIRA, I., *Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga*, *Numisma*, 120-131, 1974, pp. 167-182.
- BRANDÃO, D. P., *Epigrafia romana coliponense*, *Conimbriga*, XI, 1972, pp. 41-192.
- BURNETT, A. M., *The authority to coin in the Late Republic and Early Empire*, *NC*, 137, 1977, pp. 37-63.
- BURNETT, A., *The changing face of republican numismatics*, *JRS*, LXXVII, 1987, pp. 177-183.
- BURNETT, A., *La numismatique romaine. De la République au Haut-Empire*, Paris, 1988.
- BURNETT, A., AMANDRY, M. e RIPOLLÈS, P. P., *Roman Provincial Coinage. Vol. I-From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*, Londres-Paris, 1992.

- BUTTREY, T. V., *Observations on the behavior of Tiberian counterstamps*, ANSMN, 16, 1970, pp. 57-68.
- BUTTREY, T. V., *A hoard of sestertii from Bordeaux and the problem of bronze circulation in the third century A.D.*, ANSMN, 18, 1972, pp. 33-58.
- BUTTREY, T. V., *Halved coins, the Augustan reform and Horace*, Odes I. 3, AJA, 76, 1972, pp. 31-48.
- BUTTREY, T. V., *Morgantina and the denarius*, NAC, 8, 1979, pp. 149-157.
- CALLEJO SERRANO, C., *Los denarios de Valdesalor*, Zephyrus, XVI, 1965, pp. 39-69.
- CALLU, J.-P., *La politique monétaire des empereurs romains de 238 à 311*, BEFAR-214, Paris, 1969.
- CAMPO, M., *El problema de las monedas de Claudio I en Hispania*, ActNum, IV, 1974, pp. 155-163.
- CAMPO, M., *Circulación monetaria en Menorca*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 97-110.
- CAMPO, M., *Las monedas de la villa romana de La Olmeda*, Palencia, 1990.
- CAMPO, M. e GRANADOS, O., *Aproximación a la circulación monetaria en Colonia Barcino*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 57-69.
- CAMPO, M., RICHARD, J.-C. e VON KAENEL, H.-M., *El tesoro de la Pobla de Mafumet (Tarragona), sestercios y dupondios de Claudio I*, Barcelona, 1981.
- CAMPO, M. e FERNÁNDEZ, J. H., *El tesoro de Talamanca: sestercios de Tito a Gordiano III*, ActNum, VII, 1977, pp. 89-101.
- CAMPOS, M. J., *Acquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, XI, 1906, pp. 284-295.
- CARDOSO, G., *Carta arqueológica do concelho de Cascais*, Cascais, 1991.
- CARDOSO, J., *Agiologio lusitano dos santos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, t. III, Lisboa, 1666.
- CARDOSO, J. L., *A presença oriental no povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo*, EOr, I, 1990, pp. 119-134.
- CARDOSO, Pe. L., *Diccionario Geografico ou noticia historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrarão, assim antigas, como modernas*, t. I, Lisboa, 1747.
- CARRADICE, I., *Plated denarii of the flavian period*, NCirc, LXXXVIII, 1980, pp. 306-307; XCII, 1984, p. 321.
- CARRADICE, I., *Coinage and finances in the reign of Domitian, A.D. 81-96*, BAR i. s. 178, Oxford, 1983.
- Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia 1879-1899)*, Guimarães, 1958.
- CARTER, G. F. e METCALF, W. E., *The dating of the M. Agrippa asses*, NC, 148, 1988, pp. 145-147.
- CASEY, J., *The interpretation of romano-british site finds*, in CASEY, J. e REECE, R. (eds.), *Coins and the Archaeologist*, BAR-4, Oxford, 1974, pp. 37-51.
- CASTRO, Abade de, *Antiguidade*, O Panorama, vol. I, s. 2º, fasc. 14, 2 Abril 1842, p. 112.
- CASTRO, M. J. M., *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Tomar*, Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1973 (dactilografada).

- CENTENO, R. M. S., *O tesouro monetário de Romariz (Portugal)*, Sautuola, II, 1976-1977, pp. 209-219.
- CENTENO, R. M. S., *O tesouro de denarii do Alto do Corgo*, Conimbriga, XV, 1977, pp. 93-101.
- CENTENO, R. M. S., *Quatro denarii de Monte Mozinho (Penafiel)*, BCGCV, 3, 1978, pp. 55-59.
- CENTENO, R. M. S., *Um tesouro de aurei do Norte de Portugal*, Nummus, 2^o s., I, 1978, pp. 37-98.
- CENTENO, R. M. S., *A dominação romana*, in SARAIVA, J. H. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1983, pp. 149-211.
- CENTENO, R. M. S., [Recensão] C. H. V. Sutherland, *The Roman Imperial Coinage, vol. I: From 31 B.C. to A.D. 69*, Nummus, 2^a s., VII-VIII, 1984-1985, pp. 143-146.
- CENTENO, R. M. S., *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, anexos Nummus, n^o 1, Porto, 1987.
- CENTENO, R. M. S., *Nota ao artigo de A. Marques de Faria*, Arqueologia, 20, 1889, pp. 96-97.
- CENTENO, R. M. S. e SOUTO, J. M. V., *Notícia de uma moeda helenística do tesouro de Torre (Santa Maria de Émeres, Valpaços)*, Nummus, 2^o s., XI, 1988, pp. 91-93.
- CHAVES, F., *Avance sobre la circulación monetaria en Itálica*, SNB I (2), Barcelona, 1979, pp. 77-86.
- CHAVES, F., *Contramarcas en las amonedaciones de Colonia Patricia, Colonia Rómula, Itálica, Iulia Traducta y Eborá*, ActNum, 9, 1979, pp. 41-52.
- CHAVES, F., *Las cecas hispano-romanas de Eborá, Iulia Traducta y Colonia Rómula*, Numisma, 156-161, 1979, pp. 9-92.
- CHAVES, F., *Numismática antigua de la Ulterior*, Numisma, 162-164, 1980, pp. 99-122.
- CHAVES, F., *Las cecas hispano-romanas de Colonia Rómula, Iulia Traducta y Eborá (II)*, Numisma, 168-173, 1981, pp. 37-72.
- CHAVES TRISTÁN, F., *Aspectos de la circulación monetaria de dos cuencas mineras andaluzas: Riotinto y Castulo (Sierra Morena)*, Habis, 18-19, 1987-1988, pp. 613-637.
- CHAVES TRISTÁN, F., *Indigenismo y romanización desde la óptica de las amonedaciones hispanas de la Ulterior*, Habis, 25, 1994, pp. 107-120.
- CHAVES, L., *Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos)*, AP, XX, 1915, pp. 258-271.
- CHRISTOL, M. e NONY, D., *Rome et son Empire. Des origines aux invasions barbares*, Paris, 1990.
- COCCHI, E. E., *Orientamenti per una ricerca sul significato delle contromarche in epoca Giulio-Claudia*, RIN, LXXXIII, 1981, pp. 239-250.
- COFFYN, A., *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1985.
- COLLANTES PÉREZ-ARDÁ, E., *Una muestra de la circulación monetária en la provincia de Osca*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 117-124.
- COLLIS, J., *The coin of Ptolemy V from Winchester*, Antiquity, XLIX, 1975, pp. 47-48.
- COOK, S. A., ADCOCK, F. E. e CHARLESWORTH, M. P. (eds.), *The Cambridge Ancient History, t. X-The Augustan Empire 44 B.C.-A.D. 70*, Cambridge, 1971.
- CORBIER, M., *Dévaluations et fiscalité (161-235)*, in «Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale» (Roma, 1975), 1, Roma; 1978, pp. 273-301.
- CORBIER, M., *Dévaluations et évolution des prix (I^{er}-III^e siècles)*, RN, VI^e s., XXVII, 1985, pp. 69-106.

- CORRÊA, A. A. M., *A Lusitânia pré-romana*, in PERES, D. (dir.), *História de Portugal*, t. I, Barcelos, 1928.
- CORREIA, M. N. B., *Estudo arqueológico sobre a villa romana do Arnal - Leiria*, Trabalho escolar, Faculdade de Letras, Lisboa, 1963 (policopiado).
- CORTE-REAL, A., *Intervenção arqueológica de emergência na Quinta da Silvã*, NAug, 8, Set. 1994, pp. 151-192.
- COSTA, F. C. R., *Memória breve sobre Vila Cardílio*, NAug, II s., 2, 1982, pp. 45-54.
- COSTA, P. F. e GALANTE, H. S., *Cadaval. Contributos para o estudo da memória de um concelho*, Lisboa, 1995.
- COUTINHO, J. E. R., *Monte Figueiró*, in *Idade do Ferro*, Catálogo da exposição realizada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz, 1994, pp. 113-114.
- COUTINHO, J. E. R., *Moedas hispano-romanas do Monte Figueiró*, Conimbriga, XXXIV, 1995, pp. 191-204.
- COUTINHO, J. E. R., *Entesouramentos de denários republicanos em Alvorge e Ansião* Conimbriga, XXXV, 1996 (no prelo).
- O Couzeiro ou memórias do Bispado de Leiria*, Leiria, 1898 (2ª ed., organizada por J. Inácio de Matos).
- CRAWFORD, M. H., *Plated coins-false coins*, NC, 7ª s., VIII, 1968, pp. 55-59.
- CRAWFORD, M. H., *Coin hoards and the pattern of violence in the Late Republic*, PBSR, XXXVII, 1969, pp. 76-81.
- CRAWFORD, M. H., *The financial organization of republican Spain*, NC, 7ª s., IX, 1969, pp. 79-93.
- CRAWFORD, M. H., *Roman Republican Coin Hoards*, Londres, 1969.
- CRAWFORD, M., *Money and exchange in the roman world*, JRS, LX, 1970, pp. 40-48.
- CRAWFORD, M. H., *Roman Republican Coinage*, Cambridge, 1974, 2 vols.
- CRAWFORD, M. H., *Finance, coinage and money from the Severans to Constantine*, ANRW, II (2), 1975, pp. 560-593.
- CRAWFORD, M. H., *Coinage and money under the Roman Republic. Italy and the Mediterranean economy*, Londres, 1985.
- CURCHIN, L. A., *Roman Spain. Conquest and Assimilation*, Londres-Nova Iorque, 1991.
- DATTARI, G., *Moneti Imperiali Greche. Catalogo della collezione G. Dattari compilato dal proprietario*, 2 vols., Cairo, 1901.
- DIAS, J. L., *Francisco Tavares Proença Júnior-Fundador do Museu de Castelo Branco*, ECB, 40, 1972.
- DIEGUES, A. J. V., *Alguns materiais metálicos do concelho de Rio Maior: I campanha de prospecção arqueológica /CARM 1986*, in «Colóquio sobre História Regional e Local do Distrito de Santarém», 11-14 Nov. de 1987 (resumo de comunicação).
- DIOGO, A. M. D., *Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém)*, EOr, IV, 1993, pp. 215-227.
- DIOGO, A. D., *Moedas romanas*, in *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição), Lisboa, 1994, pp. 215-216.
- DIOGO, A. D. e FARIA, A. J., *Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)*, Arqueologia, 11, 1985, pp. 120-122.

- DOMERGUE, C., *La mine antique d' Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca*, Conimbriga, XXII, 1983, pp. 5-193.
- DOMERGUE, C., *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990.
- DOMÍNGUEZ ARRANZ, A., *Las cecas ibéricas del valle del Ebro*, Saragoça, 1979.
- DUNCAN-JONES, R. P., *The economy of the Roman Empire. Quantitative studies*, Cambridge, 1974.
- DUNCAN-JONES, R., *Money and government in the Roman Empire*, Cambridge, 1994.
- DURÁN, R., *Breves consideraciones sobre los troqueles romanos del Museo de Valencia de D. Juan*, Numisma, 2, 1952, pp. 111-116.
- EDMONDSON, J. C., *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*, Oxford, BAR - i. s. 362, 1987.
- ÉTIENNE, R. e RACHET, M., *Le trésor de Garonne. Essai sur la circulation monétaire en Aquitaine à la fin du règne d'Antonin le Pieux (159-161)*, Bordéus, 1984.
- FABIÃO, C., *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Cadernos da UNIARQ-1, Lisboa, 1989.
- FABIÃO, C., *O passado proto-histórico e romano*, in MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal. Vol. I-Antes de Portugal*, Lisboa, 1992, pp. 76-299.
- FALLANI, C.-M., *Gens Flavia: «nummi pelliculati»*, in MARGOLIS, R. e VOEGTLI, H. (eds.), *Numismatics-Witness to History*, IAPN Publication-8, Wetteren, 1986, pp. 51-63.
- FARIA, A. J., *As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Nummus, 2^a s., VII-VIII, 1984-1985, pp. 37-42.
- FARIA, A. M., *O tesouro monetário da Menoita (Guarda)*, Numismática, 42-43, 1986, pp. 18-23.
- FARIA, A. M., [Recensão] Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, Numismática, 42-43, 1986, p. 45-46.
- FARIA, A. M., *Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários*, in *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, pp. 60-61.
- FARIA, A. M., *A numária de *Cantnipo*, Conimbriga, XXVIII, 1989, pp. 71-99.
- FARIA, A. M., *Sobre a data da fundação de Pax Iulia*, Conimbriga, XXVIII, 1989, pp. 101-109.
- FARIA, A. M., *Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia. Alguns comentários ao recente livro do Doutor Rui Centeno*, Arqueologia, 20, 1989, pp. 90-96.
- FARIA, A. M., *Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais*, Portugália, n. s., XI-XII, 1990-1991, pp. 72-88.
- FARIA, A. M., *Novos elementos para o estudo das moedas romanas carimbadas*, Nummus, 2^a s., XIV-XV, 1991-1992, pp. 7-13.
- FARIA, A. M., *Três tesouros monetários romanos da época republicana*, Nummus, 2^a s., XIV-XV, 1991-1992, pp. 79-94.
- FARIA, A. M., *Achados monetários em Idanha-a-Velha*, Nummus, 2^a s., XIV-XV, 1991-1992, pp. 121-149.
- FARIA, A. M., *Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal*, Vipasca, 1, 1992, pp. 39-48.
- FARIA, A. M., *Moedas da época romana cunhadas no actual território português*, in MEDINA, J. (dir.), *História de Portugal. Dos tempos históricos aos nossos dias*, vol. II-O mundo luso-romano, Amadora, 1993, pp. 192-196.

- FARIA, A. M., [Recensão] A. Burnett, M. Amandry e P. P. Ripollès, *Roman Provincial Coinage. Vol. I-From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*, Vipsasca, 2, 1993, pp. 131-146.
- FARIA, A. M., *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português*, «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994 (no prelo).
- FARIA, A. M., [Recensão] L. Villaronga, *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Vipsasca, 3, 1994, pp. 121-124.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F., *Un tesorillo de plata en el Castro de «El Raso de Candeleda» (Avilá)*, TP, 36, 1979, pp. 379-404.
- FERREIRA, E. M., *Aljubarrota. Pequena monografia*, Lisboa, 1931.
- FERREIRO LOPEZ, M., *La campaña militar de Cesar en el año 61*, «Actas del 1^{er} Congreso Peninsular de Historia Antigua» (Santiago, 1986), Santiago de Compostela, 1988, vol. II, pp. 363-372.
- FIDALGO, J. O., *Levantamento arqueológico do concelho de Penacova*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991.
- FORCELLINI, A., *Lexicon Totius Latinitatis*, t. II, Pádua, 1940.
- FRADE, H., *As termas medicinais da época romana em Portugal*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga» (Coimbra, 1990), Coimbra, 1993, pp. 873-915.
- FLOREZ, H., *Medallas de las colonias, municipios y pueblos antiguos de España*, 3 vols., Madrid, 1757-1773.
- GABBA, E., *Mario e Silla*, ANRW, I (1), 1972, pp. 764-805.
- GAGGERO, G., *Aspetti monetari della rivolta Sertoriana in Spagna*, RIN, vol. XXIII, 6^a s., LXXVII, 1976, pp. 55-75.
- GARCIA, E. B., *Achados arqueológicos de Fimalicão da Nazaré. Do Paleolítico ao período árabe*, sep. de «XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», Porto, 1962.
- GARCIA, E. B., *As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira*, AB, 25-27, 1968-1970, pp. 65-78.
- GARCÍA-BELLIDO, A., *Los auxiliares hispanos en los ejércitos romanos de ocupación (200 al 30 antes de J. C.)*, Emerita, XXXI (2), 1963, pp. 213-226.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P., *Las monedas de Castulo con escritura indígena. Historia numismática de una ciudad minera*, Barcelona, 1982.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P., *Sobre la localización de Segobrix y las monedas del yacimiento de Clunia*, AEspA, 67, 1994, pp. 245-259.
- GARCÍA MORÁ, F., *Sertorio frente a Metelo*, «Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga» (Coimbra, 18-20 Outubro 1990), Coimbra, 1993, pp. 375-398.
- GARCÍA MORÁ, F., *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio. Planteamientos iniciales*, Granada, 1991.
- GARCÍA MORENO, L. A. (dir.), *Hispani tumultuantes: de Numancia a Sertorio*, Memorias del Seminario de Historia Antigua I, Alcalá de Henares, 1989.
- GIARD, J.-B., *Pouvoir central et libertés locales. Le monnayage en bronze de Claude avant 50 après J. C.*, RN, XII, 1970, pp. 33-61.
- GIARD, J.-B., *La pénurie de petite monnaie en Gaule au début du Haut Empire*, JS, Avril- Juin, 1975, pp. 81-102.
- GIARD, J.-B., *Catalogue des Monnaies de l' Empire Romain. I-Auguste*, Paris, 1976.
- GIARD, J.-B., *Le monnayage de l' atelier de Lyon des origines au règne de Caligula (43 avant J.-C. -41 après J.-C.)*, Numismatique Romaine. Essais, Recherches et Documents-XIV, Wetteren, 1983.

- GIARD, J.-B., *Les jeux de l'imitation: fraude ou nécessité*, NAC, XIV, 1985, pp. 231-238.
- GIL FARRÉS, O., *La moneda hispánica en la Edad Antigua*, Madrid, 1966.
- GIRÃO, A. A., *Geografia de Portugal*, Porto, 1951 (2ª ed.).
- GOMES, M. V., *Proto-História do Sul de Portugal*, in SILVA, A. C. F. e GOMES, M. V., *Proto-História de Portugal*, Lisboa, 1992, pp. 101-185.
- GONÇALVES, A., *Mosaico torrejano. LXIV-A cidade de Malhada*, O Almonda, 92, 24/4/1921.
- GONÇALVES, A., *Um achado valioso*, O Almonda, 154, 1/7/1922.
- GONÇALVES, A., *Mosaico torrejano*, Torres Novas, 1985 (2ª ed.).
- GONZÁLEZ PRATS, A. e ABASCAL PALAZÓN, J. M., *La ocultación monetar de La d' Eula, Crevillente (Alicante) e su significación para el estudio de las invasiones del siglo III*, Lucentum, VI, 1987, pp. 183-196.
- GORROCHATAGUI CHURRUCA, J., *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*, Bilbao, 1984.
- GRANT, M., *The decline and fall of city coinage in Spain*, NC, IX, 1949, pp. 93-106.
- GRANT, M., *From Imperium to Auctoritas. A historical study of aes coinage in the Roman Empire 49 B. C. -A.D. 14*, Cambridge, 1946.
- GRIERSON, Ph., *The Roman law of counterfeiting*, in «Essays in Roman Coinage presented to Harold Mattingly», Oxford, 1956, pp. 240-261.
- GRIERSON, Ph., *Monnaies et monnayage. Introduction à la Numismatique*, Paris, 1976.
- GRÜNWARD, M., *Die römischen Bronze-und Kupfermünzen mit Schlagmarken in Legionslager Vindonissa*, Basel, 1946.
- GUADÁN, A. M., *Tipología de las contramarcas en la numismática ibero-romana*, NH, IX (17), 1960, pp. 7-122.
- GUADÁN, A. M., *La moneda ibérica. Catálogo de numismática ibérica e ibero-romana*, Madrid, 1980 (2ª ed.).
- GUEY, J., *L' aloi du denier romain de 177 a 211 après J.-C.*, RN, 6ª s., IV, 1962, pp. 73-140.
- GUEY, J., *Peut-on se fier aux essais chimiques? Encore sur l' aloi du denier romain de 177 a 211 après J.-C.*, RN, 6ª s., VII, 1965, pp. 110-122.
- GUIMARÃES, V., *Tomar-Santa Iria*, Lisboa, 1927.
- GUNDEL, H. G., *Viriato-Lusitano, caudillo en las luchas contra los Romanos: 147-139 antes de Cristo*, Caesaraugusta, 31-32, 1968, p. 175-198.
- GURT, J. M., *Las monedas de Claudio I halladas en Clunia*, Pyrenae, 11, 1975, pp. 109-125.
- GURT ESPARRAGUERA, J. M., *Circulación monetaria en época imperial en la costa catalana entre los municipios de Iluro y Baetulo*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 71-81.
- GURT ESPARRAGUERA, J. M., *Clunia III. Hallazgos monetarios. La romanización de la Meseta a través de la circulación monetaria en la ciudad de Clunia*, EAE-145, Madrid, 1985.
- HACKENS, T., *La circulation monétaire, questions de méthode*, in DENTZER, J.-M., GAUTHIER, Ph. e HACKENS, T. (eds.), *Numismatique Antique. Problèmes et Méthodes*, Nancy-Lovaina, 1975, pp. 213-222.
- HELENO, M., *Antiguidades de Monte Real*, AP, XXV, 1921-1922, pp. 1-98.
- HELENO, M., *Jóias pré-romanas*, Ethnos, I, 1935, pp. 229-257.
- HELENO, M., *O tesouro da Borrallheira (Teixoso)*, AP, n.s., II, 1953, pp. 213-226.

HERSH, C. e WALKER, A., *The Mesagne hoard*, ANSMN, 29, 1984, pp. 103-134.

HIERNARD, J., *Tarragona. Monedas del siglo III en las excavaciones antiguas*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 83-90.

HIERNARD, J., *Conimbriga. Monedas y excavaciones antiguas (1930-1944 y 1959-1962) y franco-portuguesas (1964-1968)*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 139-151.

HIERNARD, J., BOST, J.-P. e PEREIRA, I., *Fouilles de Conimbriga. III-Les monnaies*, Paris, 1974.

HILDEBRANDT, H. J., *Beiträge zum römisch-republikanischen Münzumschlag in Spanien*, Chiron, 9, 1979, pp. 113-135.

HILDEBRANDT, H. J., *Die Münzen aus Cáceres el Viejo*, in ULBERT, G., *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Madrider Beiträge-Band 11, Mainz am Rhein, 1984, pp. 257-297.

HILL, P. V., *The coinage of Septimius Severus and his family of the mint of Rome A.D. 193-217*, Londres, 1964.

HILL, P. V., *The dating and arrangement of the undated coins of Rome, AD 98-138*, Londres, 1970.

HILL, P. V., *The dating and arrangement of Hadrian's 'Cos III' coins of the mint of Rome*, in CARSON, R. A. G., (ed.), *Mints, Dies and Currency. Essays in Memory of Albert Baldwin*, Londres, 1971, pp. 39-56.

HIPÓLITO, M. C., *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*, Conimbriga, II-III, 1960-61, pp. 1-166.

HIPÓLITO, M. C., *Tesouro monetário romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã)*, Nummus, 2ª s., II, 1979, pp. 65-71.

HIPÓLITO, M. C., *As moedas gregas da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia)*, Nummus, 2ª s., IV/VI, VI, 1981-1983, pp. 81-90.

HOPKINS, K., *Taxes and trade in the Roman empire (200 BC - AD 400)*, JRS, LXX, 1980, pp. 101-125.

HOWGEGO, C., *The supply and use of money in the Roman world 200 B.C. to A.D. 300*, JRS, LXXXII, 1992, pp. 1-31.

HÜBNER, A., *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim, vol. II, 1869, 1892 (Supplementum).

ILIESCU, O., *La numismatique et les relations hispano-romaines a travers les siècles*, Numisma, 132-137, 1975, pp. 19-30.

IMPERIAL, F.N.L.F. e SALGUEIRO, P.P.H.N.A., *As moedas de Villa de Cardílio e a sua inserção nos achados numismáticos do território de Scallabis*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991 (policopiado).

JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pinturesca, ou Memoria Descritiva da Villa de Cintra, Collares, e seus arredores*, Lisboa, 1838 (reimp. 1990).

VON KAENEL, H.-M., *Die organisation der Münzprägung Caligulas*, SNR, 66, 1987, pp. 135-159.

KALB, Ph., *O «Bronze Atlântico» em Portugal*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. I, Guimarães, 1980, pp. 113-120.

KALB, Ph. e HÖCK, M., *Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito Santarém). Vorbericht über die Grabung im Januar und Februar 1979*, MM, 21, 1980, pp. 91-104.

KALB, Ph. e HÖCK, M., *Moron*, Conimbriga, XXVII, 1988, pp. 189-201.

KNAPP, R. C., *The coinage of Corduba, Colonia Patricia*, in «Stato e Moneta a Roma fra la Tarda Repubblica e il Primo Impero», AIIN, 29, 1982, pp. 183-202.

- NUNES, J.C., FABIÃO, C. e GUERRA, A., *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil): ponto da situação*, «Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu», Viseu, 1989, pp. 403-424.
- OLEIRO, J. M. B. e GIRÃO, A. A., *Geografia e campos fortificados romanos*, BCEG, 6-7, 1953, pp. 73-80.
- OLEIRO, J. M. B. e ALARCÃO, J., *Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha)*, Conimbriga, VIII, 1969, pp. 1-12.
- PAÇO, A. e GUEDES, J. L. F., *Moedas da campanha de 1963* [Relatório dactilografado das moedas encontradas em Villa Cardílio durante a campanha de escavações de 1963], s.d.
- PARREIRA, R., *Inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira-Notícia da parcela 403-8*, BCFV Xira, 1, 1985, pp. 117-119.
- PEKÁRY, T., *Les limites de l'économie monétaire à l'époque romaine*, in «Les Dévaluations à Rome. Époque Républicaine et Impériale» (Gdansk, 1978), 2, Roma, 1980, pp. 103-113.
- PEREIRA, I., *Notícia de um tesouro de denários republicanos*, Conimbriga, XII, 1973, pp. 215-218.
- PEREIRA, I., BOST, J.-P. e HIERNARD, J., *Conimbriga: les monnaies de fouilles anciennes et franco-portugaises*, SNB I (2), Barcelona, 1979, pp. 95-96.
- PEREIRA, I. e PESSOA, M., *Moedas romanas de Condeixa. Achados dispersos*, FN, 5, 1981, pp. 28-30.
- PEREIRA, I., PESSOA, M. e PONTE, S., *Uma coleção de 27 moedas de Tomar*, BCCMT, 10, 1988, pp. 29-38.
- PÉREZ CENTENO, M. R., *Hispania bajo la dinastía de los Severos*, Valladolid, 1990.
- PETIT, P., *Le IIIe siècle après J.-C.: état des questions et problèmes*, ANRW, II (2), 1975, pp. 354-380.
- PETIT, P., *Histoire générale de l'Empire romain*, Paris, 1978, 3 vols.
- PIRES, C., *Moedas romanas achadas na Idanha*, AP, IV, 1898, pp. 79-80.
- PLAUTO, *A comédia da marnita* (trad. de W. de Medeiros), Coimbra, 1982 (2ª ed.).
- PONTE, S., *Estação arqueológica na Rua Carlos Campeão: relatório preliminar de 1982/83*, in *Arqueologia na região de Tomar (da pré-história à actualidade)*, suplemento do BCCMT, 1, 1985, pp. 89-101.
- PONTE, S., *A villa rústica de S. Pedro de Caldelas-Tomar*, Tomar, 1988.
- PONTE, S. e FERNANDES, L., *Sellium romana: sua história*, BCCMT, 19, 1993, pp. 161-189.
- PONTE, S. e SILVA, V. M., *Recuperação de alguns achados arqueológicos de Tomar-CPPRT*, BCCMT, 4, 1982, pp. 181-188.
- PONTE, S. e SILVA, V., *Sondagem na Alameda Um de Março*, in *Arqueologia na Região de Tomar (da pré-história à actualidade)*, suplemento do BCCMT, 1, 1985, pp. 111-116.
- POOLE, R. S., *A Catalogue of the Greek Coins in the British Museum. The Ptolemies, Kings of Egypt*, Bolonha, 1963 (reimp. anastática da 1ª ed. de 1882).
- RADDATZ, K., *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des Dritten bis zur Mitte des Ersten Jahrhunderts vor Chr. Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik*, Madrider Forschungen-Band 5, Berlin, 1969.
- RAU, V. e ZBYSZEWSKI, G., *Estremadura et Ribatejo (Livret-guide de l'excursion D)*, XVI Congresso Internacional de Geografia, Lisboa, 1949.
- REECE, R., *Roman coinage in Southern France*, NC, 7ª s., VII, 1967, pp. 91-105.

- REECE, R., *Roman coinage in Northern Italy*, NC, 7ª s., XI, 1971, pp. 167-179.
- REECE, R., *A short survey of the roman coins found in fourteen sites in Britain*, Britannia, III, 1972, pp. 269-276.
- REECE, R., *Roman coinage in the Western Empire*, Britannia, IV, 1973, pp. 227-251.
- RÉMONDON, R., *La crise de l'Empire romain de Marc Aurèle a Anastase*, Paris, 1970.
- RIBEIRO, J. C., *Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus*, sep. de Sintria, I-II (1), 1982-1983, pp. 151-476.
- RIBEIRO, J. C., *Felicitas Iulia Olisipo-algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea*, Al-Madan, II s., 3, 1994, pp. 75-95.
- RIBEIRO, O., *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, Lisboa, 1987.
- RIBEIRO, O., *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Lisboa, 1991 (6ª ed.).
- RIBEIRO, O. e LAUTENSACH, H., *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território* [comentários e actualização de Suzanne Daveau], Lisboa, 1987.
- RIPOLL, E., NUIX ESPINOSA, J. M. e VILLARONGA GARRIGA, L., *Las monedas partidas procedentes de las excavaciones de Emporion*, Numisma, 120-131, 1974, pp. 75-90.
- RIPOLL, E., NUIX, J. M. e VILLARONGA, L., *La circulación monetaria en Emporion*, SNB I (1), Barcelona, 1979, pp. 45-55.
- RIPOLLÉS ALEGRE, P. P., *La circulación monetaria en las Tierras Valencianas durante la Antigüedad*, Barcelona, 1980.
- RIPOLLÉS ALEGRE, P. P., *La circulación monetaria en la Tarraconense mediterránea*, Valencia, 1982.
- RIPOLLÉS, P. P., *El hallazgo de monedas de Monforte (Alacant). Parte I. Monedas griegas*, ActNum, 14, 1984, pp. 59-69.
- ROBERTSON, A. S., *Roman Imperial Coins in the Hunter Coin Cabinet. I-Augustus to Nerva*, Oxford, 1962.
- ROBERTSON, A. S., *Roman Imperial Coins in the Hunter Cabinet. II-Trajan to Commodus*, Oxford, 1971.
- RODRIGUES, M. A. G. C., *Ferro - Cova da Beira. Estudos arqueológicos e etnográficos-curiosidades*, s./a., 1982.
- RODRÍGUEZ MERIDA, J. A., *La ceca de Osset*, Numisma, 228, 1991, pp. 9-28.
- RODRÍGUEZ OLIVA, P., *Noticias numismáticas de la Andalucía mediterránea (I)*, Numisma, 180-185, 1983, pp. 117-136.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*, Salamanca, 1993.
- ROURE I BONAVENTURA, A., TREMOLEDA I TRILLA, J. e CASTANYERI MASOLIVER, P., *Trobada d'un conjunt monetari a Vilauba (Camós, Pla de L'Estany)*, Empúries, 48-50 (II), 1986-1989, pp. 268-281.
- RUIVO, J. S., *Moedas romanas do Museu de Leiria*, Comunicação apresentada às «II Jornadas Sobre a História de Leiria e sua Região», Leiria, 29 e 30 de Novembro de 1991 (no prelo).
- RUIVO, J. S., *Notas sobre as moedas hispano-romanas do Museu do Seminário de Leiria*, O Mensageiro, 4/3/1993.

- RUIVO, J. S., *Sobre um tesouro de moedas romanas do concelho da Batalha*, O Mensageiro, 17/2/1994.
- RUIVO, J. S., *Imitação de uma moeda antiga no Museu do Seminário de Leiria*, O Mensageiro, 18/8/1994.
- RUIVO, J. S., *Variante do denário de Galba RIC² 32*, Portugália, n. s., XV, 1994, pp. 159-160.
- RUIVO, J. S., *A circulação da moeda hispânica na Estremadura portuguesa. Uma primeira abordagem*, «I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua», Madrid, 7-10 Novembro 1994.
- RUIVO, J. S., *Catálogo das moedas romanas do Museu de Leiria*, Leiria, 1995 (no prelo).
- SAA, M., *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, Tomo III, Lisboa, 1960.
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *Posible tesorillo del siglo III d. de C.*, Numisma, 168-173, 1981, pp. 73-88.
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *La circulación del áureo en la Hispania del siglo III d.C.*, Conimbriga, 25, 1986, pp. 89-98.
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., *Circulación monetaria de la plata en la Hispania del siglo III d.C.*, ETF (hist), 1988, pp. 341-362.
- SÁNCHEZ DE ARZA, V., *Las monedas del tesoro de Arrabalde. La Asturias Cismontana*, Numisma, 186-191, 1994, pp. 51-64.
- SANTALUCIA, B., *La legislazione sillana in materia di falso nummario*, in «Stato e Moneta a Roma fra la Tarda Repubblica e il Primo Impero», AIN, 29, 1982, pp. 47-74.
- SANTOS, M. F., *Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaíamonte (Monforte, Alto Alentejo)*, AAPHist, II s., 21, 1972, pp. 491-511.
- SANTOS YANGUAS, N., *La romanización de Asturias*, Madrid, 1991.
- SCHULTEN, A., *Hermínius mons*, RE, 8, 1912, col. 834.
- SCHULTEN, A., BOSCH GIMPERA, P. e PERICOT, L., *Fontes Hispaniae Antiquae*, 5 vols., Barcelona, 1922-1937.
- SERAFIN PETRILLO, P., *Nota sull' argento suberato della repubblica romana*, AIN, XV, 1968, pp. 9-30.
- SERRA, M. A. E. C., *Monografia arqueológica do concelho de Torres Novas*, Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1959 (dactilografada).
- SILVA, A. C. F., *A Segunda Idade do Ferro*, in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 289-341.
- SILVA, C. T., SOARES, J. e SANTOS, M. F., *Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal)*, «Actas das II Jornadas Arqueológicas» (Lisboa 1972), vol. I, Lisboa, 1973, pp. 307-318.
- SILVA, J. P., *Um Sacerdote Exemplar... O Senhor Prior de Espite*, Vila Nova de Ourém, 1947.
- SOLANA SÁINZ, J. M. e MONTENEGRO DUQUE, Á., *La integración de Hispania en los destinos de Roma. La guerra de Sertório (133-72 a.C.)*, in MONTENEGRO DUQUE, Á., BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. e SOLANA SAINZ, J. M., *Historia de España. 3- España Romana*, Madrid, 1986, pp. 93-119.
- SOLANA SÁINZ, J. M. e MONTENEGRO DUQUE, Á., *César en Hispania y la guerra civil con Pompeio*, in MONTENEGRO DUQUE, Á., BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. e SOLANA SÁINZ, J. M., *Historia de España. 3- España Romana*, Madrid, 1986, pp. 120-142.
- Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol*, Coimbra, 1958.
- SUTHERLAND, C. H. V., *Romano-British imitations of bronze coins of Claudius I*, NNM 65, Nova Iorque, 1935.

SUTHERLAND, C. H. V., *The Aes coinages of Roman Imperial Spain: some reflections on future study*, Numisma, 72, 1965, pp. 19-23.

SUTHERLAND, C. H. V., *The Emperor and the coinage. Julio-Claudians studies*, Londres, 1976.

SUTHERLAND, C. H. V., *The Roman Imperial Coinage. I-From 31 BC to AD 69*, Londres, 1984 (2ª ed., revista).

SUTHERLAND, H., *Supplementum Galbianum*, NAC, XIII, 1984, pp. 171-181.

SUTHERLAND, H., *Gold and silver quinarii under the Julio-Claudians*, NC, 145, 1985, pp. 246-249.

SUTHERLAND, H., *Spanish bullion supplies, A. D. 68-9*, NAC, XIV, 1985, pp. 239-242.

SUTHERLAND, H., *The Pontif Maxim aurei of Tiberius*, NAC, XVI, 1987, pp. 217-227.

SYDENHAM, E. A., *The Coinage of the Roman Republic*, Londres, 1952.

Sylloge Nummorum Graecorum. The royal collection of coins and medals. Danish National Museum. VI- Phrygia to Cilicia, Nova Jersey, 1982.

Sylloge Nummorum Graecorum. Italia. Milano, Civiche Raccolte Numismatiche. Vol. XIII-Aegyptus. 3-Commodus-Galerius Caesar, Milão, 1992.

TAVARES, F., *Instruções e cautelas praticas sobre a natureza, diferentes espécies, virtudes em geral, e uso legítimo das águas minerais ...*, Lisboa, 1810.

TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F., *Introdução à Geologia de Portugal*, Lisboa, 1980.

THOMSEN, R., *The pay of the Roman soldier and the property qualification of the servian classes*, in «Classica et Mediaevalia Francisco Blatt septuagenario dedicata», Glyldendal, 1973, pp. 194-208.

TORRES, M. A. M., *Descrição Historica e Economica da Villa e Termo de Torres-Vedras (1819)*, 2ª ed. acrescentada com algumas notas dos Editores, Coimbra, 1861.

TOVAR, A., *Iberische Landeskunde*, 3 vols., Baden-Baden, 1976-1989.

TRANOY, A., *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981.

ULBERT, G., *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Madrider Beiträge-Band 11, Mainz am Rhein, 1984.

UNTERMANN, J., *Sprachräume und Sprachbewegungen in vorrömischen Hispanien*, Wiesbaden, 1961.

UNTERMANN, J., *Lenguas y unidades políticas del Suroeste hispánico en época prerromana*, in «De Tartessos a Cervantes», Colónia, 1985, pp. 1-40.

VALDEZ, J. J. A., *Algumas noticias para a descrição histórica dos logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira, do concelho de Mafra*, Lisboa, 1895.

VASCONCELLOS, J. L., *Antiguidades romanas de Tomar*, AP, I, 1895, pp. 13-15.

VASCONCELLOS, J. L., *Noticias várias*, AP, I, 1895, pp. 222-224.

VASCONCELLOS, J. L., *Acquisições do Museu Ethnologico Português*, AP, III, 1897, pp. 107-111.

VASCONCELLOS, J. L., *Religiões da Lusitânia*, 3 vols., Lisboa, 1897-1913.

VASCONCELLOS, J. L., *Moeda de chumbo da republica romana*, AP, V, 1900, pp. 12-13.

VASCONCELLOS, J. L., *Noticias várias*, AP, V, 1900, p. 167.

VASCONCELLOS, J. L., *Antiguidades romanas de Lisboa*, AP, V, 1900, pp. 282-287.

VASCONCELLOS, J. L., *Noticias várias*, AP, VII, 1903, pp. 54-55.

- VASCONCELLOS, J. L., *Signification religieuse, en Lusitanie, de quelques monnaies percées d'un trou*, AP, X, 1905, pp. 169-175.
- VASCONCELLOS, J. L., *Achados de moedas romanas da Republica*, AP, XIV, 1909, pp. 58-59.
- VASCONCELLOS, J. L., *Coisas velhas*, AP, XXII, 1917, pp. 107-169.
- VASCONCELLOS, J. L., *Estudos sobre a época do ferro em Portugal*, AP, XXIV, 1920, pp. 99-100 e 193-197.
- VASCONCELLOS, J. L., *Coisas velhas*, AP, XXIV, 1920, p. 235.
- VASCONCELLOS, J. L., *Excursão arqueológica*, AP, XXIV, 1920, pp. 301-303.
- VASCONCELLOS, J. L., *Observações numismáticas*, AP, XXV, 1922, pp. 190-191.
- VASCONCELLOS, J. L., *Notícias do Juncal (Estremadura)*. (*Coisas velhas*, 139), AP, XXX, 1938, pp. 205-209.
- VEIGA, S. P. E., *Antiguidades de Mafra*, Lisboa, 1879.
- VIDAL BARDÁN, J. M., *Tesorillo de denarios romano-republicanos de Nerpio (Albacete)*, Numisma, 186-191, 1984, pp. 41-50.
- VIDAL GONZÁLEZ, P., *Los hallazgos monetales del catálogo de J. Gaillard*, Saguntum, 22, 1989, pp. 343-361.
- VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R., *Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)*, MM, 25, 1984, pp. 79-91.
- VILARET I MONFORT, J., *Una troballa numismàtica de l'època sertoriana a l'Empordà*, ActNum VI, 1976, pp. 47-60.
- VILLARONGA, L., *Tesorillo de Albacete del año 1906*, Ampurias, 33-34, 1971-1972, pp. 305-320.
- VILLARONGA, L., *Emisión monetaria augustea con escudo, atribuible a P. Carisio y la zona Norte de Hispania*, XI CNA (Mérida 1968), Saragoça, 1970, pp. 591-600.
- VILLARONGA, L., *Las monedas hispano-cartaginesas*, Barcelona, 1973.
- VILLARONGA, L., *Las monedas partidas procedentes de las excavaciones de Conimbriga*, Nummus, 10 (34-35), 1976, pp. 37-41.
- VILLARONGA, L., *Nuevo argumento a favor de la hispanidad de las emisiones de Claudio*, SNB I (2), Barcelona, 1979, pp. 172-173.
- VILLARONGA, L., *Numismática Antigua de Hispania*, Barcelona, 1979.
- VILLARONGA, L., *Tresor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes d'Arse*, Numisma, 165-167, 1980, pp. 103-117.
- VILLARONGA, L., *The Tangier hoard*, NC, 149, 1989, pp. 149-162.
- VILLARONGA, L., *Tresors monetaris de la Península Ibèrica anteriors a August: repertori i anàlisi*, Barcelona, 1993.
- VILLARONGA, L., *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Madrid, 1994.
- VISIONÀ, P., *A hoard of Ptolemaic bronze coins in the J. Paul Getty Museum*, GMusJ, 6-7, 1978-1979, pp. 153-162.
- VIVES Y ESCUDERO, A., *La moneda hispánica*, Madrid, 1926.
- WAHL, J., *Castelo da Lousa. Ein Wehrgehöft Caesarisch-Augusteischer Zeit*, MM, 26, 1985, pp. 149-176.
- WALKER, D. R., *The metrology of the Roman silver coinage. Part III-From Pertinax to Uranius Antoninus*, BAR s.s.-40, Oxford, 1978.

WASSINK, A., *Inflation and financial policy under the Roman Empire to the Price Edict of 301 A.D.*, *Historia*, XL (4) 1991, pp. 465-493.

ZEHNACKER, H., *Le solde de l'armée romaine de Polybe à Domitien*, *AIIN*, 30, 1983, pp. 95-121.

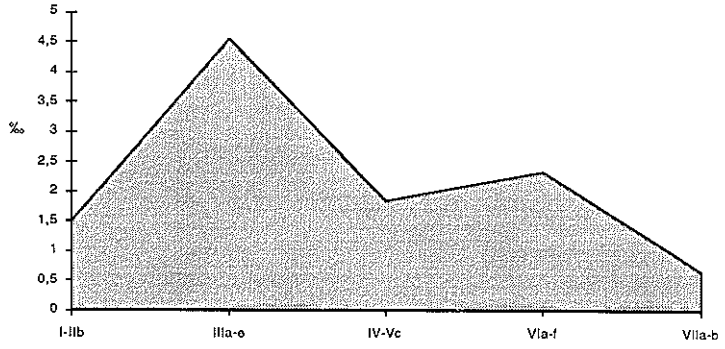


Fig. 1-Permilagens, por períodos lntos, do numerário até 215

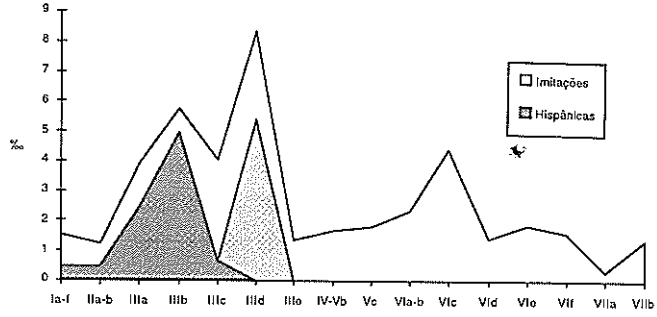


Fig. 2-Permilagens, por períodos curtos, do numerário até 215

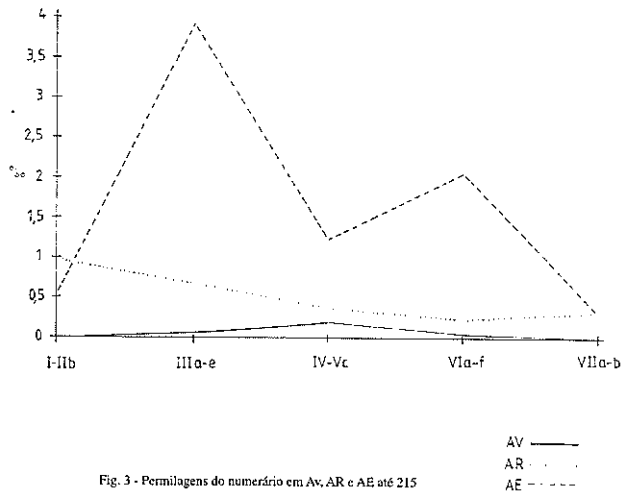


Fig. 3 - Permilagens do numerário em Av, AR e AE até 215

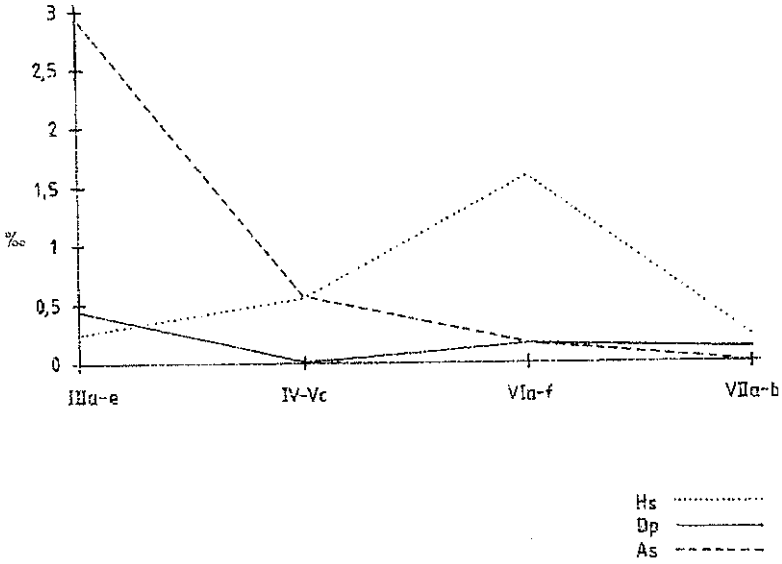


Fig. 4 - Permissões para o Hs, Dp e As de Augustus e Caracalla

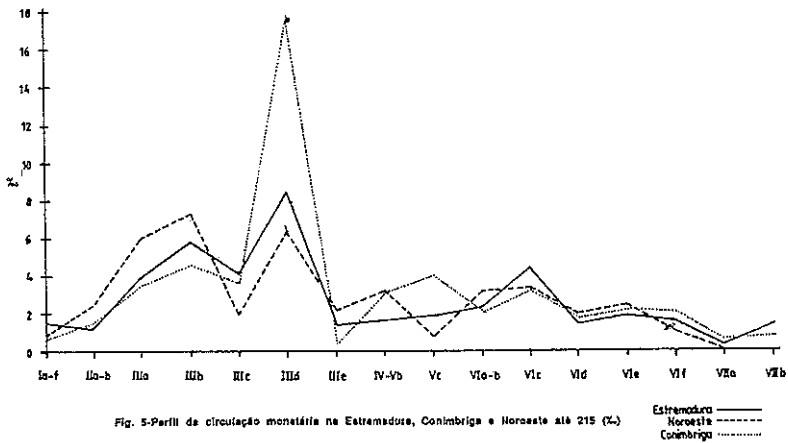
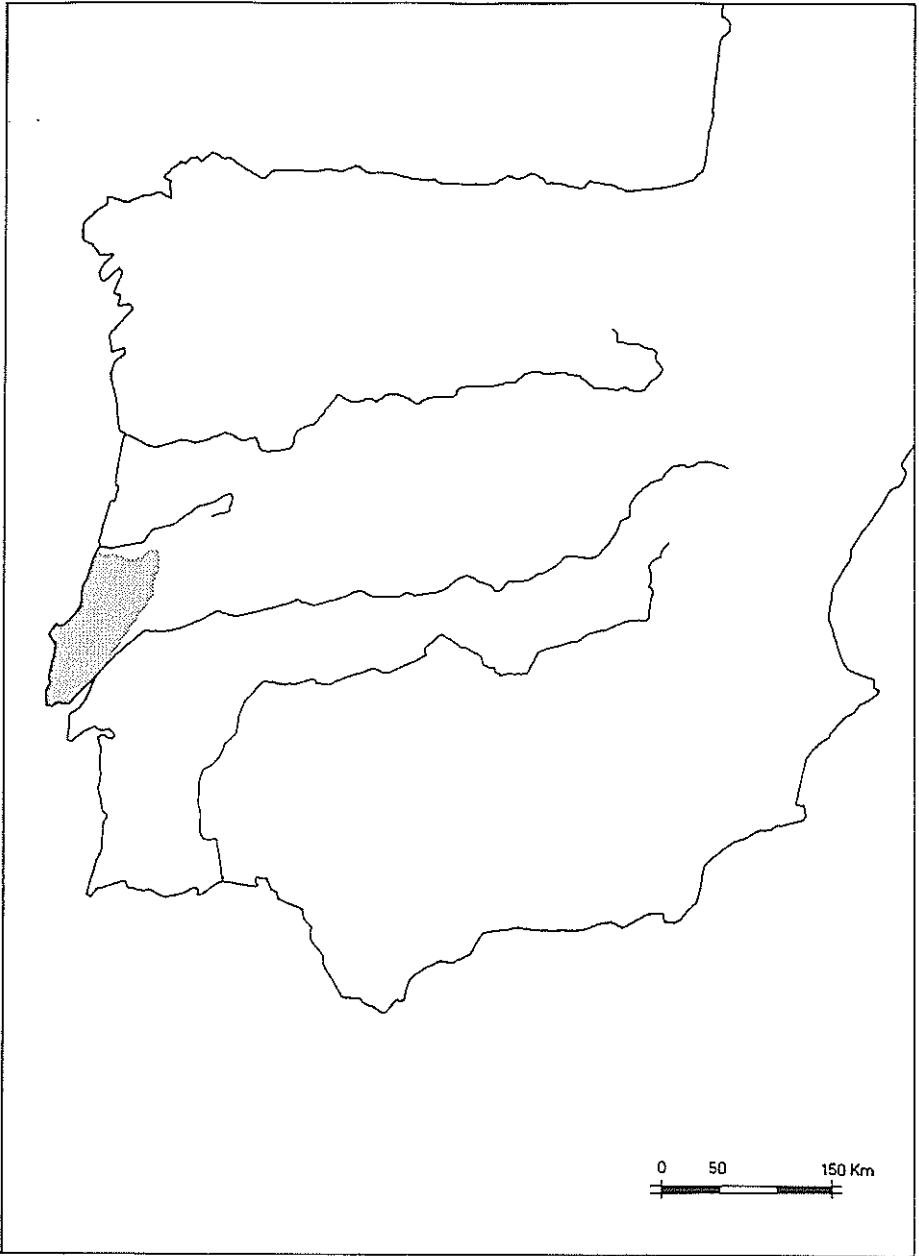
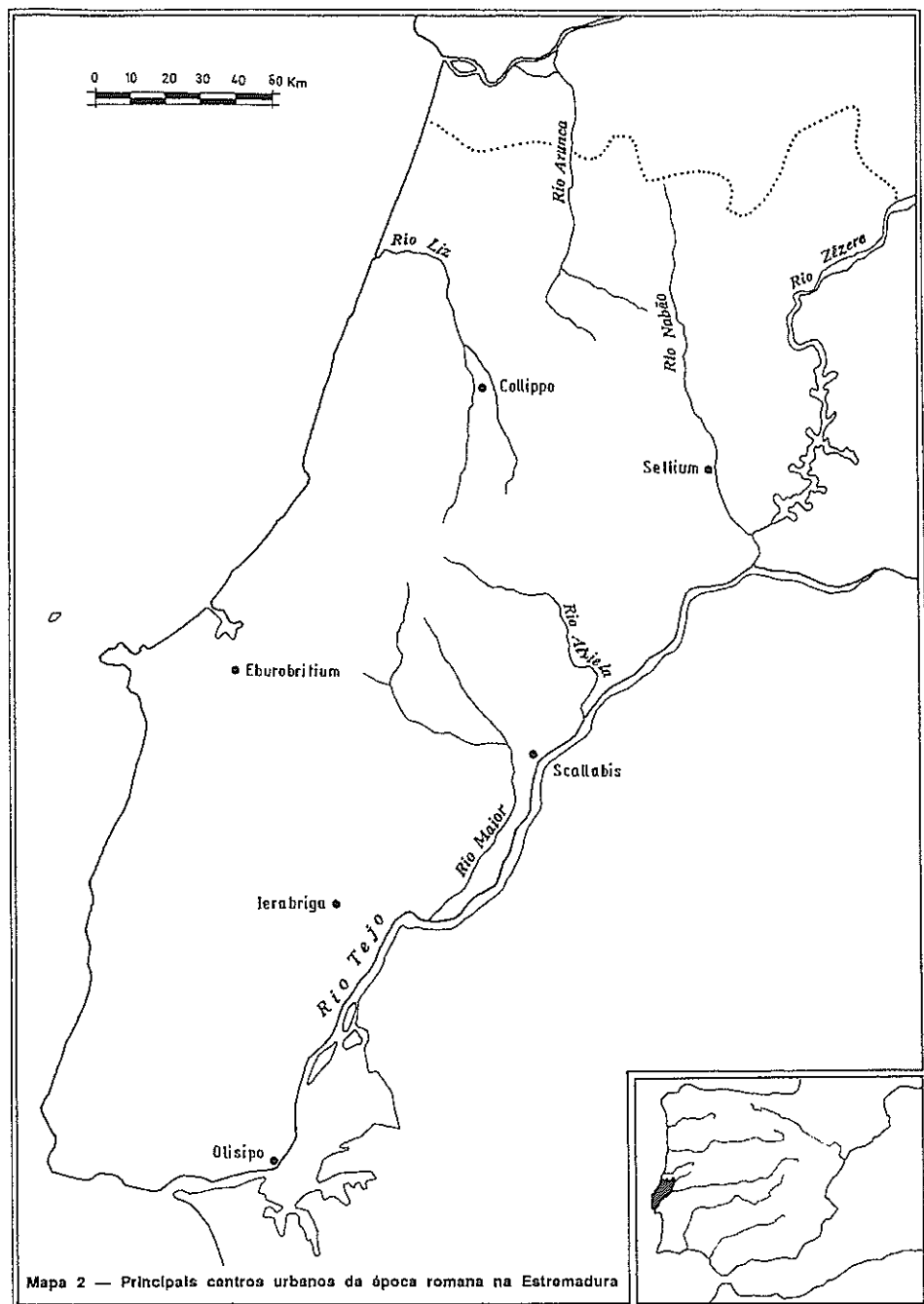
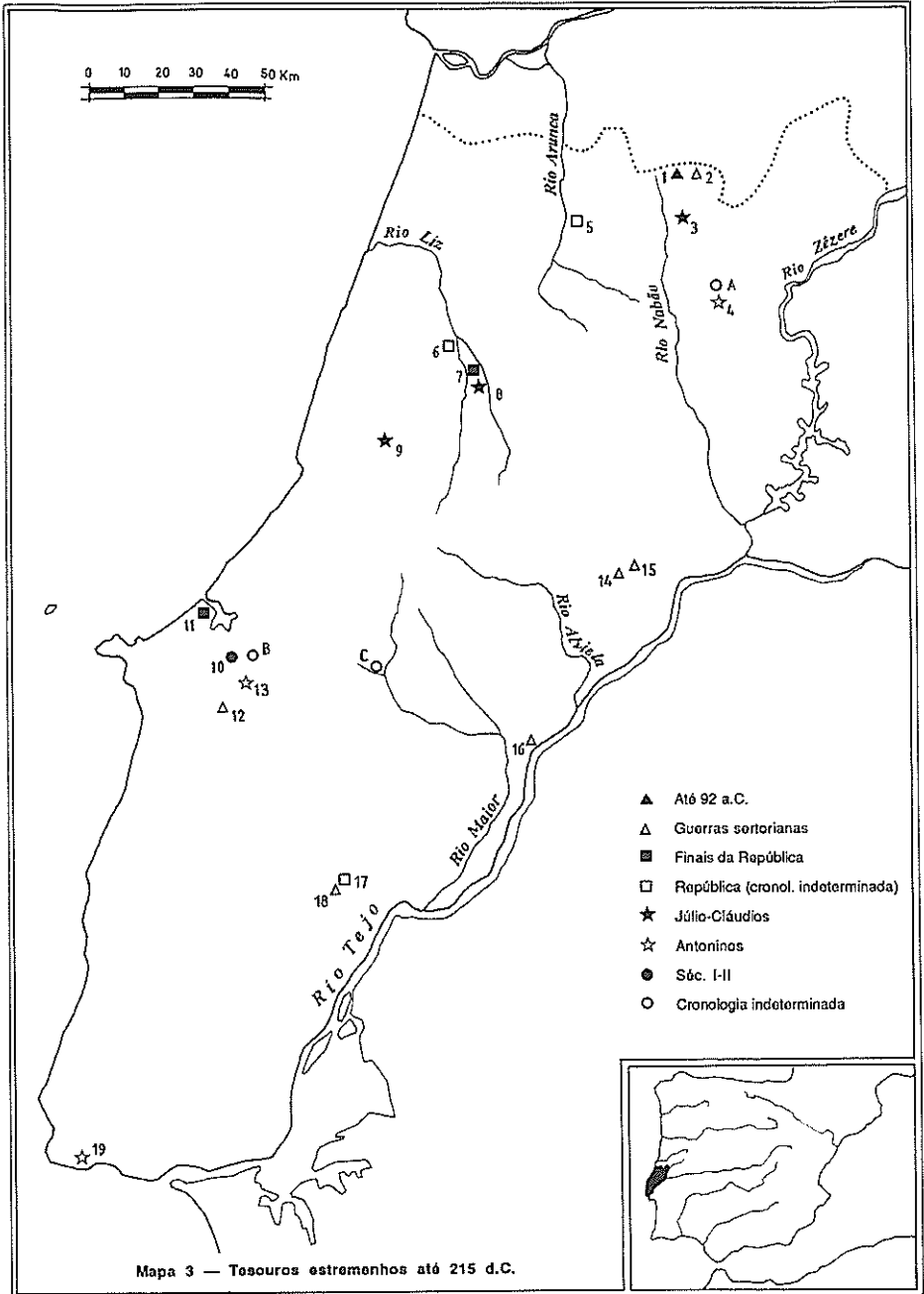


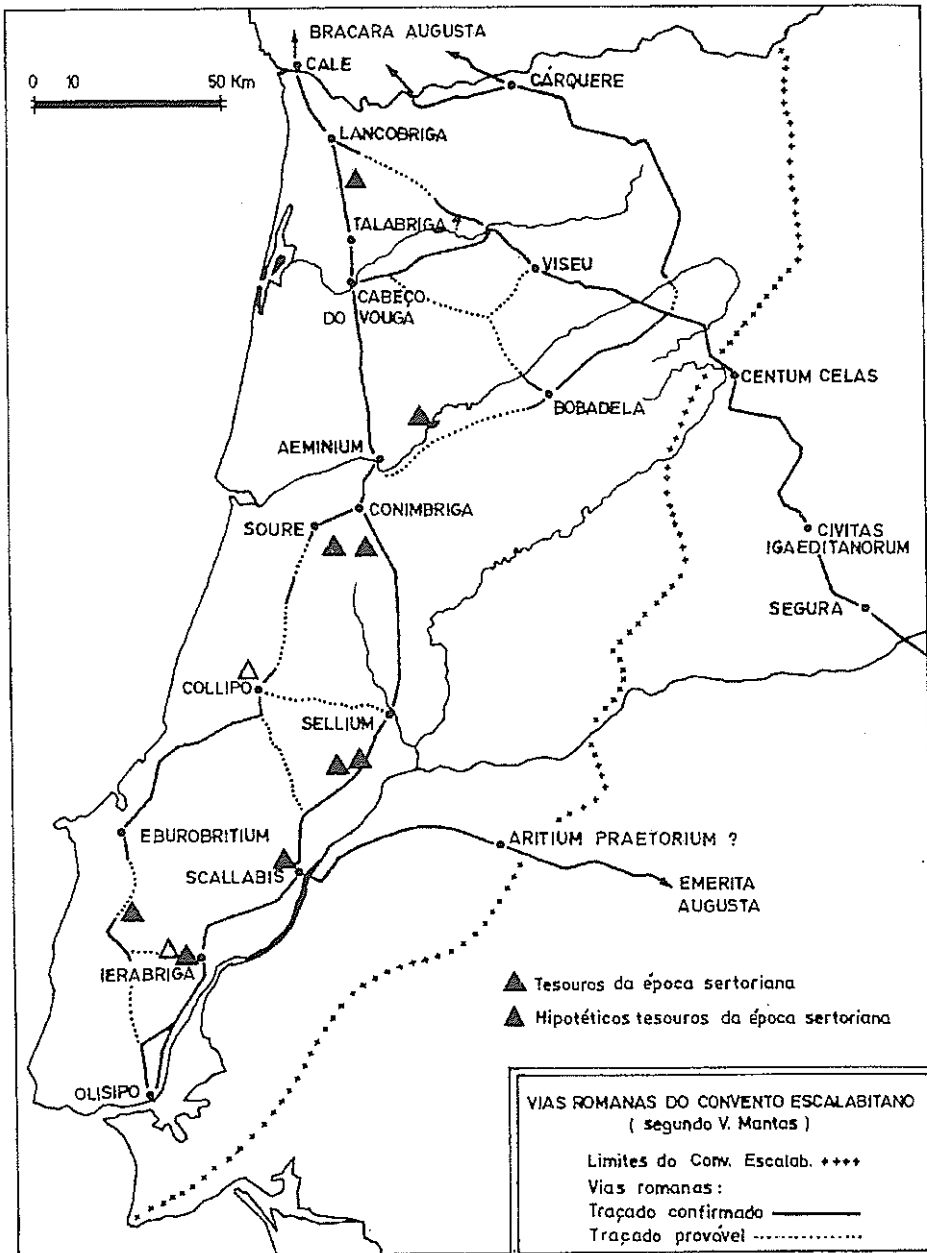
Fig. 5-Perfil da circulação monetária na Estremadura, Conimbriga e Noroeste até 215 (p/100)



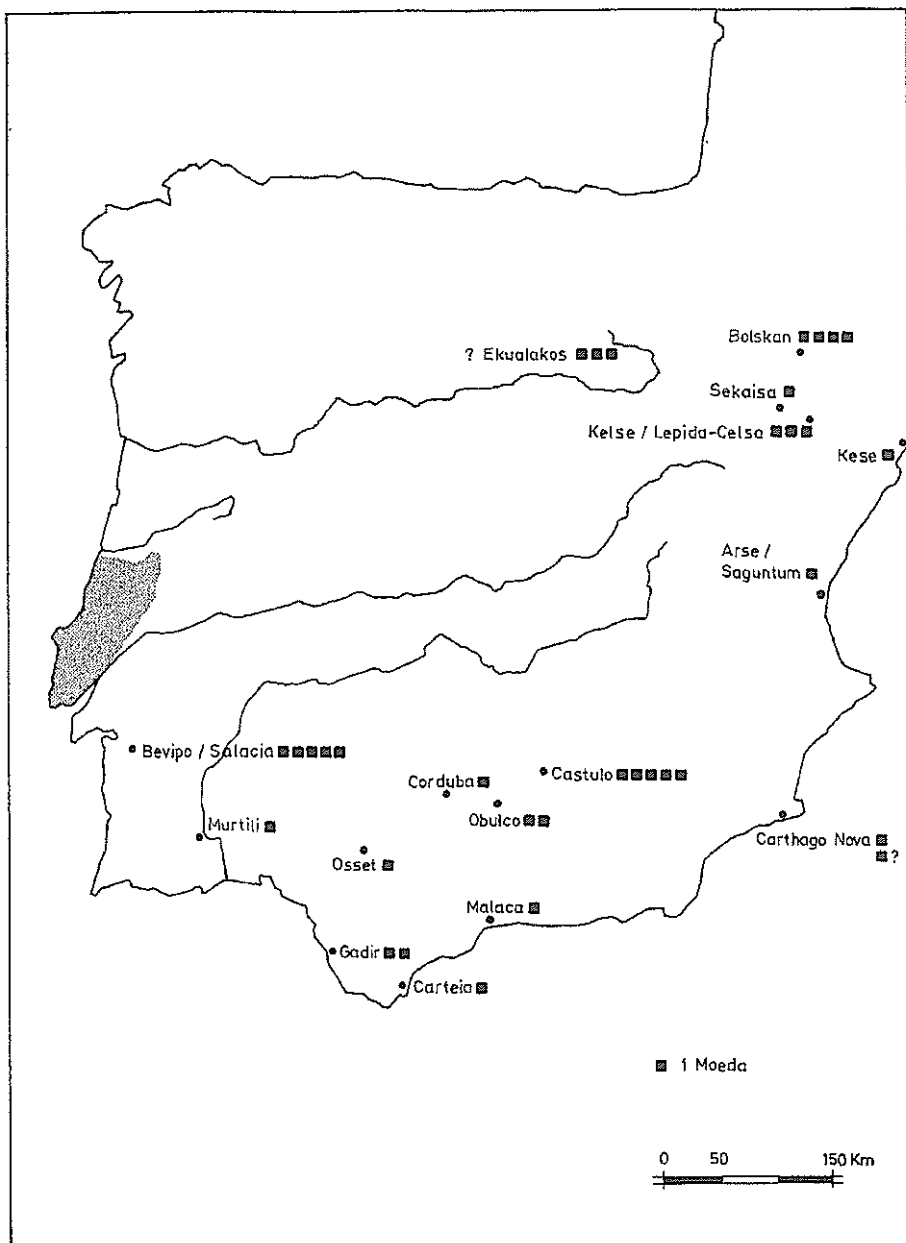
Mapa 1 — Situação da Estremadura na geografia da Península Ibérica



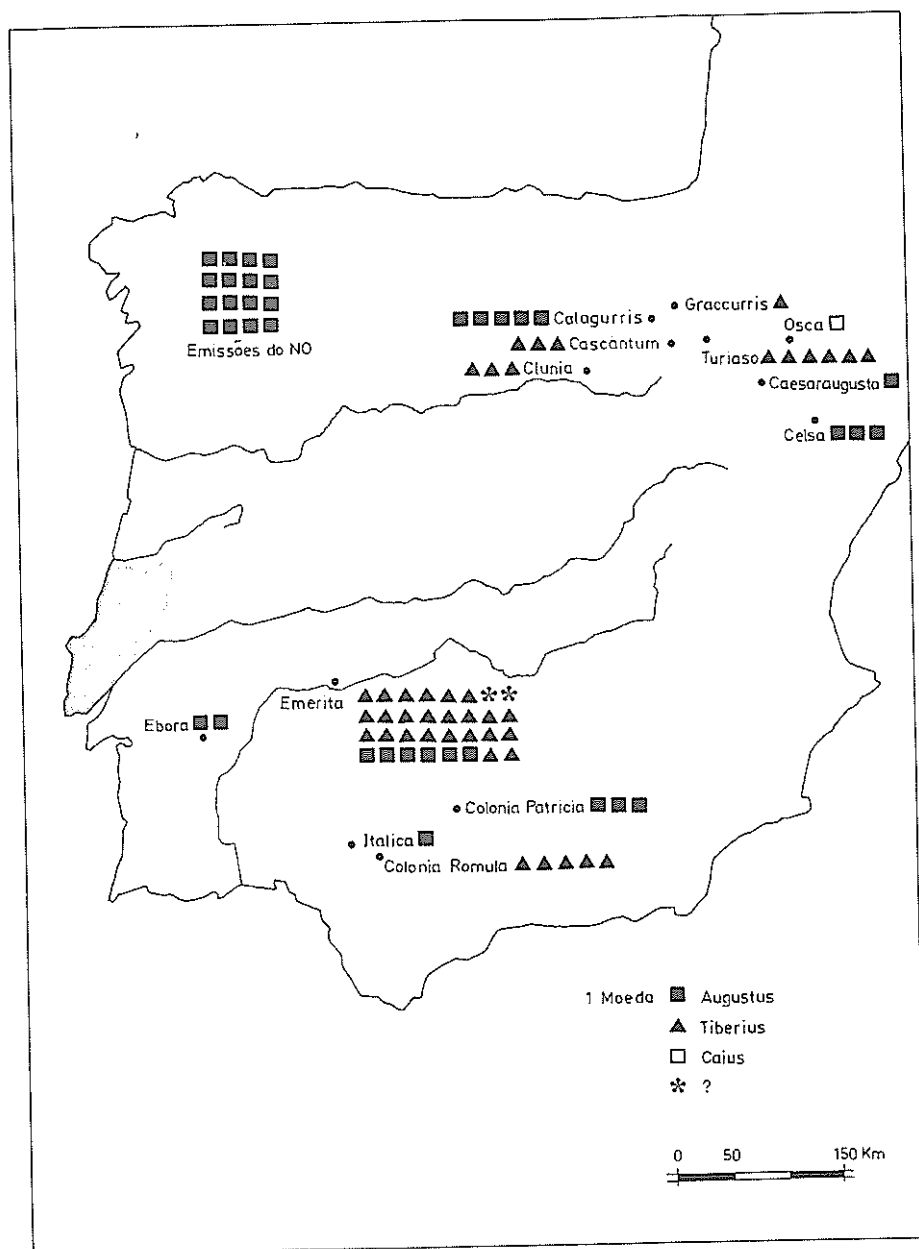




Mapa 4 — Tesouros sertorlanos e rede viária romana no território centro-português



Mapa 5 — Centros emissores hispânicos anteriores a 27 a.C. presentes na Estremadura



Mapa 6 — Centros emissores hispânicos entre Augustus e Caius presentes na Estremadura

I. TESOUROS



2



3



4



5



6



7



8



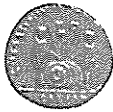
12



13



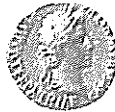
14



16



17



32



33



34



35



36



37



38



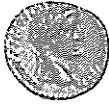
39



ESTAMPA II



40



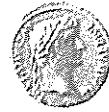
41



46



47



48



50



51



53



54



59



8. Casal Couveiro



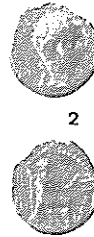
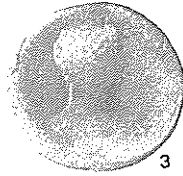
1



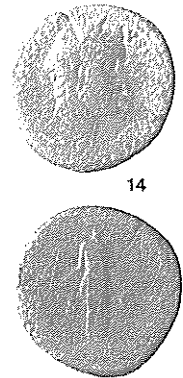
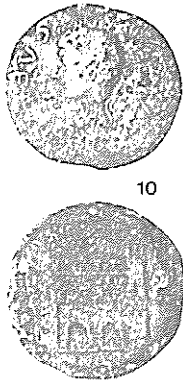
5. S. Tibério

ESTAMPA III

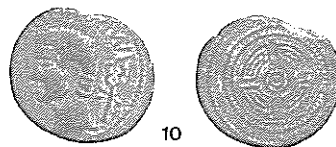
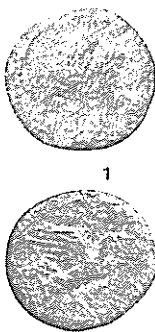
II. ACHADOS OCASIONAIS



3. Arneiro



5. Região de Leiria-Batalha



6. Andreus (x 1.5)

ESTAMPA IV

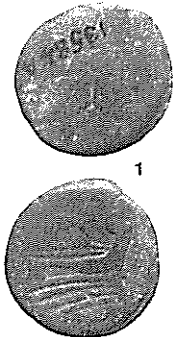


8. Região da Batalha

ESTAMPA V



16. Região de Alcobaça



21. Outeiro da Assenta

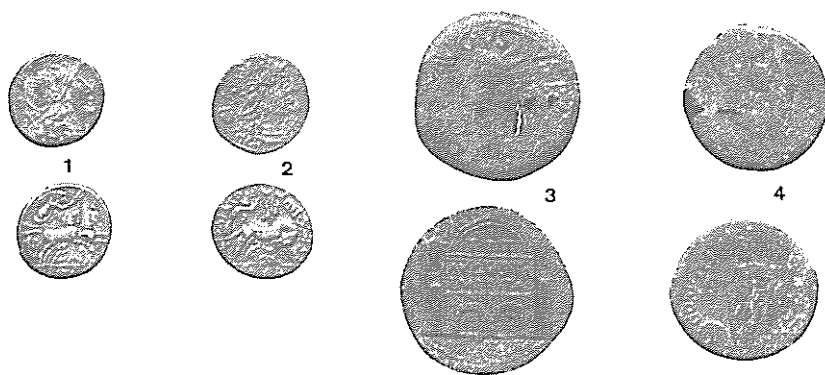


28. Dornes

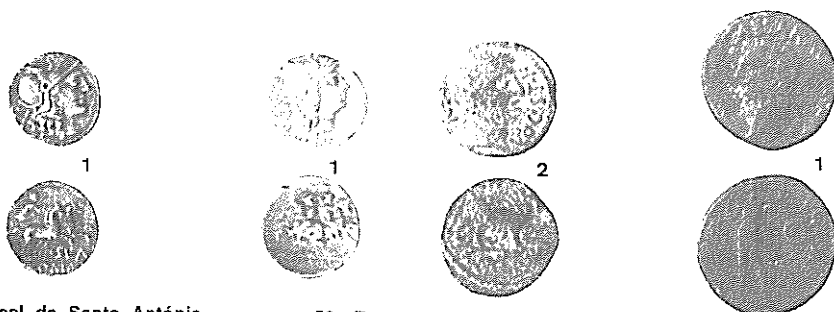


38. Região de Torres Novas

ESTAMPA VI



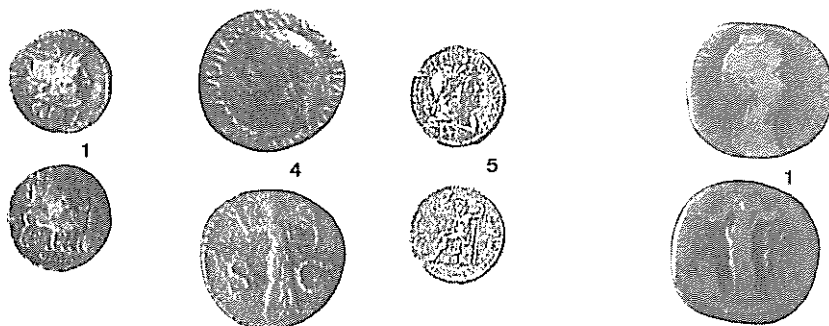
45. Castro de Pragança



49. Casal de Santo António

58. Torres Vedras

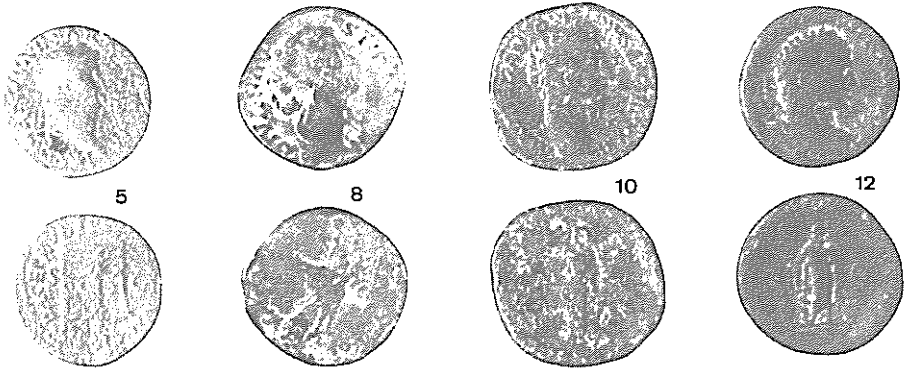
59. Matacões



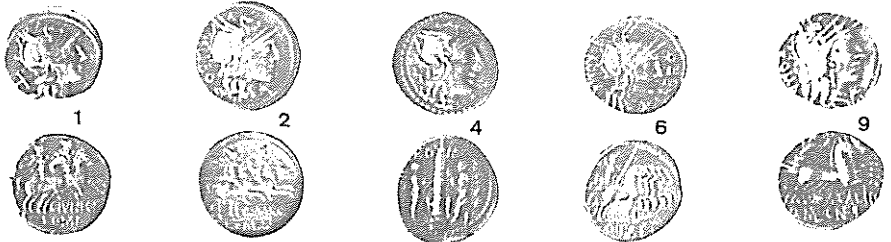
61. Serra de S. Julião

62. Casal da Almagreira

ESTAMPA VII

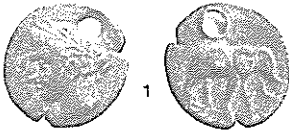


63. Penedo

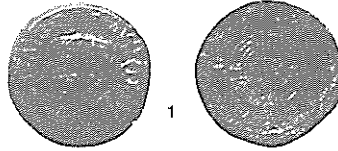


65. Região de Torres Vedras

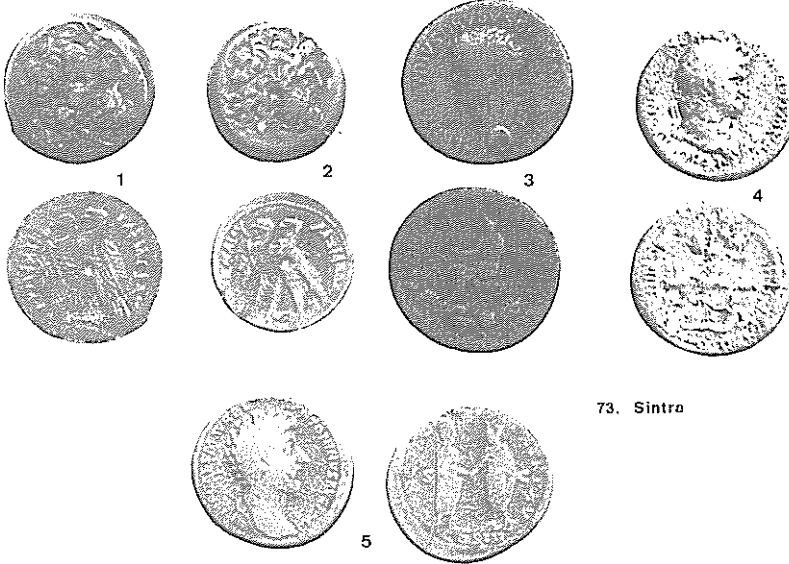
ESTAMPA VIII



69. Castro da Ota (x 2)

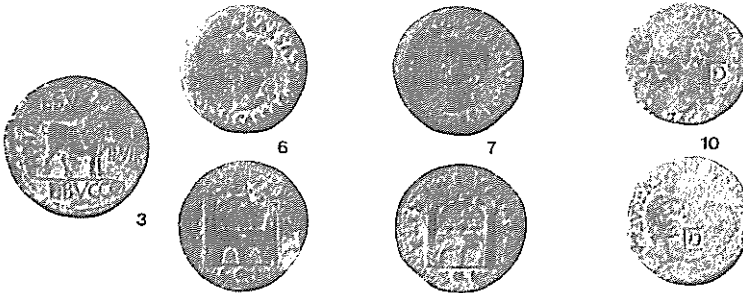


72. Areia



73. Sintra

III. ESCAVAÇÕES



7. Villa Cardilio

MÉTODOS FÍSICOS E QUÍMICOS DE ANÁLISE EM INVESTIGAÇÃO NUMISMÁTICA*

João M. Peixoto Cabral*

A aplicação de métodos físicos e químicos de análise em investigação numismática visa vários objectivos, entre os quais avultam os seguintes: 1. determinar a composição das ligas metálicas de que são feitas as espécies monetárias e a sua variação ao longo de sucessivas emissões, o que permite precisar as leis a que a sua produção terá obedecido e as *mutationes in materia* de que foram instrumento; 2. identificar o modo de alteração das ligas através da determinação das concentrações de alguns elementos vestigiais**; 3. determinar a proveniência dos metais usados nas amoedações, tomando por base resultados da análise de elementos vestigiais ou da análise isotópica do chumbo; e 4. saber quais foram os processos metalúrgicos utilizados na fabricação das moedas, fazendo uso, por um lado, de resultados de determinações mencionadas nas alíneas anteriores e, por outro, de resultados de exames metalográficos e análises complementares susceptíveis de conduzir ao conhecimento da estrutura dos respectivos materiais.

Dos métodos de análise utilizados para alcançar o primeiro objectivo descrito ocupei-me já nesta revista¹ e, recentemente, no Primeiro Encontro Peninsular de Numismática Antiga². Os métodos de determinação da composição das ligas metálicas não serão, por isso, quanto aos seus aspectos fundamentais, considerados aqui, apesar de muitos deles serem também usados para atingir o segundo e o terceiro objectivos. O leitor interessado em conhecer os princípios em que assentam esses métodos terá de consultar os referidos artigos e, porventura, outros citados na bibliografia respectiva.

* Recebido na redacção em Maio de 1995.

* Instituto Tecnológico e Nuclear, Departamento de Química, Estrada Nacional N°10, P-2686 SACAÇÃO.

** Os elementos vestigiais, ou oligoelementos, são os que podem estar presentes em proporções muitíssimo pequenas, inferiores a 0,1 %, i.e., a 1000 ppm (ppm = partes por milhão).

No presente trabalho apresentam-se exemplos de aplicação de alguns métodos de determinação da composição química das ligas quer ao estudo dos processos de aviltamento das ligas, quer ao estudo da proveniência dos metais usados em certas amoedações. Discute-se sucintamente a base em que se fundamenta o método de análise isotópica do chumbo, apontam-se as suas vantagens e limitações mais importantes e apresentam-se também exemplos da sua aplicação ao estudo da proveniência dos metais. Apresentam-se, por fim, exemplos de aplicação de métodos físicos e químicos ao estudo das técnicas de amoedação. Em nenhum dos casos se teve a pretensão de dar conta de todos os trabalhos publicados nos últimos anos ou de fazer a sua crítica.

1. ESTUDO DOS PROCESSOS DE AVILTAMENTO DAS LIGAS

É frequente os numismatas pensarem, quando a percentagem de prata na moeda de ouro atinge valores da ordem de 5 a 10 %, que as ligas terão sido obtidas adicionando prata a um ouro de melhor qualidade. Note-se, porém, que este não é o único processo conducente à preparação de tais ligas. Como o ouro no estado nativo pode conter prata numa percentagem muito apreciável, que chega a atingir valores próximos de 40 %, a degradação da moeda poderá também ser efectuada mediante utilização directa de ouro nativo ou de mistura deste, em proporções variáveis, com ouro purificado.

É possível distinguir estes dois processos de aviltamento a partir do estudo da concentração de certos elementos vestigiais, como, por exemplo, do chumbo. E isto porque a concentração do chumbo no ouro nativo é em geral muito baixa, da ordem de grandeza de 100 ppm, enquanto na prata — quase sempre extraída da galena, que é um mineral de chumbo argentífero — oscila entre 0,1 e 1 %. Assim, se a alteração se fizer adicionando ou usando ouro nativo não-purificado, a percentagem de prata na liga aumentará mas a concentração de chumbo manter-se-á aproximadamente constante. Se, pelo contrário, se adicionar prata, o aumento da percentagem deste elemento será acompanhado por um aumento proporcional da concentração de chumbo.

Um exemplo interessante desta aplicação é o relativo ao estudo que foi efectuada por Morrisson *et al.*³ sobre as moedas de ouro bizantinas emitidas entre 491 e 1354. Antes, porém, de se fazer a sua apreciação, convirá saber como evoluiu a composição de tais moedas ao longo do tempo, evolução essa que foi também estudada pelos mesmos investigadores fazendo uso do método de activação com protões de média energia.

Segundo os resultados obtidos neste estudo, o ouro do *solidus* bizantino manteve-se relativamente puro desde Anastásio I (491-518) até meados do século X (fig. 1). Conhecem-se exemplares de Anastásio em que a percentagem de ouro é superior a 99 %. Mas foi sob este monarca que se começou a abandonar a prática sistemática de purificar o ouro até graus de pureza muito elevados, prática essa que tinha sido instituída por Valentiniano. De facto, verifica-se que para a grande maioria dos *solidi* de Anastásio a percentagem

média de prata já ultrapassa ligeiramente 1 %, valor que se mantém no reinado de Justino I (518-27) mas que aumenta para 1,4 % a partir de Justiniano I (527-65). É de 1,4 % a percentagem média de prata que continua a ser observada nos *solidi* bizantinos durante o último quartel do século VI e quase todo o século VII, até ao reinado de Constantino IV (668-85). Em finais do século VII, porém, dá-se uma mudança na política monetária, como aliás em outras, a qual, para a moeda de ouro, e em particular para o *solidus-nomisma*, se traduziu por uma diminuição da percentagem de ouro para um nível inferior a 98 %. Mas foi durante a primeira metade do século X, em particular no reinado de Constantino VII (905-59), que começou a intensificar-se, embora ainda lentamente, a diminuição da percentagem de ouro nas moedas — *nomisma*, *histamenon* e *tetarteron* —, a qual, nesse mesmo reinado, desceu para baixo de 95 %. A degradação da moeda bizantina prosseguiu nos reinados seguintes, mas sob Constantino IX Monómaco (1042-55) ela começou a agravar-se nitidamente — a percentagem média de prata ultrapassa pela primeira vez 10 % — acelerando rapidamente nos reinados imediatos, sobretudo nos de Miguel VII (1071-8) e Nicéforo III (1078-81). Este primeiro período de degradação só terminou no reinado de Aleixo I Comneno (1081-1118).

De acordo com os resultados das análises, Aleixo I terá inicialmente actuado no sentido de um agravamento da degradação do numerário (a percentagem de ouro desce para um nível à roda de 10 % e a de prata sobe para cerca de 73 %) mas, posteriormente, procedeu a uma reforma monetária que fez regressar a moeda de ouro bizantina — o *hyperpere* — aos padrões metrológicos dos tempos de Constantino IX, com uma percentagem média de ouro de cerca de 87 % (aproximadamente 21 quilates). Contudo, o *hyperpere* não se manteve estável durante muito tempo. No final do século XII, talvez durante o reinado de Andrónico I Comneno (1183-5), em que a percentagem média de ouro desce para 82,4 % e a de prata sobe para cerca de 16 %, inicia-se um segundo período de degradação, cujas características se encontram ilustradas na fig. 1.

O exemplo apresentado por Morrisson *et al.*³, sobre a identificação dos processos de aviltamento do ouro bizantino, consistiu em averiguar qual é o grau de correlação entre os resultados obtidos na determinação do chumbo e os obtidos na determinação da prata, em moedas emitidas durante o referido período, determinações estas que esses investigadores efectuaram aplicando o método de activação com protões de média energia. Para isso serviram-se, por um lado, de moedas anteriores à reforma de Aleixo I e, por outro, de moedas posteriores à mesma reforma.

No que se refere às moedas anteriores à referida reforma, os resultados mostram (fig. 2) que as alterações das ligas foram realizadas por vários processos, designadamente os seguintes. Durante a fase de degradação lenta, iniciada no reinado de Constantino VII, e a fase de degradação agravada, compreendida entre os reinados de Constantino IX e Romano IV (1068-1071), i. e., desde meados do século X até ao terceiro quartel do século XI, altura em que a percentagem de prata nas moedas atingiu o valor de cerca de 30 %, as alterações terão sido feitas por uso directo ou por adição de ouro nativo não-purificado,

uma vez que se observa que o aumento da percentagem de prata não foi acompanhado por nenhum aumento da concentração do chumbo, a qual permaneceu praticamente constante com um valor médio de $113 \text{ ppm} \pm 65$. Durante a fase de degradação rápida, correspondente aos reinados de Miguel VII, Nicéforo III e Aleixo I, ou seja, a partir do momento em que a percentagem de prata nas moedas ultrapassou o valor de 30 %, as alterações terão passado a ser efectuadas por adição de prata, visto que se verifica a existência de uma excelente correlação (coeficiente de 0,966) entre os resultados obtidos para este elemento e os obtidos para o chumbo. Na parte final da fase de degradação rápida, as alterações terão sido feitas não só por adição de prata como ainda por adição de cobre, uma vez que a percentagem deste elemento nas moedas então emitidas passou também a ser significativamente maior do que era nas moedas anteriores.

É interessante notar que a inclinação da recta de correlação é de 0,5 %, o que está de acordo com o facto, observado através da análise de moedas de prata mandadas cunhar por Constantino IX e Miguel VII, de ser esse o valor aproximado da concentração de chumbo nestas moedas, e sugere, portanto, que a adição de prata terá sido feita recorrendo a moedas de prata de reinados anteriores.

Quanto às moedas posteriores à reforma de Aleixo I, os resultados mostram (fig. 3) que as primeiras alterações das ligas, ordenadas pelos Comnenos no final do século XII, terão sido efectuadas pelo mesmo processo que havia sido usado em meados do século XI, i.e., por uso directo ou adição de ouro nativo não-purificado, dado que se observa igualmente que o aumento da percentagem de prata nas moedas não foi acompanhado por nenhuma subida da concentração do chumbo. Deve notar-se, todavia, que o nível a que se manteve a concentração deste elemento após as alterações — 278 ppm — é de cerca de duas vezes e meia mais alto do que no caso precedente, o que pode dever-se à circunstância de o ouro nativo utilizado ter uma origem diferente da do outro, ou ao facto de nenhum *hiperpere* ter sido produzido a partir de ouro purificado, contrariamente ao que acontecera com as moedas do Baixo Império. Os resultados da fig. 3 mostram ainda que, no império de Niceia, as alterações terão sido efectuadas por uso directo ou adição de ouro não-purificado e adição de cobre, uma vez que não se verifica nenhuma modificação significativa da concentração do chumbo com o aumento da percentagem de prata, mas já se nota uma subida da percentagem de cobre nas moedas. Mostram, além disso, que, a partir do reinado de Miguel VIII Paleólogo (1259-82), ou seja, a partir da altura em que a percentagem de prata na *hiperpere* ultrapassa 20 %, as alterações terão começado a fazer-se por adição de prata e cobre, dado que, por um lado, se observa a existência de uma correlação entre os resultados da prata e os do chumbo e, por outro lado, se observa um aumento da concentração de cobre nas moedas.

2. ESTUDO DA PROVENIÊNCIA DOS METAIS

Para estudar a proveniência dos metais que serviram para a fabricação de moedas tem-se procurado recorrer a dois tipos de métodos: 1. métodos de análise química das ligas metálicas de que as moedas são feitas, orientada sobretudo para a determinação de elementos vestigiais; e 2. métodos de análise isotópica do chumbo, elemento geralmente presente nessas ligas, embora, por vezes, em proporções muitíssimo pequenas. É claro que, qualquer que seja o método utilizado, não basta fazer a caracterização química ou isotópica dos metais que constituem as ligas. Torna-se necessário também proceder ao mesmo tipo de caracterização em diversas matérias primas, de origem conhecida, que possam ter sido utilizadas na produção dos metais que constituem as referidas ligas. A proveniência é então determinada comparando as características dos metais com as dessas matérias primas.

2.1. Métodos de análise química

A determinação da proveniência de metais com base na sua caracterização química e na caracterização química de minérios, de origem conhecida, que poderão ter sido usados na sua produção, baseia-se nas seguintes hipóteses: 1. em minérios de um dado metal, a proporção da quantidade de certos elementos vestigiais relativamente à do metal não varia apreciavelmente dentro dos respectivos depósitos mas difere significativamente de depósito para depósito; e 2. a referida proporção não sofre alterações significativas durante os processos metalúrgicos de transformação do minério.

Estas hipóteses, porém, nunca foram provadas na prática. Pelo contrário, alguns dados analíticos disponíveis levam a crer que elas devem ser muito provavelmente falsas. Com efeito, encontraram-se depósitos de minérios em que as variações de concentração para alguns elementos vestigiais são apreciáveis e, por outro lado, verificou-se que, durante os processos metalúrgicos, há circunstâncias que contribuem para alterar a concentração de muitos elementos vestigiais nos produtos obtidos, tais como a de se adicionarem aos minérios algumas substâncias de natureza química diferente e a de esses elementos se repartirem de forma variável pelo metal e pela escória. Acresce ainda que certos elementos tendem a perder-se por volatilização, dependendo das condições de oxidação-redução em que se realizam os processos. Não é de estranhar, portanto, que quase todas as tentativas feitas até agora para determinar inequivocamente a proveniência de metais com base na análise de elementos vestigiais tenham falhado.

Excepção importante parece ser a que diz respeito à prata extraída das minas de Potosí, na América do Sul. De facto, verificou-se recentemente⁴, fazendo uso do método de análise por activação com neutrões, que a prata produzida a partir do minério dessas minas, designadamente aquela que durante o reinado de Filipe II de Espanha começou a ser utilizada na fabricação de moedas neste reino, se caracteriza por apresentar vestígios

de índio à roda de 7 ppm, o que não acontece com a produzida a partir de minérios mexicanos ou europeus. Esta descoberta permitiu, por um lado, datar a chegada de grandes quantidades de prata de Potosi a Espanha nos anos 1570 e, por outro, estimar o seu volume relativo. Permitiu ainda datar a sua chegada a França, em particular às oficinas da fachada atlântica, em 1575, e estimar também o seu volume relativo. Verificou-se, deste modo, que ela fez decuplicar as emissões no primeiro caso e que, no segundo, as fez multiplicar por um factor não tão elevado, mas que chegou a atingir valores de oito a nove entre 1597 e 1610. É interessante notar que o crescimento resultante da chegada de prata de Potosi à Europa foi, por sua vez, parcialmente responsável pela alta dos preços nominais, e que a possibilidade trazida pela análise do índio de quantificar a proporção de metal novo, importado da América, no numerário em circulação veio permitir, conseqüentemente, estimar o papel do aumento da oferta de moeda na “revolução” dos preços que teve lugar nessa época.

Tem interesse referir ainda que se conhecem indícios de que a platina poderá ser também um elemento característico da origem do ouro, dado que parece que não é eliminada nos processos metalúrgicos empregados na purificação daquele metal. Na verdade, um estudo efectuado sobre a composição das ligas utilizadas na fabricação de moedas de ouro romanas, emitidas entre 63 e 491, recorrendo ao método de activação com protões⁵, mostrou que a concentração de platina nessas ligas se manteve praticamente constante até meados do século IV, definindo um patamar situado na proximidade de 40 ppm, mas que a partir de 346-347, altura em que atingiu 112 ppm, começou a aumentar acentuadamente até alcançar, vinte anos depois, o valor de 2577 ppm. Passou então a diminuir, fixando-se, no século V, à roda de 412 ppm. Infelizmente, porém, não se fizeram ainda estudos semelhantes sobre a caracterização de ouros de origem conhecida, o que torna por enquanto impossível relacionar as variações da concentração de platina com o uso de matérias primas de proveniência definida.

Note-se que, no estudo da composição das moedas de ouro bizantinas emitidas entre 491 e 1354, atrás citado, se verificaram também variações da concentração de platina nas ligas ao longo do tempo. Neste caso, os resultados mostraram que, durante o século VI, tal concentração se manteve em um nível próximo de 500 ppm, compatível com os valores obtidos para as moedas romanas do século precedente, mas que, a partir daí, começou a diminuir de forma regular — o decréscimo pôde ser representado aproximadamente por uma recta, mediante regressão linear — até atingir, no século XI, valores entre 100 e 150 ppm. Estes resultados indicam, portanto, que a partir do século VI, i.e., numa época em que a inflação em Constantinopla era ainda praticamente inexistente, a renovação do stock de ouro terá sido efectuada recorrendo a matérias primas de nova proveniência, caracterizadas por uma concentração de platina mais baixa que a das usadas anteriormente. Os autores procuraram servir-se destes mesmos resultados para determinar a concentração média de platina no ouro adicionado durante o período de 500-1050, o qual terá de ser inferior ao valor obtido para o ouro utilizado em 1050, ou seja, inferior a 109 ppm, e

superior ao limite de detecção da platina no ouro arqueológico, i.e., superior a 5 ppm. Procuraram, além disso, estimar o aumento da massa monetária, no período considerado, para diferentes valores da concentração média de platina no ouro adicionado³.

2.2. Método de análise isotópica do chumbo

No chumbo natural existem quatro variedades de átomos desse elemento — os isótopos ^{208}Pb , ^{207}Pb , ^{206}Pb e ^{204}Pb — todos eles formados por um núcleo com 82 prótons, electricamente carregado com carga positiva e rodeado por 82 electrões, o qual difere de isótopo para isótopo quanto ao número das outras partículas constituintes — os neutrões. O núcleo do ^{208}Pb possui 126 neutrões, o do ^{207}Pb 125, o do ^{206}Pb 124 e o do ^{204}Pb 122. No chumbo terrestre, o ^{204}Pb — o isótopo menos abundante (percentagem média de 1,42%) — não deriva de nenhum processo radioactivo, i.e., não é radiogénico, estando somente associado ao processo de formação da Terra. Diz-se, por isso, que é apenas primevo. Pelo contrário, os três primeiros isótopos, que ocorrem em percentagens médias de 52,3%, 22,1% e 24,1% respectivamente, descendem em parte de isótopos radioactivos naturais do urânio e do tório, os quais se desintegram espontaneamente ao fim de certo tempo, de acordo com a bem conhecida lei do declínio radioactivo, gerando outras espécies também radioactivas e assim sucessivamente até se obterem esses três isótopos estáveis do chumbo. Com efeito, o ^{208}Pb é o último descendente da série radioactiva do tório, cuja espécie mãe é o ^{232}Th ; o ^{207}Pb é o último descendente da série radioactiva do actínio, cuja espécie mãe é o ^{235}U ; e o ^{206}Pb é o último descendente da série radioactiva do urânio, cuja espécie mãe é o ^{238}U . Assim, no que se refere aos isótopos ^{208}Pb , ^{207}Pb e ^{206}Pb , há que distinguir no chumbo actualmente presente numa dada jazida duas parcelas: o chumbo primevo e o chumbo radiogénico. Daí a composição isotópica do chumbo natural variar de jazida para jazida consoante as respectivas histórias geológica e geoquímica.

A composição isotópica do chumbo numa dada amostra é usualmente especificada por um de dois conjuntos de razões isotópicas: o conjunto (A), $^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$, $^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$ e $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, em geral usado em arqueologia; e o conjunto (B), $^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, $^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ e $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, normalmente utilizado em geologia. Para cada minério de chumbo os valores actuais das referidas razões isotópicas são determinados pelos efeitos integrados de todas as associações com o urânio e o tório entre um certo instante inicial — o da formação da Terra há cerca de $4,6 \times 10^9$ anos — e um instante posterior, correspondente ao momento da formação do minério, a partir do qual o chumbo deixou de estar associado a esses dois elementos radioactivos. Deste modo, os valores das razões $^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$, $^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ e $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ dependem não só da idade geológica do minério de chumbo como ainda da relação urânio/chumbo nos fluidos que contribuíram para a formação do minério. Do mesmo modo, o valor da razão $^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ depende da idade do minério e da relação tório/chumbo nos referidos fluidos, enquanto o valor da razão $^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$ depende da idade do minério e da relação tório/urânio nos mesmos fluidos.

A determinação da proveniência de metais com base na caracterização isotópica do chumbo que contém parece não apresentar algumas das limitações dos métodos baseados na sua caracterização química. De facto, a experiência tem mostrado que a composição isotópica do chumbo em geral só varia dentro de limites muito apertados em cada jazida e, por outro lado, que ela não é praticamente alterada durante os processos metalúrgicos de transformação dos minérios.

A análise isotópica do chumbo, que se pratica recorrendo ao método da espectrometria de massa⁶, exige a recolha de uma amostra do objecto cuja proveniência se procura determinar, ou seja, é destrutiva. Note-se, contudo, que as modernas técnicas de espectrometria de massa permitem que se faça facilmente esta análise, com a precisão necessária (melhor do que $\pm 0,1\%$), usando uma quantidade de chumbo da ordem de grandeza de 1 mg, o que significa que, para analisar uma liga que tenha por exemplo uma concentração de chumbo de 0,01%, bastará dispor de uma amostra de cerca de 10 mg. Ora a colheita de uma amostra desta dimensão, quando efectuada com auxílio de uma broca de diâmetro muito pequeno, aplicada cuidadosamente no bordo das moedas, não provoca, em regra, danos muito significativos do ponto de vista estético.

Os resultados das análises são convencionalmente representados em gráficos que, nas aplicações arqueológicas, tomam em geral a forma de diagramas de $^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$ versus $^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$. É costume, além disso, introduzir nestes diagramas os contornos das áreas características dos minérios das jazidas estudadas, os quais são normalmente determinados por meio de métodos estatísticos para um certo valor da probabilidade — 95% ou 90% — de conterem a população da respectiva jazida. O estabelecimento rigoroso destes contornos não é, porém, tarefa fácil. Para tal, segundo Gale⁷, torna-se necessário que se analisem pelo menos cerca de 30 a 50 amostras diferentes de cada jazida, o que implica, para a elaboração de estudos de proveniência abrangendo uma região geográfica extensa, a realização de um número verdadeiramente gigantesco de análises.

Apesar disso, em 1992, Sayre, Yener *et al*⁸ já haviam conseguido reunir numa base de dados os resultados de mais de 1000 análises, por um lado, de minérios e de escórias de antigas minas situadas na Anatólia, e, por outro, de amostras de diversos artefactos do Calcolítico, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro Inicial, achados em regiões vizinhas do Mediterrâneo Oriental e do Egeu, resultados esses obtidos por vários grupos de investigadores entre os quais o do próprio Yener. Isso permitiu-lhes fazer um estudo global sobre as relações entre as referidas amostras e avaliar se a área característica dos minérios das jazidas da região de Toros Daglari, na Anatólia, se sobrepunha ou não às áreas características dos minérios das jazidas do Mediterrâneo Oriental. Esse estudo acabou por se revelar muitíssimo interessante. Na verdade, ao contrário do que se esperava, veio mostrar que os minérios daquela região da Anatólia definiam quatro áreas características, e não uma, e que, portanto, haveria na referida região quatro jazidas distintas do ponto de vista da composição isotópica do chumbo. Além disso, permitiu reconhecer que a discriminação das áreas características dos minérios das diferentes jazidas melhorava significa-

tivamente quando na análise dos dados se incluíam os resultados relativos ao ^{204}Pb , se substituíam os valores das razões isotópicas pelas abundâncias dos isótopos, expressas em percentagem, se eliminavam os “outliers” e se usavam métodos de análise estatística multivariada em vez dos métodos estatísticos convencionais. Isto levou a que os autores pudessem em questão a validade da prática da análise de dados até então utilizada e a que, conseqüentemente, se gerasse uma enorme polémica. Com efeito, a revista *Archaeometry* convidou vários especialistas a apresentar os seus comentários ao citado estudo e os autores a expor as respectivas réplicas, o que deu lugar a uma discussão muito frutuosa⁹⁻¹¹.

A aplicação de métodos de análise isotópica do chumbo na determinação da proveniência de metais em investigação numismática foi sugerida pela primeira vez por Brill e Shields¹², em 1970. Todavia, o primeiro estudo razoavelmente fundamentado neste domínio, respeitando moedas gregas de prata da época arcaica, só veio a ser realizado cerca de dez anos mais tarde por Gale *et al.*¹³, visando dois objectivos: descobrir as minas que forneceram a prata para o fabrico dessas moedas e ganhar algum conhecimento sobre os processos então usados para produzir prata pura destinada à amoedação. Outros estudos foram depois disso efectuados, embora em número reduzido, os quais se encontram referenciados por Stos-Gale⁶, no seu artigo de revisão publicado em 1986. Esta escassez de estudos sobre a origem das matérias primas deve-se sobretudo às dificuldades associadas à realização de trabalhos de campo que é necessário desenvolver paralelamente.

3. ESTUDO DAS TÉCNICAS DE AMOEDAÇÃO

Desde a antiguidade até aos nossos dias que as moedas metálicas têm sido fabricadas por dois processos: a fundição em moldes e a cunhagem, o segundo dos quais tem predominado largamente na produção monetária ocidental. O conhecimento destes processos e das respectivas técnicas é indispensável aos numismatas, visto que poderá contribuir, embora indirectamente, tanto para a classificação e identificação de certas espécies monetárias, como para a detecção de falsificações, como ainda para o cálculo do volume das amoedações. É claro que o fabrico das moedas abrange, além disso, uma fase preliminar de preparação do metal ou da liga metálica de que será feita a espécie a produzir.

Testemunhos documentais de tais processos e técnicas conhecem-se apenas a partir do período medieval tardio. Daí que, para o seu estudo, se tenha de recorrer habitualmente à observação directa das moedas ou dos raros cunhos conservados, assim como a exames metalográficos dos materiais que as constituem, envolvendo diversos métodos de análise, alguns dos quais exigem a realização de operações de limpeza abrasiva ou a colheita de amostras. Os métodos mais correntes são os da microscopia óptica, da microscopia electrónica de varrimento e da difracção de raios-X.

3.1. Métodos de microscopia óptica e electrónica

Em investigação numismática, recorre-se à microscopia sobretudo com duas finalidades: para observar mais pormenorizadamente a superfície dos exemplares, bastando neste caso usar simplesmente um microscópio binocular de pequena ampliação; e para fazer a observação metalográfica da estrutura dos materiais constitutivos — fases presentes, grãos constituintes das diversas fases, tamanho dos grãos, limites de grão e proporções das fases — , o que exige a utilização de um microscópio óptico de grande ampliação, em geral de luz reflectida. No primeiro caso, os ensaios não são destrutivos. Mas no segundo já o são, uma vez que se torna indispensável fazer quer a recolha de uma amostra, na qual se prepara em seguida uma superfície plana e lisa que é depois polida cuidadosamente, quer a preparação de uma área aplanada e polida directamente na própria moeda a examinar. Deve notar-se, contudo, que, aplicando este segundo procedimento no bordo da maior parte das moedas, é possível obter a referida área sem originar nestas danos muito significativos do ponto de vista estético. Note-se, além disso, que os exames metalográficos também podem ser realizados, ou complementados, usando um microscópio electrónico de varrimento, vulgarmente conhecido por SEM*, o qual, se estiver equipado com um detector de silício, como acontece na maior parte deles, permite determinar ainda a composição química das diversas fases por intermédio do método da espectroscopia de raios-X.

Os exames metalográficos têm sido realizados por numerosos investigadores, seja para estudar em pormenor a estrutura das ligas de que são feitas as moedas, seja para distinguir moedas cunhadas, autênticas, de moedas fundidas, falsas — antigas ou modernas. Referências a exemplos da sua aplicação poderão ser encontradas num trabalho de revisão publicado por Oddy¹⁴. Normalmente, porém, estes exames não são considerados de grande interesse pela maioria dos numismatas, salvo quando permitem distinguir a cunhagem sem aquecimento prévio do *flan* da cunhagem com aquecimento, ou quando a detecção de inclusões de metais do grupo da platina, em moedas de ouro, pode dar alguma indicação sobre a origem deste metal.

Tais exames também têm sido realizados vantajosamente para obter informações sobre as técnicas de fabrico de moedas forradas, que, segundo uns, seriam falsificações da época ou, de acordo com outros, produtos genuínos de casas da moeda oficiais. A opinião preponderante, todavia, é a primeira. Alguns exemplos de aplicação neste domínio encontram-se do mesmo modo referidos por Oddy, no trabalho atrás citado¹⁴. Citação merecem ainda dois estudos sobre a tecnologia de moedas forradas de prata, efectuados posteriormente^{15,16}, o primeiro dos quais realizado de maneira inteiramente não-destrutiva.

* A sigla SEM deriva das iniciais das palavras *Scanning Electron Microscope*.

Tem interesse referir, por fim, um estudo sobre a tecnologia de moedas douradas, igualmente consideradas como falsificações¹⁷.

3.2. Métodos de difração de raios-X

Os microscópios, embora deixem pouca margem para dúvidas, não podem, naturalmente, fornecer uma prova directa do arranjo cristalino dos átomos nos materiais metálicos. Para a obtenção dessa prova, torna-se necessário recorrer a outros métodos, sobretudo aos de difração de raios-X. Assim, nos exames metalográficos, estes métodos são normalmente complementares dos de microscopia.

Embora se tivesse começado por concluir que a difração de raios-X não permitia distinguir se uma dada moeda teria sido cunhada ou fundida¹⁸, foi demonstrado mais tarde que tal conclusão era incorrecta¹⁹.

É interessante notar que os métodos de difração de raios-X também têm sido propostos para investigar a imagem subjacente a impressões duplas resultantes de recunhagens²⁰. No entanto, essas propostas nunca chegaram a ser comprovadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como acabámos de ver, é grande o número de métodos físicos e químicos de análise que podem ser aplicados em investigação numismática, e muitas são também as questões que podem ser respondidas por seu intermédio. Nenhum, porém, é panaceia universal. Até para resolver o mesmo tipo de problemas, como por exemplo determinar a composição das ligas de que foram feitas as moedas, não é possível eleger nenhum dos métodos que têm sido utilizados com esse objectivo para o primeiro lugar de uma hipotética lista organizada por ordem de eficácia. Cada um deles apresenta vantagens e inconvenientes relativamente aos outros, na resolução de cada problema, cuja importância relativa varia de caso para caso de acordo com as circunstâncias inerentes ao problema em causa. Torna-se, portanto, indispensável que os numismatas definam com toda a clareza o que pretendem que seja investigado, para se poder fazer uma selecção conveniente do método a empregar na investigação. Deve notar-se, todavia, que para esta selecção contribui também significativamente o facto de haver, ou não, autorização dos proprietários das moedas para as submeter a operações susceptíveis de lhes provocar alguns danos, por mais pequenos que sejam.

É necessário, além disso, que se escolham com o máximo cuidado os exemplares que irão constituir a amostra que servirá de base à investigação. Com efeito, não poderão subsistir nenhuma dúvida sobre a autenticidade de tais exemplares e a sua identificação, quer do ponto de vista tipológico, quer de qualquer outro ponto de vista, designadamente o metroológico. Daí ser essencial que se faça previamente um estudo tipológico muito

cuidadoso, acompanhado de determinações do peso e, se possível, da composição química dos exemplares duvidosos.

É preciso, ainda, que a amostra seleccionada seja tanto quanto possível significativa do ponto de vista estatístico, o que torna forçoso determinar se o número de exemplares disponíveis para análise é suficiente. Doutra modo, nenhuma conclusão poderá merecer confiança.

Assim, é evidente que os numismatas, ao procurarem recorrer a estes métodos de análise, não devem tentar resolver todos os problemas envolvidos por si próprios e recorrer aos laboratórios de análise especializados para uma simples encomenda de serviços. É talvez por assim procederem que a aplicação de métodos físicos e químicos de análise em investigação numismática se tem mantido numa escala relativamente reduzida, em particular nos países da Península Ibérica.

Julgamos que a maneira mais adequada de encontrar uma solução para as dificuldades apontadas consiste na formação de grupos pluridisciplinares para realizar esta investigação, dos quais façam parte não só numismatas mas também especialistas de outras disciplinas nomeadamente investigadores de história monetária, físicos, químicos e metalurgistas. É o que já se fez em alguns países, sobretudo em França e no Reino Unido.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Mário Gomes Marques agradeço a leitura do manuscrito e algumas sugestões que contribuíram para melhorar a qualidade pedagógica do texto.

BIBLIOGRAFIA

- 1 Cabral, J. M. P. — «Métodos não-destrutivos de análise química de moedas», *NVMMVS*, 2.^a S., VII/VIII, 1984 - 1985, pp. 7-35.
- 2 Cabral, J. M. P. — «Métodos físicos e químicos de análise no estudo da composição das ligas de que são feitas as moedas», *ANEJOS AEspA*, XIV, 1995, pp. 15-24.
- 3 Morrisson, C.; Barrandon, J. N.; Poirier, J. — «La monnaie d'or byzantine à Constantinople: purification et modes d'allitérations (491-1354)» in C. Morrisson *et al.* eds., *L'or monnayé. 1. Purification et Altérations de Rome à Byzance*, Cahiers Ernest-Babelon 2, Editions du C.N.R.S., Paris, 1985, pp. 113-170.
- 4 Barrandon, J. N.; Guerra, M. F.; Collin, B.; Le Roy Ladurie, E.; Morrisson, C. — «The diffusion of silver from Potosi in the XVI century European coinage» in E. Pernicka e G. A. Wagner, *Archaeometry '90*, Birkhäuser Verlag, Basel, 1991, pp. 11-18.
- 5 Callu, J. P.; Brenot, C.; Barrandon, J. N.; Poirier, J. — «Aureus obbryziacus», in *op. cit.* (v. nota 3), pp. 81-111.
- 6 Stos-Gale, Z. — «X-ray fluorescence and lead isotope analysis» in M. Price, E. Besly, D. MacDowall,

M. Jones e A. Oddy, eds., *A Survey of Numismatic Research 1978-1984, Vol. 2*, International Association of Professional Numismatists, Special Publication N° 9, London, 1986, pp. 978-1003.

7 Gale, N. H. — «Lead isotope analyses applied to provenance studies - A brief review» in Y. Maniatis, ed., *Archaeometry. Proceedings of the 25th symposium on archaeometry*, Elsevier, Amsterdam, 1989, pp. 469-502.

8 Sayre, E. V.; Yener, K. A.; Joel, E. C.; Barnes, I. L. — «Statistical evaluation of the presently accumulated lead isotope data from Anatolia and surrounding regions», *Archaeometry*, 34, 1992, pp. 73-105.

9 Gale, N. H.; Stos-Gale, Z. A.; Leese, M. N.; Pernicka, E.; Reedy, T. J.; Reedy, C. L.; Sayre, E. V.; Yener, K. A.; Joel, E. C. — «Evaluating lead isotope data: comments on E. V. Sayre, K. A. Yener, E. C. Joel and I. L. Barnes, 'Statistical evaluation of the presently accumulated lead isotope data from Anatolia and surrounding regions', *Archaeometry*, 34, 1992, pp. 73-105, and reply», *Archaeometry*, 34, 1992, pp. 311-336.

10 Budd, P.; Gale, D.; Pollard, A. M.; Thomas, R. G.; Williams, P. A. — «Evaluating lead isotope data: further observations», *Archaeometry*, 35, 1993, pp. 241-7.

11 Sayre, E. V.; Yener, K. A.; Joel, E. C.; Gale, N. H.; Stos-Gale, Z. A.; Pernicka, E.; Budd, P.; Gale, D.; Pollard, A. M.; Thomas, R. G.; Williams, P. A. — «Comments on P. Budd, D. Gale, A. M. Pollard, R. G. Thomas and P. A. Williams, 'Evaluating lead isotope data: further observations', *Archaeometry*, 35, 1993, and reply», *Archaeometry* 35, 1993, pp. 247-63.

12 Brill, R. H.; Shields, W. R. — «Lead isotopes in ancient coins» in E. T. Hall e D. Metcalf, eds., *Methods of Chemical and Metallurgical Investigation of Ancient Coinage*, Royal Numismatic Society, Special Publication N° 8, London, 1972, pp. 279-303.

13 Gale, N. H.; Gentner, W.; Wagner, G. A. — «Mineralogical and geographical silver sources of Archaic Greek coinage» in D. M. Metcalf e W. A. Oddy, eds., *Metallurgy in Numismatics, Vol 1*, The Royal Numismatic Society, Special Publication N° 13, London, 1980, pp. 3-49.

14 Oddy, W. A.; Hughes, M. J. — «The specific gravity method for the analysis of gold coins, in *op. cit* (v. nota 6), pp. 964-77.

15 Cabral, J. M. P.; Marinho, J. R. — «Non-destructive examination of four plated Almoravid qirats» in M. G. Marques e D. M. Metcalf, eds., *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area, 3.*, Sociedade Numismática Scalabitana e Instituto de Sintra, Santarém, 1988, pp. 175-186.

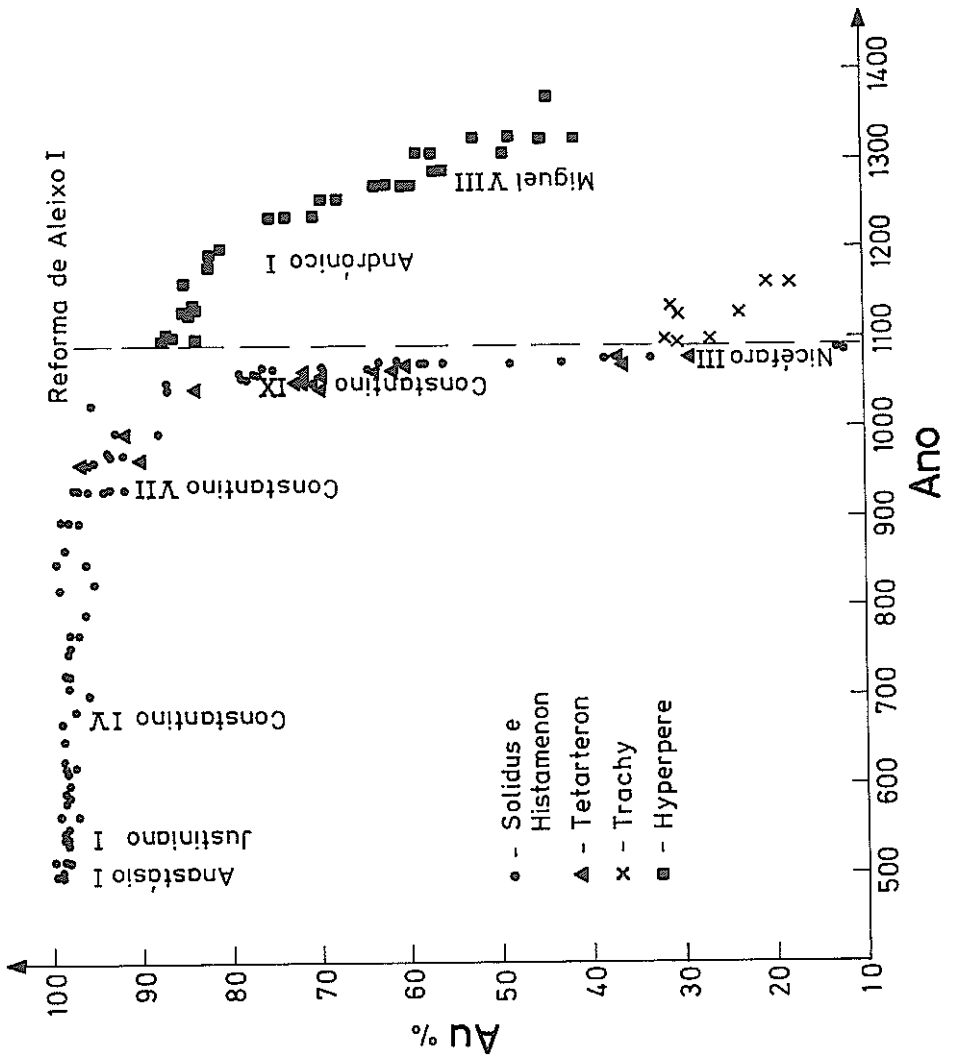
16 La Niece, S. — «Technology of silver-plated coin forgeries» in M. M. Archibald e M. R. Cowell, eds., *Metallurgy in Numismatics, Vol 3.*, Royal Numismatic Society, Special Publication N° 13, London, 1993.

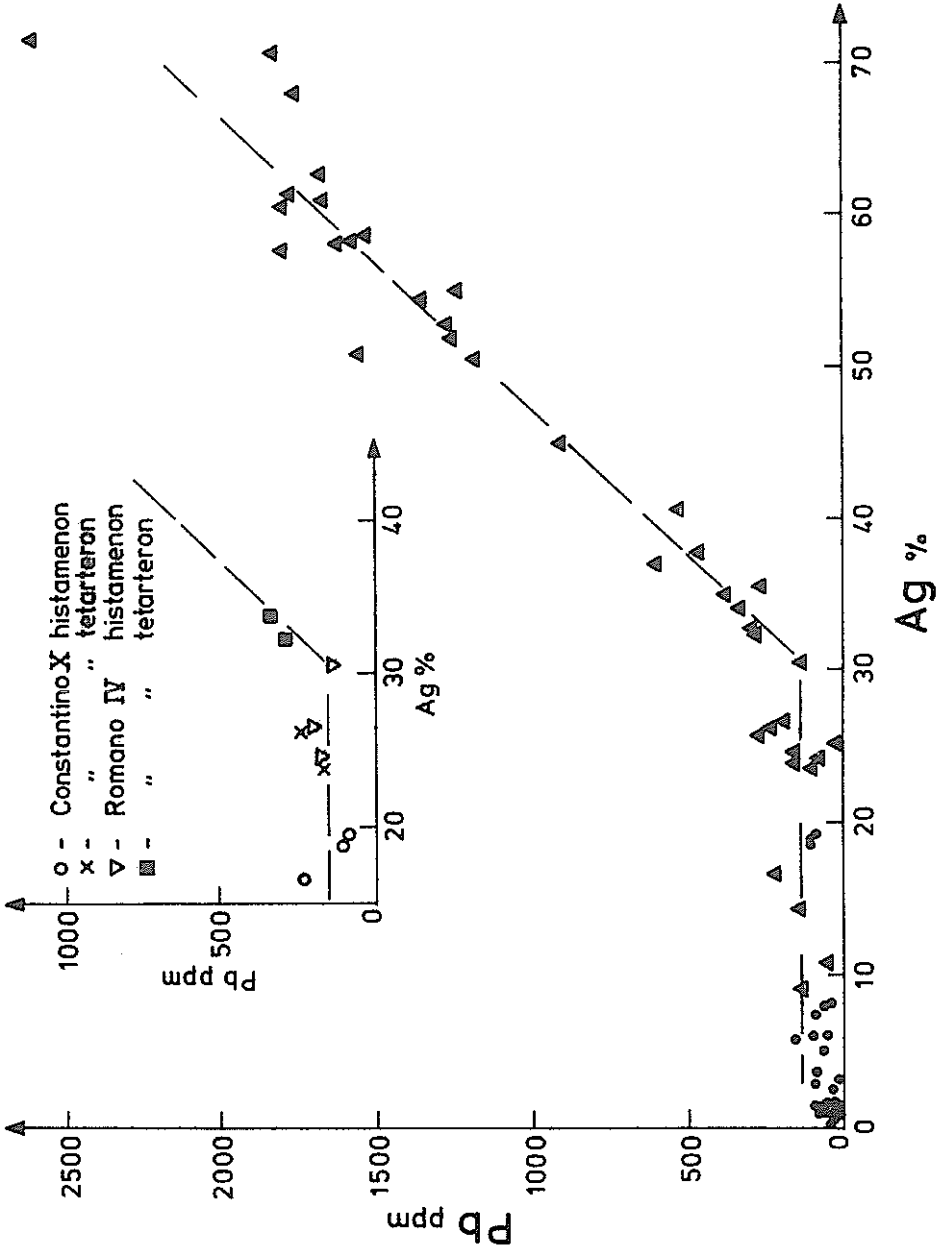
17 Oddy, W. A.; Cowell, M. R. — «The technology of gilded coin forgeries», in *op. cit* (v. nota 16).

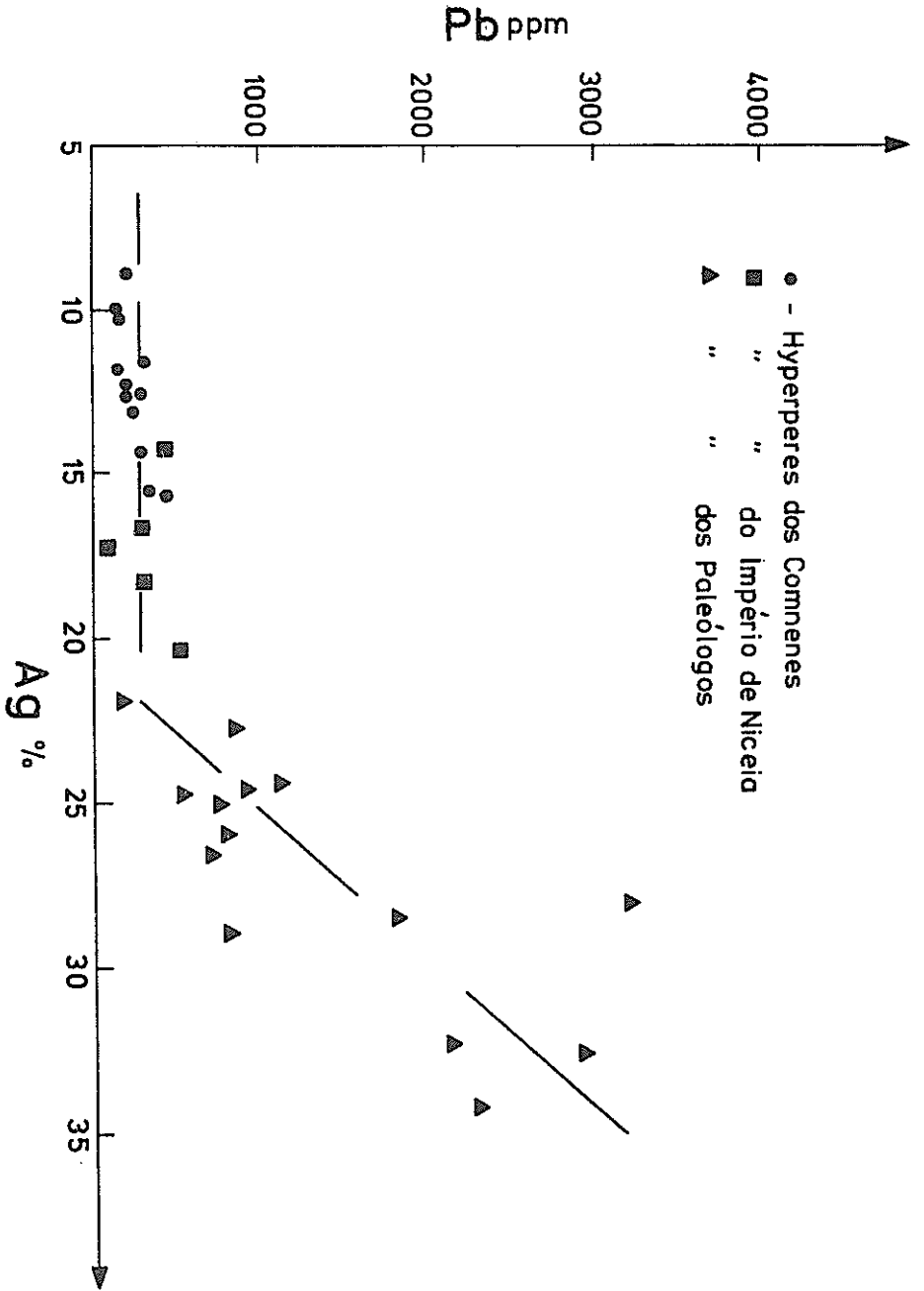
18 Page, R. — «The runic solidus of Schweindorf, Ostfriesland, and related runic solidi», *Medieval Archaeology*, 12, 1968, pp. 12-25.

19 Terry, K. W.; De Laeter, J. R. — «X-ray diffraction analysis of grain size as a method of detection of reproductions among seventeenth-century Spanish silver reales», *Num. Chron.*, 14, 1974, pp. 198-202.

20 Overbeck, B.; Born, E. — «Overstrikes on antique coins, possibilities of numismatic and historical evidence by scientific methods», *Archaeo-Physicka*, 10, 1979, pp. 247-52.







ACHADOS MONETÁRIOS

DEPÓSITO DE MOEDAS DA JUDEIA ACHADO EM MÉRTOLA

Rui M.S. Centeno/J.M. Valladares Souto

A escassez de referências nas fontes literárias e de vestígios arqueológicos relacionados com a presença de judeus na Península Ibérica durante a época romana, tem sido repetidamente assinalada na curta bibliografia disponível sobre este tema da história da Hispânia¹. Na verdade, mesmo aceitando-se a possibilidade da vinda de judeus para a Península numa etapa anterior², os textos clássicos e a reduzida quantidade da documentação arqueológica, epigráfica e numismática³ pouco nos esclarecem sobre os efeitos da diáspora no território peninsular, nomeadamente, a partir dos finais do período republicano como consequência das acções militares de Pompeius na Palestina, em 63-62 a.C.⁴

Neste contexto, a divulgação de novos dados que permitam aprofundar o nosso conhecimento sobre a comunidade judia da Hispânia, reveste-se de particular interesse, como acontece com as moedas que agora se publicam. Apesar de só muito recentemente termos tido notícia do achado (J.M.V.S.), conseguimos apurar que foi encontrado junto de Mértola, em 1968, no decurso da demolição de um muro antigo, presumivelmente, de uma habitação. O depósito era composto por 11 meios-quadrantes —denominação standard das cunhagens de Jerusalém sob os reis judeus e os procuradores romanos, designada por

¹ Cf. A. García y Bellido, "El elemento forastero en Hispania Romana", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 144, 1959, p. 119-54, J. M. Blázquez, "Relaciones entre Hispania y los semitas (sírios, fenícios, chipriotas, cartagineses y judíos) en la Antigüedad", in *Economía de la Hispania Romana*, Bilbao, 1978, p. 619-46 (publicação original in *Beiträge zur Alte Geschichte und deren Nachleben*, Berlim, 1969) e, fundamentalmente, L. García Iglesias, "Los judíos en la España romana", *Hispania Antiqua*, III, 1973, p. 331-66.

² L. García Iglesias, *op. cit.*, p. 333-37.

³ L. García Iglesias, *op. cit.*, p. 337-48.

⁴ L. García Iglesias, *op. cit.*, p. 339.

prutah ou *lepton*⁵— datáveis entre os anos 6 e 59 da nossa Era e emitidos em Jerusalém, de que a seguir se apresenta o respectivo catálogo:

PROCURADORES DE AUGUSTUS

Coponius (6 a 9 d.C.)

1. - AE, ano 6, 1,69 grs., diâmetro 17 mm.

Anverso

Espiga de cevada. Orla de pontos.

Legenda: **KAICA - POC**

Reverso

Palmeira com oito ramos e dois cachos de tâmaras. Orla de pontos.

Legenda: **L - ΛΣ**

RPC I 4954.

Marcus Ambibulus (9 a 12 d.C.)

2 e 3. - AE, ano 9, 2,26 e 1,57 grs., diâmetro 16 mm.

Anverso

Espiga de cevada. Orla de pontos.

Legenda: **KAICA - POC**

Reverso

Palmeira com oito ramos e dois cachos de tâmaras. Orla de pontos.

Legenda: **L - ΛΘ**

RPC I 4955.

4 e 5. - AE, ano 11, 2,14 e 1,98 grs., diâmetro 16 mm.

Anverso

Espiga de cevada. Orla de pontos.

Legenda: **KAICA - POC**

Reverso

Palmeira com oito ramos e dois cachos de tâmaras. Orla de pontos.

Legenda: **L - MA**

RPC I 4957.

⁵ *RPC I*, p. 588-89. Sobre o *prutah*, cf. D. Sperber, *Roman Palestine, 200-400. Money and prices*, Ramat-Gan, 1974, p. 28-9.

PROCURADORES DE TIBERIUS

Valerius Gratus (15 a 26 d.C.)

6. - AE, ano 16, 2,31 grs., diâmetro 16 mm.

Anverso

Grinalda atada por cima; em baixo, uma espécie de medalhão fecha a grinalda. Orla de pontos.

Legenda: **KAI / CAP**, ao centro.

Reverso

Dupla cornucópia entre elas um caduceu. Orla de pontos.

Legenda: **TIBEPHO[Y]**; no campo: **L - Γ**

RPC I 4960.

7 a 9. - AE, ano 17, 1,94, 1,79 e 2,24 grs., 15, 15 e 16 mm.

Anverso

Sarmento do qual saem duas folhas e gavinhas. Orla de pontos.

Legenda: **IOYAIΑ**, da esquerda para a direita, sobre o sarmento.

Reverso

Ânfora estreita e alta com duas asas e tampa com pega. Orla de pontos.

Legenda: **L - Δ**

RPC I 4963.

AGRIPPA I

10. - AE, ano 41/42, 2,52 grs., diâmetro 18 mm.

Anverso

Pálio numa lança. Orla de pontos.

Legenda: **BACIAEWC A[ΓΡΙΠΠΑ]**

Reverso

Três espigas de cevada com pé e entre duas folhas. Orla de pontos.

Legenda: **L - Σ**

RPC I 4981.

PROCURADOR DE NERO

Festus (52 a 60 A. D.)

11. - AE, ano 59, 1,57 grs., diâmetro 15 mm.

Anverso

Grinalda atada por baixo, composta por grupos de pares de folhas; por cima, a grinalda é fechada por uma espécie de medalhão. Descentrado. Orla de pontos.

Legenda: NĒP/WN[O]/C

Reverso

Ramo de palmeira na vertical. Orla de pontos.

Legenda: [L] ⊆ KAIC[A-POC]

RPC I 4972.

Estas pequenas moedas de bronze foram cunhadas em grandes quantidades, tendo uma larga difusão pelas diferentes comunidades judaicas do Médio Oriente e de Chipre, facto que lhe confere um estatuto similar ao de amoeção “imperial provincial”⁶, conhecendo-se ainda achados destas moedas, por exemplo, no Epiro, na Gália Narbonense e na Aquitânia⁷.

No referente à Hispânia os achados de peças da Judeia estavam confinados às regiões da Catalunha e da Andaluzia, com destaque para 15 exemplares avulsos provenientes de Emporion⁸; no centro histórico de Mataró (Barcelona), no decurso de escavações realizadas em “Can Xammar”, em 1970, foram descobertos dois bronzes das emissões dos procuradores de Augustus⁹; finalmente, L. Villaronga¹⁰ recensou vários achados de moedas judias na Andaluzia, quase todas do tempo de Tiberius, do tipo RPC I 4963. Considerando a globalidade de numerário avulso recolhido na Península podemos afirmar que a maior parte dos exemplares se situa em termos cronológicos no reinado de Tiberius, pertencendo as restantes moedas aos reinados de Augustus (1 ex. de Emporion e 2 ex. de Mataró), de Herodes I (37-4 a.C.) (1 ex. de Emporion) e de Herodes Archelaus (4 a.C.-6 d.C.) (1 ex. de Emporion).

Quanto ao achado de Mértola devemos salientar, em primeiro lugar, a sua singularidade, dado tratar-se do único depósito de moedas da Judeia aparecido, até ao momento, em solo hispânico. Por outro lado, o conjunto monetário, para além de peças dos reinados

⁶ K. Butcher, “Coinage and Currency in Syria and Palestine to the Reign of Gallienus”, in *Coin Finds and Coin Use in the Roman World* (Studien zu Fundmünzen der Antike, 10), Berlin, 1996, p. 108.

⁷ M. Grant, *From Imperium to Auctoritas. An Historical Study of Aes Coinage in the Roman Empire*, Cambridge, 1946 (reimpr. 1969), p. 131, n. 12.

⁸ E. Ripoll, J. M. Nuix y L. Villaronga, “Monedas de los judíos halladas en las excavaciones de Emporiae”, *Numisma*, XXVI, 1976, p. 59-66 (são catalogados 10 ex. e referenciados mais 2 ex. das escavações de 1974 e 1975 e um terceiro de uma colecção particular). P.P. Ripollès Alegre, *La circulación monetaria en la Tarraconense mediterranea*, Valência, 1982, p. 182, inventaria mais duas peças pertencentes ao Gabinete Numismático da Catalunha (Barcelona).

⁹ Francisco Gusi Gener, “Hallazgo de dos monedas de los Procuradores de Judea en Iluro (Mataró, Barcelona)”, *Numisma*, XXVI, 1976, p. 67-69. Este achado também foi registado por E. Ripoll, J. M. Nuix y L. Villaronga, *op.cit.*, p. 63, n. 6 e por P.P. Ripollès Alegre, *op.cit.*, p. 79-80 (por lapso, refere que uma das moedas seria do reinado de Gaius).

¹⁰ L. Villaronga, “Monedas de los judíos halladas en Andalucía”, *Gaceta Numismática*, 68, 1983, p. 25-26.

de Augustus (5 ex.) e de Tiberius (4 ex.), inclui ainda moeda de Agrippa I, de 41/42, e outra de Festus, procurador de Nero, do ano 59, apontando uma data plausível para o ocultamento do depósito entre o final do período neroniano e os primeiros anos do governo de Vespasianus. Esta última hipótese é particularmente interessante, pois permite uma eventual relação com os trágicos acontecimentos verificados na Judeia durante o reinado do primeiro imperador flávio, isto é, a tomada de Jerusalém pelo seu filho Titus Caesar, em 7/8 de Setembro de 70 e a queda de Massada em 15 de Abril de 73, que obrigaram muitos judeus a abandonar as suas terras e a fixar-se em regiões mais seguras, entre as quais se encontravam certamente as províncias hispânicas.

A distribuição espacial dos achados numismáticos referenciados parece testemunhar que, nas primeiras décadas do regime imperial, a presença de judeus se limitou a alguns núcleos costeiros do sul e do levante ¹¹, em resultado da instabilidade existente na Judeia que se revestiu de particular gravidade nos reinados de Gaius ¹² e Vespasianus. Contudo, a julgar pela cronologia do epitáfio de Mérida (*CIL* II 515), num momento posterior, talvez ao longo do século II, assiste-se a uma penetração de elementos judeus no interior do território peninsular, certamente já motivada por razões de natureza económica ¹³.

Assim, parece ser de atribuir à presença de uma comunidade judia, pelo menos desde os primeiros anos do Império, a entrada na Hispânia de pequenas quantidades de numérário da Judeia, de baixo valor, sem qualquer importância para as necessidades do comércio local ou para acumulação de riqueza, desempenhando antes uma função simbólica ou sentimental para os seus detentores ¹⁴. Em reforço desta interpretação podemos convocar o exemplo do tesouro de En-Gedi (Israel), encontrado em 1964 no muro de uma casa do século I e composto por 139 moedas de bronze da Judeia até ao ano 59, que documenta o costume judaico de esconder numa parede de uma nova habitação, de preferência virada para Jerusalém, moedas de valor igual ao tributo que, anualmente, cada homem entregava no Templo ¹⁵. Esta tradição judaica poderá ter originado a formação do depósito de Mértola, também ele ocultado no muro de uma casa, atestando uma função simbólica da moeda que também contribuiu para justificar a dispersão destas peças na bacia do Mediterrâneo.

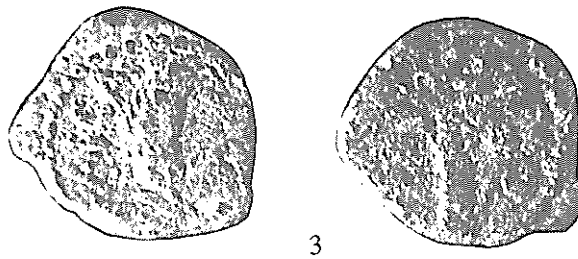
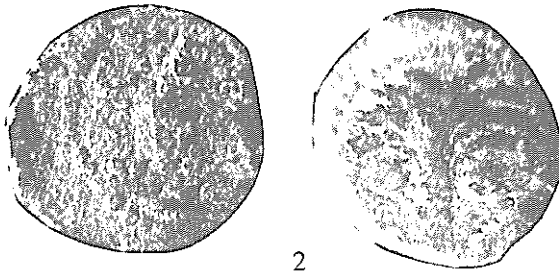
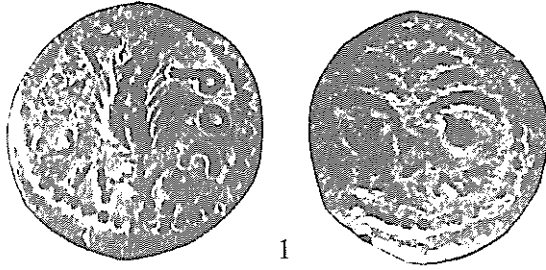
¹¹ E. Ripoll, J. M. Nuix y L. Villaronga, *op.cit.*, p. 63-65 e, dos mesmos autores, "Consecuencia del estudio estadístico de las monedas halladas en las excavaciones de Emporion, *Studien zu Fundmünzen der Antike*, 1, Berlim, 1979, p. 257.

¹² L. García Iglesias, *op. cit.*, p. 339.

¹³ L. García Iglesias, *op. cit.*, p. 364.

¹⁵ Y. Meshorer, "The En-Gedi Hoard", *Proceedings of the 8th International Congress of Numismatics, New York/Washington, September 1973*, Paris/Basileia, 1976, p. 111-12.

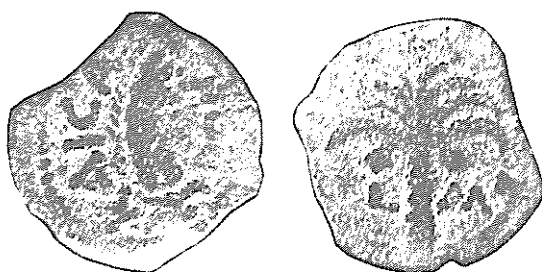
¹⁴ E. Ripoll, J. M. Nuix y L. Villaronga, *op.cit.*, p. 66.



Esc.: 2x



4

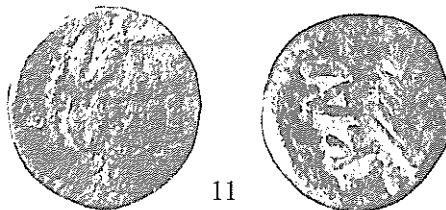
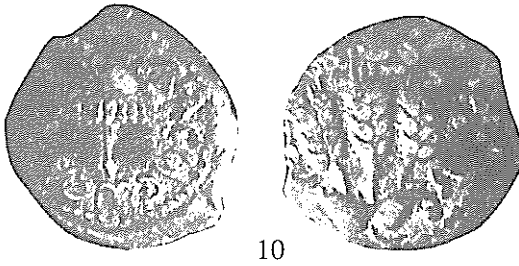
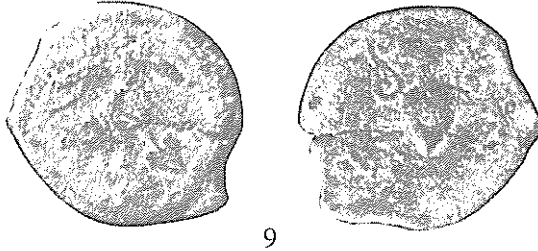
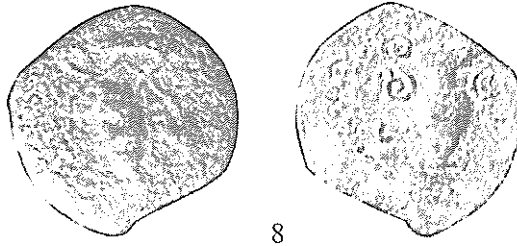
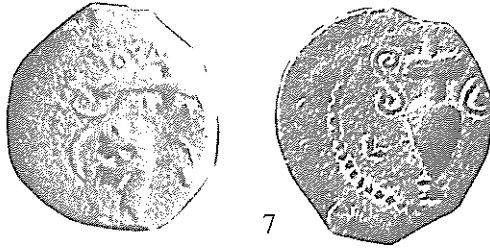


5



6

Esc.: 2x



ACHADOS NUMISMÁTICOS ROMANOS DO ENTRE
DOURO E VOUGA LITORAL
CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO CRÍTICO

António Manuel S. P. Silva*

Nota introdutória

O presente ensaio é parte de um estudo mais vasto sobre a proto-história e a romanização da região do Entre Douro e Vouga Litoral (Silva, A.M. 1994), assente num recenseamento geral de achados e estações arqueológicas destas cronologias, e incluindo inventários específicos para as ocorrências numismáticas e epigráficas. O que agora se publica, deste modo, não pretendeu constituir um estudo monográfico mas apenas um levantamento geral, com base essencialmente na informação publicada, destinado porventura a servir de base a ensaios de maior fôlego. Ao texto original foram feitas apenas correcções pontuais e algumas actualizações respeitantes a trabalhos saídos posteriormente.

A ocupação romana do Entre Douro e Vouga Litoral

As transformações decorrentes da romanização na região que temos por objecto (Est. I) podem ser, do ponto de vista dos dados arqueológicos, observadas em diferentes registos, de que o numismático constitui apenas, naturalmente, um dos elementos do sistema socio-económico.

O inventário dos vestígios de época romana regista mais de três dezenas de locais onde a marca cultural dos invasores ficou mais notoriamente assinalada, distribuídos por povoados castrejos, sepulturas e necrópoles e ocorrências de outra natureza, como é o caso dos restos viários, dos fornos cerâmicos ou dos testemunhos ligados à mineração.

*Mestre em Arqueologia. Gabinete de Arqueologia Urbana da C. M. Porto. Docente da Escola Superior Artística do Porto. Sócio da S. P. N.

Com carácter mais móvel, acrescem a estes locais os achados numismáticos e os epigráficos, que em conjunto totalizam cerca de meia centena de ocorrências.

Uma primeira nota que parece ressaltar é o grande sentido de continuidade que se verifica entre a ocupação indígena, castreja, e os polos romanizados mais importantes. Não existindo em todo o Entre Douro e Vouga Litoral qualquer fundação urbana de iniciativa romana, nem tão pouco se conhecendo qualquer *villa*; é nos castros mais significativos que encontramos também os primeiros vestígios de uma romanização mais profunda, com reflexos ao nível das arquitecturas, da estruturação dos povoados e da utensilagem quotidiana, como sucede em Romariz (Santa Maria da Feira), Monte Murado (Vila Nova de Gaia), Ul (Oliveira de Azeméis) ou Cabeço do Vouga (Águeda). O universo funerário que nos é transmitido pela localização de sepulturas e necrópoles, por sua vez, parece caracterizar, essencialmente, ocupações tardo-imperiais.

Por outro lado, os vestígios romanos parecem claramente polarizados, à luz do corrente estado da investigação, em áreas como a foz do Douro, a foz do rio Paiva e ainda, porventura, a zona do Baixo Vouga. O traçado da via *ex Olisipone ad Bracaram* constitui também aqui um notório vaso difusor de signos de romanização, produzindo um corredor por onde se distribuem povoados romanizados, epígrafes e achados numismáticos. Em contraponto, o *hinterland* modernamente distribuído pelos concelhos de Arouca, Vale de Cambra ou Sever de Vouga apresenta-se extremamente rarefeito de vestígios romanos, parecendo acusar um fenómeno de marginalização cultural que, curiosamente, parece repetir-se igualmente na franja litoral atlântica, onde pontificam pequenos castros de tradição indígena sem traços notórios de aculturação, como é evidente em Ovil (Espinho) e sucederá também, por exemplo, em Salreu (Estarreja).

Os achados numismáticos

Os achados de moedas romanas apresentam, deste modo, uma importância particular para o estudo do processo de integração das comunidades indígenas da região do Entre Douro e Vouga Litoral no *modus vivendi* latino, nomeadamente, mas não só, nos aspectos que respeitam à vida económica.

Porém, para que tal avaliação resultasse mais fundamentada e conseqüente, necessário seria conhecermos quais as modalidades de que se revestia a circulação de bens materiais nos diferentes contextos sociais anteriores à chegada dos romanos. Na realidade, se a difusão e intercâmbio de artefactos e matérias-primas está plenamente confirmada no registo arqueológico desde épocas tão remotas como as da pré-história recente, os actos colectivos ou individuais que enformavam tais transacções permanecem largamente desconhecidos até ao aparecimento da economia monetária mediterrânea neste extremo atlântico da Península.

Nomeadamente, na esteira dos paradigmas etnográficos que Marcel Mauss agrupou no seu *Essai sur le don*, tem-se afirmado a eventual existência de redes de circulação de determinados itens de prestígio entre elites, num quadro de troca de dádivas cujo sentido ultrapassa largamente o “valor” dos bens ofertados ou recebidos para atingir o plano mais amplo de coesão social e interacção entre comunidades, o que distingue, afinal, o “sistema de prestações totais” apreendido por Mauss (1988:56). Estas trocas cerimoniais, obedecendo a mecanismos de reciprocidade caros às sociedades tradicionais, como observou Thurnwald¹, não são formalmente desmentidas pela documentação arqueológica, adequando-se bem, pelo contrário, à ocorrência de certos artefactos cujo valor simbólico ou sumptuário parece ultrapassar o utilitário ou comercial, como foi já sugerido acerca das contas de colar de pasta vítrea (Naveiro 1991:71). Todavia, a aceitar--se esta possibilidade, não só se revela de grande dificuldade a realização do inventário dos bens cuja circulação poderia estar sujeita a esses sistemas sociais², como permanecem ignoradas as diversas esferas de interacção, que podiam limitar-se a comunidades com relações de contiguidade e afinidade particulares ou estender-se a unidades étnicas vizinhas autónomas, de acordo com o modelo da “*peer polity interaction*” desenvolvido por Renfrew (1986). Dito de outra forma, não é fácil concluir, até pela fluidez das “fronteiras”, se essa eventual troca cerimonial de bens se processaria entre *castella*, entre *civitates* ou servindo de elo de ligação entre distintos *populi*, para usar a terminologia latina.

O que as fontes literárias nos dizem de mais expressivo colhêmo-lo em Estrabão, que regista processarem-se nas regiões mais interiores da Lusitânia a troca directa de mercadorias ou o uso de lâminas de prata recortadas³, o que os vestígios arqueológicos em parte parecem confirmar, pela localização de bolas de prata e fragmentos deste metal e de ouro em tesouros de jóias (Centeno 1987:187, nota 6), devendo por isso o metal, argentífero ou outro, ter constituído de algum modo valor-padrão nesta economia pré-monetária (Naveiro 1991:168, nota 31).

Seja como for a penetração da numária antiga, através possivelmente de comerciantes púnicos numa primeira fase e com os romanos a partir do séc. II a.C., representou por certo um elemento de ruptura. Item inovador, porventura prestigiante, a moeda providenciava também um outro valor passível de entesouramento, ao mesmo tempo prático e cómodo; seguro pela incorporação de metais nobres e similarmente produto de risco em caso de desvalorização, facilmente convertível e transaccionável por fim.

¹Richard Thurnwald, *L'Économie Primitive*, Paris, 1937 (cit. por Oliveira 1955, nota 13).

²Para não referir já a eventualidade dessa interacção se processar também com outros “bens” menos tangíveis, como sucede com a troca de informação e os “trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos” próprios das sociedades de pastores e agricultores tradicionais (Oliveira 1955).

³Estrabão, *Geografia*, III, 3, 7 (Velooso & Cardoso 1965:43).

Em resumo, podemos sintetizar esse potencial efeito de ruptura a dois níveis. Por um lado, como vimos, pela circunstância da economia monetária colocar em causa (ou gradualmente substituir) sistemas de troca e oferta pré-existentes; por outro, pelo efeito integrador que a manipulação e apropriação de um bem como a moeda pode ter tido no contexto da aculturação das populações indígenas. Mais que a presença porventura distante de autoridades administrativas e funcionários, ou o contacto pontual com elementos militares, o uso do dinheiro, sob forma amoedada, poderá ter actuado ao nível das estruturas mentais e simbólicas das comunidades e dos respectivos padrões económicos de intercâmbio de bens como um elemento fundamental da assimilação e da integração ao poder latino, cumprindo afinal a função propagandística que é um dos seus principais apanágios.

Para uma primeira análise das ocorrências monetárias na região de estudo, inventariámos⁴ todas as referências bibliográficas encontradas para moedas romanas e pré-romanas⁵, o que totalizou um conjunto de 23 indicações (Est. I). Os achados foram classificados, na medida do possível, de acordo com a tipologia mais comum, entre descobertas fortuitas ou isoladas, tesouros ou achados em escavações ou estações arqueológicas (Grierson 1976:165). Um primeiro facto que convém registar é o carácter extremamente lacunar da informação disponível. Na grande maioria dos casos não foi possível encontrar-se referências aos contextos dos respectivos achados, nem tão pouco elementos seguros de quantificação ou classificação das peças ou conjuntos monetários, já que apenas seis ou sete ocorrências, quase todas respeitantes a tesouros, se encontram devidamente publicadas, com o correspondente catálogo e classificação⁶.

As duas tetradracmas gregas da Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia [21]⁷, dos séculos V e IV a.C. constituem de momento os exemplares mais arcaicos encontrados na região, se bem que se possa colocar a hipótese de aqui terem chegado em data bastante posterior à sua emissão, já por mãos romanas (Centeno 1987:188). Aliás, a imprecisão do contexto do achado, aliado a determinadas características particulares das peças, sugeriram mesmo a M. C. Hipólito (1983) fortes dúvidas acerca da efectiva localização da descoberta, tese que posteriormente R. Centeno contrabalançou com base em novos elemen-

⁴V. Inventário no final.

⁵Importa de facto sublinhar que trabalhamos quase exclusivamente com informações publicadas, ainda que frequentemente de forma imprecisa. Como é comum em se tratando de moedas, temos recolhido algumas indicações pouco claras de outros achados, que por impossibilidade de confirmação não incluímos no presente inventário.

⁶Na verdade, os tesouros têm constituído a atracção principal de arqueólogos e numismatas, parecendo haver um certo pudor ou menosprezo pelo estudo e publicação de achados isolados ou de contexto menos preciso, o que, à hora de um levantamento como este, resulta bastante empobrecedor.

⁷Os números entre parênteses rectos remetem para o inventário final e cartografia respectiva (Est. I).

tos documentais sobre o achado, não vendo óbice de maior à procedência mediterrânica, ou mesmo egípcia, dos numismas, facto com paralelos no País no que se refere a materiais arqueológicos coevos (*Idem* 1987:190-1).

No que respeita às ocorrências de numerário romano, particular atenção tem sido votada aos tesouros. De facto, registam-se nesta área pelo menos nove tesouros (Est. II), sendo um de denários de prata, no castro de Romariz [13] e os restantes de exemplares do século IV (Arouca [3], Castelo de Paiva [7] e [11], dois no castro de Fiães [12] e um no de Ossela [15]). Uma notícia oitocentista acerca do achado de “várias moedas romanas de prata e cobre entre seis grossos tijolos”⁸ [2] parece sugerir o aparecimento de um outro tesouro, cujo paradeiro se desconhece, podendo resultar de outro tesouro um achado recente em São João da Madeira [17] entretanto desaparecido. Também as moedas gregas da Serra do Pilar poderiam porventura incluir-se num depósito deste tipo, a confirmar-se a indicação de R. Centeno, segundo o qual as duas tetradracmas estudadas fariam parte de um conjunto de 6 ou 8 moedas (1987:281).

A análise dos contextos destas descobertas, bem como dos contentores utilizados, revela-nos uma grande variabilidade. O de Romariz [13] foi achado dentro de “uma espécie de ânfora de prata”, o de Ossela [15] numa pequena vasilha metálica, e o de Paiva [11] dentro de um saco de couro. Os do castro de Fiães [12] apareceram na parte superior de um estrato de incêndio, o primeiro, e num estrato escuro sobreposto por *imbrices* o segundo, sugerindo R. Centeno, com base na observação do processo deposicional, que ambos devem ter caído de qualquer local na parte superior das respectivas casas, aquando do seu incêndio ou derrube do telhado (1976:171-3). Desconhece-se naturalmente a natureza dos respectivos contentores, que podem ter sido de madeira ou têxtil, uma vez que deles não parece terem sido detectados quaisquer vestígios. Dos tesouros de Arouca, finalmente, registou-se uma espécie de caixa de tijolos para conter o achado que aparentemente se perdeu [2], revestindo-se de maior originalidade o local de depósito do tesourinho aparecido há poucos anos na Vila [3], já que os vinte pequenos bronzes se acharam escondidos no elemento dormiente de uma *mola manuaris* em granito, em cuja face superior foi talhada uma pequena cavidade, onde as moedas foram ocultadas e de seguida dissimuladas com uma argamassa plástica (Silva, A.M. 1990).

Sabemos muito pouco acerca das condições que terão levado os seus possuidores ao ocultamento dos tesouros, bem como das circunstâncias que presidiram à sua perda ou abandono. O de Santa Cecília, Castelo de Paiva parece corresponder a uma perda fortuita ou então, em atenção à natureza precíval do contentor, a um esconderijo eventual e tem-

⁸Para não multiplicar citações bibliográficas remete-se o Leitor para o inventário final, onde se indica a proveniência das informações utilizadas.

porário que por qualquer razão não pôde ser recuperado. Os de Fiães, como vimos, terão sido perdidos por motivo de qualquer situação de abandono ou, mais provavelmente, de destruição, considerando R. Centeno que a sua ocultação “parece estar na sequência do clima de insegurança que se fazia sentir na Península desde a chegada dos bárbaros em 409” (1976:174). Idênticas circunstâncias de instabilidade social poderão ter conduzido à sonegação do pequeno tesouro da mó de Arouca, bem escondido e seguro sob o olhar que vigiava a farinha mas cuja memória não parece ter sobrevivido ao respectivo proprietário. Bastante interessante é também a informação conservada acerca das condições de achado do tesouro republicano de Romariz. Não só foi encontrado dentro de um vaso de prata, como incluiria, além dos 102 numismas, uma argola de ouro e “uma espécie de crescente de prata”, o que sugere uma certa desmonetização dos denários em função do seu valor ponderal argentífero, no contexto de um sistema económico de transição e de circulação ainda restrita da moeda, o que se coaduna com a precocidade deste acto de entesouramento, que poderá ter constituído um tesouro público, comunitário, (Centeno 1977:212)⁹ ocultado por volta de 74-72 a.C., nos últimos anos das guerras sertorianas, segundo propõe o mesmo A. (*Ibid.*).

Um segundo grupo de achados monetários é constituído pelas ocorrências em estações arqueológicas, quer decorrentes de escavações científicas, quer ainda por achados fortuitos ou revolvimentos de curiosos. Importa salientar, antes de mais, que a informação disponível neste domínio está extremamente subregistada, valendo apenas como referência tópica de existência de material monetário e indicação cronológica genérica. Com efeito, os achados conhecidos provenientes de castros ou de necrópoles romanas não representam por certo, pelo menos em termos quantitativos, as peças efectivamente recolhidas, já pelo facto de se tratar, em diversos casos, de escavações antigas deficientemente registadas e cujo espólio se dispersou, já por esse fenómeno tão típico da sonegação do colecionismo e do “entesouramento” hodierno que entre as peças arqueológicas afecta as numismáticas de modo particular.

Na verdade, entre as necrópoles tardo-romanas, só as de Campo da Torre [10] e Valbeirô [9] forneceram conjuntos apreciáveis de moedas documentadas. Das de Espiunca [4], Folgoso [8] e Valadares [23], os registos disponíveis enumeram apenas um total de quatro moedas (!), valor irrelevante tendo em conta a extensão e o número de sepultamentos naquelas necrópoles. Facto semelhante verifica-se acerca dos achados monetários em castros e outras estações arqueológicas, que sintetizamos no quadro seguinte.

⁹Acerca do entesouramento habitual de uma parte significativa da moeda de prata republicana, eventualmente em tesouros “oficiais”, cfr. a pertinente observação de J. Alarcão (Alarcão & Encarnação 1990: 438 e nota 61).

QUADRO I

Inv.	Estação	Achados de escavação arqueológica	Achados avulsos	Total
[1]	Cabeço do Vouga	4	1	5
[5]	Valinhas	9	?	9
[6]	Cacia	-	1	1
[12]	Fiães	c. 1000 (147 de dois tesouros)	?	c. 1000
[13]	Romariz	3	102 (tesouro)	105
[15]	Ossela	1	2 + 130 (tesouro)	133
[16]	Ul	3	5	8
[19]	Monte Murado	-	13	13
[22]	Igreja do Bom Jesus de Gaia	3	-	3

Neste conjunto de estações, correspondentes a castros romanizados ou assentamentos de outra tipologia, o número de numismas registados é também, descontando-se os tesouros, vestigial, se bem que sejam comuns, no entanto, as indicações populares ao achado de moedas, cujo rasto se perdeu. Exceptuam-se, naturalmente, os exemplares procedentes de escavações arqueológicas, destacando-se neste domínio a grande quantidade de peças provenientes do castro de Fiães, mas se aqui o rigor é maior, faltam-nos em muitos casos os respectivos contextos estratigráficos e o catálogo das moedas.

Finalmente, algumas considerações acerca dos achados avulsos, nomeadamente em locais à partida não identificados com estações arqueológicas, como sucede com as descobertas de Macinhata da Seixa [14] e Coimbrões [20]. Também aqui o subregisto é imenso, já que, se praticamente por toda a região são correntes as alusões ao achado de moedas mais ou menos avulsas, escassas são as que sobrevivem nas monografias locais ou chegam a outras publicações, a menos que se trate de exemplares excepcionais, como aconteceu com o *solidus* de Macinhata. Na verdade, como salienta Grierson, o registo cumulativo dessas descobertas individuais, pese embora o risco que comportam no que toca ao contexto de achado e momento de perda, pode revelar-se de grande significado não só para a detecção de locais arqueológicos desconhecidos, como também para a avaliação da circulação efectiva de determinados espécimes (1976:169), já que o descarte fortuito não tem a selectividade e especificidade de um tesouro ou depósito funerário, por exemplo, valorizando-se por isso como amostragem de certo modo aleatória¹⁰.

¹⁰Até certo ponto, bem entendido, uma vez que, como tem sido observado, as peças mais valiosas que eventualmente se perdessem seriam por certo objecto de buscas mais aturadas para a sua recuperação.

Nas Estampas I e II cartografámos as ocorrências monetárias verificadas, destacando os tesouros em particular mas também classificando-as por grandes períodos cronológicos: moedas gregas; republicanas, alto-imperiais e dos sécs. III-IV. No essencial, a informação disponível é demasiado escassa para uma aproximação fundamentada ao afluxo e circulação da moeda romana na região, pelo que apenas podemos fazer algumas observações de carácter mais geral.

A raridade de peças republicanas, que ocorrem unicamente no castro de Romariz, corresponde à situação verificada em todo o Noroeste hispânico, documentando afinal um momento em que o contacto com a moeda seria esporádico e muito localizado, antes do aprovisionamento regular de massas monetárias, que se terá iniciado apenas com Augusto (Centeno 1987:281). Ainda assim, e certamente em função do subregisto dos numismas imperiais, a centena de denários daquele tesouro é percentualmente muito superior, no conjunto das ocorrências do Entre Douro e Vouga, ao peso da moeda republicana na numária de Conimbriga, onde não excedeu os 0.46% (Pereira *et al.* 1974:195).

Já a escassez das emissões dos sécs. I e II (que não atingem sequer 0.5% no material que documentámos) não nos parece muito normal, mesmo tendo em conta a rarefacção da massa circulante após o encerramento das oficinas hispânicas nos reinados de Calígula ou Cláudio¹¹ e que só foi superada no século II (Centeno 1983:199; 1987:281-2). Em Conimbriga, mesmo pouco significativa, a moeda alto-imperial atinge ainda os 3.87% (Pereira *et al.* 1974:217), pelo que, se podemos tomar esta estação como “exemplificativa [da circulação] de toda a fachada atlântica entre Tejo e Douro” (Alarcão e Encarnação 1990:438), o peso das emissões de Augusto aos Antoninos deverá aumentar à medida que as escavações progredam ou se documentem melhor os achados antigos da nossa região. Note-se de passagem, contudo, e mesmo sendo a amostra de pouca fiabilidade, como vimos, o facto curioso da ocorrência mais numerosa (4 exemplares) ter sido detectada no Monte Murado (Vila Nova de Gaia) [19], castro onde o achado de duas *tesserae hospitales* permitiu documentar, precisamente na primeira década da nossa era, a presença de pelo menos uma família romana que a breve trecho conquista posição de relevo na comunidade (Silva, A.C. 1983; Fabião 1992:247).

Por fim, os exemplares numismáticos dos séculos III e IV, mesmo subapreciados, particularmente no que às necrópoles diz respeito, constituem largamente as peças mais representadas, ultrapassando os 90% no total das ocorrências contabilizadas, o que sucede igualmente em Conimbriga e é facto muito comum, aliás, na maioria das estações romanas do Ocidente (Pereira *et al.* 1974:217). A nota mais saliente, a este propósito, é a total dominância das emissões constantinianas, muito especialmente a partir de Constante

¹¹Cfr. para esta problemática Alarcão & Encarnação 1990:440, nota 66.

e Constâncio II (Centeno 1983:200). Em contrapartida, as moedas do século III surgem por ora na nossa região em quantidade pouco significativa. Mesmo não incluindo no cômputo a numária de Fiães, com um valor modal excessivamente grande no conjunto das ocorrências (perto de um milhar de numismas), as emissões dos Severos, nomeadamente antoninianos de Cláudio II, andarão apenas pelos 4% no conjunto das cunhagens dos dois séculos, muito longe portanto dos 23% registados em Conimbriga (Pereira, *ibid.*).

As elevadas ocorrências de espécimes monetários do século IV no Noroeste Peninsular tem sido associadas a um surto inflacionário após 335 (Centeno, *ibid.*), eventualmente potenciado por um efectivo incremento da produção e do comércio externo (Alarcão & Encarnação 1990:441). A níveis mais localizados, porém, a importância de alguns centros habitacionais, funcionando porventura como centros redistributivos, poderá também complementar aquelas explicações, como foi avançado a propósito de Fiães, onde se registou importante e variado espólio tardio (Almeida, C.A.F. & Santos 1971:157).

Um último aspecto que julgamos merecer destaque, no contexto das emissões teodosianas, é o aparecimento, fortuito, de dois *solidi* de Honório (Est. III), um na limpeza de um poço em Cacia [06], outro por ocasião de trabalhos agrícolas, em Macinhata da Seixa [14]. A classificação deste último e a revisão da identificação errónea do primeiro, levaram-nos a verificar tratar-se de peças muito semelhantes, correspondentes a tipos cunhados em 394-395 (*RIC*, IX:83-4, 35c), com a particularidade de ostentarem ambas marca dos *ateliers* de Milão. A possibilidade de se tratar de cunhagens suévicas imitando tipos tardo-romanos, já apontada para o exemplar de Cacia com base no aspecto algo grosseiro e imperfeito da moeda (Sarabando 1976:39), ganha talvez maior força com a descoberta deste segundo *solidus*, tendo em conta que a marca *MD* (em campo) parece ser exclusiva de territórios suévicos, nomeadamente em solo hoje português (Metcalf 1993:359)¹². A ser assim, o achado em regiões tão próximas de duas peças relativamente raras parece-nos particularmente importante, mesmo escapando um pouco ao âmbito cronológico da nossa investigação, a confirmar-se o carácter de imitações e a datação sueva dos numismas¹³.

Se os dados que compilámos podem trazer mais alguma luz sobre o afluxo e circulação da moeda romana nesta região durio-vaucense, a sua análise como agente da romanização confina-se a algumas ideias gerais. Na verdade, estamos ainda longe de perceber como gostaríamos a diacronia e as modalidades da difusão da moeda, os seus veículos, o modo como a pouco e pouco foi penetrando, para completamente revirar, a dinâmica da economia indígena. Se, como tem sido salientado, o exército legionário foi, a par dos

¹²Naturalmente, uma análise melhor documentada exigiria o exame físico das peças, mormente a sua pesagem, o que é difícil para o exemplar de Cacia, por se desconhecer o seu paradeiro.

¹³Cfr. Metcalf 1993 e Cabral & Metcalf 1997 para revisão recente desta problemática.

comerciantes, uma das fontes privilegiadas do aprovisionamento de moeda¹⁴, funcionando o *stipendium* e as necessidades de abastecimento militar como receita multiplicadora, pela criação de “indústrias” de serviços e manufactureiras relevantes para a manutenção das tropas (Casey 1992:97), o facto é que na nossa região de estudo as expedições militares não parecem ter sido, a avaliar pelas fontes escritas, particularmente intensas ou prolongadas, nem se documenta a instalação de acampamentos em redor dos quais as *canabae* pudessem proliferar. Na realidade, o asse de *P. Carisius* encontrado em Fiães, de 22-21 a.C. (Almeida & Santos 1971:157) é o único testemunho de emissão militar que se adequa um pouco àquele modelo, considerado recentemente pouco realista para a romanização das Ilhas Britânicas, nomeadamente para períodos anteriores a Trajano (Casey, *ibid.*).

Um outro aspecto que queremos observar, a propósito das emissões republicanas e do Alto Império, é o de que a ocorrência de espécimes numismáticos cunhados em metais nobres ou emitidos em metais e ligas de outra natureza, à margem da história monetária e dos fluxos económicos propriamente ditos, pode corresponder, num plano simbólico, a diversas fases do contacto cultural.

Na realidade, as cunhagens em ouro ou prata, por um fenómeno de recorrência ou reinterpretção em relação a matérias-primas desde há muito valorizadas no mundo indígena, possuíam um valor intrínseco em relação à quantidade de ouro ou prata que incorporavam, podendo por essa razão ser assimiladas com maior facilidade aos mecanismos de troca e oferta cerimonial porventura existentes nas sociedades autóctones, como já assinalámos. Por outro lado, as emissões de cobre ou bronze, por exemplo, requeriam de forma mais significativa, para a sua efectiva utilização num contexto de economia de mercado, que o seu valor fiduciário fosse reconhecido por todos os intervenientes nos processos de troca, pressupondo, deste modo, um maior grau de integração socio-económica. Assim, a maior abundância de numerário do século IV, pode significar, na nossa região, além de um reflexo de maior massa monetária circulante, também um momento de efectiva “generalização” do uso de dinheiro amoedado, o que se coaduna com as perspectivas de romanização tardia que apontamos, particularmente para as áreas mais interiores do Entre Douro e Vouga.

¹⁴Cfr. por ex. Roldán Hervas 1986:37; Centeno 1987:216; Alarcão & Encarnação 1990:437.

INVENTÁRIO

Ordenação dos descritores

- Nº de catálogo
- Código Geográfico Nacional
- 1. Concelho, freguesia, lugar
- 2. Tipo de achado (avulso, ocorrência em estação arqueológica, tesouro)
- 3. Contexto
- 4. Descrição, quantidade e tipo de exemplares
- 5. Cronologia
- 6. Referências e observações

01

01 01 10

1. *Águeda, Lamas, Cabeço do Vouga.*
2. Estação arqueológica (castro).
3. Impreciso. Um número indeterminado de moedas procedem de trabalhos agrícolas ou achados fortuitos. Três exemplares ocorreram nas escavações arqueológicas de 1941 e outra em intervenções realizadas recentemente (1996).
4. É desconhecido o número total de moedas aparecidas (Madahil 1941:70,77). Estão apenas descritos, sumariamente, quatro numismas de cobre: 1 de Quintilo, 1 de Galieno e 2 do séc. IV, um provavelmente de Constantino II e outro de Roma (rev. com loba e gémeos) (*Idem*, 84-87). A moeda encontrada nos trabalhos arqueológicos modernos, muito mal conservada, parece ser do séc. IV¹⁵.
5. Séculos III-IV.
6. Madahil 1941.

02

01 04 00

1. *Arouca.*
2. Tesouro (?)
3. Impreciso. O achado ocorreu, segundo Pinho Leal, em 1872, estando as moedas “entre seis grossos tijolos” (Leal 1873).

¹⁵ Agradecemos a Fernando A. Pereira da Silva, do Gabinete de Arqueologia da C. M. de Águeda e responsável pelos trabalhos arqueológicos recentes na estação, a informação sobre esta moeda.

4. "Várias moedas romanas, de prata e cobre, antiqüíssimas" (*Idem*).
5. Indeterminada.
6. Leal 1873 (s.v. "Arouca") noticia o achado, referido desde então em dicionários corográficos congéneres, acrescentando ainda que as moedas terão sido, naquela ocasião, doadas ao Museu Municipal do Porto¹⁶.

03

01 04 03

1. *Arouca, Arouca, Vila*.
2. Tesouro.
3. O tesouro apareceu em 1986, entre os entulhos de uma lixeira. Apurou-se que se tratava de materiais de demolição de uma antiga residência da vila, a Casa da Aborrida. Entre eles contava-se um elemento dormente de uma mó giratória granítica, em cuja face superior, escondidas num pequeno entalhe e dissimuladas com uma argamassa plástica, se acharam as moedas.
4. O pequeno tesouro era composto por 20 peças numismáticas, das quais estudámos 19, tendo-se dispersado a vigésima. Todos os exemplares são do período de Constâncio II e Valentiniano II, com cronologias entre 337 e 383, parecendo configurar um tesouro ocultado entre os finais do século IV meados do século V.
5. 2º e 3º terço do século IV.
6. Silva, A. M. 1990.

04

01 04 10

1. *Arouca, Espiunca, Alvariça*.
2. Estação arqueológica (necrópole).
3. A necrópole, escavada e revolvida em meados do presente século forneceu estelas epigrafadas, em xisto, e materiais arqueológicos típicos das necrópoles romanas tardias da bacia terminal do Douro, bem como moedas, cujo número e relação com as sepulturas e restante espólio se ignora completamente.
4. Número indeterminado. Um exemplar foi classificado como tendo sido emitido sob Galieno (Simões Júnior 1959:17-8), o que não podemos confirmar mas não surpreende, dada a comum ocorrência de moedas do terceiro século em contextos mais tardios.
5. Séc. III.
6. Simões Júnior 1959.

¹⁶ Buscas efectuadas no Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto (para onde transitou, após ter estado no Museu Nacional Soares dos Reis, o espólio numismático do antigo Museu Municipal) revelaram-se infrutíferas. Agradecemos a colaboração, para este efeito, de Filipe Teixeira, técnico responsável daquele Gabinete.

05

01 04 16

1. *Arouca, Santa Eulália, S. João de Valinhas.*
2. Achado de estação arqueológica (castro).
3. Nas intervenções arqueológicas que têm tido lugar nesta estação ocorreram entre 1993 e 1997 nove moedas romanas. A maior parte foram localizadas em níveis tardo-romanos e alti-medievais, pertencendo outras a níveis relativamente superficiais de encosta.
4. Com excepção de um numisma de Severo Alexandre, ilegível, todos os restantes exemplares correspondem a cunhagens do século IV, pertencendo a séries comuns de *nummus* e *Æ3*, dos tipos *GLORIA EXERCITVS, FEL TEMP REPARATIO, SECVRITAS REIPVBLICAE*, etc.¹⁷ Há também referências imprecisas a achados ocasionais.
5. Séculos III e IV.
6. Silva, A.M. 1995 (para o contexto arqueológico).

06

01 05 02

1. *Aveiro, Cacia, Torre.*
2. Achados avulsos numa estação arqueológica (castro romanizado?).
3. Para além de informações respeitantes a achados dispersos (Souto 1958:255), uma moeda apareceu na limpeza de um poço, a uma profundidade entre 12 e 15 metros (Sarabando 1976:38).
4. Trata-se de um *solidus* de ouro de Honório (Est. III.1). Sarabando, que noticia o achado da moeda (cujo paradeiro actual se desconhece) apresenta a classificação que dela fez, por fotografia, Sousa Oliveira, sendo a leitura bastante errónea (*id.*). O numisma, de tipo afim ao encontrado em Macinhata da Seixa (*vd. infra*, nº 14), corresponde ao tipo cunhado em Milão entre 394 e 395 (*RIC*, IX, p. 83-84, nº 35c). A possibilidade de se tratar de uma emissão sueva imitando o tipo romano, levantada já por J. Sarabando (*ibid.*) com base no aspecto grosseiro que aparenta é bastante plausível, podendo ser determinante para tal conclusão uma análise metroológica. Aliás, a ocorrência de imitações suevas de *solidi* de Honório com marca milanese tem sido recentemente re-analisada (Metcalf 1993:359; Cabral & Metcalf 1997:393-423), muito embora permaneça problemática a sua cronologia efectiva (Metcalf 1993:358; Cabral & Metcalf 1997:235-53).
5. 393-423.
6. Souto 1958; Sarabando 1976.

¹⁷ Agradecemos a colaboração de José Marcelo Mendes Pinto e Rui S. Centeno para a classificação destas moedas.

07

01 06 00

1. *Castelo de Paiva*.
2. Tesouro.
3. Refere-se apenas o aparecimento de um saco de couro, contendo o tesouro.
4. Tesouro de 2000 moedas, com o peso de 5 kg. Parece tratar-se de um tesouro do séc. IV, já que na notícia se indica a presença de moedas de Aureliano, Constantino e "Gregoriano" (?).
5. Séc. IV.
6. Bouza Brey 1955:387.

08

01 06 05

1. *Castelo de Paiva, Raiva, Folgoso/Picoto*.
2. Estação arqueológica (necrópole).
3. Tratar-se-á de uma necrópole, dado que se refere o aparecimento de sepulturas, uma inscrição funerária semelhante às de Espiunca (Arouca), um anel e materiais cerâmicos.
4. Regista-se a ocorrência de "uma moeda que não se pôde classificar por estar muito gasta" (Aguiar 1944:168).
5. Indeterminada.
6. Aguiar 1944.

09

01 06 07

1. *Castelo de Paiva, Santa Maria de Sardoura, Valbeirô*.
2. Estação arqueológica (necrópole).
3. Trata-se de uma necrópole de incineração com, pelo menos, cerca de 30 sepulturas, das quais foram escavadas sete. Na sepultura nº 3 acharam-se cinco moedas, encontrando-se outro exemplar na sepultura nº 4 (Dias 1994:118-9).
4. Na sepultura nº 3 encontraram-se um asse (Roma?, séc. I-II) e quatro antoninianos, um de Galieno (Roma?, 260-268) e os restantes de Cláudio II (cunhados em Roma entre os anos de 268 e 270). Na sepultura nº 4 achou-se outro asse, de Trajano, cunhado provavelmente em Roma entre 98 e 117 (*Idem, ibid.*). O estado de grande desgaste em que se achavam os antoninianos do terceiro século, e sobretudo dos asses alti-imperiais, a acusar intensa circulação, levaram a datar estes depósitos monetários, bem como a generalidade da necrópole, no século IV (*Ibid.*: 118, 132).
5. Séc. IV.
6. Dias 1985, 1994.

10

01 06 07

1. *Castelo de Paiva, Santa Maria de Sardoura, Campo da Torre*
2. Estação arqueológica (necrópole)
3. Serpa Pinto notícia o achado de uma necrópole, “da segunda metade ou fins do séc. IV”, que forneceu 15 moedas.
4. Três das moedas não puderam ser classificadas, as restantes eram do séc. III e um outro bronze era de *Caius Iulius Crispus*.
5. Séculos III-IV.
6. Gonçalves 1989:472-3.

11

01 06 09

1. *Castelo de Paiva, Sobrado, Santa Cecília*.
2. Tesouro.
3. Apareceu num campo do lugar de Santa Cecília, num saco de couro que logo se desfez (Pinho 1947:54).
4. Trata-se de moedas de meados do século IV, entre Constante e Valente. O tesouro não está quantificado, mas M. Pinho, que dele dá a primeira notícia, distribui o material numismático em 9 tipos, a cada um dos quais diz corresponderem “várias moedas”, o que permite supor, talvez, cerca de 30 exemplares. A sua composição parece afim da do tesouro de Arouca (*vd. supra*, nº 3).
5. 2º e 3º terço do séc. IV.
6. Pinho 1947:54-57; Hipólito 1961:48-49.

12

01 09 07

1. *Feira, Fiães, Monte de Santa Maria/Monte Redondo*
2. Estação arqueológica (castro) / 2 tesouros.
3. Em escavações arqueológicas antigas Mendes Correia regista a ocorrência de “algumas centenas de moedas” (Correia 1925:92), aludindo também ao que poderia ter sido um tesouro, supostamente aparecido dentro de “uma saca de esteira” (*id.* 94). Nas intervenções arqueológicas de 1971-1974 apareceram perto de um milhar de moedas. C. A. F. Almeida & E. Santos referem cerca de 800 (300 fragmentadas), que indicam não proceder de qualquer tesouro (1971:57) e, em trabalho subsequente mais seis exemplares (*Idem* 1972:9). R. Centeno estudou um tesouro aparecido em 1973 e outro em 1974, aparentemente depositados nos telhados ou na parte superior das habitações, segundo análise do processo deposicional (Centeno 1976:172-3).
4. Mendes Correia explicita que entre o material numismático que observou predominavam os espécimes do séc. IV, muito embora refira também uma moeda de ouro de Adriano (Correia 1925). O abundante material numismático noticiado por Almeida & Santos é composto, quase na íntegra, por pequenos bron-

zes, 4, do séc. IV, à excepção de um asse de Carisíó (22-21 a.C.) e um sestércio da Diva Augusta Faustina, de meados do século II (1971:157; 1972:9). Os tesouros publicados por Centeno têm a seguinte constituição: o de 1973 é de 103 moedas, e além de um numisma de Cláudio II, todos os restantes pertencem a $\text{Æ}2$, 3 e 4 do séc. IV, emitidos entre Constâncio II e Honório. O tesouro de 1974 era composto por 44 moedas, do século IV também, mediando as identificadas entre Constantino II e Arcádio. O mesmo A. propõe que o ocultamento de ambos os tesouros poderá ter ocorrido em meados do séc. V (1976:174).

5. Sécs. I a.C., I, II, III e IV (a quase totalidade).

6. Correia 1925; Almeida & Santos 1971; *Idem* 1972; Centeno 1976.

13

01 09 22

1. *Feira, Romariz, Monte do Castro.*

2. Tesouro (aparecido num castro).

3. O tesouro foi achado casualmente, em trabalhos agrícolas, dentro de “uma espécie de ânfora de prata”.

4. Além de uma argola de ouro e “uma espécie de crescente de prata”, encontraram-se 102 moedas (102,5 segundo Pinho Leal), das quais puderam classificar-se 72 exemplares a partir de um inventário publicado em 1843. Trata-se de 71 *denarii* republicanos e um ibérico (do *atelier* de *Secobirices*). Centeno propõe o momento de 74-72 a.C. para a ocultação do tesouro, em data relacionada com a fase final das guerras sertorianas. Adianta ainda a hipótese de tratar-se de um tesouro público, comunitário (1976-77:212).

Nas escavações recentes apareceram três denários: um de *Brutus* (54 a. C.), outro de *Tiberius* e outro de *Nero Drusus* (41-45 d.C.) (Silva, A.C.1986:53, nota 305).

5. Entre 157-156 e 74 a.C. e meados do séc. I.

6. Santos 1940; Centeno 1977; Silva, A.C. 1986; Pinho Leal (1874:201) refere também a existência de moedas do Império, sem precisar qualquer outro detalhe.

14

01 13 06

1. *Oliveira de Azeméis, Macinhata da Seixa, Alto do Monte.*

2. Achado avulso.

3. Achado ocasional, em 1984 ou 1985, no decurso de trabalhos agrícolas.

4. Trata-se de um *solidus* em ouro de Honório, idêntico ao aparecido em Cacia (*vd. supra*, nº 6) e também com marca de *Mediolanum* (*RIC*, IX, p. 83-84, nº 35c). As considerações que fazemos acerca do sólido de Cacia podem igualmente aplicar-se a esta peça, que todavia parece de melhor cunho, a avaliar pela foto publicada (que reproduzimos, Est. III.2), uma vez que nunca tivemos acesso directo ao exemplar numismático.

5. 393-423.

6. Noticiado por Maurício A. Fernandes n’A *Voz de Azeméis* (Ano XV, 349, de 8/2/1985) e posteriormente em Fernandes & Basto (1985:74, nota 4 e Est.).

15

01 13 10

1. *Oliveira de Azeméis, Ossela, Castro.*
2. Tesouro (aparecido num castro) e achados avulsos da mesma procedência.
3. De um tesouro aparecido no castro de Ossela por volta de 1920-1921, dentro de uma pequena vasilha metálica que não se conservou, conhece-se a sua quase totalidade (130 moedas), parte em posse de um particular (84 numismas) e a parte restante nas colecções do Museu Regional de Oliveira de Azeméis (46 exemplares). Registam-se ainda outras duas moedas aparecidas casualmente naquele povoado e há notícia de uma terceira.
4. A moeda mais antiga do tesouro é um antoniniano cunhado sob Galieno (Roma, 260-294), sendo a mais recente um exemplar do tipo *SALVS REIPVBLICAE*, cujas emissões devem ter cessado em 402 (Silva, A.M. & Pinto 1995:55). A restante estrutura do tesouro estende-se ao longo do século IV, com maior expressão nos períodos monetários de 347-348 (24 moedas), 351-356 (25 exemplares) e 383-408 (25 peças) (*Idem*, 55ss.). Os numismas avulsos identificam-se como um *nummus* de Constantino II (*Siscia*, 320) e um *Æ3* de Juliano (*Cyzicus*, 355-361) (Silva, A.M. & Teixeira 1994:75), havendo ainda registo do aparecimento de outro pequeno bronze, de Constantino (VV.AA.1909:302; Sousa 1960:15).
5. Séc. IV.
6. VV.AA. 1909; Sousa 1960; Silva, A.M. & Teixeira 1994; Silva, A.M. & Pinto 1995.

16

01 13 17

1. *Oliveira de Azeméis, Santa Maria de Ul, Castro.*
2. Achados de estação arqueológica (castro).
3. Cinco exemplares são provenientes de achados avulsos e foram doados ao Museu Regional de Oliveira de Azeméis por um particular. Três outros apareceram nas escavações arqueológicas efectuadas no castro em 1985, se bem que o seu contexto não seja indicado (Marques 1989:71).
4. Os exemplares analisados, em número total de 7 (5 avulsos, 2 provenientes de escavações arqueológicas) são pequenos bronzes pertencentes a tipos e cunhagens do séc. IV, referenciando-se três peças de Constante (Roma, 337-348 e Arles, 348-350), outro *nummus* de *Vrbs Roma* (Arles, 337-340), sendo os restantes de cronologia idêntica mas impossíveis de classificar pelo seu mau estado (Silva, A.M. & Teixeira 1994:70).
5. Séc. IV.
6. Marques 1989; Silva, A.M. & Teixeira 1994.

17

01 16 01

1. *São João da Madeira, S. João da Madeira, Casa do Morgado.*
2. Tesouro.
3. Impreciso. O achado terá ocorrido em começos de 1995, durante as obras para a construção de um

supermercado, nas imediações da “Casa do Morgado”, desconhecendo-se entretanto o paradeiro das moedas.

4. Tratar-se-ia de um conjunto de 65 moedas em ouro.

5. Indeterminada.

6. *O Regional*, S. João da Madeira, Maio 1995.

18

13 17 07

1. *Vila Nova de Gaia, Gulpilhares, Alto da Vela*.

2. Achados de estação arqueológica (necrópole).

3. O contexto arqueológico preciso das moedas no quadro da necrópole do Alto da Vela II (assim se designa a fase romana, para a distinguir de Alto da Vela I, correspondente à Idade do Bronze) é desconhecido, uma vez que a escavação em área do local decorreu em 1908, sendo lacunar o respectivo registo. Recente revisão do espólio e outra documentação desta necrópole (Lobato 1995) permitiu porém clarificar a natureza do material numismático, referido de forma muito lacónica na notícia publicada após a sua escavação inicial (Fortes 1908:18).

4. Referenciam-se nesta necrópole sete moedas de bronze, duas das quais, do tipo *GLORIA EXERCITVS*, são um *nummus* de Constantino I (Arles, 336) e outro de Constante (Roma, 337-340) (Lobato 1995:68). Os restantes numismas, aparentemente perdidos, são apresentados nos relatórios de J. Fortes como “um médio bronze, n.º 6 da escala numismática de Mionnet, absolutamente fruste, em que se não se percebe nem os tipos, nem as legendas do anverso e reverso; um pequeno bronze, n.º 4 da escala, onde apenas se decifra a fórmula final do nome do imperador - P.F. AVG; três outros de tal modo cerceados que as legendas desapareceram por completo” (*Idem, ibid.*).

5. Séc. IV.

6. Fortes 1909:15-18; Lobato 1995:68.

19

13 17 13

1. *Vila Nova de Gaia, Pedrosa/Perosinho, Monte Murado/Sª da Saúde*

2. Achados de estação arqueológica (castro).

3. Impreciso. Trata-se de exemplares numismáticos conservados em colecções particulares.

4. Moedas em quantidade indeterminada. A. M. Lima classificou 13 numismas, assim distribuídos: um asse de Augusto e dois de Cláudio, um antoniniano de Cláudio II (270) e 8 pequenos bronzes do séc. IV (Hanibaliano, Constâncio, Constante, Juliano, Valentiniano I). A existência de uma outra moeda, de Antonino Pio, é também referida (Lima 1989).

5. Séculos I, III, IV.

6. Lima 1989.

20

13 17 16

1. *Vila Nova de Gaia, Santa Marinha, Coimbrões.*
2. Achados avulsos, muito embora a existência de uma estação arqueológica não seja de excluir.
3. Impreciso. Trata-se de achados ocasionais em trabalhos agrícolas e outros revolvimentos de terras, nas proximidades da igreja de Santa Bárbara de Coimbrões.
4. Um primeiro achado, em 1932, reporta-se a uma moeda de prata, que terá sido classificada por Damião Peres como sendo do séc. II. Este numisma foi posteriormente doado à Casa-Museu Teixeira Lopes (Vila Nova de Gaia). Cerca de 1950, em local próximo, apareceram uma fíbula e duas moedas de cobre, que entretanto se perderam. Uma delas seria um antoniniano de Cláudio II.
5. Sécs. II-III (?).
6. Duarte 1987.

21

13 17 16

1. *Vila Nova de Gaia, Santa Marinha, Serra do Pilar.*
2. Achado avulso.
3. Impreciso. As moedas terão aparecido, *ante* 1928, ao abrir os alicerces de uma casa “próximo” da Serra do Pilar.
4. Trata-se de duas tetradracmas de prata, uma de Atenas, de finais do séc. V a.C., outra de Alexandre III, cunhada em Miriandro, c. de 326-323 a.C. Com base em características particulares das peças, M. C. Hipólito (1983) concluiu que terão circulado pelo Oriente, duvidando fortemente de ser a Serra do Pilar a efectiva proveniência do achado. R. Centeno discorda, apontando a possível procedência egípcia das moedas, e propõe que podem ter chegado aqui pelos finais do séc. IV/inícios do III a.C. (1987:190-191, nota 32). Diz ainda que as duas tetradracmas proviriam de um achado maior, de entre 6 a 8 moedas (*Id.*:281), o que poderá eventualmente sugerir um pequeno acto de entesouramento (?).
5. Sécs. V-IV a.C.
6. Correia 1928:204-205, nota 2; Hipólito 1983; Centeno 1987:190-192,281.

22

13 17 16

1. *Vila Nova de Gaia, Santa Marinha, Igreja do Bom Jesus de Gaia.*
2. Achado de estação arqueológica (estrutura romana indeterminada).
3. A igreja actual ergueu-se sobre um templo medieval, entretanto destruído. Este, por sua vez, assentava sobre as ruínas de uma construção paleocristã, de função ainda indeterminada. As moedas referenciadas apareceram, porém, em estratos de revolvimento e enchimentos de sepulturas modernas e contemporâneas.
4. Trata-se de três pequenos bronzes, muito mal conservados, atribuíveis ao século IV (Guimarães 1995:71).

5. Século IV.

6. Guimarães 1995.

23

13 17 22

1. *Vila Nova de Gaia, Valadares, Sameiro*.

2. Achado de estação arqueológica (necrópole).

3. A necrópole de incineração, tardia, foi escavada por Mendes Correia em 1920. O contexto dos achados é indefinido.

4. Referência a uma moeda de Augusto (Vasconcelos 1895:24) e a outra moeda não discriminada (Correia 1924:292), se não for a mesma.

5. Séc. I (?).

6. Vasconcelos 1895; Correia 1924.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Aguiar, J. Monteiro de (1944), "Epitáfio romano de Folgoso (Castelo de Paiva)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 10(2), Porto, SPAE, 1943-44, p.167-9.

Alarcão, Jorge de & Encarnação, José de (1990), "O domínio romano", in Alarcão, J. (Coord.), *Portugal - Das origens à romanização* ("Nova História de Portugal", I), Lisboa, Presença, p. 345-489.

Almeida, Carlos A. Ferreira de & Santos, Eugénio dos (1971), "O Castro de Fiães", *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2, Porto, FLUP, p. 147-168.

Almeida, Carlos A. Ferreira de & Santos, Eugénio dos (1972), "O Castro de Fiães (II)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, 3, Porto, FLUP, p. 207-14.

Bouza Brey, Fermín (1955), "Los tesorillos de monedas romanas de Tremoedo y de Sarandón y su significado histórico en Galicia", in *III Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, p. 375-91.

Cabral, J. M. Peixoto & Metcalf, D. M. (1997), *A Moeda Sueva. Suevic Coinage*, Porto, SPN, (Anexos *Nvmmvs*, 4).

Casey, P. J. (1992), "The monetization of a third world economy: money supply in Britain in the first century AD", in Wood, M. & Queiroga, F. (eds.), *Current Research on the Romanization of the Western Provinces*, BAR S575, Oxford, Tempvs Reparatum, p. 95-99

Centeno, Rui M. S. (1976), "Numismática de Fiães: dois tesouros do Baixo-Império", *Nvmmisma*, 138-143, Madrid, p.171-85.

Centeno, Rui M. S. (1977), "O tesouro monetário do castro de Romariz (Portugal)", *Sautuola*, 2, Santander, 1976-77, p. 209-19.

Centeno, Rui M. S. (1983), "A dominação romana", in Saraiva, J. H. (dir.), *História de Portugal*, I, Lisboa, Alfa, p. 149-211.

Centeno, Rui M. S. (1987), *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nvmmvs*, 1), Porto, S.P.N.

- Correia, A. A. Mendes (1924), *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Figueirinhas.
- Correia, A. A. Mendes (1925), "Nótulas arqueológicas. Estação luso-romana em Fiães", *Revista de Estudos Históricos*, Ano II, 1, Porto, p. 89-97.
- Correia, A. A. Mendes (1928), "A Lusitânia pre-romana", in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, I, Barcelos, p. 77-214.
- Dias, Lino A. T. (1985), "Castelo de Paiva. Necrópole de Valbeirô - Sardoura, 1982", *Informação Arqueo-lógica*, 5 (1982-83), Lisboa, IPPC, p. 37-8.
- Dias, Lino A. T. (1994), "Necrópoles no *territorium* de *Tongobriga*", *Conimbriga*, 32-33, Coimbra, IAFLUC, 1993-1994, p. 107-136.
- Duarte, Júlio (1987), "Coimbrões - povoação de remota antiguidade", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 22, Vila Nova de Gaia, p. 62.
- Fabião, Carlos (1992), "O passado proto-histórico e romano", in Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal. I - Antes de Portugal*, Lisboa, Circ. Leitores, p. 79-299.
- Fernandes, Maurício A. & Bastos, Manuel P. (1985), *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução de seu povo*, Oliveira de Azeméis, Câmara Municipal.
- Fortes, José (1909), "Gaya no passado" in Arroyo, Antonio *et al.*, *Mea Villa de Gaya*, Porto, p. 9-28.
- Gonçalves, António H. Bacelar (1989), "Novos inéditos de Rui de Serpa Pinto", *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural*, XXVI (2), Póvoa de Varzim, p. 467-97.
- Grierson, Philip (1976), *Monnaies et monnayage. Introduction à la numismatique*, Paris.
- Guimarães, J. A. Gonçalves (1995), *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto, Univ. Portucalense.
- Hipólito, Mário de Castro (1961), "Dos tesouros de moedas romanas em Portugal", *Conimbriga*, 2-3, Coimbra, IAFLUC, 1960-61, p. 1-166.
- Hipólito, Mário de Castro (1983), "As moedas gregas da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia)", *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, p. 75-82 [publicado também em *Nvmmvs*, 2ª Série, IV/V/VI, Porto, S.P.N., 1981-1983, p. 81-90].
- Leal, Augusto Pinho (1873), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário...*, I, Lisboa.
- Leal, Augusto Pinho (1874), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário...*, II, Lisboa.
- Lima, António M. Carvalho (1989), *O Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso / Perosinho, V. N. Gaia) - Proposta de classificação como imóvel de interesse público. Memória descritiva e justificativa*, dactil., V. N. Gaia.
- Lobato, Maria J. Folgado (1995), "A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)", *Portugalia*, Nova Série, XVI, Porto, IAFLUP, p. 31-110.
- Madahil, António G. Rocha (1941), *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga. I. Terraço subjacente à Ermida do Espírito Santo ou da Vitória*, sep. de "Arquivo do Distrito de Aveiro", 7, Aveiro.
- Marques, José A. Maia (1989), "Escavações no Castro de UI (Oliveira de Azeméis). Primeira Notícia", *Revista de Ciências Históricas*, 4, Porto, Univ. Portucalense, p. 65-89.
- Mauss, Marcel (1988), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70 (ed. orig. 1950).
- Metcalf, D. M. (1993), "The coinage of the first and second suevic kingdoms: from *Romanitas* to Latinization", in VV.AA., *Galicja: da romanidade à xermanización. Problemas históricos e culturais (Actas do encontro científico em homenagem a Fermin Bouza Brey (1901-1973))*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, s/d (1993), p. 355-65.

Naveiro Lopez, Juan L. (1991), *El Comercio Antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura histórica del registro arqueológico*, "Monografias Urxentes do Museu", 5, A Coruña, Museu Arqueológico.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1955), "Trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil", *Revista de Antropologia*, 3 (1), São Paulo, p. 21-43.

Pearce, J. W. E. (1988), *The Roman Imperial Coinage* (eds. Mattingly et. al.). Vol. IX - *Valentinian I - Theodosian I*, 4ª ed., London, Spink & Son [= RIC, IX].

Pereira, Isabel, et al. (1974), *Fouilles de Conimbriga. III - Les Monnaies*, Paris, Diffusion de Boccard.

Pinho, Margarida R. M. (1947), *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Coimbra [reed. C. M. Castelo de Paiva, 1991].

Renfrew, Colin (1986), "Introduction: peer polity interaction and socio-political change", in Renfrew C. & Cherry, J. F. (eds.), *Peer polity interaction and socio-political change*, Cambridge, CUP, p. 1-17. *RIC*, IX: v. Pearce 1988.

Roldán Hervás, Jose Manuel (1986), "La incidencia del ejército romano en el poblamiento del NO. de Hispania", in Arcadio del Castillo (ed.), *Ejército y Sociedad. Cinco estudios sobre el Mundo Antiguo*, León, p. 11-49.

Santos, M. Fernandes (1940), *A minha terra. Breves apontamentos sobre Romariz*, (reed. s/l, 1984).

Sarabando, João (1976), "Numisma com a effigie de Honório - Contributo para o estudo da presença romana em Cacia", *Aveiro e o seu Distrito*, 21, Aveiro, ADA, p. 21, 36-40.

Silva, Armando Coelho F. (1983), "As *tesserae* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga", *Gaya*, 1, Vila Nova de Gaia, GHAVNG, p. 9-26.

Silva, Armando Coelho F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, M.A.C. S./C. M. Paços de Ferreira.

Silva, António Manuel S. P. (1990), "Um pequeno tesouro monetário tardo-romano de Arouca (Aveiro)", *Nvmmvs*, 2ª Série, XII/XIII, Porto, SPN, 1989-90, p. 29-38.

Silva, António Manuel S. P. (1993), "O património arqueológico do Concelho de Arouca: balanço dos conhecimentos e perspectivas de valorização social", *Poligrafia*, 2, Arouca, CEDPB, p. 11-33.

Silva, António Manuel S. P. (1994), *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. (Diss. maestr. Fac. de Letras Univ. Porto), Porto, policop.

Silva, António Manuel S. P. (1995), "Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca", *Poligrafia*, 4, Arouca, CEDPB, p. 199-220.

Silva, António Manuel S. P. & Teixeira, Filipe (1994), "Achados numismáticos romanos dos Castros de Ossela e de Ul (Oliveira de Azeméis, Aveiro)", *Ul-Vária. Arquivo de Estudos Regionais*, I (1-2), Oliveira de Azeméis, MROA, p. 59-82.

Silva, António Manuel S. P. & Pinto, José M. Mendes (1995), "O tesouro numismático do Castro de Ossela (Oliveira de Azeméis)", *Ul-Vária. Arquivo de Estudos Regionais*, II (1-2), Oliveira de Azeméis, MROA, p. 53-76.

Simões Júnior, Manuel R. (1959), "Arouca. Subsídios para a sua monografia", in Pereira, Vergílio, *Cancioneiro de Arouca*, Porto, p. 7-97.

Sousa, Arlindo de (1960), *Toponímia arqueológica de Entre Douro e Vouga (Distrito de Aveiro)*, sep. de *Letras*, 11, Curitiba.

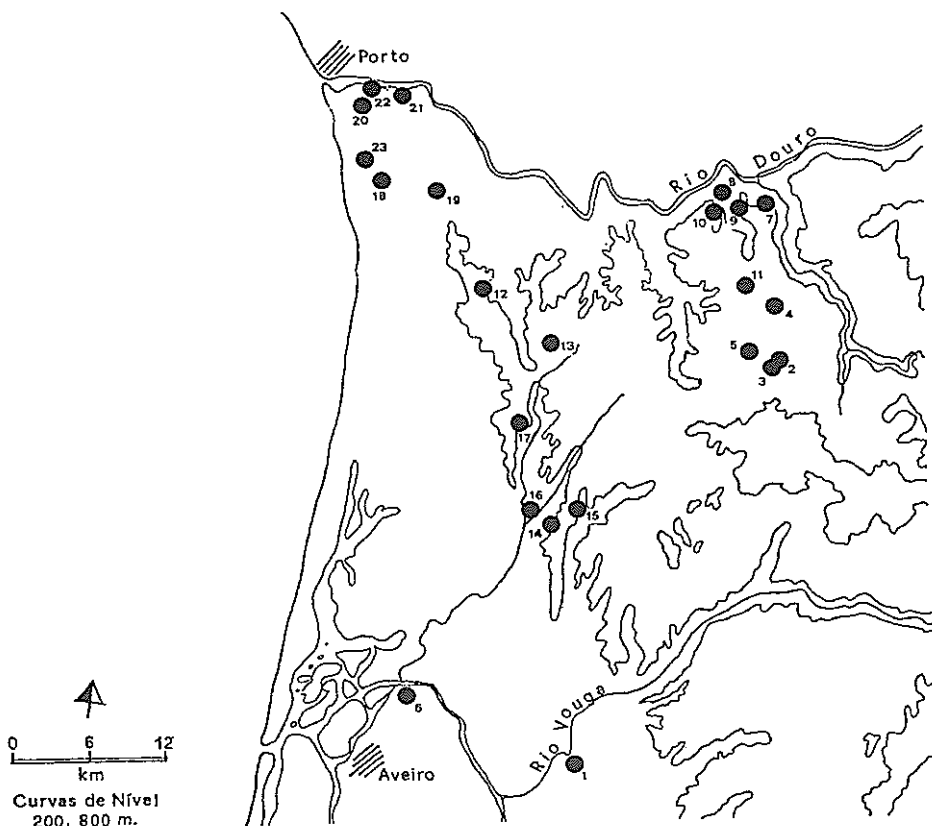
Souto, Dulce (1958), "Subsídios para uma carta arqueológica do Distrito de Aveiro no período de Romanização", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 24, Aveiro, p. 241-76.

Vasconcelos, José Leite (1895), “Collecção ethnographica do Sr. M. d’Azuaga”, *O Archeologo Portugues*, 1, Lisboa, p. 20-28.

Veloso, Francisco J. & Cardoso, José (1965), *Estrabão: Livro III da “Geografia”*. Primeira contribuição para uma nova edição crítica, Porto, Centro de Estudos Humanísticos.

VV.AA. (1909), *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis. Coordenados por um grupo de oliveirenses*, Porto, Chardron.

ESTAMPA I

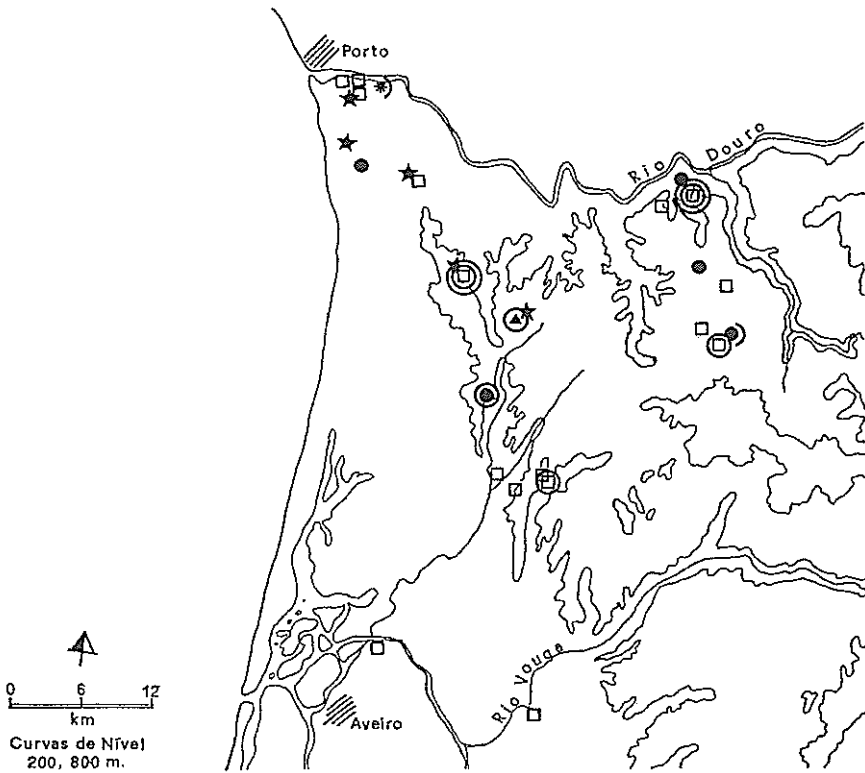


Distribuição das ocorrências numismáticas romanas na região do Entre Douro e Vouga

1 - Castro do Cabeço do Vouga (Águeda); 2 - Tesouro (Arouca); 3 - Tesouro da Vila (Arouca); 4 - Necrópole de Alvariça (Arouca); 5 - Castro de Valinhas (Arouca); 6 - Cacia (Aveiro); 7 - Tesouro (Castelo de Paiva); 8 - Necrópole de Folgoso (Castelo de Paiva); 9 - Necrópole de Valbeirô (Castelo de Paiva); 10 - Necrópole de Campo da Torre (Castelo de Paiva); 11 - Tesouro de Santa Cecília (Castelo de Paiva); 12 - Castro de Fiães (Santa Maria da Feira); 13 - Castro de Romariz (Santa Maria da Feira); 14 - Macinhata da Seixa (Oliveira de Azeméis); 15 - Castro de Ossela (Oliveira de Azeméis); 16 - Castro de Ul (Oliveira de Azeméis); 17 - Tesouro (S. João da Madeira); 18 - Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); 19 - Castro do Monte Murado (Vila Nova de Gaia); 20 - Coimbrões (Vila Nova de Gaia); 21 - Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia); 22 - Igreja do Bom Jesus de Gaia (Vila Nova de Gaia); 23 - Necrópole de Valadares (Vila Nova de Gaia).

(Os achados de localização imprecisa foram pontuados nas sedes de concelho)

ESTAMPA II



Distribuição dos Tesouros e ocorrências monetárias por épocas

⊙ Tesouro(s)

⌋ Possíveis tesouros

* Moedas gregas

▲ Moedas republicanas

✱ Moedas dos séculos I-II

□ Moedas dos séculos III-IV

● Moedas de época indeterminada

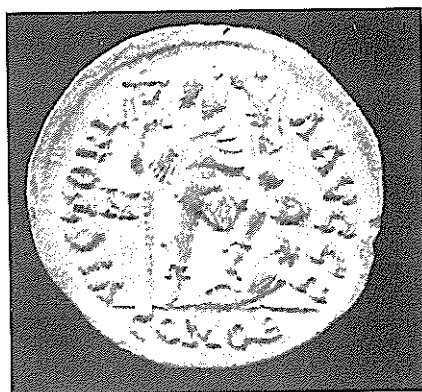
ESTAMPA III



1



2



Sólidos de Honório, achados em Cacia (1) e Macinhata da Seixa (2). Reprodução de ilustrações publicadas em Sarabando (1976) e Fernandes & Basto (1985).

UM LOTE DE MOEDAS DO TESOURO TARDO-ROMANO DAS FERRARIAS (RAMALHAL, TORRES VEDRAS)

Milagros Sienes Hernando*

José da Silva Ruivo**

No Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa (Tab. 123/29-80 e 124/1-44) encontra-se um conjunto de 96 moedas do Baixo Império (Nº de inv. 13739) que será objecto desta publicação¹.

Para começar, importa desde logo desfazer alguns equívocos a propósito da localização exacta e da composição deste achado:

No Inventário Geral de Coleções do MNA encontra-se a seguinte indicação: “Taboleirinho de cartão com algumas dúzias de médios bronzes romanos do séc. IV. Torres Vedras. Vila Facaia (vestígios de fundições). Oferta de Carlos Marinho da Cruz, administrador em 1912”².

Em 1926, escreve Júlio Vieira: “no sítio das Ferrarias, próximo ao Ramalhal, no local onde aparecem pedaços de jorra de ferro, tem sido achadas várias moedas e de uma vez foi encontrada uma bilha de barro com cerca de 8 quilos de moedas de cobre que foram espalhadas pelos habitantes daqueles lugares vizinhos e de que já hoje dificilmente se obtém um exemplar por seus possuidores as terem extraviado devido ao pouco apreço que lhes ligaram”.

* Doutoranda da Universidade de Saragoça, estagiária no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ** Mestre em Arqueologia.

¹ Queremos expressar o nosso reconhecimento pelas facilidades concedidas na elaboração deste trabalho ao Director do MNA, Dr. Francisco Alves e aos funcionários Dr^a Olinda Sardinha, D. Margarida Cunha, bem como ao Sr. Miguel Flávio, autor das fotografias que apresentamos.

² Não deixa de ser estranha a circunstância de, tanto no livro de entradas anuais do Museu, como na listagem de aquisições e doações do Museu Etnológico relativa aos anos de 1910 a 1913, não constar qualquer referência ao dito achado (C. L., «Acquisições do Museu Etnologico Português», *AP*, XVIII, 1913, pp. 131-165). Aliás, segundo esta última fonte (p.154), a única oferta noticiada de Carlos Marinho da Cruz data de Fevereiro de 1913 e compõe-se unicamente de objectos pré-históricos.

Esta informação será utilizada posteriormente por Mário Saa, Mário Hipólito e Jorge de Alarcão³.

Por volta de meados do século, Mateu y Llopis refere a presença no Museu de Belém (hoje MNA) de um achado de “cerca de un centenar de piezas de Teodosio y Arcadio con una lucerna”, procedente de Torres Vedras⁴.

Alguns anos mais tarde, Aurélio Belo publica um numisma de Theodosius⁵ comprado a um jornaleiro do Ramalhal que, em sua opinião, devia fazer parte de “uma grande porção de moedas de cobre encontradas há poucos anos no sítio das Ferrarias, entre Ramalhal e Vila Facaia”, insistindo também na abundante presença de escórias de ferro⁶.

Em nossa opinião, todas estas informações dizem respeito ao mesmo depósito monetário, encontrado nos inícios do século junto à povoação de Vila Facaia, no sítio das Ferrarias (freg. do Ramalhal, conc. de Torres Vedras), do qual faria parte o lote que agora publicamos. São dois os argumentos que sustentam a nossa posição:

— Primeiramente a indicação “vestígios de fundição”, fornecida pelo Inventário Geral do MNA, vem ao encontro das informações de Júlio Vieira e Aurélio Belo a respeito da presença de escórias de ferro no sítio das Ferrarias.

— Em segundo lugar, o facto de este conjunto ter dado entrada no MNA como proveniente de Vila Facaia e não das Ferrarias, explica-se pela confusão gerada ante a relativa proximidade entre este microtopónimo e Vila Facaia.

Partindo do princípio de que a indicação dos “cerca de oito quilos de moedas” fornecida por Júlio Vieira estará correcta e de que a grande parte das unidades seriam AE2 (com um peso médio a rondar as 4,50 gramas)⁷ este depósito seria constituído por cerca de 2000 exemplares.

Deste tesouro só restam actualmente 96 unidades de Constantius II a Honorius (95 AE2 e 1 AE3⁸), como se pode observar pelo Quadro I.

³ J. Vieira, *Torres Vedras antiga e moderna*, Torres Vedras 1926, p. 6-7; M. Saa, *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, t. III, Lisboa, 1960, p. 32; M. de Castro Hipólito, «Dos tesouros de moedas romanas em Portugal», *Conimbriga*, II-III, 1960-61, p. 82, n.º 115; J. de Alarcão, *Roman Portugal*, t. II, fasc. 2, Warminster, 1988, p. 116-7, 5/108.

⁴ F. Mateu y Llopis, «Hallazgos monetarios (V)», *Ampurias*, IX-X, 1947-1948, p. 67. No MNA não se encontra contudo nenhuma referência à lucerna no Inventário Geral das Coleções, pelo que a associação deverá ter sido realizada posteriormente.

⁵ Trata-se de um AE2 de Theodosius, com reverso *Gloria Romanorum*, cunhado em Heraclea (LRBC 1986).

⁶ A. R. Belo, «Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XXXII-A) Numismática, B) História e Genealogia», *Badaladas*, 1/10/1953, p. 2 e 7.

⁷ A média do peso dos nossos 96 exemplares é de 4,48 gramas.

⁸ Cfr. *Catálogo*, n.º 79.

As moedas encontram-se repartidas por 5 tipos de reverso:

Fel Temp Reparatio (FH 3) - 1 exemplar

Reparatio Reipub - 52 exemplares

Gloria Romanorum (17) - 1 exemplar

Gloria Romanorum (18) - 41 exemplares

Virtus Exerciti (2) - 1 exemplar

O grosso da sua composição é constituído pelos *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum*, moedas características de finais do século IV. A ser representativo da globalidade do tesouro, este lote de moedas insere-se perfeitamente no contexto dos tesouros de finais do séc. IV e inícios do séc. V, compostos quase exclusivamente por AE2, como é o caso dos tesouros de Mata Lobinhos e de Chão Barroso (Coruche)⁹, de um dos tesouros de Tróia¹⁰ e, talvez, do tesouro 1 do castro de Fiães¹¹.

Os *Reparatio Reipub* deste conjunto, foram cunhados apenas nos centros emissores ocidentais e balcânicos, constituindo 50 % do total do numerário do nosso lote, sendo substituídos a partir de 393 d.C. pelos *Gloria Romanorum* orientais que atingem a cifra de 41,96 %¹².

Como se observa no Quadro 1, entre os centros emissores ocidentais e dos Balcãs, temos nítido predomínio de Arelate e Roma (13,54% cada), seguidos de Aquileia (8,33%), Lugdunum (6,25%), Thessalonica (4,16%) e Siscia (2,08%). Entre os orientais, Nicomedia é o centro emissor melhor representado (11,45 %), seguido de Antiochia (10,41 %), Cyzicus (9,37%), Constantinopolis (7,29%), Heraclea (4,16%) e Alexandria (2,08%).

⁹ No tesouro de Mata Lobinhos, dos 700 numismas classificados, 365 pertencem ao tipo *Reparatio Reipub* e 284 ao tipo *Gloria Romanorum* (cfr. J. M. R. Teles, «Achado de moedas romanas», *Nummus*, 22, 1961, pp. 147-148). No tesouro de Chão Barroso, em 443 numismas, contabilizam-se 211 *Reparatio Reipub* e 175 *Gloria Romanorum* (cfr. J. M. R. Teles, «Outro achado de moedas romanas em Coruche», *Nummus*, 33, 1974, pp. 81-88).

¹⁰ Tesouro composto por 501 numismas, 482 dos quais são AE2 dos tipos *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum*: M^a L. Abreu Nunes, «Tesouro de moedas romanas encontradas em Tróia», *AP*, s. III, VII-IX, 1974-1977, pp. 359-364.

¹¹ Deste depósito faziam parte 103 moedas, 65 das quais AE2 dos referidos tipos: Rui M. S. Centeno, «Numismática de Fiães: dois tesouros do Baixo Império», *Numisma*, 138-143, 1976, pp.171-186. Contudo, este autor situa o tesouro em finais do século V.

¹² Excluímos deste cálculo três numismas orientais que não pertencem a este tipo (cfr. *Catálogo*, n^o 71, 72, 79).

Importa referir a presença de três imitações do tipo *Reparatio Reipub* em nome de Gratianus, duas copiando os tipos de Lugdunum e uma os de Arelate¹³, bem como uma possível imitação do tipo *Gloria Romanorum*¹⁴.

A moeda mais recente deste lote é um AE3 com reverso *Virtus Exerciti* do imperador Honorius, batido em Cyzicus entre os anos 395-408 d.C.¹⁵. Apesar de incompleto, este tesouro poderá ter sido ocultado durante o primeiro quartel do século V d.C.

Catálogo

No catálogo que apresentamos, as moedas foram ordenadas por centros emissores e, dentro destes, pela ordem cronológica dos imperadores. Para cada exemplar são fornecidos os seguintes elementos: número de ordem (a cheio para as moedas cuja fotografia se reproduz), imperador, data de emissão, busto, reverso, marca de oficina, diâmetro, peso, eixo, bibliografia e colocação da moeda nos tabuleiros do MNA.

Para a descrição das legendas de anverso e dos bustos, utilizámos os códigos adoptados por RIC VIII (para o único exemplar de Constantius II) e por LRBC (para os restantes imperadores):

Legendas de Anverso:

Cs II - Constantius II

1. DN CONSTAN-TIVS PF AVG

V² - Valentinianus II

1. DN VALENTINI-ANVS PF AVG

4. DN VALENTINIANVS PF AVG

5. DN VALENTINIANVS IVN PF AVG

¹³ Cfr. *Catálogo*, nº 94-96. A abordagem deste problema a nível da Península encontra-se ainda na sua fase inicial. Temos boas razões para crer que as imitações do tipo *Reparatio Reipub* são relativamente abundantes nos entesouramentos. O facto de as imitações deste tipo não virem referidas nas publicações explica-se pela sua tradicional inclusão no lote da moeda oficial, como se verifica por exemplo no tesouro de Tróia publicado nos anos 70 (cfr. *supra* n. 10), onde a revisão efectuada por um dos signatários (M. S. H.) permitiu detectar 15 imitações. Uma abordagem ao tema, que peca pelo reduzidíssimo número de material analisado foi efectuada por M. Abad Varela, «Hallazgo de una moneda de imitación “Reparatio Reipub” en Lugo», *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, 1993, pp. 1017-1031. Sobre as imitações do tipo *Reparatio Reipub*, cfr. ainda R. Arroyo Ilera, «Imitaciones de la moneda del siglo IV en la circulación monetaria valenciana», *Numisma*, 165-167, 1980, pp. 89-90 (nº 23 e 28), 93 e 101.

¹⁴ Cfr. *Catálogo*, nº 93.

¹⁵ Pode dar-se, contudo, o caso de não ser esta a unidade mais recente, uma vez que o nosso conjunto não passa de uma amostra, não sabemos se fidedigna, do conjunto.

G - Gratianus

1. DN GRATIA-NVS PF AVG

MM - Magnus Maximus

3. DN MAG MAXI-MVS PF AVG

T - Theodosius

1. DN THEODO-SIVS PF AVG

A - Arcadius

1. DN ARCAD-IVS PF AVG

2. DN ARCAD-IVS PF AVG

H - Honorius

3. DN HONORIVS PF AVG

Bustos:

D3 = B - Busto à direita, drapeado, com diadema de pérolas.

O - Busto à direita, drapeado, com diadema de pérolas, segurando lança na mão direita e escudo na esquerda; por cima da cabeça uma mão segurando um diadema.

Treveri										
383-387										
1	M	M	2B	REPARATIO REIPVB	-- // SMTRP	23	5,09	6	LRBC 154	123/76
2	M	M	2B	REPARATIO REIPVB	-- // SMTRS	25-22	4,49	12	LRBC 154	123/73
Lugdunum										
378-383										
3	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	- S // LVG[?]	23	4,46	12	LRBC 376	123/31
4	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	- S // LVG[?]	23	6,32	7	LRBC 376	123/30
383-387										
5	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // LVGS	22	4,36	7	LRBC 379	123/66
6*	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	- P // [lu]G[?]	21	3,77	6	LRBC 380	123/71
7	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	- P // [lug?]	21	4,51	1	LRBC 380	123/72
378-387										
8	G,	V ²	ou M M B	REPARATIO REIPVB	- S // [lug?]	21	3,63	6	LRBC 376-7/381	123/79
Arelate										
378-383										
9	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // TCON	23-21	4,69	6	LRBC 548	123/33
10	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // TCON	22-20	4,61	6	LRBC 548	123/34
11	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔco]N	24-22	5,57	5	LRBC 548	123/35
12	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔcon]	25-23	4,83	12	LRBC 548	123/63
13	G	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔ]CON	22	3,78	5	LRBC 548	123/64
14	V ²	V ²	5B	REPARATIO REIPVB	-- // PCON	22	4,55	12	LRBC 550	123/32
383-387										
15	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // PCON	23-21	5,83	12	LRBC 553	123/67
16	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // TCON	24	6,11	12	LRBC 553	123/68
17	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔ]CON	22	5,87	5	LRBC 553	123/36
18	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔ]CON	23-21	4,27	5	LRBC 553	123/69
19	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔ]CON	22	4,48	6	LRBC 553	123/70
20	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔcon]	23-21	4,10	12	LRBC 553	123/74
21	M	M	3B	REPARATIO REIPVB	-- // [ʔcon]	25-23	3,62	1	LRBC 553	123/75

6 Moeda partida.

Roma										
378-383										
22	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRP	24-22	5,97	12	LRBC 750	123/41	
23	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [sm]RT	22	4,46	6	LRBC 750	123/62	
24	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SM[r?]	23-21	5,32	6	LRBC 750	123/61	
25	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [smr?]	23-19	2,94	6	LRBC 750	123/78	
26	V ²	4B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRB	24	6,09	6	LRBC 752	123/42	
27	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRP	22	5,42	12	LRBC 753	123/47	
28	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRT	23	5,18	12	LRBC 753	123/43	
29	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRT	24-22	3,98	12	LRBC 753	123/44	
30	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRT	21	4,56	6	LRBC 753	123/45	
31	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMRQ	21	4,53	7	LRBC 753	123/46	
32	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMR[?]	22	4,77	1	LRBC 753	123/51	
33	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [smr?]	21	4,34	12	LRBC 753	124/1	
34	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [smr?]	23	5,95	6	LRBC 753	123/58	
Aquileia										
378-383										
35	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQP	24-22	4,03	7	LRBC 1064	123/37	
36	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQP	23	6,19	6	LRBC 1064	123/38	
37	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQ[?]	21	5,68	1	LRBC 1059/1064	123/50	
38*	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // [smaq?]	22	3,01	6	LRBC 1059/1064	123/60	
39	V ²	1B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQ[?]	22	4,86	6	LRBC 1066	123/39	
40*	V ²	5B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQ[?]	22	3,71	7	LRBC 1065	123/40	
41	V ²	5B	REPARATIO REIPVB	-- // SMA[q?]	23	4,00	12	LRBC 1060/1065	123/57	
42	G, V ² ou T	B	REPARATIO REIPVB	-- // SMAQ[?]	21	3,31	6	LRBC 1059-61/1064-7	123/80	
Siscia										
378-383										
43	G	1B	REPARATIO REIPVB	-- // *ASISC	23	4,13	12	LRBC 1525	123/48	
44	T	1B	REPARATIO REIPVB	-- // BSISC	23-21	4,97	7	LRBC 1514	123/49	

38* Moeda partida.

40* Moeda partida.

Thessalonica										
378-383										
45	G	1B	REPARATIO REIPVB	- - // [...]	23	5,12	12	LRBC 1821/1823	123/77	
46	V ²	4B	REPARATIO REIPVB	- A // [smtes]	23	4,07	5	LRBC 1824	123/52	
47	V ²	1B	REPARATIO REIPVB	- A // SMTES	20	5,60	12	LRBC 1825	123/56	
48	T	1B	REPARATIO REIPVB	- Δ // [smtes]	23	2,86	12	LRBC 1826	123/54	
Heraclea										
393-395										
49	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- * // SMHB	20	4,15	6	LRBC 1989	124/4	
50	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- * // SMHB	22	5,34	12	LRBC 1989	124/5	
51	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- * // SMHB	21	4,18	6	LRBC 1990	124/3	
52	H	3B	GLORIA ROMANORVM	- * // SMHA	20	4,71	6	LRBC 1991	124/6	
Constantinopolis										
393-395										
53	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSA	19	4,68	7	LRBC 2186	124/9	
54	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSB	20	4,21	6	LRBC 2186	124/7	
55	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSG	19	4,54	6	LRBC 2187	124/39	
56	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSG	22-20	4,97	12	LRBC 2187	124/38	
57	H	3B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSA	20	4,38	12	LRBC 2189	124/36	
58	H	3B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSA	20	4,45	7	LRBC 2188	124/37	
59	H	3B	GLORIA ROMANORVM	- - // CONSG[?]	20	3,68	12	LRBC 2188	124/40	
Nicomedia										
393-395										
60	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // SMNA	22	4,36	6	LRBC 2422	124/10	
61	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // SMNB	20	4,93	12	LRBC 2422	124/14	
62	T	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // [smn?]	20	4,41	6	LRBC 2422	124/8	
63	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // SMNB	21	4,82	6	LRBC 2423	124/11	
64	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- - // SMNB	21	4,76	6	LRBC 2423	124/12	

65	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMNB	20	4,12	12	LRBC 2423	124/13
66	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMN?	20	4,43	6	LRBC 2423	124/17
67	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMNB	20	5,15	12	LRBC 2423	124/19
68	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMNG	21	2,99	5	LRBC 2424	124/15
69	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMNG	21	4,12	6	LRBC 2423	124/16
70	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMN [?]	21	3,83	6	LRBC 2424	124/18
Cyzicus									
351-354									
71	Cs II	ID3	FELTEMP RE-PARATIO	. S - // [smk?]	18	3,66	1	RIC VIII 102	123/29
383									
72	A	2O	GLORIA RO- MANORVM	-- // SMKA	23	4,58	12	LRBC 2547	123/65
393-395									
73	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKA	21	5,68	6	LRBC 2571	124/21
74	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKA	20	4,85	12	LRBC 2571	124/24
75	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKA	20-18	3,54	6	LRBC 2571	124/25
76	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKA	20	4,30	12	LRBC 2572	124/22
77	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKB	20	5,33	12	LRBC 2572	124/23
78	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // SMKA	20	5,08	6	LRBC 2573	124/20
395-408									
79	H	1B	VIRTVS EXERCITI	-- // SMKB	19-21	2,03	6	LRBC 2581	124/44
Antiochia									
393-395									
80	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTA	20-18	4,69	6	LRBC 2779	124/30
81	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTA	20	5,10	12	LRBC 2779	124/31
82	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // [ant?]	20-19	19-17	3,35	LRBC 2779	124/42
83	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTB	21	4,50	12	LRBC 2781	124/26
84	A	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTA	20-19	3,80	5	LRBC 2781	124/29
85	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTG	20	3,35	6	LRBC 2783	124/27
86	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTG	20	3,41	12	LRBC 2783	124/28

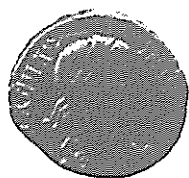
87	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTG	20-18	4,50	6	LRBC 2783	124/32
88	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // ANTG	20	4,56	5	LRBC 2783	124/33
89	H	3B	GLORIA ROMANORVM	-- // [ant?]	20-19	4,63	6	LRBC 2783	124/41
Alexandria									
393-395									
90*	T	1B	GLORIAI ROMANORVM	-- // ALEB	20	4,11	5	LRBC 2910	124/35
91	T	1B	GLORIA ROMANORVM	-- // ALE[?]	20-19	3,44	6	LRBC 2910	124/34
C. emissor indeterminado									
378-383									
92*	T	B	REPARATIO REIPVB	[?]	21	3,76	6	—	123/55
393-395									
93	T, A ou H	B	[...]IA ROMA[...]	[?]	18-25	4,82	5		124/43
Imitações									
Lugdunum									
94	G	1B	Tipo Reparatío Reipub	- S // [lug?]	21-18	4,59	1	Tipo LRBC 376	123/53
95	G	1B	Tipo Reparatío Reipub	- S // [lug?]	22	4,59	7	Tipo LRBC 376	123/59
Arelate									
96	G	1B	Tipo Reparatío Reipub	[...]	22	3,05	12	Tipo LRBC 548	124/2

90* Erro de cunho.

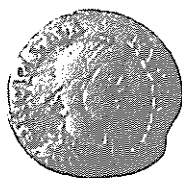
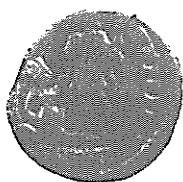
92* Moeda partida.

Tr	Lug	Ar	Rom	Aq	Sis	The	Her	Con	Nic	Cyz	Ant	Al	?	Imit	Total	%
AE2 351-354																
Constantius II										1					1	1.04
AE2 378-383																
Gratianus	2	5	4	4	1	1								3	20	20.83
Valentinianus II		1	1	3		2									7	7.29
Theodosius				8		1	1								10	10.42
Indeterminado	1			1											2	2.08
AE2 383-387																
Magnus Maximus	2	3	7												12	12.50
AE2 383																
Arcadius										1					1	1.04
AE2 393-395																
Theodosius							2	2	3	3	3	2	1		16	16.67
Arcadius						1	2	4	2	2					11	11.46
Honorius						1	3	4	1	5					14	14.58
Indeterminado													1		1	1.04
AE3 395-408																
Honorius											1				1	1.04
Total	2	6	13	8	2	4	4	7	11	9	10	2	2	3	96	100.00
%	2.08	6.25	13.54	8.33	2.08	4.17	4.17	7.28	11.46	9.38	10.42	2.08	2.08	3.13	100.00	
FEL TEMP REPARATIO (FH3)																
REPARATIO REIPVB																
GLORIA ROMANORVM (17)																
GLORIA ROMANORVM (18)																
VIRTUS EXERCITI																

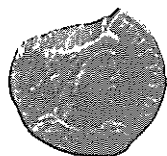




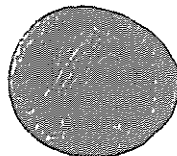
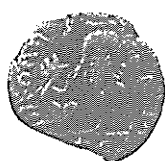
1



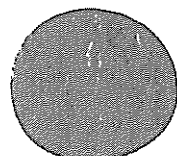
3



6



9



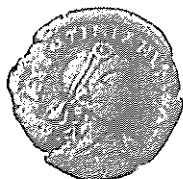
11



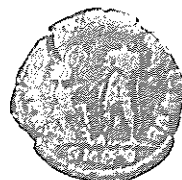
15



22



26



29



35





44



47



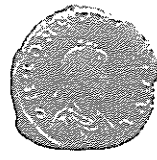
51



54



56



57



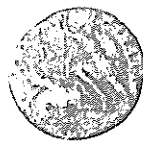
60



70



71



72





73



79



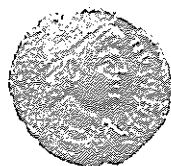
83



90



93



95



96



NOTÍCIA DE UM HÍBRIDO DO TESOURO DA TORRE (SANTA MARIA DE ÉMERES, VALPAÇOS)

Henrique Nogueira

O estudo sistemático das peças de uma colecção conduz-nos a cada passo à descoberta de espécimes nunca antes referenciados.

Há cerca de dois anos foi-me dada a oportunidade de adquirir um lote de cerca de 100 moedas romanas que pertenciam ao achado conhecido como “Tesouro monetário do lugar da Torre”.

Este achado já foi suficientemente estudado em vários artigos publicados na NVMMVS¹, mas não é demais sublinhar como foi grande o prejuízo causado pela sua dispersão, antes de ser estudado no seu conjunto, especialmente as moedas datáveis entre 330 e 395 AD².

Com efeito, está ainda por estabelecer uma ideia aproximada do grau de raridade dos pequenos bronzes deste período.

Basta ver como ela é apresentada nos sucessivos volumes da Roman Imperial Coinage³ ao referirem que estudaram um número muito escasso de exemplares de cada série e oficina.

Entre os espécimes deste lote estava a moeda que é objecto desta comunicação.

Não é propriamente inédita. No artigo publicado por E. Albuquerque sobre o achado da Torre, ela vem sumariamente referida sob o n.º 522a, sem ter sido classificada⁴.

¹ *Nummus*. 2ª série - Vol. VII/VIII. Porto. 1985; Vol. IX/X. Porto 1986/1987; Vol. XI. Porto. 1988.

² Castro Hipólito - *A Moeda* - Vol. X. Lisboa. 1985. Nº 3, 4 e 6; Vol. XI. Lisboa. 1986. Nº 2 e 4.

³ R.I.C. Bruun. Vol. VII. Constantine and Licinius. London. 1984; R. I. C. J. P. Kent. Vol. VIII. The family of Constantine. London. 1981; R. I. C. H. J. Pearce. Vol. IX. Valentinian I - Theodosius I. London. 1988.

⁴ E. Albuquerque - O Tesouro Monetário do Lugar da Torre. *Nummus*. 2ª série - Vol. VII/VIII. Porto. 1985.

O seu excelente estado de conservação, tal como grande parte das moedas do achado, facto que os terrenos e o clima do Norte pouco favorecem, não levanta dificuldades à sua identificação.

AE4 - Meio centesimal

ANV.) Busto laureado e drapejado à direita, couraçado

FL IVL CONSTANTIVS NOB C

REV.) Vitória de pé, em marcha para a esquerda, mão direita levantada segurando grinalda, empunhando palma com a esquerda

VICTORI — A CAESS

Ex. 

Peso – 1,85 g; Módulo – 14 mm; Eixo: 1.

Flavius Julius Valerius Constantius, segundo filho de Constantino Magno e Fausta, nascido em Sirmium em 317, foi declarado por seu pai César em 8 de Novembro de 324⁵.

As suas qualidades levaram a que fôsse encarregado da administração de alguns assuntos na Gália com apenas quinze anos de idade.

O desejo de se tornar dono absoluto de todo o Império do Oriente, leva-o, à data da morte de seu pai em 337, a regressar a Constantinopla e a organizar uma conjura contra seus tios e primos, que foram quase todos exterminados.

A legenda FL IVL CONSTANTIVS NOB C foi utilizada nestes pequenos bronzes entre 324 e 337 na maior parte das oficinas e unicamente nas séries PROVIDEN-TIAE CAESS (Torre de acampamento) e GLOR-IA EXERC-ITVS (2 estandartes e depois 1 estandarte)⁶.

Mas em Roma a cunhagem iniciou-se apenas no início de 330 (com exemplares da série GLOR-IA EXERC-ITVS - 1 ou 2 estandartes) encerrando em 337 com uma moeda da série SECVRI-TAS REIPVB (Securitas encostada a uma coluna)^{6,7}.

⁵ Após a batalha de Chrysopolis, em 18 de Setembro de 324, em que Constantino derrotou Licinius.

⁶ Carson, Hill and Kent. *Late Roman Bronze Coinage*. New York. 1978 - O tipo GLORIA EXERCITVS surgiu em 330 AD e veio substituir entre os Aes o tipo PROVIDENTIAE AVGG (ou CAESS).

⁷ R. I. C. Patrick Bruun. Vol. VII. London. 1984 - Oficina monetária de Roma - pg. 335 ff; 339; 341; 343 e 346.

O reverso é da escassíssima série VICTORIA CAESARIS (ou CAESS) cunhada cerca de 318 sob Constantino (com a legenda CONSTANTINVS AVG) atribuída à oficina monetária de Roma⁸.

A anomalia é por demais evidente.

A autenticidade da peça não pode ser posta em dúvida e o tratamento do retrato e da Vitória não é o habitual nas imitações das oficinas bárbaras da época.

A conclusão só pode ser de que se trata de um híbrido, moeda que por troca de cunhos, ou engano dos moedeiros, ficou com uma das faces que não lhe pertencia^{9, 10, 11}.

Qualquer tentativa para explicar os híbridos é meramente especulativa.

Casos flagrantes de “anacronismo” nas cunhagens em ouro são escassos.

Eram habitualmente devidos ao tempo que mediava entre a planificação de uma face e a execução da outra.

Quando as moedas eram cunhadas durante uma estadia imperial na deslocação de uma cidade para outra, reversos “out dated” eram possíveis, pois a primeira fase da cunhagem na nova oficina compreendia geralmente velhos tipos.

Mas a persistência da possibilidade de erros, na ausência do imperador, era devida à repetição automática das cunhagens de tipos antigos e à falta de atenção e controle dos moedeiros responsáveis¹².

Cunhada em Roma ou em Thessalonica, tudo é possível¹³.

Mas parece lógico, que apesar do estilo se localize esta cunhagem em Roma, onde coexistindo os dois cunhos na mesma oficina foi possível acontecer o erro.

Além disso, Roma é a única oficina que no período de 320 a 337 AD tem reversos com exergos sem qualquer letra monetária.

Tentar determinar a cronologia parece ser o último dos problemas que esta moeda levanta.

O primeiro argumento assenta no seu peso.

Trata-se de um exemplar de flan espesso, com margens regulares, muito bem conservado, com o peso de 1,85 g.

⁸ Ver R. I. C. Volume VII - pg. 313 - nota 140-2 - A análise do tipo monetário e tratamento da Vitória sugere vagamente as oficinas orientais, mórmente Thessalonica. Mas o autor, seguindo Kent, atribui estas moedas a Roma.

⁹ Batalha Reis - *Cartilha da Numismática Portuguesa*. Lisboa. 1952.

¹⁰ Costa Couvreur - Moedas híbridas. *Nummus*. Vol. II. Porto. 1954.

¹¹ J. M. Folgosa - *Dicionário da Numismática*. Porto. s /d.

¹² Ver R. I. C. Vol. VII London 1984. Introdução por Patrick Bruun.

¹³ J. P. Callu - “Reparatio ReiPub” - Un problème de circulation monétaire. *Nummus*. Vol. I. Porto. 1978. - J. P. Callu observou que os produtos de oficinas orientais, quando aparecem em achados, são-no mais frequentemente na Lusitania:

Sabemos que no reinado de Constantino o peso das moedas de bronze foi gradualmente reduzido.

Observando o quadro da pg. 9 (12) vemos que em 330 o peso médio dos AE4 era de 2,25 g (12 carats), descendo para 1,50 g (8 carats) em 335.

Carson, igualmente, refere que neste período (335-337 A D) o peso caíra para 1,70 g¹⁴.

Embora este raciocínio possa estar imbuído de erros, por estarem em jogo muitos factores, é de supor que a moeda tenha sido cunhada entre 333 e 337 AD.

Resta verificar, observando o anverso, se as hipóteses formuladas estão de acordo.

O retrato imperial com Constantino Magno era um assunto da maior importância.

Não eram autorizadas alterações e as contrafacções – por lesa majestade – severamente punidas¹⁵.

Neste período o retrato era basicamente realista e os dos jovens Caesares de acordo com a sua idade¹⁶.

Há uma relação entre a evolução das legendas e a dos retratos, nomeadamente nos adereços do cabelo e no contorno dos rostos.

De um gabinete central – comes sacrarum largitionum – as alterações eram enviadas às diversas oficinas, à medida que iam sendo introduzidas (12).

A análise dos retratos de Constancio II (ainda longe das formas pré bizantinas) entre 324 e 337, colocados cronologicamente, com moedas de que se conhecem as datas das cunhagens, dá-nos uma ideia de como evoluíram, e supor que foi cunhada entre 333 e 337.

Curiosamente vamos encontrar na nossa colecção um exemplar da série GLORIA EXERCITVS (1 estandarte) precisamente com o mesmo retrato e legenda, cunhada em Roma no ano de 336^{17, 18, 19}.

O ano de 337 limitará o intervalo provável da cunhagem desta moeda.

Falecido o Imperador Constantino Magno em Maio, eliminados mais dois dos seus sobrinhos – Delmatius e Hannibalianus – os seus três filhos são proclamados Augustus e o Império é dividido.

Constancio II não voltará a cunhar como NOBILISSIMVS CAESAR.

¹⁴ R. A. G. Carson - *Coins of the Roman Empire*. London. 1990 - pg 171.

¹⁵ C. H. V. Sutherland - *L'Univers des monnaies romaines*. Fribourg. 1974. - Capítulo VIII - De Constantin I a Romulus Augustulus.

¹⁶ Vitor Silva Mota - *Catálogo da colecção Numismática do Museu Eng. António de Almeida*. Vol. I. Porto. 1994. Capítulo - Moedas romanas imperiais.

¹⁷ Ver R. I. C. Vol. VII. London. 1984. Oficina monetária de Roma. N° 383.

¹⁸ Ver *Nummus*. 2ª série. Vol. VII/VIII. Porto. 1985. - O Tesouro da Torre. N° 513.

¹⁹ Catálogo da colecção de Numária antiga do autor - n° 529 do inventário.



ACHADOS DE MOEDA VISIGODA

José Rodrigues Marinho

Em Agosto de 1996 foi-nos mostrado um tremissis batido pelos Visigodos na Hispânia, aparecido poucos meses antes em terrenos junto à fronteira com a Espanha, nas proximidades da povoação alentejana de Barrancos. A moeda é de um dos tipos que, desde há muito, têm sido chamados de cunhagens pré-visigodas e, ultimamente, também como séries pseudo-imperiais, de feição romana, com busto do imperador no anverso e, no reverso, Vitória com palma e coroa de louros na mão, todavia de evoluído estilo bárbaro. Mostra-se em bom estado de conservação, com o peso de 1,015 g e o diâmetro de 19 mm.

Num conjunto de estudos sobre moeda visigoda, publicado em 1995 pela Sociedade Portuguesa de Numismática, sob o título “Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda”, foi sugerido que as espécies de tipologia semelhante à que agora apareceu – quer com o nome dos imperadores Anastasius I (491-518), Justinus I (518-527), Justinianus (527-565) ou Justinus II (565-578), quer apresentando legendas deturpadas ou não compreensíveis – fossem melhor designadas por moedas visigodas pré-nacionais. Esta denominação fora, aliás, já usada por Miles (p. 172) e, de igual forma, por Tomasini (pp. 34 e 88).

Nestas moedas, tanto o busto que figura o imperador como, de forma mais peculiar, a Vitória foram objecto de evoluções estilísticas ao longo de muitas dezenas de anos, acompanhadas também pela evolução das legendas. Isto levou Tomasini a agrupar as espécies por estilos evolutivos, sujeitos a variadas influências e com notada ocorrência em determinadas regiões do Reino Visigodo, onde os artistas das casas da moeda interpretariam a seu modo, com relativo critério, as directivas emanadas do poder central.

O espécime de Barrancos tem uma legenda não inteligível, conhecida por legenda “curru”, comum a diversas espécies das últimas séries pré-nacionais, e assim designada por nela figurarem essas letras e a sua forma invertida. Contudo, são poucos os exemplares que apresentam perfeita essa forma CVRRV, nela entrando por vezes letras diferentes e faltando outras. Tomasini distribuiu as moedas com legendas “curru” por cinco grupos –

C1 a C5 —, descrevendo os primeiros três como resultantes de um variado desenvolvimento estilístico na oficina de Toledo e, quanto aos restantes, C4 seria proveniente de presumível alteração numa oficina da província Cartaginense tendo em vista uma uniformização monetária e C5 resultante de evolução natural na casa da moeda de Mérida.

As legendas da moeda de Barrancos são, no anverso, $\overline{\text{CVRRIT}} + \overline{\text{IVRIIVD}}$ e no reverso, $\overline{\text{V VRRV}} \overline{\text{IVRVV}}$ com $\overline{\text{DNOC}}$ no exergo. O seu tipo integra-se no grupo C3 de Tomasini, o qual é caracterizado por apresentar, no anverso, a cabeça com o diadema colocado na vertical, a área peitoral bastante simplificada, em forma de trapézio, tendo sobre cada ombro uma pequena circunferência, figurando fíbulas e, no interior, além da cruz, uma pequena linha curva face a cada canto; no reverso, a Vitória, estilizada, quase mostra já as seis pernas rectas e paralelas, mas, nesta moeda, uma delas ainda se apresenta bastante dobrada. Note-se ainda o ponto colocado a meio das pernas, característico das emissões “curru” e menos comum em cunhagens imediatamente anteriores, mas que vai passar à emissão seguinte, já de tipo nacional, efectuada na oficina da capital e em algumas outras casas da moeda.

Outra das características do grupo C3 é o relativo baixo peso das moedas, situando-se o seu peso médio próximo de 1,30 g, enquanto os dos grupos C1 e C2 estão bem acima de 1,40 g e os de C4 e C5 numa posição intermédia. Este grupo C3 é também o que apresenta uma maior amplitude na variação dos pesos, que se estendem desde 1,015 g, verificado agora nesta moeda de Barrancos, até 1,416 g, do tremissis nº 571 do livro de Tomasini, uma peça do Gabinete Numismático de Catalunha, em Barcelona. Curiosamente, é também neste Gabinete que está a moeda de C3 com o menor peso referido por este autor, a nº 572, com 1,028 g, bem próximo do peso do exemplar aqui apresentado. É possível que todos estes factos venham a adquirir um significado mais conclusivo, à medida que o número de achados conhecidos e de moedas estudadas proporcione um melhor conhecimento dos grupos estilísticos. Veja-se que o corpus publicado por aquele autor descreve apenas 21 moedas do grupo C1, 10 do C2 e 32 do C3, enquanto dos grupos C4 e C5 refere somente 3 e 8 exemplares. Após a publicação deste livro, mais espécies visigodas pré-nacionais têm sido dadas a conhecer, mas poucas têm sido as estudadas.

Uma outra moeda da série “curru”, ainda inédita, apareceu há cerca de uns oito para dez anos no Algarve, nos arredores de Silves. Pelo critério classificativo de Tomasini, o estádio de evolução em que se integra é anterior ao da moeda de Barrancos, formando o grupo C2 e admitindo-se o seu fabrico também na oficina de Toledo. Assim, no anverso, a parte superior da cabeça apresenta o diadema oblíquo, dividindo-a em duas partes, uma frontal triangular e a outra posterior, onde o cabelo é figurado como se crescendo de baixo para cima. Na zona peitoral, que assemelha o trapézio, os ombros terminam em ponta e, no esquerdo, nota-se o desenvolvimento de uma espécie de dragona. O interior, onde figura a cruz, é bastante trabalhado, com diversas linhas curvas decorativas. No reverso, as seis pernas da Vitória apresentam-se curvilíneas na maioria. A legenda é outra das variá-

veis que definem este grupo C2, com a existência de uma cruz a meio, que pode apresentar-se ou na legenda do anverso, ou na do reverso, ou nas duas. Algumas vezes, no anverso, a cruz assemelha uma estrela e outras a letra X. Na moeda de Silves, as legendas são, no anverso **CVRRITIXINTYRV** e no reverso **V VRTI I + IVCITAV**, com **CVIIC** no exergo. O seu peso é de 1,445 g e o diâmetro não ultrapassa os 16,7 mm.

No livro “Ensaaios... “referido atrás, um dos estudos trata das concentrações de ouro dos tremisses pré-nacionais dos Visigodos. Nesse estudo, os resultados das análises então efectuadas são comparados com os valores obtidos em análises anteriores, sendo comentadas 81 moedas, das quais 15 pertencentes aos grupos “curru”, com a falta do C4. O teor de ouro dessas moedas “curru” mostrou-se não inferior a 92%, com excepção de uma moeda do grupo C3, ao tempo analisada e a que foi dada a referência AC 34, a qual revelou uma concentração média de 88,7%. Esta moeda tem um certo interesse, pois foi batida com um cunho de anverso gravado num ferro com o campo propositadamente granulado, todavia com o reverso aberto em campo liso, normal. As moedas que conhecemos com esta particularidade são bastante escassas e não parecem falsas. Poderão indicar uma origem diferente das outras do grupo C3, ou serem emissões finais, assim diferenciadas, próximas do lançamento da série seguinte, que vai manter exactamente o mesmo tipo de busto e da Vitória, apenas com a alteração das legendas, que passam para **LIVVIGILDVS** no anverso e **INCLITVS REX** no reverso. Um tremissis desta série nacional, estudado em 1992, apresentou um teor de ouro de 86,4%.

As legendas do tremissis AC 34 não foram publicadas, e figuram ser, no anverso **CVRVVT + IIVVRVD** e no reverso, **VV VRV I VYRV** com **CVIIC** no exergo. Além da moeda AC 34, outras moedas de grupos “curru”, também analisadas para o referido estudo e cujas legendas não foram mencionadas, são as referenciadas AM 41 (foi só publicada a legenda do anverso), AM 45 e AM 44, as quais pertenceram à colecção Niepoort. Assim, para o tremissis AM 41, do grupo C1, dá-se apenas a legenda do reverso, **CV ROAT I IIIVOIVD** com **CVIIC** no exergo. Para os tremisses AM 45 e AM 44, classificados no grupo C3, as legendas são, para o primeiro, no anverso **CVRRIO + OIYRV** e no reverso, **V VRO IYRV** com **CVIIC** no exergo. Para a moeda AM 44, o início da legenda do anverso tem alguns traços que deixam dúvidas a que letras pertencerão, contudo a leitura mais provável será **CVRIIVTIII + IYRVIVD** no reverso, **VI VRVI I VRAVRV** com **CVIIC** no exergo.

Livros consultados:

George C. Miles (1952) *The Coinage of the Visigoths of Spain, Leovigild to Achila II*, The American Numismatic Society, New York.

Wallace J. Tomasini (1964) *The Barbaric Tremissis in Spain and Southern France Anastasius to Leovigild*, The American Numismatic Society, New York .

Philip Grierson and Mark Blackburn (1986) *Medieval European Coinage, 1 The Early Middle Ages (5th-10th centuries)*, Cambridge.

D. M. Metcalf, J. M. P. Cabral and L. C. Alves (1992) *Sixth-Century Visigothic Metrology, some evidence from Portugal*, em *American Journal of Numismatics* 3-4, The American Numismatic Society, New York.

Mário Gomes Marques, J. M. Peixoto Cabral e J. Rodrigues Marinho (1995) *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, Sociedade Portuguesa de Numismática, Anexos NVMMVS nº 3, Porto.

Agradecimento

O autor agradece aos Srs. Carlos Marques da Costa e José Prata Batista a cedência, para estudo e publicação, das moedas encontradas em Silves e em Barrancos.



X 2

Moeda de Barrancos



X 2

Moeda de Silves

ACHADOS DE MOEDAS DO EMIRADO E CALIFADO OMÍADAS DO ANDALUS

José Rodrigues Marinho

No concelho de Moura, nestes últimos anos, além da moeda visigoda que apareceu nas proximidades da povoação de Barrancos e que é apresentada noutra artigo desta revista, foram também recolhidas nove moedas de prata do Emirado Independente e outras tantas da época do Califado de Córdova, achadas em terras de cultivo.

Quanto às moedas do Emirado, com datas entre 162 e, presumivelmente, 261 da Hégira – cerca de 778 a 875 C —, a hipótese mais provável da sua dispersão é a de perdas fortuitas, porque só três delas estavam juntas, sendo as restantes seis encontradas casualmente, em outras tantas herdades ou quintas do concelho.

Os nove dirhames do Califado foram achados num mesmo local, em Freixedes, Póvoa de São Miguel, Moura, e as datas que apresentam vão desde o ano 337 até ao ano 397 H, ou seja, desde cerca dos anos de 948 a 1007 da nossa era. Como se trata de um conjunto pequeno, será de presumir que estas moedas tanto poderão ter caído ocasionalmente ao chão, por perda da bolsa que as deveria conter, como terem sido propositadamente escondidas, na iminência de algum perigo, não tendo depois sido recolhidas.

O aparecimento de todas estas moedas, com um valor razoável na época, correspondente ao da prata que continham, é muito vulgar no Alentejo e no Algarve, então regiões agrícolas e comerciais de relativo desenvolvimento e com uma população activa que tinha acesso a este meio de pagamento. As emissões em Córdova, para todo o Ândalus, especialmente entre os anos 153 e 272 H (770-886 C), na época do Emirado, e depois entre 330 e 400 H (941-1010 C), durante o Califado, terão sido bastante grandes, sendo também frequente na Península o achado hoje destas espécies em tesouros, em quantidades elevadas, da ordem das várias centenas de moedas e mesmo, mais raramente, aos milhares.

As peças que aqui apresentamos foram recolhidas por José Prata Batista, um apaixonado por tudo o que é dos tempos idos, afim de entrarem numa monografia sobre as antiguidades do concelho de Moura, presentemente a ser escrita por António Monteso, como tese de licenciatura. Com muito gosto aceitámos o pedido da sua descrição e publi-

cação. Não podemos deixar de salientar aqui a sua finalidade, mas esperamos que elas venham também a servir para outros estudos.

As moedas são as seguintes:

Emirado independente:

'Abd ar-Rahman I - 138-172H (756-788C):

1 - 162H	2,45g	Miles 53	Orla cerceada em parte
----------	-------	----------	------------------------

'Abd ar-Rahman II - 238-273H (852-886C):

2 - 215H	1,76g	M. 106(c)	Orla do anverso cerceada; gravura muito má.
3 - 224H	2,35g	M. 116(b)	Ligeiro cerceio da orla.
4 - 227H	2,00g	M. 119(b)	Ponto sobre o <i>d</i> de <i>duriba</i> ; orla cerceada.
5 - 229H	2,505g	M. 121(f) var	Variante no estilo B, com um ponto acima e outro abaixo da legenda do campo do reverso; cerceada.
6 - 237H	1,97g	M. 129(h)	Legenda muito esborratada, tornando difícil a leitura; cerceada.
7 - 244H?	1,24g	M. 136(b)	Orla com legendas cerceadas, sem a leitura segura das unidades da data, 4,7 ou 9; orifício no campo.
8 - 2... H	1,24g	M. ?	Cerca de metade de dirham no estilo F de Miles, lendo-se da data <i>duzentos e</i> .
9 - 261H	?	M. 154(?)	Moeda partida em quatro fragmentos, oxidados, lendo-se no maior <i>no Ândalus no ano um</i> , e noutro <i>e sessenta e</i> .

Califado de Córdoba:

'Abd ar-Rahman III - 300-350H (912-961C):

10 - 337H	2,68g	M. 227(s)
11 - 342H	2,54g	M. 232(c)
12 - 347H	2,93g	M. 238(a)

Al-Hakam II - 350-366H (961-976C)

13 - (35)2H	1,14g	M. 244(aa)	Fragmento obtido por quebra; será variante pelo ornato no anverso.
14 - 363H	3,14g	M. 256(w)	Liga porosa e de cor baça; afigura-se falsa ou batida com reduzida percentagem de prata (1).

Hisham II - 366-401H (976-1010/1C)

15 - 380H	2,26g	M. 286(i) var	Confrontar os ornatos na moeda com Miles HSA 13436.
16 - 392H	2,80g	M. 322(q)	Dois orifícios sobre a legenda marginal do anverso.
17 - 393H	2,58g	M. 324(n)	Dois orifícios sobre a legenda marginal do anverso.
18 - 397H(?)	2,31g	M. 336 c) var	Moeda em liga porosa e de cor baça, a que falta cerca de metade da orla. Tipo referido com erro em Miles ? (2)

(1) Neste ano de 363H, tal como no ano anterior, o nome 'Amir – daquele que foi, pouco depois, o grande ministro e general do califa Hisham II – raramente consta nas moedas, o que sucedia antes como director que era, desde 356, da Casa da Moeda. Datados desses dois anos aparecem, ao lado dos dirhames normais, outros verosimilmente de liga baixa, e até em cobre, com letra bem traçada e sem erros, que bem podem não ser obra de falsários, mas sim desvios propositados nas cunhagens oficiais. Na presente moeda, presumivelmente com liga anormal, o reverso apresenta-se com pouco relevo, mas o nome por baixo da legenda do campo, que poderia ser tomado por 'Amir, embora bastante sumido é indubitavelmente *Yahyà*. O ornato que figura acima é muito semelhante ao referido por Miles para a moeda B.290. Note-se ainda que, no anverso, o final da data, com a escrita *três e sessenta e três*, ultrapassa para cima, com o último três, o começo da parte rectilínea, o que não é normal.

(2) Esta moeda, afigurando-se também batida em liga de prata baixa, com falta de quase metade da orla e com escrita bem delineada é, contudo, controversa na interpretação da data, que parece ser (3)99, com margem recta e o nome 'Abd al-Malik no anverso. O nome *Al-Mu'izz* no reverso, com a indicação em cima *al-hajib*, indica uma cunhagem de Fez, ao tempo sob vassalagem do califado de Córdoba, mas o tipo é mencionado em Vives – entrada 666 – para Fez e para o ano de 397 (nove exemplares conhecidos). Miles também o cita na sua entrada 336(c), referindo as mesmas moedas que Vives aponta e mais outra, todavia com a grafia *Mu'izz* e não *Al-Mu'izz*. Saenz-Diez, parecendo não conhecer visualmente nenhum dos exemplares batidos em Fez em 397, diz "En este año, aunque apenas se conocen detalles de adornos, existe sin embargo una enorme variedad de combinaciones de nombres y títulos". Em 4 diz "el título con 'Abd al-Malek e Mu'ezz (es el ejemplar más comum) (Vives 666)", o que parece não corresponder à verdade, pois o título (*al-hajib*) está só no reverso, com o nome *al-Mu'izz*. Todavia, no final da página, Saenz-Diez apresenta a foto de um exemplar, com a nota "Dirhem con 'Abd al-Malek en anverso y Al-

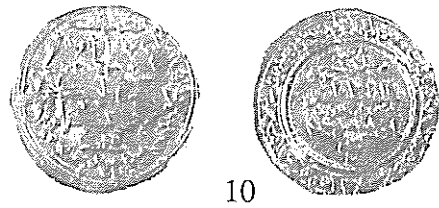
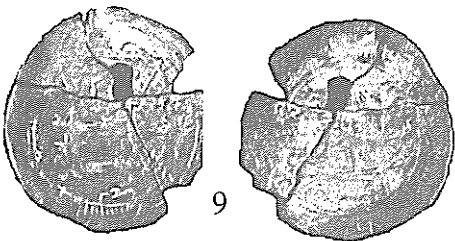
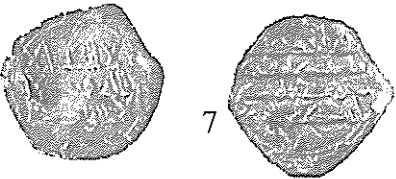
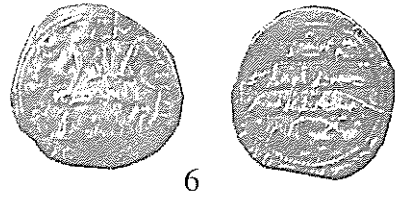
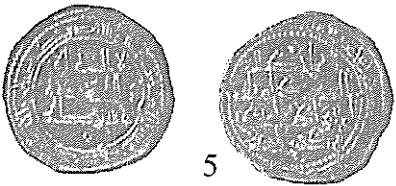
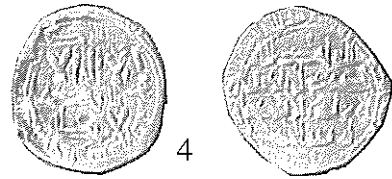
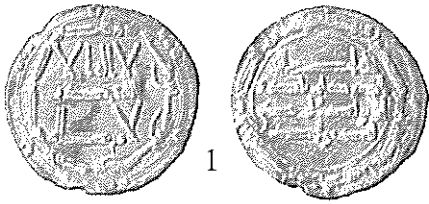
Livros referidos no texto:

Miles, George C. - 1950, *The Coinage of the Umayyads of Spain*, New York
The American Numismatic Society

Saenz-Diez, Juan Ignacio - (1984), *Las Acuñaciones del Califato de Cordoba
en el Norte de Africa*, Madrid

Vives y Escudero, Antonio - 1893, *Monedas de las Dinastias Árábigo-Espa-
ñolas*, Madrid

Hajeb Al-Mu'ezz en reverso. Esta estraña combinación hace que este dirhem que tiene un nueve en la unidad muy claro (lo que le haria absolutamente inédita y desconocida) tenga que ser en cambio atribuida al 397." O dígito em causa – sete ou nove – apresenta-se na moeda de Moura em escrita muito compacta e na forma feminina, contudo com o primeiro traço mais alto e mais forte, o que leva a interpretar a palavra como *iis'a* – nove – e não *sa'ba* – sete. O resto da data termina com a palavra nove, outra vez, agora na forma masculina e a última letra sem cauda. Nas emissões de Fez, dos últimos anos desta década, é normal o dígito da data estar escrito ou no masculino ou no feminino. Estamos de acordo com o nosso amigo Saenz-Diez. A moeda, não sendo dos mesmos cunhos da que publica, e até com outro estilo, será mesmo de 397, embora figure o dígito nove. Na orla, por motivo do corte, só se vêem as duas últimas letras do local da cunhagem — que será *Fas* ou *Madinat Fas* —, e que, sendo figuradas da mesma forma que as duas últimas letras de *al-Ándalus*, deixa-nos sem saber exactamente toda a legenda deste interessante e controverso espécime.

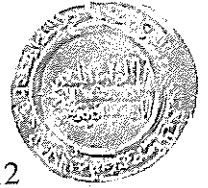




11



12



13



14



15



16



17



18



TAMBÉM SOBRE A FRACÇÃO DE DINAR COM A MENÇÃO DE ISHAQ IBN 'ALI*

José Rodrigues Marinho

INTRODUÇÃO

A revista NVMMVS, 2ª Série, Vol. XIV/XV, 1991-1992, da Sociedade Portuguesa de Numismática, traz, nas páginas 41 a 51, um interessante estudo sobre uma pequenina moeda muçulmana com o diâmetro de cerca de um centímetro e o peso aproximado de oito decigramas, batida em liga que mostrou uma composição de 80.85% de ouro e 19.15% de prata.

Os autores da comunicação -- nossos amigos e que muito consideramos -- apresentam a referida moedinha como uma fracção de dinar de Ibn Wazir, um dos dois políticos do território a sul do rio Tejo, hoje português, que no ocaso da dinastia berbere dos Almorávidas procuraram a independência e ali emitiram moeda. Trata-se de uma espécie não conhecida, na qual aparece também o nome do último emir daquela dinastia, Ishaq ibn 'Ali. É dada como batida em 540/541 H, propriamente nos primeiros nove ou dez meses do ano de 1146 JC. Foi adquirida no comércio, com a informação de proveniente de antiga colecção reunida em Messejana. Acrescenta-se que terá sido encontrada, tal como diversas moedas de prata almorávidas e pós-almorávidas, inclusivé de Ibn Wazir, no castelo daquela localidade, e certamente no Baixo Alentejo.

DISCUSSÃO

A leitura das legendas desse exemplar através da fotografia publicada na Estampa II do estudo, mesmo em escala ampliada, não foi para nós esclarecedora. De facto, devido à conservação da moeda, a parte final de quase todas as linhas não está claramente

*Comunicação apresentada na Secção de Estudos Luso-Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, em sessão de 18 de Novembro de 1996.

identificável. Se aquilo que efectivamente se vê pode sugerir a versão apresentada, a verdade é que a interpretação dos sinais que se afigura formarem a primeira linha da legenda do reverso – a única que é para nós duvidosa e sobre a qual foi baseada toda a argumentação do estudo – também poderá ser outra, admitida pelo desenho à câmara clara, feito com uma posição da luz diferente da utilizada para a foto. Quem abriu o cunho fê-lo com uma maneira estranha de iniciar e de terminar as letras, usando diferentes estilos de escrita, a mesma forma só para algumas letras e não a mesma forma para todas elas. A controversa primeira linha do reverso, que foi interpretada pelos autores como *ابن وزير* (Ibn Wazir), tem o seu final mais de acordo com o da última linha do anverso, ou seja com a palavra *الله* (Allah), do que com a forma usada para a palavra *أمير* (amir). Também o processo utilizado para abrir muitas das letras, de traço entre pontos e de pontos a substituírem traços, levou a uma proliferação de glóbulos, que podem confundir na interpretação da legenda.

Aliás, afigura-se que algumas dúvidas terão tido também os autores do estudo, embora por outros motivos, pois no capítulo que respeita à discussão do espécime informam que a moeda surpreende, por razões que enumeram, se bem que depois a aceitem, batida por necessidades e conveniências, no seguimento de outras aparentes anomalias verificadas na cunhagem dos Almorávidas – as moedas de electrum – desde, pelo menos, o reinado de ‘Ali b. Yūsuf e que são, concluem, indícios de que a crise afectava as emissões monetárias. Às afiguradas anomalias é acrescentado o caso de um dinar de Fez – existente na colecção de um dos autores – datado do ano 537 e batido em nome do emir ‘Ali e no do sucessor designado, o emir Tashfin, aparentemente feito numa liga de prata forrada de ouro, com cunhos bem gravados, mas o do anverso corroído, talvez por estar enferrujado, e com os mesmos módulo e desenho dos dinares normais, todavia pesando só 1.13g, cerca de um quarto do peso normal.

COMENTÁRIOS

Este último exemplo não seria, para nós, motivo de comentário, se não possuíssemos também um dinar de Fez (Madinat Fas), datado de 537, em nome do emir ‘Ali e do sucessor designado, o emir Tashfin, e que apresenta o peso anormal, aqui por excesso, de 4.30g (fotos 1 e 2). Ao lado deste espécime temos outro, adquirido na mesma ocasião, presumivelmente também em ouro, como o anterior, e feito com os mesmos cunhos ou a mesma matriz, mas sem as orlas, estando reduzido à parte central da moeda, muito semelhante a um meio-dinar. Pesa 2.30g (fotos 1a e 2a).

Junto com estas duas moedas adquirimos outras duas, agora em prata ou em cobre com banho de prata, pelo menos uma delas que apresenta a cor do cobre visível numa pequena superfície. Verosimilmente são provenientes da mesma matriz das anteriores, todavia retocada para apagar alguns sinais e, porventura, aclarar outros, mas continuando a legenda da orla com a indicação “... este dinar...”. Pesam 2.25g e 2.26g (fotos 3 e 4) e têm

as faces dispostas em posição inversa relativamente às fabricadas em ouro. Ora, estas duas supostas moedas de prata têm o anverso em parte granulado, o que nota-se mais no início da legenda marginal, como se saídas de um cunho enferrujado (fotos 5 e 6).

Para estes nossos espécimes é difícil aceitar que não se trate de falsificações, certamente de data recente. O aparecimento hoje, no mercado numismático, sem um atestado da origem, de duas moedas antigas provenientes do mesmo par de cunhos, é já forte suspeita de contrafacção. Naturalmente que não sabemos se o exemplo atrás apontado pelos autores do estudo como aparente anomalia é também um pseudo-dinar, saído dos mesmos cunhos, o que tudo indicia pelo número de coincidências.

INFORMAÇÃO

São poucas as moedas falsas, copiando dinares almorávidas, que temos visto: de casas de cunho norte-africanas, só as de Fez atrás referidas, das quais notámos cerca de uma dezena iguais às de prata; de casas de cunho do Ândalus, mais copiadas por as verdadeiras atingirem preços por vezes elevados, foram-nos mostradas duas ou três. Contudo, são vários os museus estrangeiros e colecções particulares que, desde há muito, guardam também estas moedas. Rada y Delgado, director do Museu Arqueológico Nacional de Madrid em 1892, quando o "Catálogo de Monedas Arábicas Españolas" do museu foi publicado, achou bem que tais moedas fossem nele inseridas e lá figuram um pseudo-dinar de Sigilmeça e pseudo-dirhames, de Múrcia, de Saragoça e de Granada. Vives refere no seu catálogo dois dinares em cobre e na colecção da Hispanic Society of America há um fragmento em cobre semelhante a parte de uma moeda de electrum.

As moedas almorávidas de electrum, tidas como anómalas, não foram, de facto, até hoje explicadas, nem se conhece o valor por que correriam. São todas do reinado de 'Ali b. Yusuf, sendo referidas 14, distribuídas por três tipos diferentes. A legenda do anverso, em duas linhas, é igual em todas e não se confunde com a de outra moeda. A legenda do reverso caracteriza o tipo: ou só em duas linhas, com o nome do emir, ou em três e em quatro linhas referindo também o herdeiro Sir. O museu de Copenhague tem um exemplar analisado do primeiro tipo, que revelou uma liga com um terço de ouro e dois terços de cobre, em vez de um terço de ouro e dois terços de prata.

Os meios-dinar e os quartos de dinar de que há referência são muito escassos. Dos primeiros há nota de apenas quatro, qualquer um deles semelhante ao campo de dinares conhecidos. Dois são do primeiro emir, Abu-Bakr ibn 'Umar (448-480 H), havendo dúvidas se teriam tido, ou não, legenda marginal; os outros dois são do reinado de 'Ali ibn Yusuf, sem a menção de herdeiro (500-522 H), e mostram-se, de certeza, como não cortados de dinares. Dos quartos de dinar são conhecidos oito, todos do mesmo tipo, com o peso médio de 1.08g, batidos sem data em Sigilmeça, em nome do emir Yusuf b. Tashfin (480-500 H). Têm a legenda de uma face em cúfico e a outra em escrita Naskhí.

ANÁLISE DE OUTROS ELEMENTOS

Voltando à pequena fracção de dinar, publicada na NVMMVS, também na “Permuta por correspondência inter-associados” da Sociedade Portuguesa de Numismática, realizada em 25/6/1996, foi colocada à disposição dos sócios uma outra pequenina moeda de ouro com a menção de Ishaq ibn ‘Ali, tendo o seu adquirente procurado a nossa ajuda para a confirmação da leitura.

A nova fracção pesa 0.703g e tem 1 cm de diâmetro (foto 11). Constatámos que a sua gravura é, no enquadramento de todos os traços, idêntica à representada na fotografia da Estampa II do estudo, o que significa que as duas pequenas moedas provêm dos mesmos cunhos ou de uma mesma matriz. Bastante mais perfeita e melhor centrada do que a anterior, quase não se notam nela os grânulos da orla mas sim parte da circunferência linear, por o disco ser menor que a matriz. A legenda vê-se bem, com a primeira linha do reverso um pouco cortada em cima, mas com melhores possibilidades de leitura do que no outro espécime. Apesar do corte, são visíveis todas as letras de **وَلِيَّ اللَّهِ** – (o) amigo de Allah –, distribuídas por duas linhas. Trata-se de uma legenda simples, com forte significado religioso, presumivelmente adaptada de uma outra frase com as mesmas duas palavras e por três vezes mencionada no Alcorão, **وَاللَّهُ** — Allah (é o) amigo (de) —, ambas usadas em quirates de ‘Ali ibn Yusuf, o pai de Ishaq.*

Na procura de uma explicação para a cunhagem desta espécie tão singular, a leitura “O amigo de Allah”, em vez de “Ibn Wazir”, como início da legenda do reverso, coloca o texto dentro da tradição religiosa almorávida expressa noutras moedas conhecidas e torna-o certamente mais aceitável, pois afasta o enigmático reconhecimento de Ibn Wazir de uma vassalagem (que mesmo teórica ou fictícia estaria sempre patente neste documento) à dinastia já moribunda e da qual, afinal, todos procuravam libertar-se. Contudo, a moeda agora afigura-se deslocada, pois essa frase – sem dúvida a que está nos dois exemplares – ficaria bem em moedas do místico que foi o emir ‘Ali ibn Yusuf, mas já não a compreendemos em moedas da criança que era o seu filho.

Acresce que, quer na frase agora interpretada quer na última linha da mesma face da moeda, verifica-se um estranho duplo estilo de escrita de quem abriu o cunho. A mesma letra **س**, com que foi gravada, na primeira linha, a palavra **وَلِيَّ**, com a cauda para a

* Veja-se, para a frase que está na moeda, Hazard 927 = Vives 1701 (fotos 7 e 8) e Hazard 978 = Vives 1772; para a outra frase, Hazard 979 = Vives 1771, Hazard 997 = Vives 1820 (fotos 9 e 10) e, num provável meio-quirate, único, Hazard 1027, não citado em Vives e existente no museu da American Numismatic Society; todavia, esta última moeda, atribuída ao reinado de Tashfin ibn ‘Ali, não nos parece ter as legendas concisas, mas sim repetitivas na palavra “amir”, ou seja, numa face tem “Allah (é o) amigo / emir dos muçulmanos” e na outra face “o emir Tashfin”, sendo de crer que no seu anverso não seja possível ler, também, o nome ‘Ali conforme vimos há anos num tipo inédito existente na colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa, de acordo com uma nota que temos (Cf. também a nota à moeda H. 1027).

esquerda, está na última linha, na palavra عَلِي , com a cauda para a direita. Verifica-se também que o controverso ponto, por cima daquela letra س , substitui a letra ج , e que na linha central há pontos sobre letras que, desalinhados, estarão igualmente a substituir letras. Ora, tem-se notado que cada abridor de cunhos apresenta sempre o mesmo estilo para a mesma letra ou para o mesmo desenho.

COMPOSIÇÃO DAS LIGAS

O espécime publicado levanta ainda um outro problema que seria de interesse esclarecer também com o exemplar que apareceu com a Permuta da S.P.N. Trata-se da composição da sua liga metálica. As moedas de ouro medievais, e não só estas, apresentam em regra uma pequena percentagem de cobre residual e outra maior de prata, acompanhando o metal nobre. Todavia, enquanto a prata pode ser acrescentada ou retirada facilmente da liga, o mesmo não sucede com o cobre, que pode ser acrescentado à vontade mas é difícil de retirar. A quantidade deste cobre, na liga original, pode indicar a proveniência do ouro.

O ouro do Sudão foi, desde os tempos antigos, considerado como muito puro ou da melhor qualidade, isto é, não era necessário afiná-lo para ser utilizado em joalheria ou na cunhagem de moeda. De facto, ele contém, em média, cerca de 92% de ouro puro e 8% de resíduos, enquanto o ouro de outras origens chega a ter 20% de impurezas.

Ronald Messier apresentou em 1974 um trabalho de análise de moedas tendo em vista provar que a maior parte dos dinares almorávidas foi batida com ouro do Sudão Ocidental, o qual atravessava em caravanas de camelos o sul do Sahara, em direcção à região do Ghana, subindo depois para a cidade de Sigilmeça. Aqui se situou a única casa de cunho daquela dinastia, durante pouco menos de meio século, até 486 H = 1093 JC.

A análise foi efectuada por activação de neutrões, pelo método do risco, determinando as percentagem de ouro, prata e cobre em cerca de 287 moedas, entre elas 87 almorávidas de casas de cunho norte-africanas e 68 do Ândalus, existentes em quatro grandes museus, de Tunis, Paris, Londres e Nova Iorque. Nestas moedas almorávidas, a percentagem de cobre que apurou, em média menos de 1,5%, levou-o a aceitar que esse metal não terá sido acrescentado à liga, fazendo parte das próprias impurezas. Foi também verificado que este cobre residual, em cerca de 60% das moedas batidas em Sigilmeça, situa-se dentro dos limites de uma escala logarítmica ($\%Cu / \%Au$) definidos como os do ouro do Sudão, enquanto que, para as casas de cunho do Ândalus, foram encontrados, aproximadamente, 49% de dinares dentro desses parâmetros, mesmo assim uma percentagem elevada, admitindo-se aqui o recurso a ouro hispânico como suplemento do ouro sudanês. Para os dinares das outras casas de cunho norte-africanas, a sua percentagem neste trabalho situa-se à volta de 55.

A média do teor de ouro, calculada para as 87 moedas norte-africanas, foi de 91,26% e para as 68 do Ândalus foi de 89,92%. Entre aquelas há, pelos menos, dois quartos de

dinar, BN 532 e BN 533, descritos em Lavoix como tendo 15mm de diâmetro e o peso de 1.10g e 1.05g, respectivamente. O primeiro deles mostrou uma composição de 79.5% Au, 19.3% Ar e 1.2% Cu e o outro 95.1% Au, 4.7% Ar e 0.2% Cu. Esta foi a menor percentagem de cobre encontrada, mas igualmente notada em dois dinares africanos.

A fracção de dinar de Ishaq ibn 'Ali, publicada na NVMMVS, tem uma liga de 80.85% de Au e 19.15% de Ag. Por estas percentagens não podemos afirmar, taxativamente, que a moeda é falsa, embora tenhamos de admitir que apresenta teores de ouro e prata muito semelhantes aos usados hoje em grande parte dos trabalhos de ourivesaria, a que acresce a própria observação dos autores do estudo, na descrição da moeda: "... mostra uma estrutura muito porosa, sugerindo trabalho metalúrgico grosseiro a temperatura relativamente baixa." Isto permite pressupor uma fundição artesanal, para o fabrico de um ou poucos exemplares, o que não é precisamente o trabalho de uma casa de cunho. Ronald Messier encontrou teores de ouro abaixo dos 85% em 16 espécimes almorávidas, ou seja, em cerca de 10% destas moedas analisadas – entre elas num dos quartos de dinar acima referidos – e até, em duas delas, 58,9% de Au com 40,3% de Ar e 59,3% de Au com 38,8% de Ar. Todavia, em todas estas moedas foi notada a existência de cobre e, em todo o estudo, só num dinar fatmida, batido no Egipto e que revelou o elevado teor de ouro de 98,8%, aquele metal não foi encontrado.

CONCLUSÕES

Do que foi apresentado, podemos sintetizar:

1 - A pequena fracção de dinar com a menção de Ishaq ibn 'Ali e o presumível nome de Ibn Wazir, adquirida no comércio de moedas de colecção e publicada na revista NVMMVS, vol. XIV/XV, tem defeitos de fabrico que podem levar a uma interpretação incorrecta de parte da sua legenda, conduzindo a um tipo totalmente desconhecido.

2 - A leitura agora apresentada, de "Wali Allah", e não Ibn Wazir, — comprovada por um segundo exemplar proveniente da mesma matriz mas de melhor fabrico, aparecido também à venda no comércio de moedas — não é desconhecida na amoedação dos Almorávidas, mas a frase tem sido apenas notada em moedas de prata do emir 'Ali ibn Yusuf, do tipo quirate, e nunca em moedas de ouro da dinastia.

3 - O peso e o módulo destas recém-aparecidas moedinhas de ouro não se integram na metrologia das raras fracções de dinar almorávidas.

4 - A análise da liga da pequena moeda publicada mostrou uma composição não usual na cunhagem dos Almorávidas, por não apresentar cobre, mas revelou também percentagens de ouro e prata semelhantes às usadas hoje na indústria de ourivesaria.

5 - Foi referido que, observada ao microscópio electrónico, a moeda publicada "mostra uma estrutura muito porosa, sugerindo trabalho metalúrgico grosseiro a temperatura baixa."

6 - Ambas as moedas apareceram há pouco tempo, por intermédio do vulgar comércio de colecção, embora a primeira com a informação de proveniente de antiga colecção reunida em Messejana.

Por tudo o que foi exposto, entendemos que as duas fracções de dinar devem ser vistas com muita reserva quanto à sua veracidade.

ADITAMENTO

Ainda quanto ao presumível dinar de Fez, do ano 537, tido como revelador de indícios de crise nas emissões monetárias do período final dos Almorávidas, aproveitámos o estudo de Messier para observar os resultados obtidos na análise das moedas da dinastia a partir do ano 536 H. As moedas analisadas e as correspondentes percentagens de ouro são as seguintes:

1 - Fez	536H BN568	91.6% Au
2 - Fez	536H BN569	92.0% Au
3 - Fez	537H BN567	92.0% Au
4 - Fez	537H BN638	91.7% Au
5 - Fez	538H BM X7	91.9% Au
6 - Marráquexe	538H BN640	92.5% Au
7 - Nul Lamta	537H BN574	88.9% Au
8 - Nul Lamta	538H BN638	92.1% Au
9 - Tremecém	536H BM V43	90.7% Au
10 - Almeria	537H BM X45	95.3% Au
11 - Almeria	538H BN643	94.3% Au
12 - Sevilha	536H BM X440	96.0% Au
13 - Sevilha	540H BM V70	94.4% Au
14 - Granada	540H BN653	93.9% Au
15 - Córdoba	541H BN654	94.9% Au
16 - Córdoba	542H BM V81	95.6% Au (Banu-Tashfin)

É de notar, para as casas da moeda do Ândalus, o elevado conteúdo do precioso metal que os dinares apresentam e, até, do excepcional teor da moeda batida em Córdoba pelo governador almorávida, Ibn Ghaniyah, após o colapso da dinastia em África.

O estudo de Messier não tem o peso das moedas analisadas. Todavia, fomos ver em Lavoix e em Hazard (Additions...), respectivamente, o peso dos dinares da Biblioteca Nacional de França e no museu da American Numismatic Society,

os quais se mostram compreendidos entre 4.10 e 4.20 gramas, não afigurando indícios de crise na moeda de ouro. Fomos também ver ao catálogo da enorme colecção Brèthes, hoje no Banco de Marrocos, os pesos assinalados na maioria dos 161 dinares da dinastia, sendo poucos os ligeiramente inferiores a quatro gramas, estes em regra de moedas com diversos orifícios. Dos 14 dinares de Tashfin ibn 'Ali, um de Fez, 538H, não refere o peso, mas nos restantes é superior a quatro gramas. Dos quatro dinares de Ishaq, três pesam quatro gramas, ou mais, e o outro 3,80g, mostrando a sua reprodução dois grandes orifícios na orla. Verificámos ainda o peso dos dinares almorávidas que possuímos, os quais considerámos normais. São, a partir do ano 537, os seguintes: Sevilha, 537H = 3,92g; Agmat, 538H = 4,14g; Almeria, 538H = 4,15g; Sevilha, 539H = 4,12g; e Nul Lamta, 540H = 4,17g, este o mais pesado dos cinco, batido em nome do último príncipe reinante, Ishaq ibn 'Ali, o desditoso adolescente que não foi poupado por 'Abd al-Mu'min porque o conselho dado, aquando da tomada de Marráquexe, foi o de que "não é conveniente deixar crescer cachorros de leão".

LIVROS E ESTUDOS REFERIDOS NO TEXTO:

- Brèthes, J. D. – (1939) *Contribution à l'Histoire du Maroc par les recherches numismatiques*. Casablanca.
- Hazard, Harry W. – (1952) *The numismatic history of late medieval North Africa*, ANS, New York.
- Idem – (1966) *Late Medieval North Africa: Additions and supplementary notes*, em *ANS Museum Notes*, Vol. XII.
- Lavoix, Henry – (1891) *Catalogue des Monnaies Musulmanes de la Bibliothèque Nationale*, Paris, Reimpressão em 1977.
- Messier, Ronald A. – (1974) *The Almoravids - West African gold and the gold currency of the Mediterranean basin*, em *JESHO*, vol. XVII, Leiden.
- Rada – (1892) *Catálogo de Monedas Árábicas Españolas que se conservan en el Museo Arqueológico Nacional publicado siendo director del mismo D. Juan de Dios de la Rada y Delgado*, Madrid.
- Vives y Escudero, Antonio – (1893) *Monedas de las Dinastias Árábigo-Españolas*, Madrid.

POSFÁCIO

Ao tempo do envio deste trabalho para publicação apareceu, casualmente, um novo exemplar da pequena moeda de ouro, o terceiro.

Aconteceu que, ao serem-nos mostrados diversos pequenos pacotes com moedas muçulmanas, um deles continha um conjunto de três moedas de cobre, bastante safadas, atribuíveis ao período final do Emirado do Ândalus, dois dirhames deste Emirado, um quirate almorávida, dois dirhames quadrados do tipo almóada, com bastante uso, como, aliás, as outras moedas de prata, e a referida moedinha de ouro. Esta, num estado de conservação que deverá classificar-se como nova, tem ainda a orla arranhando nos dedos, a qual, observada de topo, deixa ver partes baças, irregulares, mais escuras e porosas, de ouro de fundição, intercalando com outras lisas e de cor normal, como a das faces. Este espécime mostra o relevo dos caracteres já ligeiramente mais baixo do que o apresentado no anterior, cedido através da Permuta S. P. N. Está levemente descentrado no anverso, à esquerda, e no reverso à direita, onde há ligeiro corte das letras, por a matriz não caber inteiramente no disco. Porém, a controversa primeira linha do reverso vê-se toda, como praticamente toda a legenda.

Agora, o peso do exemplar é de 0,515 g, bastante mais baixo do que o das peças anteriores, e tem 1,05 cm de diâmetro (foto 12). Como pode verificar-se, a matriz é a mesma usada para os outros dois espécimes.

Desta vez foi possível averiguar mais alguma coisa da sua proveniência. O conjunto foi adquirido, cerca do mês de Março do ano 1996, num comerciante de velharias, na cidade espanhola de Mérida, pelo preço de trinta mil pesetas. Quem o adquiriu, nosso conhecido e amigo, afirmou-nos ter já observado nessa loja outros objectos falsos, mas está convencido de que esse comerciante, pelo menos quanto a este caso, actuou de boa fé na sua venda, pois, tal como ele, não tem conhecimentos de árabe ou da amoedação muçulmana que lhe permitam conjecturar sobre o tipo ou a veracidade desta pseudo-moeda.

CONCLUSÃO FINAL

Durante a revisão das provas fomos autorizados a acrescentar a este nosso trabalho dados novos entretanto adquiridos para o julgamento das três pequeninas moedas com menção de Ishaq ibn 'Ali, agora existentes e aparecidas num curto período, sempre pela mão de comerciantes.

Nos finais de 1998 foram analisados quimicamente, por processo não destrutivo, quer os três pseudo-dinares de Fez, datados do ano 537, quer o meio--dinar com o mesmo cunho central, e ainda o novo espécime de ouro, proveniente de Mérida.

Em conjunto, estas cinco moedas, identificadas pelo peso correspondente, estão no quadro a seguir, onde se regista, em percentagem, os quatro elementos principais de entre os vários que compõem as suas ligas:

Elementos	Dinar 4,30g	Meio-Dinar 2,30g	Dinar 2,26g	Dinar 2,25g	Moeda de Mérida 0,515g
Ouro	85,3	83,8	0,007	0,007	73,4
Prata	7,8	9,6	32,5	1,2	10,4
Cobre	6,7	6,4	48,7	71,2	16,0
Zinco	0,001	0,05	18,8	27,6	0,001

Verifica-se por este quadro que, em todas as moedas, a quantidade de cobre - e também em duas delas a de zinco, que se admitia ser totalmente prata - confirma a sua falsidade, já aceite antes pelo exame comparativo das características morfológicas de cada uma das espécies.

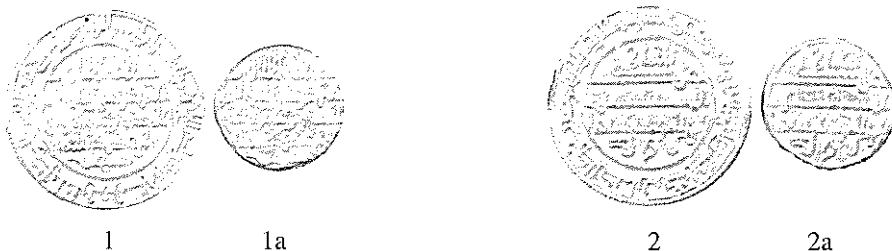
AGRADECIMENTOS

Agradecemos á doutora D. Maria Filomena Guerra as análises efectuadas no IRAMAT - Centre Ernest Babelon - Orleans, em França, bem como os comentários enviados por carta.

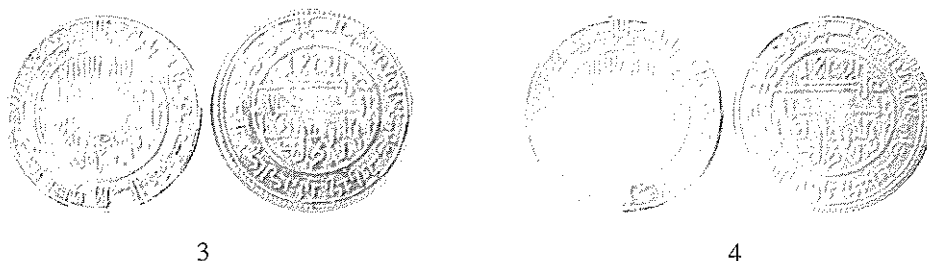
Agradecemos também á SPN e ao seu presidente, Dr. Jorge Souto, a autorização para acrescentar a este estudo, já em provas na empresa gráfica, as referidas análises.

Por fim, lembramos que as *Actas do IV Congresso Nacional de Numismática*, realizado em Lisboa em meados de 1998 pela Sociedade Numismática de Portugal, trazem um estudo, apresentado pela cientista atrás mencionada em colaboração com Corinne Roux, também de muito interesse para a matéria que aqui tratámos: "*A Moeda Almorávida: estudo do título e caracterização do metal*". As análises ali incluídas, de moedas de ouro e de prata existentes no Cabinet de Médailles et Antiques da Biblioteca Nacional de França, não indiciam qualquer alteração anormal dentro das variações comuns às emissões da época.

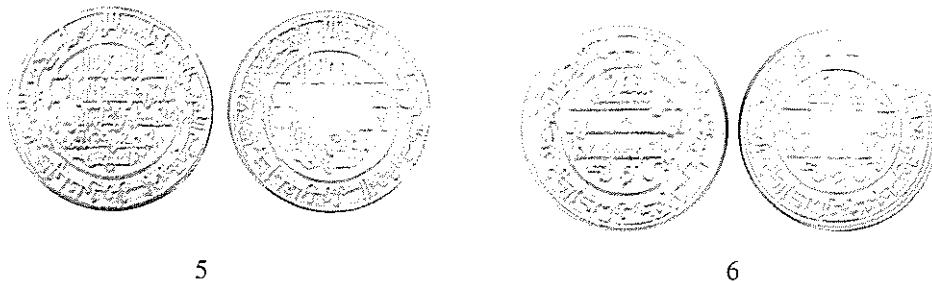
Lisboa, Setembro 4, 1999



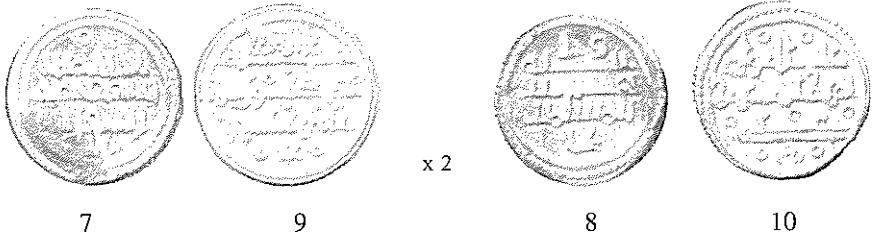
Pseudo-dinar de Fez, com a data 537 H, e pseudo-meio-dinar.



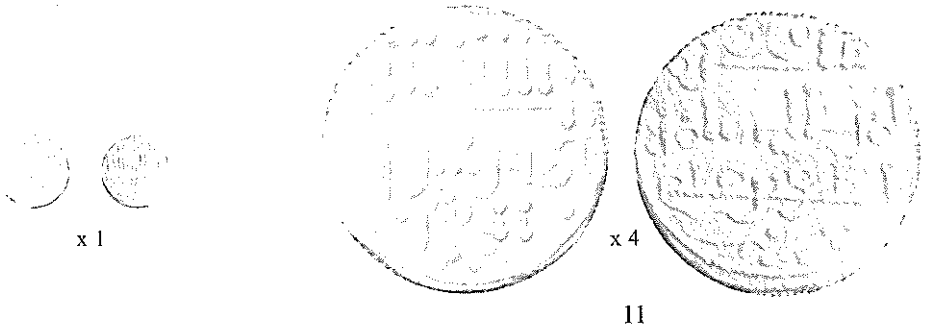
Pseudo-dinares em prata ou cobre prateado



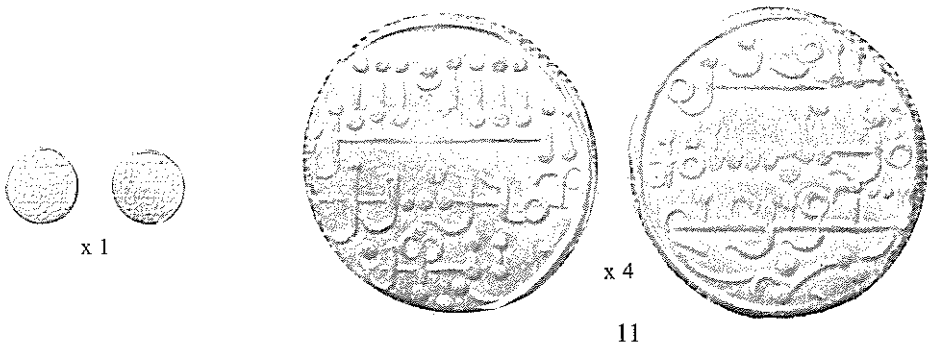
As pseudo-moedas em ouro e prata mostrando as alterações da matriz



Quirates mencionando "wali Allah" e "Allah wali"



Pseudo-fracção de dinar da Permuta realizada em 25/6/1966



Pseudo-fracção de dinar aparecida à venda em Mérida

ÍNDICE

JOSÉ DA SILVA RUIVO – <i>Circulação monetária na Estremadura Portuguesa até aos inícios do séc. III</i>	7
JOÃO M. PEIXOTO CABRAL – <i>Métodos físicos e químicos de análise em investigação numismática</i>	179
ACHADOS MONETÁRIOS	
RUI, M. S. CENTENO/J. M. VALLADARES SOUTO – <i>Depósito de moedas da Judeia achado em Mértola</i>	197
ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA – <i>Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral. Contributo para um inventário crítico</i>	205
MILAGROS SIENNES HERNANDO/JOSÉ DA SILVA RUIVO – <i>Um lote de moedas do tesouro tardo-romano das Ferrarias (Ramalhal, Torres Vedras)</i>	231
HENRIQUE NOGUEIRA – <i>Notícia de um híbrido do tesouro da Torre (Santa Maria de Êmeres, Valpaços)</i>	247
JOSÉ RODRIGUES MARINHO – <i>Achados de moeda visigoda</i>	253
JOSÉ RODRIGUES MARINHO – <i>Achados de moedas do Emirado e Califado Omíadas do Andalus</i>	259
JOSÉ RODRIGUES MARINHO – <i>Também sobre a fracção de dinar com a menção de Ishaq Ibn 'Ali</i>	265

GUIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os originais serão apresentados dactilografados em folhas de tamanho A4, a dois espaços e com uma margem esquerda de pelo menos 3 cm. A SPN agradece a todos os Autores que utilizam computadores MACINTOSH para processamento detexto, o envio dos seus trabalhos em *disquete*.
2. As referências bibliográficas devem seguir as normas adoptadas pela revista NVMMVS e utilizar as abreviaturas em baixo listadas. Dispensa-se a indicação do editor nos livros e do lugar de edição nas revistas.

Exemplo de citação de um livro:

R. M. S. Centeno, *Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nvmmvs* n.º. 1), Porto 1987.

Exemplo de citação de um artigo de revista, actas de congresso ou outra colectânea:

J. G. Barata, "Moedas portuenses no reinado de D. Maria (1833 e 1847)" *Nvmmvs* 2ª Série, XI 1987 p. 15-41.

3. As ilustrações (fotografias, desenhos, mapas...) podem ser organizados em estampas acompanhadas da respectiva numeração romana ou entrar no texto como figuras numeradas em árabe.
4. Os originais devem ser acompanhados por um **resumo em português** e, se possível, por uma versão em francês ou inglês.
5. Aconselha-se os Autores a conservar uma cópia de todos os originais enviados, uma vez que a SPN não se compromete na sua devolução.
6. Por cada original publicado a SPN oferece 25 separatas e um exemplar do volume correspondente da revista *Nvmmvs*.
7. Para todos os assuntos relacionados com a preparação e envio de originais contactar com a redacção da revista.

ABREVIATURAS

AIIN	– <i>Annali del Istituto Italiano di Numismatica</i> , Roma.
AJN	– <i>American Journal of Numismatics</i> , Nova Iorque.
AN	– <i>Acta Numismática</i> , Barcelona.
AP	– <i>O Archeologo Português / O Archeólogo Português</i> , Lisboa.
Aragão	– A. C. Teixeira de Aragão, <i>Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal</i> , 3 vols., Lisboa 1874-1880.
BAR	– Série British Archaeological Reports.
CIL	– <i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , Berlim 1863-
CNH	– L. Villaronga, <i>Corpus nummum hispaniae ante Augusti aetatem</i> , Madrid 1994.
Cohen	– H. Cohen, <i>Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain</i> , 8 vols., Paris 1880-1892.
F. Vaz	– J. Ferraro Vaz, <i>Livro das moedas de Portugal</i> , 2 vols., Braga 1969.
GN	– <i>Gaceta Numismática</i> , Barcelona.
JNG	– <i>Jarhbuch fur Numismatik und Geldgeschichte</i> , Munique.
LRBC	– P. V. Hill, J. P. Kent, R. A. G. Carson, <i>Late Roman Bronze Coinage</i> , A. D. 324-498, Londres 1965.
MIB	– W. Hahn, <i>Moneta Imperii Byzantini</i> , Viena 1973-
Miles	– G. Miles, <i>The Coinage of the Visigoths of Spain: Leovigild to Achila II</i> . Nova Iorque 1952.
MN	– <i>The American Numismatic Society Museum Notes</i> , Nova Iorque.
NC	– <i>The Numismatic Chronicle</i> , Londres.
NH	– <i>Numario Hispánico</i> , Barcelona.
NZ	– <i>Numismatische Zeitschrift</i> , Viena.
RIC	– H. Mattingly, E. A. Sydenham e outros, <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Londres 1923-
RN	– <i>Revue Numismatique</i> , Paris.
RPC	– A. Burnett, M. Amandry, P. P. Ripollès, <i>Roman Provincial Coinage</i> , Vol. I: <i>From the death of Caesar to the death of Vitellius</i> (44BC-AD69), Londres/Paris 1992.
RRC	– M. H. Crawford, <i>The Roman Republican Coinage</i> , Cambridge 1974.
QT	– <i>Quaderni Ticinesi. Numismática e Antichità Classiche</i> , Lugano.
SNG	– <i>Sylloge Nummorum Graecorum</i> .
SNR	– <i>Schweizerische Numismatische Rundschau</i> , Berna.
Tomasini	– W. J. Tomasini, <i>The Barbaric Tremissis in Spain and Southern France: Anastasius to Leovigild</i> , (Numismatic Notes and Monographs n.º. 152), Nova Iorque 1964.
Vives	– A. Vives y Escudero, <i>La moneda hispánica</i> , 5 vols.+ Atlas, Madrid 1924-1926.

